

Sociedade, ativismo midiático e democracia

Maria Cristina Gobbi e
Rosa Simões (Orgs.)



Sociedade, ativismo midiático e democracia

Maria Cristina Gobbi
Rosa Simões
Organizadoras

Ria Editorial - Comité Científico

Abel Suing (UTPL, Equador)
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)
Andrea Versuti (UnB, Brasil)
Angelo Sottovia Aranha (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Anton Szomolányi (Pan-European University, Eslováquia)
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)
Catalina Mier (UTPL, Equador)
Denis Porto Renó (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Diana Rivera (UTPL, Equador)
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Colômbia)
Fernando Ramos (Universidade de Aveiro, Portugal)
Fernando Gutierrez (ITESM, México)
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Gabriela Coronel (UTPL, Equador)
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Brasil)
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)
Jenny Yaguache (UTPL, Equador)
Jerónimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)
Jesús Flores Vivar (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas – Austin, Estados Unidos)
Juliana Colussi (Universidad do Rosario, Colombia)
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)
Lorenzo Vilches (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)
Marcelo Martínez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha)
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil)
Octavio Islas (Pontificia Universidad Católica, Equador)
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil)
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil)
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo – USP, Brasil)
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil)
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

Sociedade, ativismo midiático e democracia. Maria Cristina Gobbi & Rosa Simões (Orgs.). - 1ª edição - Aveiro: Ria Editorial, 2020.

379 p.

Livro digital, PDF.

Arquivo Digital: download e online
Modo de acesso: www.riaeditorial.com
ISBN 978-989-8971-37-1

1. Comunicação. 2. Sociedade. 3. Ativismo midiático. 4. Democracia.
I. Gobbi, Maria Cristina. II. Simões, Rosa. III. Título.

Copyright das imagens pertencem aos seus respectivos autores.

© Design e Foto de Capa: Denis Renó

Diagramação: Luciana Renó

© Ria Editorial
Aveiro, Portugal
riaeditora@gmail.com
<http://www.riaeditorial.com>

Licença:
: Atribuição - Não Comercial - Sem Obras Derivadas 4.0 Internacional



: Você é livre para:
- copiar, distribuir, exhibir, e executar a obra
Baixo as seguintes condições:
- Atribuição. Você deve atribuir a obra na forma especificada pelo autor ou o licenciante.
- Não Comercial. Você não pode usar esta obra com fins comerciais.
- Sem Obras Derivadas. Você não pode alterar, transformar ou criar sobre

esta obra.

<https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt>



ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pela avaliadora externa Dra. Catalina Mier que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma: “La democracia y el activismo mediático son temas de gran crecimiento de importancia y relevancia en Latinoamérica, además de temas investigados con frecuencia en el Observatorio de Medios de lo cual soy responsable en mi universidad. Reconozco en el libro “Sociedade, ativismo midiático e democracia” contenido y procedimientos científicos de calidad ejemplar, por lo cual recomiendo su publicación prontamente”. O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autores

Alejandro Toyco Suárez
Aline Cristina Camargo
Angela de Aguiar Araújo
Antonio Francisco Magnoni
Carolina Bortoleto Firmino
Caroline Kraus Luvizotto
Cintia Barudi Lopes
Daniel Dantas Lemos
Deborah Ramos da Silva
Diuan dos Santos Feltrin
Elton Araújo de Souza
Érika Alfaro de Araújo
Franklin Cornejo Urbina
Greici Maria Zimmer
Gustavo Pereira
Iluska Coutinho
Juliana Sampaio Pedroso de Holanda
Kevin Accioly Kamada
Larissa Pelúcio
Lívia Maria de Oliveira Furlan
Lizete Barbosa da Nóbrega
Luciana Miranda Costa
Maria Letícia Cânovas Borges
Mariana Alarcon Datrino
Paulo Henrique Ferreira Nascimento
Renata Pyrrho Nascimento
Ricardo Luís Nicola
Rosa Maria Araújo Simões
Simone Martins
Thiago Luiz dos Santos

Sumário

Prefácio	11
----------------	----

PARTE 1 - ATIVISMO E CIDADANIA

Violência contra a mulher em pauta: ativismo no jornalismo esportivo do blog Dibradoras	15
---	----

Érika Alfaro de Araújo

Carolina Bortoleto Firmino

O ativismo do Greenpeace Brasil no Instagram	43
--	----

Livia Maria de Oliveira Furlan

Jornalismo para a paz e jornalismo cidadão: reflexões, convergências e aplicações	62
---	----

Diuan dos Santos Feltrin

Publicações do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no Facebook: análise da comunicação digital.....	83
--	----

Mariana Alarcon Datrino

Caroline Kraus Luvizotto

Vênus Negra (Vénus Noir, 2010), análise crítica do discurso e Eugenia.....	101
--	-----

Renata Pyrrho Nascimento

Daniel Dantas Lemos

Põe na roda: o audiovisual enquanto espaço de visibilidades LGBT	124
--	-----

Elton Araújo de Souza

PARTE 2 - MÍDIA, SAÚDE E (IN)FORMAÇÃO

O modo de comunicação das regras de governo para o combate à
pandemia: a forma como são passadas do poder público à sociedade..... 147

Greici Maria Zimmer

Paulo Henrique Ferreira Nascimento

Acesso e consumo de informação e práticas participativas:
Relações estabelecidas sob as perspectivas das juventudes brasileiras..... 161

Aline Cristina Camargo

Antonio Francisco Magnoni

O acontecimento da pandemia da Covid-19: as redes sociais e a
atualização da memória do sujeito da injustiça social..... 187

Angela de Aguiar Araújo

A amplificação e a democratização da informação por meio da
podosfera..... 217

Kevin Accioly Kamada

Ricardo Luís Nicola

A gestão de crise do estado de São Paulo no
enfrentamento do novo coronavírus 236

Deborah Ramos da Silva

La cobertura informativa intercultural en redes sociales sobre los
pueblos indígenas amazónicos en los cien días de la cuarentena del
COVID-19 en Perú..... 259

Franklin Cornejo Urbina

Alejandro Toyco Suárez

A liberdade de imprensa e o combate às <i>fake news</i> como condições de preservação do regime democrático em tempos de pandemia	288
---	-----

Cintia Barudi Lopes

Thiago Luiz dos Santos

Os discursos por trás da desinformação governamental: uma análise sobre declarações presidenciais acerca de incêndios florestais	314
--	-----

Luciana Miranda Costa

Lizete Barbosa da Nóbrega

Juliana Sampaio Pedrosa de Holanda

Jornal Nacional e a cobertura da pandemia: um olhar sobre os princípios de educar, informar e entreter da TV	333
--	-----

Simone Martins

Iluska Coutinho

Gustavo Pereira

Pandemia, arte-educação e “ativismo”: reflexões a partir da espiritualidade, afeto, liberdade e oralidade de povos originários	356
--	-----

Maria Leticia Cánovas Borges

Rosa Maria Araújo Simões

A pandemia, o pessoal e o político – os impactos do confinamento na agenda de um grupo de formação para os feminismos	374
---	-----

Larissa Pelúcio

<i>Índice Remissivo</i>	401
-------------------------------	-----

Sociedade, ativismo midiático e democracia

PREFÁCIO

Publicar uma obra em 2020 é um atestado de superação. Afinal, a humanidade viveu a maior crise sanitária do século com a pandemia do novo Coronavírus. A estagnação e as incertezas tomaram conta de nossas vidas. Nossas atividades profissionais sofreram uma convulsão operacional. Economias afundaram desde fevereiro. Apesar de todos esses problemas, nada supera a pior das situações: na data desta publicação, o número de vítimas fatais confirmadas supero a marca de 1,5 milhão de seres humanos.

Apesar de toda essa crise histórica, a ciência seguiu com a sua força, independente da área do saber. Pesquisadoras e pesquisadores continuaram produzindo conhecimento, e algumas dessas pessoas encontraram na ciência uma válvula de escape. Com isso, tornou-se possível preparar essa obra, que reúne pesquisadores **de diversos países** em torno de temas fundamentais para observar a sociedade pré-pandemia, compreender o mundo em meio à pandemia e pensar em um futuro depois da COVID-19. Um cenário onde novos valores estão sendo construídos e/ou recuperados, rotinas estão sendo reformuladas e a ecologia dos meios ganhou uma reestruturação.

Diante disso, apresentamos o livro ***Sociedade, ativismo midiático e democracia***, organizado pelas brasileiras Maria Cristina Gobbi e Rosa Simões e que resulta do 3º Congresso Internacional *Media Ecology and Image Studies* – MEISTUDIES. Os textos aqui reunidos foram avaliados às cegas para o congresso. Em seguida, foram apresentados no evento, em uma versão original. Em seguida, foram todos reavaliados

e, quando necessário, ajustados, para participarem no livro. Além disso, a versão final do livro foi também avaliada por um parecerista externo, que apresentou decisão favorável para a publicação da obra como é oferecida neste arquivo.

Ressaltamos, nesta apresentação, a importância da junção de três instituições para concretizar o livro que apresentamos: o MEISTUDIES, criado em abril de 2018 e consolida um projeto de disseminação do conhecimento científico de forma livre, aberta e democrática através de cinco edições repartidas entre o congresso internacional e o congresso ibero-americano; a editora luso-brasileira Ria Editorial, que desde a primeira edição apostou no nosso projeto através da publicação dos textos selecionados em formato de e-book; a Universidade Técnica Particular de Loja – UTPL, do Equador, que desde 2019 apoia formalmente o evento, fortalecendo ainda mais a disseminação do conhecimento. Também agradecemos ao apoio de diversas instituições, redes e programas de pós-graduação que apoiaram o evento e, obviamente, são coautoras deste livro. Entretanto, essa obra só obteve êxito graças às autoras e aos autores, que destinaram parte de seu precioso, e em muitos casos sofrido, tempo de 2020 para a construção de um mundo melhor, onde a ciência é protagonista. Para elas e eles, os nossos mais sinceros aplausos.

Na condição de diretores acadêmicos do MEISTUDIES, dedicamos essa obra em memória das vidas, das esperanças e das estruturas perdidas durante a pandemia, e desejamos que na próxima edição do congresso possamos contemplar expectativas melhores. Enquanto isso, desejamos que o conhecimento aqui apresentado sirva de alento e fortalecimento

para que possamos preparar-nos para essa tão desejada contemplação.
Boa leitura.

Andrea Versuti
Denis Renó
Vicente Gosciola
Diretores Acadêmicos
MEISTUDIES

PARTE 1 - ATIVISMO E CIDADANIA

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PAUTA: ATIVISMO NO JORNALISMO ESPORTIVO DO BLOG DIBRADORAS

Érika Alfaro de Araújo¹

Carolina Bortoleto Firmino²

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva sociológica apontada por Dunning (1985) estabelece que os esportes são estruturas, padrões ou configurações que grupos de seres humanos interdependentes formam entre si e, dessa maneira, são organizados e controlados, bem como observados e praticados, enquanto configurações sociais. Partindo dessa premissa, compreendemos que o esporte se caracteriza enquanto um espaço de manifestações e representações sociopolíticas e, por esta razão, não deve ser excluído de debates e pautas que integram a agenda da sociedade. No mesmo sentido, o jornalismo esportivo deve atuar em tais contextos, abordando

-
1. Jornalista e mestrande no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Bauru – SP, Brasil. Bolsista CAPES.
eriikaalfaro@gmail.com
 2. Jornalista, doutoranda e mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Bolsista CAPES.
carolina.bfirmino@gmail.com

temas relevantes no mundo contemporâneo e questionando estruturas de poder vigente.

A cobertura espetacularizada de modalidades esportivas, especialmente no que diz respeito ao futebol, costuma direcionar seu olhar para aspectos relacionados ao entretenimento orientado aos resultados e à competitividade em detrimento da relação do campo esportivo com demandas históricas, políticas e sociais. Posto isso, propomos um olhar para o trabalho desempenhado pelo blog Dibradoras (www.dibradoras.blogosfera.uol.com.br). Além de desenvolver conteúdos focados no protagonismo feminino no esporte, o projeto atua na exposição de debates sobre temáticas que permeiam esse campo histórico, político e social, em uma proposta de cobertura multilateral apoiada no feminismo. Neste artigo, selecionamos matérias publicadas pelo blog em 2020 a fim de analisar a abordagem diante de casos de violência de gênero envolvendo atores esportivos.

2 JORNALISMO ESPORTIVO COMO ESPAÇO DE REIVINDICAÇÃO SOCIAL

Muito mudou desde que o esporte começou a aparecer nos folhetins, jornais e revistas no Brasil. Segundo Juarez Bahia (1886), a primeira publicação que trouxe relatos da prática esportiva recebeu o nome de O Atleta (1856), seguida por Sport e Sportman (1886), A Platea Esportiva (1891), O Sport e a Gazeta Sportiva (1898), todos abordando modalidades como críquete, turfe e remo. No entanto, Paulo Vinícius Coelho (2003) entende que essa chegada foi apenas em 1910 no jornal Fanfulla, que dava destaque aos times de futebol

amador italiano. Além disso, assegura que apenas em 1947, com A Gazeta Esportiva – que funcionava como suplemento do jornal A Gazeta (1906) – é que o país ganhou um noticiário esportivo. Entre as revistas, a que se destaca é a Placar, que fazia parte da Editora Abril e se tornou referência no segmento a partir dos anos 1970. Enquanto o rádio teve o papel de popularizar as coberturas dos jogos de futebol no início dos anos 1930, a televisão ofereceu esse espaço desde o começo das transmissões na TV Tupi (1950).

O esporte demorou até garantir o status de conteúdo nobre que tem hoje. “Como poderia uma vitória nas raias – ou nos campos, nos ginásios, nas quadras – valer mais do que uma decisão sobre a vida política do país?”, questiona Coelho (2003). Mas isso aconteceu: quando se fala da espetacularização do esporte, define-se uma relação que ultrapassa a cobertura de grandes eventos esportivos. É uma nova dinâmica que consiste em transformar um jogo em espetáculo, com heróis e vilões, imagens eternizadas e um produto a ser consumido. Nesta lógica comercial que envolve imprensa, atletas, patrocinadores e torcedores, algumas modalidades se destacam mais que outras – no Brasil, o futebol masculino recebe esse status de esporte espetáculo, já nos Estados Unidos, basquete e futebol americano.

Seria simples definir o lugar que o esporte e o jornalismo esportivo ocupam se eles acontecessem isoladamente. Porém, ambos acompanharam e ainda acompanham as transformações sociais e se situam em uma conjuntura de disputas de poder – que passam por recortes de gênero, raça, classe e sexualidade. Segundo Heródoto Barbeiro e Patrícia Rangel (2006), jornalismo é jornalismo, seja ele esportivo, político, econômico ou social, com sua essência ligada à ética e ao

interesse público, ainda que muitas vezes seja confundido somente com entretenimento. Diante disso, fazemos a seguinte pergunta: se o jornalismo esportivo também deve pautar-se na relevância social e nos interesses coletivos, por que não assegurá-lo como local de lutas e reivindicações?

Neste caso, é importante que haja a separação do que é usar o esporte como instrumento político em benefício de partidos, campanhas, governantes ou cartolas, e a sua compreensão de espaço que permite posicionamento, debate, ressignificação de poderes e denúncia. No entanto, parece existir no Brasil uma dificuldade em naturalizar tais demandas no jornalismo esportivo. Muito se deve à escassez de educação política entre os atletas – o que interfere na maneira como eles se envolvem em questões sociais – e do próprio fazer jornalístico do esporte no país, que se aproximou ainda mais do entretenimento e se submeteu à chamada “leifertização do esporte” (referência ao modelo Globo de jornalismo sustentado com o apresentador Tiago Leifert em 2009), seja na grade esportiva da televisão, nos cadernos especializados nos jornais, no rádio, na internet etc. Juca Kfouri (2016) fala sobre a necessidade de um respiro para quem consome esse conteúdo, mas destaca a superficialidade preponderante, já que “dá menos trabalho, nenhuma dor de cabeça e zero de pressões e ações judiciais”. Kfouri completa:

O coitado do consumidor de notícias já não suportaria tanta sujeira na política, tantos crimes, e precisaria de um oásis. Daí a “leifertização” da programação esportiva na TV, onde a gracinha sobra e o jornalismo soçobra. Não entenda no neologismo uma ofensa ao comunicador Tiago Leifert, que assumiu o programa Globo Esporte em 2009, mas apenas como rótulo de uma tendência que vinha lá de trás e virou epidemia. (Kfouri, 2016, p. 34)

Por outro lado, reconhecemos que o jornalismo esportivo – assim como qualquer outro – se modifica conforme as condições de espaço e tempo. Sendo assim, é passível de transformações, principalmente para acompanhar as demandas da sociedade que também se modifica. Nos últimos cinco anos, por exemplo, acompanhamos mudanças significativas na relação de mulheres com o esporte, o que motivou uma abertura para mais discussões a respeito das questões de gênero no campo. Essa transição se dá no mesmo ritmo que crescem os movimentos de minorias na busca por igualdade, oportunidade, representatividade e respeito. Algo que acontece ainda em consonância com reposicionamento de clubes, times e atletas no mundo todo, como foi o caso do movimento Black Lives Matter, incorporado inicialmente pelas equipes da NBA e reproduzido pelo globo.

Neste contexto, a internet funciona como plataforma e instrumento que possibilita a realização de novos formatos de coberturas que incluam essa agenda e sua conexão com o esporte, sendo os blogs, páginas em redes sociais e sites independentes seus principais representantes. No Brasil, grandes portais de notícias esportivas estão progressivamente buscando abordagens mais inclusivas, mas outros canais de conteúdo trouxeram essa proposta desde o início, como é o caso do blog Dibradoras, objeto de estudo deste artigo, que surgiu em 2015.

3 ATIVISMO DIGITAL

O ativismo digital ou ciberativismo pode ser definido, basicamente, como um movimento situado na internet cujas motivações possuem caráter político. Conforme Deslandes (2018), alguns autores observam

que o conceito abriga uma série de fenômenos distintos, ainda que guardem alguma sinergia entre si. A autora pontua que, por meio das redes sociais digitais, podem existir manifestações variadas, tais como campanhas, petições, disseminação de informação sobre fatos de interesse político sob diversas versões (sejam oficiais ou dissidentes) e criação de grupos políticos.

De acordo com Vegh (2003), os ativistas tiram proveito das tecnologias e ferramentas oferecidas pela internet para atingir seus objetivos tradicionais e, nesse sentido, suas estratégias podem ser aprimoradas ou baseadas na internet³. Ainda de acordo com a autora, no primeiro caso, a internet é usada para aperfeiçoar técnicas tradicionais de reivindicação, como um canal adicional de comunicação por meio da conscientização além do que era possível antes do espaço digital ou pela coordenação de ações de forma mais eficiente. Em estratégias baseadas na internet, esse ambiente é utilizado para atividades que só são possíveis online, como na invasão de um site alvo.

Dessa maneira, ao relacionarmos um produto jornalístico situado no ambiente digital, como um blog, ao contexto de ativismo apontado por Vegh (2003) e Deslandes (2018), é possível situar a comunicação midiática como sendo um canal alternativo, que dissemina informações, não necessariamente existente por causa da internet, mas facilitado, democratizado e ampliado pelo universo digital. O que se convencionou chamar de mídia alternativa, ou seja, uma imprensa contestadora que não está alinhada aos propósitos da mídia hegemônica, teve espaço no jornalismo desde sua forma impressa. No entanto, as plataformas

3. Tradução nossa. Os termos originalmente usados pela autora são *internet-enhanced* e *internet-based*.

digitais abriram espaço para vozes mais diversas, informações plurais e fontes, muitas vezes, negligenciadas e invisibilizadas pelos interesses comerciais das mídias tradicionais.

Conforme reforça Polat (2005), ao contrário da mídia tradicional, a internet permite a disseminação de um grande volume de informações de forma rápida e barata, além de possibilitar que os usuários enviem as informações a vários outros usuários sem nenhum custo extra. Para Prudencio (2006), o suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles, ainda que num nível simbólico-discursivo. A autora analisa que, na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade.

Ainda de acordo com Prudencio (2006), ao rivalizarem com a grande imprensa, os ativistas que atuam em serviços de informação produzem um fator de desestabilização da sua perícia, ou seja, reivindicam a posse da verdade da informação contra os ‘desvios’ da comunicação de massa. “Mas, na produção da informação própria, utilizam as convenções legitimadas do jornalismo. (...) Ao mesmo tempo, vão construindo uma linguagem própria, adequada ao meio internet, que combina perícia e ativismo” (Prudencio, 2006). Tomando como base o que descreve a autora, com uma linguagem diferente, atualizada e remodelada, mas utilizando estratégias e técnicas legitimadas historicamente pelo jornalismo na prática de informar, os ativistas se utilizam do espaço online para trazer informações contra-hegemônicas, seguindo o

posicionamento que lhes é coerente enquanto produtores de conteúdo politicamente orientados.

Dessa forma, por seu caráter democrático, o ambiente digital se tornou fértil para o ativismo e trouxe novas possibilidades para que produtos jornalísticos fossem criados com o propósito de explorar pautas diferentes, conscientizar sobre fenômenos sociais e levantar discussões de cunho político e ideológico, com posicionamentos editoriais bem demarcados.

Segundo Vegh (2003), existem três categorias dinâmicas de ativismo digital que não são excludentes entre si e variam de acordo com o tipo de iniciativa, os atores e a forma de organização. A primeira delas trata de conscientização e apoio, que visa sensibilizar o público utilizando fontes alternativas de informação. Já a segunda envolve iniciativas diferentes, com organização e mobilização a partir da internet para ações específicas, que podem acontecer presencialmente ou online. A terceira, por sua vez, é o ativismo hacker, que atua a partir de outra fórmula, como invasão de sites, divulgação de informações privadas confidenciais e outras. Levando em conta essa classificação formulada pela autora, a discussão que relaciona o jornalismo com o ativismo digital se encontra na primeira categoria.

3.1 Violência contra a mulher

Embora o feminismo enquanto movimento político possua diferentes fases que acompanham épocas distintas, demandas sociais, políticas e materiais variadas, a violência doméstica, de gênero e o feminicídio são pautas atemporais e em comum em lutas por todo o mundo. Carneiro (2003), ao tratar do movimento de mulheres no Brasil,

analisa que a luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. De acordo com a autora, a violência doméstica, considerada um elemento da dimensão da vida privada, alcança a esfera pública e se torna objeto de políticas específicas, o que pode ser considerado um avanço do ponto de vista da busca pelos direitos das mulheres.

Dessa forma, o tema, de grande relevância para o movimento feminista, também aparece como uma pauta recorrente do jornalismo por conta de sua relevância social. Dados do Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018⁴ evidenciam que, entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todas as unidades federativas. Entre março e abril de 2020, meses em que foi iniciado o isolamento social no país em decorrência da pandemia do novo coronavírus, houve o crescimento de 22,2% de violência letal contra a mulher, ou seja, de casos de feminicídio, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁵.

As pautas, normalmente, fazem parte do noticiário policial, mas trazem à tona o universo esportivo quando os atores envolvidos são atletas de destaque, especialmente no contexto do futebol. Partindo da premissa de que o esporte é uma manifestação cultural e social e de que o jornalismo esportivo deve se configurar enquanto um espaço de reflexão e contestação, a inserção desse fenômeno social e historicamente presente nas lutas feministas pode adquirir um caráter político ao ser

-
4. Mapa da Violência contra a Mulher 2018. (2018). Recuperado de <https://bit.ly/3hpnryE>
 5. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 - Ed.2. (2020). Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>

debatido no ambiente online. Com isso, pode-se dizer que, quando um produto jornalístico online, com foco no esporte, torna-se uma fonte alternativa de informação em assuntos como a violência contra a mulher, temos um ambiente de ativismo digital.

4 OBJETO

O Dibradoras é um projeto que conta com blog alocado no UOL, podcast semanal na plataforma B9, canal no Youtube (5,1 mil inscritos), perfil no Instagram (com 104 mil seguidores), no Twitter (com 41.027 seguidores) e no Facebook (com 33 mil seguidores). Na descrição da página do blog, a apresentação é feita da seguinte forma:

Futebol não é coisa de mulher. Rugby? Vocês não têm força para jogar... Lugar de mulher é na cozinha, não no campo, na quadra, na arquibancada. Já ouviu isso muitas vezes, né?! Mas o ~Dibradoras surgiu para provar justamente o contrário. Mulher pode gostar, entender e praticar o esporte que quiser. E quem achar que não, a gente dibra. (Dibradoras, 2018)

Desde 2015, esse é o posicionamento editorial do blog, que realizou sua primeira cobertura na Copa do Mundo de Futebol Feminino do mesmo ano. O evento aconteceu no Canadá e tudo foi feito remotamente, já que o projeto ainda dava seus passos iniciais. No entanto, a equipe formada apenas por mulheres – duas jornalistas e uma publicitária – se consolidou na produção de conteúdo focada no cenário esportivo feminino e, desde então, vem galgando espaços. Hoje, também está presente no jornal Folha de São Paulo, com uma coluna semanal,

e no canal SporTV, com comentários e análises de Renata Mendonça, uma das fundadoras do blog. Em campanha (“Dibradoras. Lugar de mulher é no Esporte”, s.d.) vigente no site Catarse para reunir recursos financeiros que possibilitem a manutenção e ampliação do jornalismo desempenhado pelo Dibradoras, encontramos o seguinte trecho:

Enquanto a mídia tradicional esportiva faz 97% da sua cobertura focando em esportes masculinos – e dedica só 3% aos esportes femininos –, nós fazemos 100% da nossa cobertura focada no protagonismo das mulheres no esporte. Porque a gente precisa começar a contar a história delas para que meninas possam se inspirar e aprender desde cedo que os campos, as quadras, os tatames, as piscinas, as bancadas esportivas, e resumindo, o esporte também é lugar delas. (“Dibradoras. Lugar de mulher é no Esporte”, s.d., par. 6)

A cobertura 100% focada no protagonismo de mulheres no esporte também divide espaço com publicações que se propõem a discutir outras demandas desse cenário que envolvem mulheres, mas não necessariamente a prática esportiva. Entre elas, está a violência contra a mulher, tema dos textos analisados neste artigo.

5 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Diante do cenário construído, os conteúdos veiculados pelo blog Dibradoras se aproximam do propósito deste artigo, que é entender de que forma o jornalismo esportivo pode discutir temas de relevância social, como a violência contra a mulher. Para estudar esse fenômeno, selecionamos as matérias publicadas pelo blog em 2020 que demonstram o posicionamento editorial do veículo diante de casos de violência de gênero envolvendo atores esportivos. No total, foram três: “A violência

contra a mulher precisa entrar na pauta do futebol”, “Não foi a imprensa que agrediu sua esposa, Jean” e “Jéssica Senra toca em feridas necessárias: ‘Que valores o futebol tolera?’”. As matérias repercutem, analisam e propõem questões sobre casos em que indivíduos inseridos no universo do futebol, como os jogadores Dudu, Jean e Bruno, se tornaram protagonistas de acontecimentos envolvendo agressões contra mulheres e feminicídio.

Adotaremos como metodologia de pesquisa a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) para realizar uma análise qualitativa das matérias, após a descrição de cada uma delas, buscando entender de que forma os temas foram abordados, quais tipos de reflexões foram propostas e qual o posicionamento do blog mediante cada caso – e de que forma esse posicionamento se manifesta no texto. A análise estará situada na discussão teórica sobre o esporte e o jornalismo esportivo como espaços de reivindicações sociais, com o objetivo de avaliar a atuação do Dibradoras na internet.

Promover o debate por meio da informação, se posicionar e abordar o problema da violência contra a mulher em suas publicações e redes sociais faz do blog um canal de interlocução com a sociedade dentro da internet? Utilizar esse ambiente para conscientizar sobre tais demandas classifica o Dibradoras em alguma das categorias elaboradas por Vegh (2003)? Essas são algumas das perguntas que pretendemos responder.

6 ANÁLISE QUALITATIVA DAS MATÉRIAS

Nesta etapa do artigo, analisaremos qualitativamente cada uma das três matérias veiculadas pelo blog Dibradoras no ano de 2020 cujos

temas centrais são a violência contra a mulher e o feminicídio. Todos os conteúdos têm em comum o envolvimento de jogadores de futebol brasileiros, fato que suscita as discussões e reflexões sobre a relação do universo esportivo com a agenda da sociedade.

Matéria 1: Jéssica Senra toca em feridas necessárias: ‘Que valores o futebol tolera?’ (2020)

A reportagem publicada no dia 7 de janeiro de 2020 explora novos desdobramentos do caso ocorrido em 2010, no qual a atriz e modelo Eliza Samudio foi assassinada a mando de Bruno Fernandes, na época goleiro do Flamengo. A vítima era mãe do filho do atleta, e cobrava dele pensão e reconhecimento da paternidade. O crime teve grande repercussão e cobertura midiática e, após um longo processo de investigação que levou à Justiça diversos envolvidos, Bruno foi condenado, em 2013, em um júri popular, a uma pena total de 22 anos e três meses. A sentença estipulou 17 anos e seis meses, em regime fechado, por homicídio triplamente qualificado, um ano e seis meses por ocultação de cadáver – o corpo da vítima nunca foi encontrado – e, por fim, mais três anos e três meses, em regime aberto, por sequestro e cárcere privado do filho.

O caso voltou a ser assunto quando Bruno Fernandes, cumprindo pena em regime semiaberto, retornou ao cenário do futebol em 2020. A matéria do blog tem início, justamente, com a retomada da notícia de que o Fluminense de Feira de Santana estava em negociação com o goleiro. Com isso, o encaminhamento do conteúdo trouxe como destaque o comentário de Jéssica Senra, apresentadora do jornal Bahia Meio Dia, da emissora local da Rede Globo, que analisou esse fato na televisão. A matéria traz, logo no primeiro parágrafo, que a jornalista

“abordou a questão polêmica com clareza e maestria”, indicando uma provável concordância com a opinião da apresentadora.

Com isso, a reportagem apresenta os argumentos de Jéssica Senra, informando que o vídeo (anexado no corpo do texto), no qual seus pontos foram expostos, viralizou nas redes sociais e que a repercussão levou o clube a desistir da contratação do atleta: “A jornalista deixa claro que não é contra a ressocialização do goleiro, mas vê como inviável a recolocação dele numa posição de prestígio como é a de um jogador de futebol”. Assim a matéria apresenta o cerne da discussão: a reinserção de Bruno na sociedade versus a ocupação de uma posição de referência e idolatria como é a dos atletas no Brasil, especialmente no futebol. Para Jéssica, por ter cumprido (ou estar cumprindo) seu compromisso com a Justiça, Bruno deveria ter direito de reconstruir sua vida, mas, diante da brutalidade e da crueldade de seu ato, ao mandar matar, esquartejar e dar o corpo da mãe de seu filho para cães, o prestígio e a idolatria inerentes à função de jogador de futebol não deveriam ser conferidos a ele novamente.

A construção da matéria se faz, a partir daí, por meio de uma entrevista com a jornalista que contribuiu para o debate. Ao adjetivar a abordagem de Jéssica no primeiro parágrafo e colocá-la como personagem principal da reportagem, dando a ela voz também como fonte, o texto dá a entender que, no que diz respeito ao assunto, há uma provável concordância com os aspectos levantados pela jornalista, fato que reflete o posicionamento editorial do blog. Dois trechos de falas de Senra são colocados em seguida de forma consecutiva: o primeiro ressaltando a crueldade do crime e pontuando que a volta do feminicida ao reconhecido papel de jogador de futebol “traz uma mensagem negativa para um país que, em média,

mata uma mulher a cada duas horas”; o segundo evidenciando que a jornalista acredita na recuperação das pessoas, mas que não consegue ver humanidade em Bruno, que não demonstra arrependimento pelo o que fez. A matéria destaca que jornalistas esportivos e celebridades endossaram os comentários de Jéssica Senra na oportunidade, dando como exemplo uma publicação do ator e apresentador Fábio Porchat.

Logo depois, mais duas aspas trazendo a fala da jornalista, dessa vez, explicando que seu objetivo é provocar a reflexão com suas observações, estimular o pensamento das pessoas e defender valores humanos. Para ela, é necessário ter responsabilidade, empatia e amor, além de buscar conhecimento. Jéssica ainda destacou que o caso do Bruno repercutiu muito, mas não quis focar nele, embora a discussão partisse desse ponto. Em sua opinião, “era mais importante discutir o que nós como sociedade toleramos ou não. Que valores a sociedade/futebol tolera ou não tolera”.

A reportagem segue, com o intertítulo “comentários sobre temas urgentes” para demonstrar que aquela não foi a primeira vez que a apresentadora usou sua voz para tratar de assuntos considerados importantes, como homofobia e a luta antirracista. A reportagem diz que ela “adota um formato opinativo na televisão e sempre fala de questões polêmicas, mas trazendo uma reflexão muito didática e interessante”, além de apontar que não recebe apenas retornos positivos na internet, mas também muitos ataques.

Diante da forma como o conteúdo foi construído, o recorte e o encaminhamento da reportagem, é possível observar que o Dibradoras deu destaque e teve como foco a análise de Jéssica Senra no telejornal baiano porque o mesmo representa a linha editorial seguida pelo blog.

Ao colocar a própria jornalista como única fonte da matéria e usar adjetivos que qualificaram seus comentários, é possível identificar marcas de opinião no texto. Além disso, o enfoque dado ao assunto como um todo dá pistas sobre a leitura que o blog faz dessa realidade: o reforço dado a questão da reinserção social de uma pessoa que cumpriu uma dívida com a Justiça, os valores transmitidos pelo futebol e o papel do jornalista na construção de um pensamento crítico são os pontos principais levantados pelo conteúdo.

Matéria 2: “Não foi a imprensa que agrediu sua esposa, Jean” (2020)

A segunda matéria de 2020 do blog Dibradoras com o assunto violência contra a mulher foi publicada no dia 14 de fevereiro e teve como foco o caso do goleiro Jean. Em dezembro de 2019, de férias com a família em Orlando, nos Estados Unidos, o jogador que, na época, defendia o São Paulo Futebol Clube, foi preso por agredir sua esposa Milena Bemfica. Em um vídeo publicado em seu perfil no Instagram, Milene apareceu com o rosto machucado dizendo estar trancada no banheiro para se proteger do marido. Após o crime, o São Paulo rompeu o contrato que mantinha com o atleta.

Depois de contextualizar a história no primeiro parágrafo, há a atualização que motivou a reportagem: o goleiro havia sido contratado pelo Atlético Goianiense e, pela primeira vez, falou à imprensa sobre o caso. Logo no parágrafo posterior, duas declarações de Jean foram apresentadas e, por meio dessa construção, torna-se possível entender o título da matéria: “O goleiro disse estar arrependido e chegou a pedir desculpas ‘para todas as mulheres que se sentiram ofendidas’ e declarou: ‘Não sou esse monstro que a imprensa fez de mim’”. É esta última

sentença que justifica o enfoque do texto, que, em um tom opinativo, rebate a fala do atleta em seguida:

“Oras, a imprensa não fez nada além de noticiar os fatos. E os fatos mostram que Jean agrediu sua esposa com oito socos, alguns chutes, e deixou muitas marcas no rosto dela. Tudo isso diante das duas filhas que estavam com eles nos Estados Unidos. Não foi a imprensa que cometeu esse crime, foi o próprio goleiro”.

A matéria destaca a importância de lembrar dos dados de violência de gênero no país apontando que, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida no Brasil, conforme dados oficiais do Ministério da Saúde, além de que, em 2019, 145 mil casos de violência contra a mulher foram registrados, “contando apenas as que sobreviveram para contar essa história triste”. As marcas de posicionamento, como uso de adjetivos e emprego de juízo de valor, aliadas aos dados oficiais selecionados caracterizam o texto jornalístico no estilo opinativo – emprego de análises combinadas a fatos comprovados.

Dessa forma, o material afirma que não importa quem é o agressor, a violência contra a mulher é crime e são inúmeros os relatos daquelas que são silenciadas, agredidas e ameaçadas, mas, por medo, vergonha ou insegurança, acabam não fazendo a denúncia. Com isso, o blog pontua que, por muito tempo, essa realidade não vinha à público e não repercutia, no entanto, analisa como positivo o “barulho” que casos como esse fazem para que os “homens entendam que não é aceitável agredir suas esposas, namoradas, filhas”. Ou seja, o texto revela acreditar que a represália social é um fator importante no combate a tal tipo de crime.

Com isso, a reportagem reconhece também como positiva a postura do jogador de falar sobre o erro e admitir que não havia justificativa

para seus atos, pontuando que alguns jogadores de futebol não tiveram essa atitude. Duas falas de Jean durante a entrevista são colocadas em seguida. Na primeira, o jogador admite que devia esclarecimento e que, em dezembro, todos tomaram conhecimento “de coisas pessoais”, afirmando que, durante esse tempo, estava impossibilitado pela Justiça Americana de se referir à ex-mulher, e essa seria a razão de não ter tocado no assunto antes. “Peço desculpa pelo meu erro. Toda história tem dois lados, sim, mas nada justifica a agressão. Fiquei totalmente errado”, disse Jean. Na segunda, há o contexto da declaração envolvendo a imprensa:

Não estou dizendo que pela história ter dois lados eu estou certo em agredir. Foi uma reação que eu tive. Nunca tinha agredido ninguém. Quem me conhece há mais tempo sabe de toda a minha história e se surpreendeu com o que aconteceu. Mas tem coisas que eu só vou poder falar em breve. Peço desculpa a todas as mulheres. Não sou esse monstro que a imprensa fez de mim.

O texto do Dibradoras, em resposta à fala do goleiro, indica que, antes de criticar a imprensa por “fazê-lo” de monstro, deveria ter se preocupado com a imagem que passaria às filhas ao agredir a mãe delas, além do fato que a violência partiu dele, não da imprensa. No parágrafo seguinte, a reportagem buscou desconstruir a imagem do agressor enquanto “monstro”, o que considera um clichê: “Não é possível que existam tantos monstros numa sociedade que agride mais de 500 mulheres por hora, que mata mais de três mulheres por dia (dados da Secretaria de Segurança Pública de feminicídios em 2018)”. A matéria ressalta ainda que, em 70% dos casos, os responsáveis pela violência são pessoas próximas, como marido, pai e irmão.

Para o Dibradoras, casos como o de Jean, que foram noticiados pela mídia, são importantes para levar ao público conhecimento sobre esse assunto, que consideram importante e afirmam ter sido um tabu durante muito tempo. O blog afirma que havia um pensamento “inconsciente” que naturalizava a violência em relações matrimoniais. Para atestar essa afirmação, busca exemplos na música brasileira e exemplifica com trechos de Noel Rosa e Bezerra da Silva, respectivamente: “Mas que mulher indigesta, merece um tijolo na testa” e “Eu só sei que mulher que engana o homem merece ser presa na colônia, orelha cortada, cabeça raspada, carregando pedra pra passar vergonha”. Com essa demonstração, a associação entre o crime e a cultura popular fica estabelecida.

O texto também opina sobre a importância do jornalismo nesse cenário, analisando que “noticiar casos assim pode estimular denúncias. E casos não faltam para serem reportados, infelizmente”. E ainda deseja que “que a história de Jean, como ele mesmo disse, sirva de lição para que outros homens não caiam no mesmo erro”, dando a “deixa” para o encerramento da reportagem com mais uma declaração do goleiro na entrevista:

“Estou completamente arrependido. Que minha história sirva de lição para que outros casos não aconteçam, não só figuras públicas, todos os homens do mundo. Sei da repercussão, minha família ficou triste, tem criança que se espelha em mim e não foi bom para eles. Tenho duas filhas mulheres e estou arrependido”.

No decorrer da reportagem de caráter opinativo, o encaminhamento de fornecer uma réplica, uma resposta, à declaração do jogador contra a imprensa indica uma defesa do papel da mídia, verbalmente formalizada no final do texto, com a ideia de que tornar esse tipo de história pública

pode contribuir para desmistificar um tabu e estimular a denúncia de agressores. Além disso, o texto também tem como proposta denunciar uma realidade, haja vista os dados selecionados, e propor uma leitura alternativa da mesma. Ademais, procura destacar que a posição do agressor, como o caso de um jogador de futebol de um grande clube brasileiro, não pode isentá-lo de sofrer as consequências de seu crime. Ao optar por todos esses recortes, o blog Dibradoras demonstra de forma declarada seu posicionamento ideológico diante de uma questão social, ressaltando o compromisso do jornalismo com a sociedade e o caráter de fenômeno social do futebol representado pelas ações dos jogadores.

Matéria 3: “A violência contra a mulher precisa entrar na pauta do futebol” (2020)

A terceira e última matéria veiculada pelo Dibradoras que atende ao recorte proposto pela temática foi publicada no dia 29 de junho. A partir do título, é possível interpretar que se trata de um conteúdo, mais uma vez, opinativo, tendo em vista que a afirmação indica que haverá uma argumentação em defesa da demanda apresentada.

O início do texto apresenta como “gancho”⁶ dois fatos recentes envolvendo o futebol e a violência contra a mulher, os quais se referem à denúncia de agressão⁷ feita pela esposa do jogador Dudu, que atuava pelo Palmeiras na época, e a declaração do ex-técnico René Simões pedindo a volta do futebol – parado por conta da pandemia do novo

6. “Gancho”, nesse caso, pode ser definido como a apresentação de um fato atual para introduzir ou encaixar uma linha de raciocínio, servindo como uma espécie de contextualização.

7. As únicas informações sobre esse caso fornecidas por esse texto são que o jogador “nega o crime e já prestou depoimento na delegacia após o registro do BO”.

coronavírus –, dizendo que as pessoas “estão enlouquecendo” e que tem “amigos que já bateram na mulher”. Com isso, a matéria pontua que a mídia esportiva repercutiu tal fala do treinador (que já esteve no comando da seleção feminina de futebol) noticiando que ele “criou polêmica”. Já o Dibradoras classificou a entrevista como “surreal”.

Com essa linha de raciocínio, o texto chega ao ponto que se propõe a discutir no título, afirmando que houve pouco debate sobre os dois acontecimentos nos programas esportivos e ressaltando que debater não significa julgar, uma vez que não cabe à imprensa decidir, por exemplo se Dudu é culpado ou inocente, sugerindo a reflexão: “em meio a casos recorrentes de violência contra a mulher envolvendo jogadores, não seria a hora de fazer esse tema virar pauta nas discussões sobre futebol?”.

Para comprovar a observação de que os acontecimentos são recorrentes, o texto relembra “apenas os casos mais recentes” e sem contar os casos de jogadores com “menos holofotes”: a prisão do goleiro Jean por agredir a esposa; a condenação do brasileiro Robinho por estupro, em 2017, na Itália; o assassinado “brutal” de Elisa Samudio, pelo qual o goleiro Bruno Fernandes foi condenado como mandante do crime; e a prisão em flagrante do atacante Dudu (o mesmo que abriu a matéria), em 2013, por ter agredido a mulher e a sogra, da qual foi liberado após o pagamento da fiança.

O conteúdo segue formulando que a violência doméstica é um problema grave da sociedade e que, no futebol, muitas vezes é naturalizado, citando que isso ocorre ao ponto de, no caso de René Simões, ninguém ter questionado o ex-técnico se ele realizou a denúncia do crime que havia citado ter conhecimento, ao ponto de nenhum jornalista ter rebatido a colocação “absurda”, na concepção do blog, de que a ausência do

futebol serviria como “justificativa” para um crime tão “grave” quanto a violência doméstica. Como mais uma crítica ao universo do futebol e ao jornalismo esportivo tradicional, a matéria lembra que o goleiro Bruno, condenado pelo assassinato da mãe de seu filho, disse em uma entrevista, antes do ocorrido, “quem nunca brigou ou até saiu na mão com a mulher?”, e sua declaração não foi tratada com a devida gravidade.

Com isso, o texto situa, nesse cenário, diversos posicionamentos e questionamentos, primeiro afirmando que “já passou da hora da imprensa esportiva debater a fundo essa questão urgente” e perguntando: “Por que existem tantos casos de violência doméstica no futebol? Por que a maioria deles acaba abafado?”. Além disso, ao mesmo tempo que propõe uma reflexão sobre as vítimas, busca rebater comentários comumente verificados a respeito das mulheres que fazem denúncias contra jogadores de futebol: “Por que as vítimas que denunciam crimes contra a mulher são sempre ‘oportunistas mentirosas’ e ‘estão querendo aparecer’ – será que isso é mesmo ‘lucrativo’ para elas?. Segundo o Dibradoras, “o que se vê é que nenhum dos jogadores presos em flagrante ou condenados por violência doméstica sai de cena por isso. Estão todos (os citados aqui) muito bem empregados, alguns até fazendo piada de mal gosto (como o goleiro Bruno visitando canil)”. O episódio citado pelo texto é sucedido de uma foto de Bruno no canil, com cachorros, e é considerado uma “piada de mal gosto” porque as investigações do assassinato de Eliza Samudio apontaram que o corpo da atriz e modelo foi dado como comida a cães. O jogador, já em liberdade, fez uma visita a um canil e publicou em suas redes sociais uma foto para agradecer o estabelecimento.

O texto volta a pontuar que essas discussões que defende não têm como objetivo condenar ou absolver ninguém, mas levantar questões

“importantes” sobre um “problema real” que considera da sociedade e do futebol. Novamente citando o papel do jornalismo, elabora que, esportiva ou não, a imprensa tem a responsabilidade social de conscientizar as pessoas, apontando que o futebol é uma “excelente” ferramenta para isso, tendo em vista seu alcance e a capacidade de contribuir para mudanças na sociedade, inclusive no que diz respeito a mulheres no contexto de violência.

A matéria do blog acrescenta que há muito para ser contextualizado, expondo que mais de 500 mulheres são agredidas por hora no Brasil e que um feminicídio é registrado a cada sete horas no país, conforme os dados mais recentes do Fórum de Segurança Pública. Além disso, também ressalta que nada disso é causado pelo futebol e nem porque os agressores são “monstros”, listando os fatores que considera preponderantes: machismo, desigualdade de gênero, ideia enraizada de que homens são superiores e de que mulheres devem ser submissas a eles. Segundo a matéria, essa cultura é tão forte que a denúncia de uma violência se torna um desafio para as vítimas que lidam até mesmo com delegados que tentam fazê-las desistir da denúncia e ouvem que podem “acabar com a vida” dos seus agressores. O blog afirma que “nunca vimos um debate na mídia esportiva mencionar nada disso”.

Por fim, o texto coloca como importante ressaltar que o papel de colocar a violência contra a mulher em pauta no futebol não é só “das jornalistas e das comentaristas”, que, infelizmente, segundo o blog, são poucas na mídia esportiva. Com isso, opina que todos deveriam estar preparados para abordar essas questões com responsabilidade e finaliza: “a imprensa esportiva está pronta pra essa conversa?”.

Nesta última matéria selecionada, além de reafirmar sua visão do papel do jornalismo de forma explícita, o Dibradoras também critica a mídia esportiva hegemônica por não abordar ou minimizar a pauta da violência contra a mulher no futebol, além de buscar desconstruir ideias pré-concebidas sobre esse cenário – como a de que a vítima que denuncia um jogador de futebol “quer aparecer” – e denunciar situações que podem ocorrer nesses casos. Há o uso de diversos recursos de um texto opinativo e o emprego de uma linguagem não informal, mas simples e direta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo do presente trabalho de realizar uma análise sobre a abordagem do blog Dibradoras em matérias que exploraram, em 2020, o tema da violência contra a mulher, pauta cara e comum a diversas vertentes do movimento feminista, foi possível observar alguns pontos após o percurso metodológico proposto e a fundamentação teórica elaborada.

As três publicações selecionadas como corpus do artigo possuem como ponto comum o fato de usarem como “gancho” ou introdução acontecimentos recentes que já haviam repercutido na mídia tradicional. Dessa forma, não há o levantamento de uma pauta nova, um trabalho investigativo, uma cobertura ou informação exclusiva dos episódios, mas sim abordagens alternativas que refletem a linha editorial do blog e se manifestam em forma de análises jornalísticas, majoritariamente, opinativas. Isso porque, segundo Giordani (2005), no texto jornalístico opinativo, o jornalista tem a liberdade, segundo a técnica, de recorrer

ao uso de adjetivos para qualificar ou desqualificar fatos, personagens ou ideias. Pode-se dizer ainda que os textos seguem a lógica do discurso jornalístico visto como um “dizer retórico que alia argumentos racionais e emocionais e que delineia estratégias discursivas a serviço da construção do verossímil, buscando a adesão do público favorável às teses defendidas” (Giordani, 2005).

Outro ponto convergente das três matérias é o questionamento acerca de dois pontos: o papel do jornalismo e, especificamente, da imprensa esportiva, considerados essenciais para o debate de temas vistos como relevantes para a sociedade, e os valores que envolvem o futebol, apontado como um fenômeno social de grande visibilidade cujo atores se tornam modelos de conduta e personagens influentes em cenários sociopolíticos.

Dessa forma, o blog Dibradoras se revela um espaço no universo digital que propicia olhares alternativos e analíticos para o tratamento de pautas esportivas por meio de uma linguagem acessível e direta com a utilização de argumentos fundamentados, reforçando o lugar do jornalismo esportivo enquanto um campo de reivindicação social. No entanto, levando em consideração as categorias elaboradas por Vegh (2003) e o quadro teórico construído sobre ativismo digital, é possível considerar que o objeto dessa pesquisa se situa na primeira categoria, que fala em iniciativas de conscientização e apoio com o propósito de sensibilizar o público utilizando fontes alternativas de informação. Com isso, o Dibradoras, nas matérias do blog, não cumpre totalmente esses requisitos, já que as fontes consultadas nos materiais são as envolvidas nos casos de acordo com o encaminhamento escolhido. Na primeira matéria, em que se repercutia os comentários de Jéssica Senra sobre o caso

Bruno, a fonte foi justamente a jornalista. Na segunda, com enfoque na agressão do goleiro Jean, a fonte é o jogador. Já na terceira, que faz uma análise mais ampla, mas motivada pelos acontecimentos envolvendo o atacante Dudu e o ex-técnico René Simões, não há fontes consultadas. Há também fontes documentais, invariavelmente de órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde.

Além disso, apesar da ligação do tema com o movimento feminista e o recorte de gênero feito pelos conteúdos e pela linha editorial do blog, os quais dão pistas de um possível posicionamento político, não há sugestão de mobilização ou coordenação de ações efetivas ligadas a movimentos sociais para que o trabalho do blog seja considerado uma forma de ativismo.

No entanto, vale ressaltar que o Dibradoras produz conteúdos em diversos formatos e plataformas, como as redes sociais. Com isso, por meio de hashtags e postagens no Facebook, no Instagram e no Twitter, há exemplos de iniciativas que poderiam contribuir para mobilização. Por exemplo, a divulgação da campanha Let Her Run ou Deixa Ela Correr, que reivindica os direitos de mulheres no atletismo e o fim do tratamento abusivo no contexto de exames e testes para atestar que são mulheres. Por fim, não é possível afirmar que todo o conteúdo produzido pelo Dibradoras é considerado ativismo digital, mas, no recorte proposto, não há indicativos para chegarmos a essa conclusão.

REFERÊNCIAS

Bahia, J. (1990). *Jornal: História da imprensa brasileira*. Editora Atica.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133.

Coelho, P. V. (2003). *Jornalismo esportivo*. Contexto.

Deslandes, S. F. (2018). O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 23(10).

Dibradoras. Lugar de mulher é no Esporte. (s.d.). Recuperado de <https://www.catarse.me/Dibradoras>

Elias, N., & Dunning, E. (1985). *A Busca da Excitação*. Difel.

Giordani, R. (2005). Jornalismo opinativo: estratégias retóricas. *Revista Trama*, 1(2).

Mendonça, (2020, janeiro 7). Jéssica Senra toca em feridas necessárias: ‘Que valores o futebol tolera?’. *Veja*. <https://Dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2020/01/07/jessica-senra-toca-em-feridas-necessarias-que-valores-o-futebol-tolera/>

Kfourir, J. (2017). *Confesso que perdi: Memórias* (1ª ed.). Companhia das Letras.

Não foi a imprensa que agrediu sua esposa, Jean. (2020, fevereiro 14). Recuperado de <https://Dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2020/02/14/nao-foi-a-imprensa-que-agrediu-sua-esposa-jean/>

Polat, R.K. (2005). The internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, 20(4), 435-459.

Prudêncio, K. (2006). *Mídia Ativista: a comunicação de movimentos por justiça global na internet* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC].

Vegh. S. (2003). Classifying forms of online activism – the case of cyberprotests against the World Bank. In M. McCaughey & M. D. Ayers (Eds.), *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. Routledge.

A violência contra a mulher precisa entrar na pauta do futebol. (2020, junho 29). Recuperado <https://Dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2020/06/29/a-violencia-contr-a-mulher-precisa-entrar-na-pauta-do-futebol/>

Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 - Ed.2. (2020). Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>

O ATIVISMO DO GREENPEACE BRASIL NO INSTAGRAM

Livia Maria de Oliveira Furlan¹

1 INTRODUÇÃO

A organização ambiental Greenpeace foi criada em 1971, quando um grupo de doze pessoas se organizou a fim de viajar de Vancouver, no Canadá, para as ilhas Amchitka, Alaska, na tentativa de impedir testes nucleares dos Estados Unidos da América naquele local. O nome Greenpeace também surgiu nessa mesma oportunidade, quando o grupo realizou a venda de broches para arrecadar fundos para a viagem, juntando as palavras “Green” (Verde, em inglês) e “Peace” (Paz, em inglês) nos objetos de venda. Ainda que a missão não tenha tido sucesso, pois o grupo foi interceptado antes que chegasse ao local pretendido, o episódio ganhou visibilidade mundial, fazendo com que houvesse uma pressão popular para os Estados Unidos pararem com os testes nucleares, o que aconteceu, transformando Amchitka em um santuário dos pássaros.

A partir disso, a organização foi levada adiante. Segundo o site brasileiro do Greenpeace, a missão do movimento é o de “garantir a capacidade da Terra de nutrir a vida em toda a sua diversidade” (Greenpeace, 2020, online), o que, ainda segundo o portal, significa

1. Jornalista. Pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista - UNESP

“proteger a biodiversidade em todas as suas formas; prevenir a poluição do ar, das águas e da terra; acabar com a ameaça nuclear e enfrentar as mudanças climáticas; promover a paz, o desarmamento global e a não-violência.” (Greenpeace, 2020, online).

Após 21 anos, em 1992, o Greenpeace chegou ao Brasil, no dia 26 de abril. Na ocasião, a organização (membros e voluntários) manifestou-se contra a usina de energia nuclear em Angra dos Reis (RJ), além de prestar homenagem aos mortos da explosão de Chernobyl, ocorrida em 1986. No mesmo ano, o país recebeu a ECO-92, uma conferência das Nações Unidas que reuniu mais de cem chefes de Estado e que tinha por objetivo debater maneiras de realizar-se desenvolvimento sustentável no planeta. Hoje, o Greenpeace possui, no Brasil, “65 mil doadores, quase 3 mil voluntários e mais de 5 milhões de ciberativistas, que nos seguem nas redes sociais” (Greenpeace, 2017, online).

Além dos protestos físicos, ocorridos em todo o globo terrestre, o Greenpeace também realiza outros tipos de atividades, segundo Heinzen (2018), que seriam “remoção de lixo em áreas ambientais e plantio de árvores, até discussões mais pontuais, como debates em ambientes políticos por assuntos específicos, fazem parte da pauta.” (p. 45).

Na esfera virtual, a organização trabalha com o ciberativismo, através de “propagação de mensagens e informações relacionadas a determinadas causas, manifestos e organização de petições e abaixo-assinados, ainda funcionando como intermediador para a organização de atividades fora do ambiente digital.” (Heinzen, 2018, p. 45). Também trabalha com perfis oficiais em redes sociais como Instagram, Facebook, Twitter e YouTube, onde, segundo Heinzen,

busca levar ao público, por meio das publicações, informações referentes às suas atividades e motivar na população o desejo de contribuir para um mundo melhor, se utilizando do recurso visual baseado na fotografia como uma das principais ferramentas de difusão da causa. (Heinzen, 2018, p. 46)

O uso do ciberativismo pelos movimentos sociais ou ambientais vem crescendo conforme a evolução e popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Além disso, de acordo com reportagem do portal da revista Época, “o tempo gasto nas redes sociais globalmente aumentou quase 60% em média nos últimos sete anos.” (BBC, 2019, online), demonstrando que usufruir das TICs para atingir o público que se busca é quase como item obrigatório para os movimentos. Além disso, segundo Miguel, as Tecnologias da Informação e Comunicação possibilitam “as diferentes formas de comunicação em rede, os processos de construção de interatividade, mobilização e ativismo e seus possíveis impactos na sociabilidade.” (Miguel, 2014, p. 87)

Tendo essas informações em mãos, o presente artigo busca descobrir como são as postagens no feed do Greenpeace Brasil na rede social Instagram e qual o teor que elas levam: seriam elas voltadas exclusivamente ao meio ambiente?

O objetivo do trabalho é o de caracterizar qual é o conteúdo publicado pelo movimento ambiental, através do seu perfil brasileiro no Instagram, em prol de atingir os objetivos da entidade. Baseia-se na justificativa de poder compreender a dinâmica do conteúdo veiculado no perfil do Instagram com temas pertinentes à sociedade e ao que propõe um dos maiores movimentos ativistas ambientais do mundo.

Rede de compartilhamento de fotos e vídeos, o Instagram foi a rede social escolhida para o presente artigo exatamente por trabalhar com fotografia, que “desde os primórdios de sua prática, tem sido conhecida como o ‘espelho do mundo’” (Machado, 2015, p. 13). A fotografia é um dos meios para se propagar uma mensagem e, de acordo com Vilém Flusser, “A cada vez que troca de canal, a fotografia muda de significado: de científica passa a ser política, artística, privativa. A divisão das fotografias em canais de distribuição não é operação meramente mecânica: trata-se de operação de transcodificação.” (Flusser, 2002, p. 50).

De acordo com Heinzen,

Aproveitando o poder de alcance dessas redes digitais, o Greenpeace busca levar ao público, por meio das publicações, informações referentes às suas atividades e motivar na população o desejo de contribuir para um mundo melhor, se utilizando do recurso visual baseado na fotografia como uma das principais ferramentas de difusão da causa. (Heinzen, 2018, p. 46)

Para atingir o que se pretende com o artigo, será utilizada a metodologia das conotações. Tendo por base as semiologias de Roland Barthes e a de Umberto Eco, a metodologia das conotações é a complementaridade das duas teorias, o que, segundo Casadei (Diniz, 2018, p. 45), “a despeito de suas diferenças, ambas metodologias partem de um mesmo pressuposto, a necessidade de um real concreto para a existência da fotografia e sua produção de sentido.”

Segundo Diniz (2018), a conotação é compreendida por Barthes como “a dimensão simbólica, preenchida por códigos culturais, estruturados num sistema de linguagem, ganhando sentidos além da sua referencialidade” (pp. 42-43). Em seu ensaios *A mensagem fotográfica*,

Barthes explica que a fotografia traz duas mensagens: uma denotativa, que é a representação analógica do objeto (conceito de *analogon*); e uma mensagem conotativa, que traz significados para a imagem de acordo com o que se deseja produzir de sentido.

Ainda nesse ensaio, Barthes propõe seis processos de conotação: trucagem, pose, objetos, fotogenia, estetismo e sintaxe. Por se tratar de um artigo, serão explicados somente os processos utilizados pelo trabalho nas análises das imagens. São eles: trucagem, consiste numa intervenção na fotografia, uma espécie de montagem; objetos, funcionam como indutores de leituras, são completos em si, enquanto elementos físicos, mas remetem a significados e valores; fotogenia, a mensagem conotada surge através da mensagem denotada, isto é, na própria estrutura da imagem através da iluminação, impressão e outras técnicas de composição da fotografia; e sintaxe, quando há uma série fotográfica, uma ordem cronológica de registros sobre um mesmo acontecimento. (Diniz, 2018, pp. 43-44).

Já Umberto Eco, segundo Diniz (2018), propõe que o signo icônico “depende um contexto ou enunciado para ser interpretado, dada sua complexa relação de significado.” (p. 44). Ainda de acordo com Diniz, Eco propõe cinco níveis de análise para o signo:

- 1) Nível Icônico, plano da denotação.
 - 2) Nível Iconográfico, plano da conotação.
 - 3) Nível Tropológico, figuras de retórica transpostas para comunicação visual (hipérbole, metáfora, etc).
 - 4) Nível Tópico, se baseia nas premissas e lugares de argumentação, Eco o considera um nível ideológico entre argumentação e opinião.
 - 5) Nível Entimemático, conclusões levadas pela argumentação do nível anterior.
- (Diniz, 2018, p. 44)

Para o presente artigo, serão utilizados os níveis Icônico, Iconográfico, Tópico e Entimemático.

Além disso, considerando que a fotografia é o “espelho do mundo”, o artigo também utiliza a observação da realidade como metodologia, pois a fotografia representa a realidade observada e, ainda, segundo Duarte e Barros (2009), a observação faz parte da rotina do indivíduo e, a partir dela, os fatos existem.

Os ‘fatos’ só existem a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si. (Duarte & Barros, 2009, p. 33)

Figura 1

Exemplo de postagem de foto individual

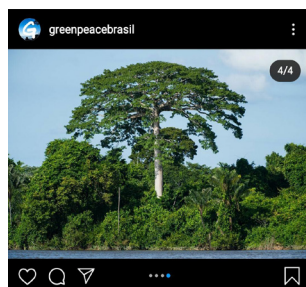
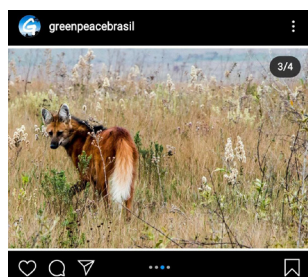
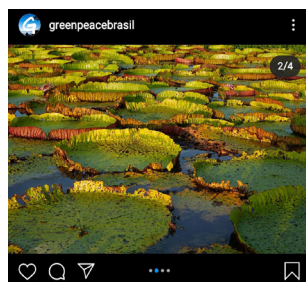
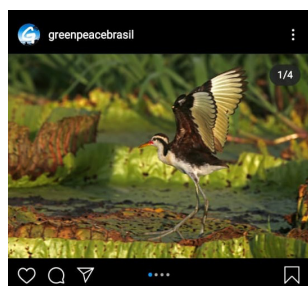


Greenpeace, 2020

Foram selecionadas cinco postagens de fotografia no perfil brasileiro da organização ambiental Greenpeace na rede social Instagram, entre o período de 28 de julho de 2020 a 03 de agosto de 2020, com o objetivo de limitar as opções de escolha. O total de postagens nesse intervalo de tempo foi de 29, dentre as quais 16 de fotos individuais, 5 de fotos em carrossel e 7 postagens de vídeo, as quais não serão consideradas para o presente artigo. Em um primeiro momento, as postagens escolhidas foram divididas em fotografias individuais, quando a postagem é composta apenas por uma foto, e fotografias em carrossel, quando a postagem traz mais de uma foto e em sequência.

Figura 2

Exemplo de postagem em carrossel



Greenpeace, 2020

Foram selecionadas quatro postagens de fotos individuais e uma de fotos em carrossel. Apenas as postagens em carrossel trarão a categoria sintaxe em sua análise nos níveis Icônico e Iconográfico, pois considera-se que as fotografias que compõem as publicações estão em ordem cronológica de um acontecimento.

2 Análise das Postagens

2.1 Postagem individual

2.1.1 Postagem 1

Figura 3



Greenpeace, 2020.

Níveis Icônico e Iconográfico (denotação e conotação):

1. Trucagem: a foto contém a intervenção da escrita na parte superior, onde se lê “Burrito Vegano de Feijão Preto” em letras brancas em um fundo bege. No canto inferior esquerdo, há a escrita onde se identifica o logo do Greenpeace, na frente da palavra está escrito “Recife” e, acima, a palavra “voluntários”.
2. Objetos: em um primeiro plano, um prato onde se tem três burritos veganos de feijão preto. O prato está em cima de um pano. Em segundo plano, uma cumbuca onde se encontram os ingredientes misturados que fazem parte do recheio

da receita. Os objetos estão em cima de uma superfície de madeira (possivelmente uma mesa).

3. Fotogenia: o enquadramento do prato com os burritos é em primeiro plano, dirigindo a atenção para o produto da receita. Os objetos em segundo plano estão desfocados, fazendo com que o prato tenha maior destaque. As cores na foto são chamativas e destacadas pela iluminação, principalmente no prato com os burritos, que tem uma iluminação direta. A foto deixa transparecer a textura da comida. Há o uso de perspectiva, criando a ilusão de espaço tridimensional. A composição da foto dá o equilíbrio para ela.

Níveis Tópico e Entimemático:

A composição da fotografia identifica que a postagem trará uma receita culinária de burrito vegano de feijão preto, fato comprovado pela escrita na parte superior da foto. Além disso, a forma de colocar o prato pronto em primeiro plano, com uma iluminação direta, traz a conotação de ser uma comida apetitosa, o que pode ser uma estratégia para desmistificar a opinião de que comidas veganas ou vegetarianas não são saborosas.

A foto, segundo legenda da postagem, faz parte da campanha Segunda Sem Carne, que “se propõe a conscientizar as pessoas sobre os impactos que o uso de produtos de origem animal para alimentação tem sobre os animais, a sociedade, a saúde humana e o planeta” (Sociedade Vegetariana Brasileira, 2020, online). A postagem trabalha a preservação do meio ambiente através da campanha, já que a produção de carne precisa de pasto e florestas são desmatadas para abrigar a agropecuária. Segundo Guedes (2017), “A pecuária bovina também está fortemente associada com o desmatamento da Amazônia, sendo sua causa imediata mais importante.” (p. 71)

2.1.2 Postagem 2

Figura 4



Greenpeace Brasil/Instagram.

Níveis Icônico e Iconográfico (denotação e conotação):

1. **Objetos:** Um tecido amarelo que representa o revestimento de um termômetro, além de representar os medidores de temperatura, trazendo, inclusive, um número - 1,5°. Algumas pessoas deitadas, vestidas com a cor amarela, estão nesse tecido. Na parte interna do termômetro, está um tecido vermelho, o que representaria o mercúrio usado para obter a temperatura. Também há pessoas deitadas nesse tecido, porém vestidas de vermelho. Entre os tecidos amarelo e vermelho há uma luz (não há como distinguir se é feita por lâmpadas ou fogo).
2. **Fotogenia:** uso de Grande Plano Geral, para o ambiente ser o elemento primordial. Não há movimento, porém esse fato é o que dá força para ação. A forma se dá pela representação do termômetro pelos tecidos. O fundo é de cor roxa, os tecidos e as roupas das pessoas são amarelo e vermelho. O equilíbrio é dado pela composição das cores usadas. A iluminação da imagem é baixa.

Níveis Tópico e Entimemático:

De acordo com a legenda da postagem no perfil do Greenpeace Brasil no Instagram, a imagem é de um protesto realizado pelo Greenpeace

na Alemanha contra as usinas de carvão, por ela agravarem a emissão de gases poluentes. Tais gases fazem com que a temperatura do globo terrestre aumente, sendo um dos motivos do aquecimento global. O termômetro representa esse aumento do aquecimento. O número em destaque na foto, e ao lado do termômetro de tecido, pode representar o grau de aumento da temperatura terrestre na época em que o protesto foi realizado. A conotação é voltada para esse ponto: o aumento da temperatura da Terra, portanto, o aquecimento global, o que já está trazendo consequências para o planeta em si e seus habitantes.

2.1.3 Postagem 3

Figura 5



Greenpeace Brasil/Instagram.

Níveis Icônico e Iconográfico (denotação e conotação):

1. Trucagem: na lateral esquerda da imagem, formas de palitos, em movimento de onda, que vão aumentando de largura conforme se aproximam da borda. Logo à frente deles, os dizeres: “A Amazônia precisa da sua ajuda!” em branco e vermelho. Do lado direito, um balão de fala com a palavra “Help” (ajuda, em inglês) saindo de uma árvore. Na borda lateral

esquerda, na parte de baixo, os dizeres “Victor Moriyama/ Greenpeace”, em branco. No canto esquerdo inferior, a frase “Se não agirmos já, os impactos serão irreversíveis. #TODOSPELAAMAZÔNIA”, em branco. No canto direito inferior, o logo do Greenpeace.

2. Fotogenia: uso de plano médio. O destaque fica para a árvore, que se encontra enquadrada no terceiro terço da foto. O movimento é dado pela fumaça que sai dentre a vegetação. As cores variam entre branco, verde e marrom, sendo as duas últimas usando tons escuros. A iluminação é baixa em toda a foto. Há perspectiva é determinada pela árvore em destaque, mais alta do que a vegetação ao seu redor.

Níveis Tópico e Entimemático:

O movimento #TODOSPELAAMAZÔNIA foca em preservar a Floresta Amazônica, a qual a maior parte está em território brasileiro. Ameaça por seres humanos, a Amazônia está perdendo espaço para a agropecuária e o garimpo ilegal. Árvores são derrubadas e queimadas são realizadas sem que a fiscalização aconteça ou dê conta de punir os responsáveis por tal ato. O fato de a fotografia trazer uma única árvore de pé com um balão de fala pedindo ajuda, em meio à fumaça que envolve a floresta, dá a conotação de que a Floresta Amazônica precisa de socorro em meio à situação que vive e que é através do movimento #TODOSPELAMAZÔNIA que o bioma conseguirá ser salvo ou ter algum tipo de auxílio. Para isso, a imagem traz os dizeres convocando o leitor a participar do movimento, com a frase “A Amazônia precisa da sua ajuda!”. Além disso, a baixa iluminação da fotografia destaca os dizeres de pedido de ajuda.

2.1.4 Postagem 4

Figura 6



Greenpeace Brasil/Instagram.

Níveis Icônico e Iconográfico (denotação e conotação):

1. Trucagem: faixas pretas na parte de cima e na parte de baixo da imagem. Uma nuvem azul escura na lateral esquerda da imagem, com os dizeres: “As árvores somos nozes” tendo, ao lado, um ícone de árvore em formato de noz. Abaixo, vem a frase: “A pressão do mercado pelo fim do desmatamento”. No canto inferior direito, o logo do Greenpeace em cima do que aparenta ser uma grama.
2. Objetos: placa em formato de árvore, segurada por manifestante, onde se lê “carne = mudanças climáticas”. Atrás, uma faixa carregada por outros manifestantes, onde se lê “desmatamento zero”.
3. Fotogenia: imagem em plano geral, usado para localizar o espaço da ação e o sujeito. Ângulo lateral, da direita para a esquerda, destacando a pessoa com a placa. Do lado direito da foto, a cor é natural. Do lado esquerdo, a cor é manipulada para o verde. A iluminação natural enfatiza o manifestante com a placa. A foto tem muita informação escrita, o que dificulta o equilíbrio.

Níveis Tópico e Entimemático:

A composição da imagem com a fotografia e os elementos ilustrativos levam à conotação de pressão (através de protestos) do mercado

(os protestantes) para o fim do desmatamento, que é, em boa parte, causado pela agropecuária (produção de carne). Além dessa associação e conotação, há também a associação de carne (a causa do desmatamento) às mudanças climáticas, pelo fato de que a degradação de biomas gera aumento do aquecimento global, falta de chuvas, entre outros fatores ligados às mudanças climáticas.

2.2 Postagem carrossel

2.2.1 Carrossel 1

Figuras 6



(Foto 1 e foto 2) Greenpeace, 2020



(Foto 3 e foto 4) Greenpeace, 2020

Níveis Icônico e Iconográfico (denotação e conotação):

1. Objetos: Foto 1 - da esquerda para a direita: lona branca, ao fundo uma motocicleta. Homem com camiseta branca, calça jeans, máscara e luva brancas, em cima de uma picape.

Caixas colocadas na picape. Prédios ao fundo. Homem com camiseta, máscara e luva azul, e relógio. Banco preto. Parte da asa do avião. Foto 2 - da esquerda para a direita: homem de camiseta vinho e máscara preta, segurando uma sacola amarela. Avião com a porta levantada. Dentro dele, um homem de camiseta preta, calça camuflada e luva azul. O homem de camiseta, máscara e luva brancas com uma sacola amarela na mão. Uma picape branca entre eles. Uma estrutura de madeira ao fundo. Foto 3 - da esquerda para direita: avião com portas levantadas, asa em destaque. Caixa cinza e sacolas pretas, brancas e amarelas no chão. Homem com camiseta azul escura e calça jeans próximo à porta do avião. Picape branca quase completa na foto. Homem de branco em cima da picape. Mulher com máscara. Foto 4 - caixas, com ilustrações e identificações do que contém, empilhadas no chão.

2. Fotogenia: Foto 1 - fotografia em plano médio, descrevendo a ação realizada e os sujeitos que a compõem. Tem equilíbrio pelos objetos e elementos que compõem a fotografia. Composta por três planos de profundidade (dentro do avião, plano onde está a picape e as pessoas, e a casa ao fundo), dando perspectiva. Iluminação natural. Foto 2 - plano médio, com destaque no primeiro terço onde se encontra o homem com camiseta vinho. Iluminação natural. Ângulo da esquerda para a direita, dando a perspectiva de profundidade nessa direção. Foto 3 - fotografia em plano geral, destacando a ação em si. Iluminação natural. Foto 4 - uso de plano médio, com iluminação natural. Equilíbrio é dado pela forma como as caixas estão dispostas no chão.
3. Sintaxe: a sequência de fotos registra pessoas descarregando luvas, máscaras e *face shields* de um avião de pequeno porte para uma caminhonete ou um depósito.

Níveis Tópico e Entimemático:

Tendo conhecimento do contexto da Covid-19 e a legenda da fotografia, as imagens em sequência dão a conotação de uma ação da

organização Greenpeace com intenção de levar proteção (máscaras, *face shields* e luvas) para algum local. Especificamente para Santa Rosa do Purus (AC), visto que tem uma identificação da prefeitura da cidade na lateral da caminhonete (foto 2). De acordo com a postagem no Instagram, a ação levou, além da proteção, itens de higiene básica, como álcool em gel e água sanitária, para a Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre (Fephac). Segundo relatório do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), a taxa de infecção por Covid-19 em povos indígenas é 84% mais alta, a cada 100 mil habitantes, do que a média nacional. (IPAM, 2020, online).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar as análises, considera-se que o teor das publicações do Greenpeace Brasil no Instagram não é exclusivo para o meio ambiente. As postagens, além de conteúdo voltado à preservação do meio ambiente, também trazem ações de ajuda humanitária. As fotografias do carrossel 1 demonstram que as ações do Greenpeace Brasil não são exclusivamente voltadas para o meio ambiente, mas também para ajudar aos que são minorias e, no caso da postagem analisada, aos que correm maior risco com relação à Covid-19.

O conteúdo das postagens analisadas é caracterizado por imagens com intervenções, principalmente escritas, que tem por objetivo incentivar alguma campanha apoiada pelo Greenpeace Brasil (fotos individuais 1, 3, e 4). Além disso, há o uso de fotos do Greenpeace de outros países, com o objetivo de chamar a atenção para alguma causa defendida pelo Greenpeace (foto individual 2).

Além de conteúdos que visam transmitir a urgência em proteger os ecossistemas brasileiros e chamadas para causas como ajuda humanitária para minorias, a organização também trabalha com lives, receitas e notícias relacionadas ao governo e suas ações, ou inações, para com o meio ambiente e a democracia. O presente artigo considera que os conteúdos publicados pelo Greenpeace Brasil no Instagram conseguem atingir os objetivos defendidos pela organização, de forma direta ou indireta.

REFERÊNCIAS

- BBC NEWS Brasil. (2019, 06 de setembro). *Brasil é 2º em ranking de países que passam mais tempo em redes sociais*. <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/09/brasil-e-2-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.html>
- Barthes, R. (s.d.). *A mensagem fotográfica*. <http://www.leden.uerj.br/wp-content/uploads/2019/05/49666238-A-Mensagem-Fotografica-Roland-Barthes.pdf>
- Diniz, T. V. G. (2018). *A Construção Imagética das Elites Brasileiras em Contraposição a Outros Grupos Sociais nas Fotografias de Albert Henschel e Henrique Klumb: Práticas Socioculturais e suas Produções de Sentido* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista - UNESP] <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157423>
- Duarte, J., & Barros, A. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Atlas.

Feijó, C. (s.d.). *Linguagem fotográfica*. <http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downloads-uteis-linguagem-fotografica.pdf>

Flusser, V. (2002). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Relume Dumará.

Guedes, C. S. (2017). *A pecuária e a floresta amazônica: causas aparentes do desmatamento* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA]. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5869145

Greenpeace. (2020). *Quem somos*. <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/>

Greenpeace. (2020). *Nossa história*. <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/nossa-historia/>

Greenpeace. (2020). *Greenpeace: 25 anos no Brasil lutando pelo meio ambiente e pela vida*. <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/greenpeace-25-anos-no-brasil-lutando-pelo-meio-ambiente-e-pela-vida/>

Heinzen, P. (2018). *Fotografia e conscientização ambiental em tempos de mídias sociais: um estudo sobre o greenpeace no Instagram* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Tecnológica Federal do Paraná] http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/12717/1/CT_CODEG_2018_2_16.pdf

Instagram Greenpeace Brasil (s.d.). <https://www.instagram.com/greenpeacebrasil/>

IPAM. *Mortalidade de indígenas por covid-19 na Amazônia é maior do que média nacional*. <https://ipam.org.br/mortalidade-de-indigenas-por-covid-19-na-amazonia-e-maior-do-que-medias-nacional-e-regional/>

Machado, A. (2015). *A ilusão especular: uma teoria da fotografia*. Gustavo Gili.

Meneghetti, D. (2012). O que foi a Eco-92? *Super abril*. <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-eco-92/>

Miguel, K. (2014). *Pensar a cibercultura ambientalista: comunicação, mobilização e as estratégias discursivas do GreenPeace Brasil* [Tese de Doutorado em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo]. <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/685/1/KMiguel1.pdf>

JORNALISMO PARA A PAZ E JORNALISMO CIDADÃO: REFLEXÕES, CONVERGÊNCIAS E APLICAÇÕES

Diuan dos Santos Feltrin¹

1 INTRODUÇÃO

Este estudo discute as possíveis convergências entre dois modelos de construção jornalística: o Jornalismo para a Paz (Peace Journalism) e o Jornalismo Cidadão (Civic Journalism). Embora concebidas em contextos distintos, as práticas têm em comum o fato de apresentarem contrapostas às construções jornalísticas habitualmente desempenhadas pelas mídias tradicionais e hegemônicas, isto é, que se destacam em termos de abrangência e representatividade comercial. Tanto o Jornalismo para a Paz quanto o Jornalismo Cidadão estão impelidos em questionar estruturas geradoras de conflitos e desigualdades, privilegiando o caráter proativo do público receptor, bem como sua autonomia e capacidade transformadora.

A atividade jornalística possui intrínseca relação com a democracia, haja vista que o acesso à informação é um dos pilares de um sistema democrático. Neste sentido, o jornalismo realiza a mediação entre os acontecimentos e o público (Gentili, 2005). A depender da forma

1. Mestrando do programa de pós-graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC – UNESP Bauru/SP). diuan.feltrin@unesp.br

como são elaboradas, as notícias têm a capacidade de contribuir com a formulação de pontos de vistas e percepções do público acerca do acontecimento narrado e podem, sobretudo, estimular o engajamento do receptor diante de contextos em que prevalecem injustiças, desigualdades e conflitos.

O público, na condição de ator social, transita por diversas esferas da sociedade. Deste modo, deve ser considerado como sujeito crítico, ativo e, portanto, com grande potencial transformador. Esta autonomia é contemplada pelos vieses do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo Cidadão, que estão focados no protagonismo social dos receptores. A cidadania crítica, assumida a partir da compreensão da realidade e do acesso à informação, é um importante caminho que contribui para a superação das violências, especialmente a estrutural. De acordo com Galtung (2003), esta violência está impregnada nas estruturas sociais e corresponde, por exemplo, às desigualdades de todas as ordens. Identificar esta violência social a partir das notícias é o primeiro passo para lutar por sua superação.

Por meio de pesquisa bibliográfica, este artigo apresenta reflexões sobre o compromisso social do jornalismo e sua indissociabilidade com a efetivação da democracia. Especifica os vieses do Jornalismo para a Paz e do Jornalismo Cidadão, com a finalidade de apresentar uma possível conexão entre as práticas. O estudo se aplica como uma primeira exposição acerca da relação possível entre estes modelos e presta relevante contribuição para a área, dado que as pesquisas sobre estas correntes jornalísticas ainda são incipientes. Desse modo, abrem-se brechas para futuras investigações de caráter aprofundado e analítico,

que apliquem os tópicos do Jornalismo para a Paz e Jornalismo Cidadão para analisar objetos específicos.

2 JORNALISMO E COMPROMISSO SOCIAL

Um dos pressupostos para que uma democracia se consolide é propiciar aos cidadãos e cidadãs o acesso às informações, sobretudo de interesse público, de forma transparente. Neste sentido, a prática jornalística realiza importante função, pois promove a mediação entre os acontecimentos e o público, fornecendo as informações necessárias para que os indivíduos possam realizar a leitura da sociedade a que pertencem. No entanto, é preciso considerar que os veículos jornalísticos estão inseridos em lógicas mercadológicas e, por isso, precisam seguir alguns ditames relacionados às visões empresariais e mercantis. Nesta visão capitalista, o processo de elaboração de notícias segue a lógica da produção em série, o que aproxima a notícia de um produto vendável (Medina, 1998).

Marcondes Filho (1989) reflete acerca desta lógica que transforma notícia em mercadoria, o que muitas vezes leva os veículos a se apropriarem de apelos estéticos, emocionais e sensacionais, tendo como objetivo final cativar a audiência. Segundo o autor, “a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo” (Marcondes Filho, 1989, p. 13). O autor prossegue sua crítica e afirma que a notícia, diante deste viés mercadológico, pode ser colocada como um meio de manipulação ideológica, como forma de fortalecer alguns grupos sociais e políticos, em detrimento de outros.

A despeito desta visão, é fato que uma das principais funções da práxis jornalísticas é colocar-se como mediadora entre os acontecimentos e o público, principalmente quando as informações são revestidas de interesse público. O jornalista é, primeiramente, um comunicador social (Bordenave, 1982), e está a serviço da democracia, de modo que um dos pilares da profissão é proporcionar às pessoas a capacidade de compreender suas necessidades e, com isso, tomar decisões que gerem impacto em suas vidas particulares e comunitárias. Esta seria a base e a razão de ser da práxis jornalística, o que a coloca muito além da mera concepção de produção em série.

Revestido de responsabilidade social, o jornalismo atua como instância estimuladora de reflexões e tem a capacidade de fomentar o engajamento do público, quando confrontado com situações em que prevalece a opressão. O estímulo à compreensão da realidade leva em conta o potencial crítico e transformador das pessoas, sobretudo diante de estruturas nas quais imperam desigualdades e violências. As narrativas jornalísticas, independentemente dos canais pelos quais são propagadas, podem ser formuladas com a intenção de ampliar a conscientização do público acerca de seu próprio potencial transformador. Como argumenta Ijuim (2009, p. 34):

Esta aptidão para estar no e com o mundo suscita a possibilidade de, pela reflexão, ter consciência de si e, por um olhar crítico diante do mundo, ter consciência da realidade concreta. O olhar crítico diante do mundo, porém, não admite uma postura de admiração, ou contemplação. Ao contrário, supõe a ação para a transformação.

Essa possibilidade de compreensão da realidade, bem como a somatória de esforços para transformar conjunturas opressoras apenas é possível

por meio do acesso à informação. Como argumenta Gentili (2005), a informação é um direito civil inalienável, manifestado por meio da difusão de conteúdos de forma livre. Com efeito, o exercício efetivo da cidadania possui intrínseca relação com o acesso às informações que permeiam a sociedade. O autor especifica que o direito civil à informação é uma das condições para que os direitos políticos sejam efetivados; neste sentido, o jornalismo, na condição de mediador, é uma ferramenta imprescindível para que as informações possam circular e chegar ao público, que formulará suas percepções acerca do acontecimento narrado. “A informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo nos dias de hoje. O que alguns autores chamam de ‘necessidade social da informação’ é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo” (Gentili, 2005, p.125).

A divulgação dos fatos relacionados à esfera pública garante, pois, visibilidade à democracia (Soares, 2009), de modo a estimular o exercício da cidadania. No entanto, como salienta Soares (2009, p. 146), “a força da publicidade dada aos acontecimentos advém da coletividade, que toma conhecimento dos fatos publicados e espera providências”. Compreende-se, assim, que o processo de transmissão de notícias confere ao jornalismo um caráter educador, ou seja, aliado à outras ferramentas, tais como a educação e os movimentos populares, é capaz estimular o posicionamento crítico do público, principalmente diante de estruturas opressoras. Neste sentido, o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo Cidadão desempenham importante função, pois suas respectivas abordagens seguem na contramão das práticas que prevalecem no jornalismo hegemônico, limitado, na maioria das vezes, pelas regras estabelecidas pela lógica capitalista.

3 JORNALISMO PARA A PAZ E A SUPERAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

A perspectiva jornalística voltada para a paz tem como fundamento não apenas compreender os conflitos, mas, principalmente, apresentar caminhos para sua superação. A corrente emerge no contexto dos Estudos para a Paz – Peace Studies – que, durante o período pós-guerra, propunha diretrizes epistemológicas que fundamentassem o entendimento sobre a guerra e a paz, além de buscar meios de superação às diversas formas de violência observadas na sociedade (Cabral & Salhani, 2017). No campo dos Estudos para a Paz, o conceito “paz” não corresponde somente à ausência de conflitos e tampouco a um ideal utópico e inalcançável, como apregoa o senso comum; pelo contrário, a paz é tida como objeto de pesquisa e, portanto, estudada a partir de seus próprios méritos, com a finalidade de ser colocada em prática por meio de políticas concretas (Oliveira, 2017).

Devido ao seu caráter de agente integrante da sociedade, o jornalismo é contemplado pelo campo teórico dos Estudos para a Paz, tendo em vista a influência dos efeitos gerados pelas narrativas jornalísticas na sociedade, que podem ser construídas com a finalidade de romper com estruturas de violência ou, simplesmente, enrijecê-las. O conceito de Peace Journalism – Jornalismo para a Paz – foi cunhado pelo sociólogo Johan Galtung durante a década de 1970, mas seus estudos e aplicabilidade são popularizados no meio acadêmico e profissional durante os anos 1990 (Cabral e Salhani, 2017). A percepção da necessidade de repensar os modelos de coberturas jornalísticas se deu mediante reportagens acerca das guerras e conflitos armados, em que prevaleciam aspectos

da violência por si mesma; os veículos de comunicação se restringiam a apresentar vencedores e perdedores, sem jamais esclarecer os motivos mais profundos que culminavam em guerra (Cabral & Salhani, 2017). Em suma, as coberturas enalteciam única e exclusivamente os aspectos da violência em sua dimensão direta.

A grande guinada epistemológica dos Estudos para a Paz, no entanto, é a constatação de que diversas violências permeiam a sociedade, para muito além da violência direta (Pureza, 2018; Ferreira, 2019). Na visão de Galtung (1969), a violência direta se caracteriza como aquela em que vítimas e agressores são facilmente identificados, haja vista que deixa marcas; trata-se da concepção mais superficial da violência e corresponde, por exemplo, aos assassinatos, agressões, guerras entre grupos antagônicos, rebeliões, entre outras.

Entretanto, o autor argumenta que as práticas violentas também se apresentam de maneiras sutis e indiretas e, assim, apresenta os conceitos de violência estrutural e violência cultural. No que tange à violência estrutural, também chamada de sistêmica, Galtung (1969) explica que se evidencia nas desigualdades sociais, na precariedade na distribuição de recursos e em todo e qualquer mecanismo que estabelece divisões no seio social. Esta violência se manifesta de forma sutil e silenciosa, e se origina, muitas vezes, por conta das deficiências inerentes ao poder público. “Tem o arquétipo da exploração e seus impactos na expectativa de vida como ponto central” (Ferreira, 2019, p. 68). A violência cultural, por sua vez, legitima tanto a violência direta quanto a estrutural (Galtung, 1969, 2003). Trata-se de um processo, propagado de forma latente por meio dos produtos culturais, discursos sociais e comportamento assimilados socialmente (Cabral & Salhani, 2017). Corresponde,

por exemplo, aos discursos, preconceitos e ideologias que tendem a subalternizar determinadas parcelas da sociedade.

Na perspectiva dos Estudos para a Paz, portanto, a guerra é apenas um tipo de violência em meio às diversas existentes na sociedade (Ferreira, 2019). Galtung (1969) sugere a distinção entre paz positiva e paz negativa. A paz negativa diz respeito à ausência de violência direta; o conceito se aproxima do que geralmente o senso comum entende por paz, ou seja, a mera inexistência de conflito. Contudo, na visão proposta por Galtung (1969), a ideia de paz vai muito mais além, e contempla a justiça social, alcançada por meio da superação dos traços da violência estrutural. Paz positiva, neste sentido, engloba este viés que busca qualidade de vida, equidade social e econômica, crescimento pessoal, liberdade, solidariedade, autonomia e participação (Ferreira, 2019; Galtung, 1969). A partir da compreensão de que a violência é um fenômeno complexo, o Jornalismo para a Paz é moldado com a finalidade de problematizar as estruturas de violência, apresentando os entremeios dos conflitos, para tanto, privilegiam-se narrativas que contextualizam a violência; a finalidade é contribuir com a efetivação de uma sociedade calcada nos ideais de paz positiva. Proporcionar ao público receptor a capacidade de identificar os contextos de opressão é um importante passo para se empreender em formas de ressignificação de tais realidades.

Ao discorrerem acerca do Jornalismo para a Paz como paradigma de comunicação para mudança social, Ruiz e Hernández Sánchez (2012) argumentam que a ideia de paz apresentada por esta abordagem jornalística segue para muito além da mera ausência de violência direta. Com efeito, as autoras salientam que o jornalismo empenhado na efetivação da paz busca fortalecer as iniciativas impelidas em colocar fim

às condições que desencadeiam violências de viés estrutural e cultural, promovendo ações direcionadas a fortalecer contextos de paz positiva.

Conforme expressa Arévalo Salinas (2014), o Jornalismo para a Paz sugere novos modelos, distintos daqueles que são ensinados nas escolas de jornalismo, que primam pela ideia de objetividade e distanciamento do profissional diante do acontecimento narrado. Haja vista que o jornalismo integra o tecido social, o autor considera que: “dada a importância social de alguns temas é impossível e eticamente irresponsável não mostrar um compromisso e respaldar a sociedade diante das violências contra os direitos humanos” (Arévalo Salinas, 2014, p. 65).

Por isso, a abordagem do Jornalismo para a Paz busca apresentar possibilidades de superação diante de toda a qualquer forma de opressão, sobretudo aquelas que incidem sobre direitos básicos da sociedade. É um jornalismo que se coloca a serviço do exercício pleno da democracia e da cidadania.

O Jornalismo para a Paz define conexões entre jornalistas, suas organizações e fontes, as histórias que eles cobrem e as consequências de suas matérias. Resultados bem sucedidos desse processo podem levar a um discurso mais equilibrado e criatividade no trabalho prático de reportagem diária, além de proporcionar uma consciência diferente acerca da produção e do consumo da mídia. (Shinar, 2008, p. 44)

Os meios de comunicação voltados para a paz possibilitam e ampliam a conscientização das pessoas, direcionando-as para a superação de conflitos e promoção de uma cultura de paz (Cabral & Salhani, 2017). McGoldrick e Lynch (2000, p. 22) afirmam que o Jornalismo para a paz “pode ajudar a sociedade a pensar em formas criativas e não-violentas ao lidar com conflitos”. Para tanto, embasados em Galtung, estes autores

apresentam as distinções entre o Jornalismo para a paz e o seu oposto, o jornalismo de Guerra/Violência, conforme quadro 1.

Quadro 1

Diferenças entre o Jornalismo para Paz e o Jornalismo de Violência

Jornalismo para Paz	Jornalismo de Violência/ Guerra
<ul style="list-style-type: none">- Destaque para o conflito e seus contextos: busca compreender os entremeios dos conflitos. Com isso, as matérias trabalham com transparência. Os efeitos opacos da violência também são colocados em evidência.- Destaque para as pessoas (pluralidade): as matérias dão voz aos que não têm voz, de modo que todos os atores envolvidos no conflito têm importância para que os fatos sejam compreendidos em sua magnitude.- Orientado para a solução dos conflitos: as coberturas visam apresentar caminhos para solucionar os conflitos, estimulando práticas pacíficas.	<ul style="list-style-type: none">- Destaque para a violência do conflito: prevalecem coberturas descritivas, com enfoque principal na violência direta; detalha a violência, mas não as causas que a desencadearam.- Maniqueísmo: as coberturas mostram apenas um lado dos fatos. Como apontam Lynch e McGoldrick, focam apenas nas “elites” ou fontes oficiais.- Orientado para a vitória: em vez de propor soluções para os conflitos, as coberturas visam mostrar a preponderância de um grupo sobre outro. Há sempre um vencedor e um perdedor.

Elaborado pelo autor conforme adaptação de Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000)

Como é possível perceber, embora o Jornalismo para a Paz tenha sido concebido com a finalidade de ressignificar coberturas jornalísticas em contextos de guerra, suas características e fundamentos também possibilitam sua aplicação em narrativas relacionadas a outros tipos de violência que afetam a sociedade, sobretudo de âmbito estrutural e cultural. Se um dos principais objetivos da perspectiva é a consolidação de um contexto em que impere a paz positiva, é possível aplicá-la diante de situações que demandam transformação.

Os direcionamentos do Jornalismo para a Paz reforçam o caráter de ator político e social assumido pela mídia, que pode direcionar ações no sentido de denunciar estruturas de violência e opressão que dizimam parcelas da sociedade. Na visão de Giró (2012), esta perspectiva não é a única possível, de modo que o discurso midiático possui condições que viabilizam a construção de espaços de coexistência, cooperação e paz, bem como o entendimento sobre as profundas causas das violências. Compreender o cerne dos conflitos é um importante e fundamental caminho para indicar soluções.

Ainda que não praticado de forma clara e efetiva nos manuais de redação das organizações jornalísticas, alguns preceitos do Jornalismo para a Paz podem ser observados nas narrativas noticiosas, sobretudo quando estão direcionadas a apresentar os diversos pontos de vista sobre um conflito, privilegiando ações impelidas em desconstruir estruturas de violência, além de conceder voz a todas as pessoas afetadas pela situação. Como sugerem Cabral e Salhani (2017), o Jornalismo para a Paz pode ser aplicado no decorrer das fases do processo de reportagem, de modo que os jornalistas podem optar por enquadramentos condizentes com as perspectivas da abordagem. Como exemplo, em um contexto de conflito, as narrativas podem abordar os traços de violência estrutural e cultural subjacentes à ocorrência, em vez de focar única e exclusivamente na violência direta (Cabral & Salhani, 2017).

Se o jornalismo de paz é definido como um paradigma orientado para a mudança social, é um aspecto fundamental que o modelo pode se materializar, ser transferido para as redações e integradas à cultura produtiva da mídia e da bagagem do próprio jornalista. Esta tem sido uma das principais e primeiras preocupações dos fundadores do modelo. (Ruiz & Hernández Sánchez, 2012, p. 181)

4 UM JORNALISMO EMPENHADO NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Para que o jornalismo exerça, de fato, sua condição de agente social, é necessário assumir sua responsabilidade como sujeito ativo diante da esfera pública. Ao realizar a mediação entre os acontecimentos e o público, a prática jornalista se reveste de compromisso social. Jornalismo e cidadania são complementares, tendo em vista que a imprensa tem como um de seus fundamentos garantir visibilidade à coisa pública; essa visibilidade, por sua vez, é fundamental para que a democracia seja exercida em sua essência (Abreu, 2003). Como fora mencionado anteriormente, a despeito da natureza empresarial e mercadológica que perpassa os veículos de comunicação, é importante que seja assumido pelas mídias um compromisso normativo com a sociedade (Soares, 2009).

O Civic Journalism – traduzido aqui como Jornalismo Cidadão² – surge com a finalidade de repensar as práticas jornalísticas, na busca por estreitar as relações entre o público e o jornalismo. Ao apresentar perspectivas históricas acerca da perspectiva, Fernandes (2008) salienta que um dos principais marcadores para seu advento se deu durante as eleições presidenciais de 1988, nos EUA, em que o eleitorado precisaria escolher entre o republicano George Bush e o democrata Michael Dukakis (Feltrin, 2018; Fernandes, 2008). Na ocasião, David Merrit, editor do The Wichita Eagle, no Kansas, “começou a sustentar que as coberturas políticas necessitavam proporcionar uma discussão mais

2. Vale ressaltar que esta abordagem também é mencionada como Jornalismo Cívico e Jornalismo Público.

séria sobre os temas envolvendo a coletividade e que havia interesse dos leitores que assim fosse” (Fernandes, 2008, p. 25).

Essa necessidade de viabilizar o diálogo entre a mídia e os leitores é um dos principais argumentos do Jornalismo Cidadão. A intenção da proposta, a princípio, era recuperar a credibilidade dos veículos de imprensa junto aos leitores, visto que, até então, eram considerados distantes da esfera pública, o que destoava da condição do jornalismo como integrante da sociedade. Na visão de Traquina (2003), os precursores do Jornalismo Cidadão visavam fortalecer a prática jornalística e, conseqüentemente, aprimorar o sistema democrático.

Ainda de acordo com Traquina (2003), os primeiros experimentos dessa abordagem jornalística foram realizados no jornal da rede da companhia Knight-Ridder, o Columbus Ledger Enquirer, no Estado de Georgia, cujo objetivo era buscar junto à população quais eram as temáticas que mais a afligia. Neste sentido, o jornal passaria de observador a ativista, com o objetivo de promover a qualidade de vida na comunidade (Feltrin, 2018). Há, neste sentido, relação com um dos principais fundamentos do Jornalismo para a Paz, que é o de ampliar as compreensões acerca de realidades demarcadas por opressões.

Assim como o Jornalismo para a Paz, a proposta do Jornalismo Cidadão nasce com a intenção de promover uma ressignificação das práticas jornalísticas costumeiramente observadas nos veículos de comunicação, resgatando a essência do chamado bom jornalismo, comprometido com a melhoria das condições de vida da população. À medida que proporciona a participação popular, o Jornalismo Cidadão promove o protagonismo do povo no processo de construção das narrativas. Merrit (1995), citado por Traquina (2003, p. 13), apresenta

alguns aspectos peculiares do Jornalismo Cidadão, que o diferencia das práticas exercidas tradicionalmente:

1) Ir para além a missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) Deixar para trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’; 3) Preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos.

Por estar empenhado em assegurar a efetivação dos direitos do povo, o Jornalismo Cidadão difunde experiências e interpretações, de modo que possibilita aos grupos sociais, sobretudo os mais vulneráveis, a compreender determinadas situações em favor de si mesmos. Desse modo, a abordagem pode contribuir com a qualificação do público no que tange à tomada de decisões mediante à esfera pública, o que supera a clássica fórmula emissor-mensagem-receptor (Fernandes, 2008). Ao encontro desses argumentos, Gentilli afirma que o jornalismo potencializa o direito à informação. Segundo o autor,

A produção da informação de massa permite a difusão de um conjunto de informações, que potencialmente tornam o mundo em geral e o poder político em particular visível ao cidadão. Através dos meios é possível se acessar um conjunto de vínculos que se estabelecem no agir coletivo seja social ou político. (Gentilli, 2005, p. 142)

O jornalismo empenhado na efetivação da cidadania, portanto, corrobora o compromisso da atividade jornalística com a consolidação e fortalecimento da democracia representativa, de modo a estimular nos

cidadãos e cidadãs a busca pela autonomia e capacidade crítica no que se refere às diversas situações que tendem a usurpar direitos.

5 JORNALISMO PARA A PAZ E JORNALISMO CIDADÃO: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Como exposto anteriormente, ainda que desconectados em suas concepções, o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo Cidadão possuem pontos de convergência, haja vista que ambos propõem novos modelos de comunicação, com o intuito de fazer valer uma nova ótica social pautada no bem-comum. Por privilegiarem o protagonismo das pessoas, as práticas buscam promover engajamento perante contextos caracterizados por violências diversas, sobretudo de âmbito estrutural e cultural. Tanto o Jornalismo para a Paz quanto o Jornalismo Cidadão visam a consolidação de um contexto de paz positiva.

Vicente (2015) enxerga a comunicação como uma ferramenta estratégica que viabiliza a análise de fenômenos sociais, de modo que sua abordagem para a paz deve privilegiar as diversidades locais e a pluralidade no processo de superação de conflitos. Esta paz, por sua vez, propõe o estímulo ao bem-estar permanente e integral. “A comunicação e a paz ativa seriam assim transformadas em estratégias e ferramentas com ações cada vez mais horizontais, em que o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade viriam das bases” (Vicente, 2015, p. 288). Ou seja: cabe aos jornalistas ou produtores de conteúdo, em geral, buscarem alternativas comunicacionais que engendrem significativas transformações. Um importante caminho para este fim é partir das bases, ou seja, buscar conteúdos que emergjam da realidade vigente.

Nesta direção, O Jornalismo Cidadão contribui positivamente para uma comunicação voltada para a paz. Conforme estudo apresentado por Arévalo Salinas (2014, p. 63), um processo comunicacional direcionado para a paz leva em conta algumas diretrizes: 1) Compreensão e reflexão sobre os problemas estruturais; 2) Debate sobre as alternativas de mudança social; 3) Reconhecimento da diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; 4) Fomento de uma cidadania ativa e ciente das injustiças, que estimule a participação social nos processos de transformação.

A partir do momento em que estimula a prática de uma cidadania ativa e consciente das injustiças e promove o debate sobre possíveis mudanças, o jornalismo pautado na paz caminha ao lado dos preceitos do Jornalismo Cidadão. Estas práticas jornalísticas buscam referenciais para a edificação de uma sociedade mais crítica, que tenha informações suficientes para fazer valer o exercício da cidadania e, principalmente, a superação das injustiças resultantes da violência estrutural.

o jornalismo, considerado como instrumento da esfera pública, por meio do qual os cidadãos tomam consciência de sua realidade e a discutem, deveria – numa visão normativa – representar de forma adequada essa realidade, privilegiando as questões mais relevantes e que alcançam as maiorias, mesmo que essas questões não envolvam diretamente os jornalistas, proprietários de meios de comunicação ou suas audiências. (Soares, 2009, p. 149)

Em ambos os modelos jornalísticos, os profissionais podem atuar como representantes da sociedade. Costa Filho (2006), citado por Persigo (2016), afirma que para jornalistas que se pautam nesta função, a informação por si só não é suficiente e, por isso, cabe ao profissional

interpelar os cidadãos para que participem ativamente da sociedade a que pertencem; um jornalismo que “propõe uma nova dinâmica da vida em sociedade, tendo a imprensa um fundamental papel não só como mediadora, mas como espaço de mediação” (Costa Filho, 2006, p. 127 como citado em Persigo, 2016, p. 59). Para o referido autor, os jornalistas “buscam construir públicos vitais para o debate, a deliberação e o engajamento na busca pelas soluções” (Persigo, 2017, p. 59). Nesta perspectiva, o compromisso do jornalista vai além de dar visibilidade aos temas, mas, sobretudo estimula a sociedade e promover o encaminhamento de suas demandas (Feltrin, 2018). Apesar dos desafios que perpassam a lógica de produção na qual os veículos jornalísticos estão inseridos, é fato que a imprensa diariamente produz materiais capazes de fomentar ações individuais e coletivas (Gentili, 2005). Tudo depende das escolhas realizadas pelo jornalista no decorrer do processo de elaboração de suas pautas.

Tanto o Jornalismo para a Paz quanto o Jornalismo Cidadão contribuem para a fluidez da democracia. A complementação de ambos poderá desencadear novas óticas nos processos comunicacionais, por meio de informações capazes de gerar movimentos em prol de transformações. Shinar (2008, p. 44) vem ao encontro deste argumento ao refletir sobre as contribuições do jornalismo orientado para a paz no processo de desenvolvimento de estruturas democráticas:

O jornalismo para a paz e a mídia voltada para a paz são essenciais para promover e encorajar o desenvolvimento das estruturas democráticas de comunicação. A combinação de tais estruturas com o jornalismo para a paz pode aumentar a eficácia de programas de desenvolvimento, reduzir a desigualdade socioeconômica, a corrupção e a exploração; além disso, incrementa o respeito social e o respeito

pessoal para com os componentes mais fracos das sociedades em desenvolvimento.

Embora as práticas venham ao encontro do que alguns pensadores denominam como “bom jornalismo”, é necessário considerar os gargalos que ainda impedem sua efetivação, principalmente no que se refere à grande mídia. Ademais, as abordagens também podem agregar valores teórico-metodológicos às investigações inerentes ao campo do jornalismo, por meio da aplicação de seus critérios e especificidades em categorias de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o Jornalismo Cidadão quanto o Jornalismo para a Paz têm como proposta promover mudanças na prática jornalística. Possuem o claro objetivo de fazer valer os dogmas da função social do jornalismo, que é a promoção de melhorias na sociedade por meio da informação. O primeiro modelo estimula a participação social, visando o engajamento e o exercício pleno da cidadania; o segundo, por sua vez, propõe uma nova forma de noticiar conflitos e vai além da mera exposição dos mesmos, noticiando também os seus entremeios para, assim, propor soluções. Ambas abordagens têm como diretriz gerar movimento no público receptor da informação, por meio do estímulo à ação-reflexão que desencadeia a transformação.

Os traços da violência estrutural, impregnados em realidades opressoras que geram desigualdades, podem ser noticiados de forma crítica, com base nos preceitos do jornalismo para a paz; este modelo apresenta com clareza os fatores que culminaram na realidade vigente, apresentando

todos os lados do fato. Esta forma de noticiar estimula a sociedade a interpretar, criticar e agir por meio da informação, o que faz valer os preceitos do Jornalismo Cidadão. As perspectivas visam fazer valer, portanto, o que Galtung denominou como paz positiva: edificada sobre ideais de equilíbrio, cooperação e integração.

O presente trabalho realizou uma primeira exposição acerca das relações entre o Jornalismo Cidadão e o Jornalismo para a Paz. Os estudos acerca destas temáticas ainda são incipientes no Brasil e as propostas de relação entre ambas é inexistente no campo das ciências da comunicação, o que reforça a pertinência de um diálogo inicial sobre o assunto. Oferecemos luzes, portanto, para a elaboração de futuras pesquisas que possam aprofundar os conceitos, sobretudo com a aplicação de seus respectivos tópicos em análises de produtos jornalísticos.

REFERÊNCIAS

Abreu, A. A. (2003). *Jornalismo Cidadão*. Estudos Históricos.

Arévalo Salinas, A. I. (2014). Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. *Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS*, 3(1)., 57-92.

Bordenave, J. D. (1982). *O que é comunicação*. Brasiliense.

Cabral, R., & Salhani, J. (2017). Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. *E-compós*, 20(3), 1-20.

- Feltrin, D. (2018). Jornalismo público no Brasil: reflexões sobre uma prática jornalística engajada. *Revista Temática UFPB*, 14(8). 193-205.
- Fernandes, M. (2008). *Civic journalism: haverá um modelo brasileiro?* UNICENTRO.
- Ferreira, M. A. S. V. (2019). As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In M. A. S. V. Ferreira, R. H. Maschietto, & P. R. L. Kuhlmann (Orgs.). *Estudos para a paz: conceitos e debates*. UFS.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- Galtung, J. (2003). *Violencia Cultural*. Gernika Gogoratz.
- Gentili, V. (2005). *Democracia de massas*. EDIPUCRS.
- Giró, X. (2012). Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz. In A. Corté González, & M. García López (Eds.), *Comunicación y cultura de paz* (pp. 83-104). Editorial Universidad de Granada.
- Ijuim, J. K. (2009). A responsabilidade social do jornalismo e o pensamento de Paulo Freire. *Em Questão*, 5(2), 31-43.
- Marcondes Filho, C. (1989). *O capital da notícia*. Ática.

- McGoldrick, A., & Lynch, J. (2000). *Peace Journalism – What is it? How to do it?* goo.gl/YSMtUj
- Medina, C. de A. (1998). *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. Summus.
- Oliveira, G. C. (2017) Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Rev. Carta Inte*, 12(1). 148-172.
- Pureza, J. M. (2018). O desafio crítico dos estudos para paz. *Revista Organicom*, 28(1), 74-89.
- Ruiz, E. E., & Hernández Sánchez, M. I. (2012). El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos. *Cuadernos de Información y Comunicación*, 17, 175-189
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. Editora UNESP.
- Shinar, D. (2008) Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. *Líbero*, 21(9). 39-48.
- Traquina, N. (2003). *O estudo do jornalismo no século XX*. Unisinos.

PUBLICAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO FACEBOOK: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

Mariana Alarcon Datrino¹
Caroline Kraus Luvizotto²

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vivencia um paradigma social, econômico e cultural provocado pelo intenso processo de globalização, pela desterritorialização da informação e do conhecimento, bem como pelo uso das tecnologias comunicacionais digitais. Como consequência desse cenário, movimentos sociais, instituições públicas, privadas e não governamentais passaram a ocupar os espaços criados por essas tecnologias, que por sua vez, possuem configurações distintas dos meios de comunicação tradicional.

Segundo Luvizotto (2016, p. 302):

-
1. Relações Públicas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov.
mariana.datrino@unesp.br
 2. Doutora em Ciências Sociais. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov.
caroline.luvizotto@unesp.br

Os recursos e ferramentas tecnológicas de informação foram aprimorados rapidamente, democratizando de maneira inédita o acesso à informação. Com o advento da internet e as ferramentas da web 2.0, a informação deixa de se concentrar na mídia de massa e nos grandes conglomerados midiáticos e se oferece a possibilidade de produção, seleção e interação aos seus usuários, gerando novos conteúdos e fontes de informação.

Neste sentido, o ciberespaço transformou não só as estruturas comunicacionais, mas também as relações sociais, e pode ser definido “como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária, ciberespaço como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo, dentro do qual todo ser humano pode participar e contribuir” (Levy, 1999, p. 125).

A internet se tornou um espaço com potencial de debate e com capacidade de gerar integração entre inúmeras pessoas através, principalmente, da superação das barreiras geográficas, ou seja, a informação se torna cada vez mais globalizada. Portanto, ao aproximar a compreensão do ciberespaço com objetivo inicial deste estudo, podemos dizer que a internet é um processo que tem muitos insumos para fortalecer os movimentos sociais pois, “a militância online vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida” (Moraes, 2000, p. 142).

Em complemento, a comunicação e a internet podem contribuir para a construção de uma democracia mais qualificada e com maior participação, pois,

permite uma expansão potencialmente ilimitada das vozes que podem vir a ser ouvidas na esfera política, reforça o sentido de responsabilidade do sistema político, revigora a esfera pública e os fluxos

horizontais de comunicação entre cidadãos, revigora o sentido de conexão entre cidadania e sociedade política (Gomes, 2008, p. 312).

Além disso, é preciso olhar para a internet como um local onde “os meios comunitários de comunicação educam não só pelos conteúdos que divulgam, mas pela oportunidade de envolvimento direto dos cidadãos em todo o processo comunicativo” (Peruzzo, 2008, p.7). Este é um aspecto relevante para este estudo, uma vez que reforça a ideia de que a interatividade é uma ferramenta capaz de gerar um processo de vitalidade, reforço e maior alcance da mensagem.

Logo, quando se trata a comunicação nesta esfera, “estamos falando, pois, de uma comunicação que se vincula às lutas mais amplas de segmentos populacionais organizados e tem por finalidade contribuir para solucionar problemas que afetam o dia-a-dia das pessoas empobrecidas e a ampliação dos direitos de cidadania” (Peruzzo, 2008, p. 2).

Entre os segmentos que ocupam esses espaços digitais e participam das disputas de significados, tem-se os movimentos sociais, que sempre estiveram presentes na sociedade, atuando e mobilizando a sociedade civil por causas sociais, ambientais, culturais, políticas e econômicas.

Movimentos sociais são compreendidos neste estudo a partir da conceituação de Gohn (2012, p. 251) que os define como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. Para Luvizotto e Santos (2019, p. 82), os movimentos sociais desempenham papel fundamental nas transformações sociais e “a partir da constituição de comunidades,

dos vínculos identitários, assumem e ocupam o espaço participação, deliberação e de tomada de decisões ajustadas aos interesses comuns”.

Shirky (2011) indica que esses grupos possuem um componente emocional que os mantém unidos e que a participação nos espaços internos apresenta certo grau de dificuldade e oportunidade, e que sem um comprometimento emocional, os grupos seriam desfeitos.

Além disso, segundo Gomes (2008), para o engajamento cívico e a participação pública terem visibilidade e impacto, é necessário aumentar os níveis de capital social. Logo, a comunicação assume mais do que um papel estratégico, pois também é um ponto central para ação coletiva dos movimentos sociais. Por isso,

Buscar compreender o movimento, suas reivindicações, as manifestações e a comunicação utilizada nas redes sociais, com suas especificidades e níveis é de extrema importância para construir um passo inicial nesse âmbito de pesquisa, para que se possa, posteriormente, determinar um panorama real das relações dos usuários, população, poder público e política, ampliando, assim, os estudos na área da Comunicação midiática e movimentos sociais (Bernardini & Gobbi, 2013, p. 120).

De acordo com Volpato et. al. (2019, p. 380), sem dispensar as ações típicas de protesto e denúncia dos movimentos sociais, as redes sociais e a internet “se tornam fortes aliadas dos movimentos, possibilitando uma forma de contra controle inovadora, que, na medida do possível, se apresenta como uma alternativa diante do controle exercido pelos oligopólios midiáticos, pelo governo e por outras instituições”.

Entre os movimentos sociais brasileiros que utilizam a internet para atingir seus públicos, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que teve início em 1984, em Cascavel - PR,

quando trabalhadores rurais que lutavam pela democracia da terra e da sociedade se reuniram no primeiro encontro nacional. Hoje, defendem três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

O movimento se compromete a produzir alimentos saudáveis ao povo brasileiro, e busca desenvolver uma cooperação agrícola, como um ato de ajuda mútua baseadas na solidariedade e na intenção de potencializar a produção das famílias assentadas, e também buscam melhorar as condições de trabalho no campo. Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é constituído por 100 cooperativas, 96 agroindústrias, e 1,9 mil associados e conta com mais de 350 mil famílias assentadas.

Na internet, o movimento se organiza em basicamente cinco ambientes informacionais: o site institucional, e as redes sociais Facebook, Twitter, Instagram e Youtube. Além disso, os conteúdos produzidos nessas plataformas convergem entre si, replicando as temáticas ou as adaptando aos formatos exigidos. Para este estudo, foi observada apenas sua página do Facebook, uma vez que a própria rede social disponibiliza uma ferramenta de coleta de dados, denominada Netvizz.

Portanto, o objetivo deste estudo é refletir sobre o uso das redes sociais digitais, em especial do Facebook, como meio de comunicação dos movimentos sociais. Especificamente, compreendemos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra utiliza a rede, identificando se há otimização e propagação do trabalho realizado fora do ciberespaço por meio da análise de conteúdo das publicações, reações e comentários.

Por fim, ao estudar como o MST pode utilizar sua página do Facebook como um meio de comunicação com seus públicos estratégicos, possibilita contribuir com a discussão teórica e empírica a respeito da importância da comunicação digital para o fortalecimento dos movimentos sociais brasileiros, bem como suas limitações, a fim de repensá-las em outras oportunidades.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, realizamos uma análise quali e quantitativa. Segundo Bardin (1997), a abordagem quantitativa é como um método estatístico, que se caracteriza por ser mais objetiva, direta e mais fiel, e a qualitativa é entendida como um processo intuitivo, que se caracteriza por se adaptar melhor às questões que vão surgindo ao longo do estudo, e as não esperadas, como por exemplo, o conteúdo das publicações.

Desta maneira, após a coleta de dados realizada pelo plug-in existente no próprio Facebook, denominado Netvizz, foi possível reunir as 161 publicações realizadas no mês de julho de 2019. Para fins de análise, optamos por selecionar apenas um mês, visto que se constitui como uma amostra representativa, em termos numéricos, e que possibilita uma análise mais concentrada.

Para tanto, construímos, primeiramente, um quadro com o número total de publicações, que se organizou numa ordem decrescente fornecida pela própria ferramenta de coleta. Este quadro contém ainda número de comentários, compartilhamentos e a quantidade de reações, assim como os horários e dias da semana em que foram publicados.

Quanto aos horários, cabe ressaltar que a ferramenta de coleta não conseguiu reunir esse tipo de informação das publicações mais antigas, contudo, a análise não foi comprometida visto que a maior parte apresenta horários. Posteriormente, as publicações passaram por uma categorização por temas que foram enquadradas em sete principais temáticas, sendo elas:

A primeira categoria apresentada agrega as publicações que se preocuparam em chamar os usuários da rede para compor as ações do movimento, como por exemplo, manifestações, eventos e programações online. A segunda reuniu as publicações que refletem como o movimento propõe debater e expor as ideologias nas quais acredita e se fundamenta. A terceira abarcou quais se dedicaram a expor o posicionamento político, como apoios, críticas, postura institucional e políticas, e conquistas internas. Já a quarta reuniu as publicações que diziam a respeito do que foi feito pelo movimento, uma ação que já se encontra no passado, apresentada através de um relato. A quinta agregou publicações que propuseram denúncias dentro do próprio movimento e/ou do âmbito político. A sexta diz respeito às publicações que homenageiam pessoas que o movimento considera importantes, como militantes, escritores e figuras políticas. A última categoria, diz respeito a publicações que propuseram saudar seus públicos, como por exemplo, ao desejar “bom dia”.

ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

O primeiro ponto proposto na análise, parte da observação das características gerais da produção do conteúdo. Neste caso, o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentou em todas as suas publicações conteúdos curtos, acompanhados de fotos de boa qualidade, assim como vídeos. Além, disso, apresentaram uma linguagem acessível que permite a compreensão dos públicos, neste ponto faz-se necessário pontuar que foi tomado como “acessível” informações objetivas, com palavras de uso cotidiano e com linguagem não técnica sobre os temas abordados.

Logo, as colocações apresentadas, revelam que há uma produção de conteúdo coerente ao ambiente digital, uma vez que segundo, Paulino (2013), a leitura no meio digital é caracterizada por uma narrativa que articula elementos estáticos e também dinâmicos, como gráficos e textos com áudios, vídeos e entre outros.

Contudo, é importante ressaltar que em algumas dessas publicações apresentam um link para o site, que apresentavam aprofundamento do conteúdo (maior riqueza em detalhes) levantado no Facebook, e, neste ambiente, a linguagem era menos cotidiana, mais técnica e com detalhes.

O segundo ponto apreendido na análise, foram as temáticas apresentadas pelo movimento, bem como suas articulações que podem ser resumidas da seguinte forma:

Quadro 1

Número de publicações por temas organizadas em ordem decrescente

Tema	Número de publicações
Posicionamento sociopolítico	57 publicações
Ações já realizadas	37 publicações.
Chamada para ações	25 publicações
Denúncias	21 publicações
Proposta ideológica	11 publicações

Homenagem	6 publicações
Saudações ao público	4 publicações

Elaborado pelas autoras

Logo, é possível constatar que a maior parte das publicações do mês de julho de 2019, se dedicaram a relatar os posicionamentos institucionais do movimento. Além disso, podemos afirmar que embora o fato da página publicar mais sobre “ações já realizadas” do que “chamada para ações” possa transparecer, a princípio, uma postura mais passiva no ambiente digital, o movimento se comporta de maneira extremamente ativa no que diz respeito a seu posicionamento.

Portanto, alinhar essa identidade às chamadas para ações, seria importante para o fortalecimento do movimento, logo, reforça-se a importância de se dedicar às publicações para chamadas, para que de fato o Facebook possa se tornar uma ferramenta para gerar mobilização e não apenas um lugar que retém informações sobre algo que aconteceu no passado.

Contudo, ponderamos que não necessariamente o público que está na plataforma, é o público que o movimento deseja mobilizar. Ou seja, neste ponto, compreendemos que as redes sociais têm potencialidade para se fortalecer como uma ferramenta ativa dos movimentos sociais, capaz de impulsionar, agregar membros e propagar a essência, contudo, sua efetivação dependerá dos objetivos de cada ator social.

No que tange a compreensão de públicos, partimos para o terceiro ponto da análise, que se dedicou a compreender como os públicos se relacionaram com o conteúdo. Neste sentido, foi observado que a página

é composta por alguns comentários agressivos e isso se repete em um grande número de publicações.

Foi possível verificar que 27 das 127 publicações, (lembrando que o total é 161, contudo, algumas publicações não receberam comentários) tiveram comentários negativos, constituindo aproximadamente 21%. Os comentários eram compostos por narrativas com frases de “vão trabalhar”, “você só sabem roubar terras”, “vai acabar a mamata de vocês com o novo governo”, “acho bom vocês tomarem cuidado”, “bando de vagabundo”, “vai invadir a fazenda do Lula”, “se jogar uma carteira de trabalho aí sai todo mundo correndo”.

Foi possível compreender também que há uma falha no processo de comunicação de mão dupla, uma vez que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não responde às questões levantadas. Em nenhum comentário das 127 publicações, com comentários analisadas, foi respondido, independentemente do seu teor.

Portanto, ao tomar esse tipo de posicionamento, abre margem para a promoção de perspectivas negativas dos não apoiadores, ou seja, ao invés de responder e promover informações que contemplam o movimento, objetivamente, propaga-se o ódio e mentiras. Contudo, existe o processo inverso, no qual, os apoiadores acabam realizando o papel dialógico do movimento, o que a princípio supre a necessidade de responder, mas que não necessariamente está alinhada ao escopo do movimento e que também pode gerar conflito de identidade e imagem.

Além disso, é importante ressaltar que o MST disponibiliza inúmeras informações educativas que possuem o poder de promover uma imagem positiva, mas que, ao fim, atingem somente seus apoiadores. Portanto, também seria necessário pensar em estratégias para promover

informações para os não apoiadores, ou seja, a intenção da comunicação, neste caso, não seria inverter o posicionamento ideológico desse público, mas sim promover, minimamente, uma imagem alinhada à realidade vivida pelo movimento.

A relação entre os posicionamentos dos usuários em relação às temáticas abordadas que para melhor compreensão, foram sistematizados da seguinte forma:

Quadro 2

Relação entre comentários negativos e temas

TEMA	Nº positivos/ %	Nº negativos/ %	Nº neutros/ %	Nº sem comentário
Chamada para ações	8 – 32%	3 – 12%	3 – 12%	11 – 44%
Proposta ideológica	3 – 27%	2 – 19%	3 – 27%	3 – 27%
Posicionamento sóciopolítico	29 – 51%	9 – 16%	9 – 16%	10 – 17%
Ações já realizadas	13 – 35%	8 – 22%	7 – 19%	9 – 24%
Denúncias	13 – 62%	3 – 14%	2 – 10%	3 – 14%
Homenagem	4 – 66%	1 – 17%	1 – 17%	0
Saudações	4 – 100%			

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações do Facebook.

Como observado no Quadro 2, o tema que teve maior número de comentários negativos, proporcionalmente, está nas “ações já realizadas”. Os não apoiadores se dedicam a propagar seu ódio nessas publicações, o que é contraditório, uma vez que em uma publicação na qual o movimento relata algo que realizou e promoveu, existem comentários como “vão fazer algo da vida”, “vocês não têm o que fazer?”, “vão trabalhar”.

Isso demonstra que algumas pessoas não sabem da relevância da mobilização, o que ela significa e porque ela é importante, não só para o movimento, mas também para toda a sociedade brasileira em seus diferentes âmbitos.

Ou seja, seria interessante promover conteúdos educativos na página sobre a mobilização, como exemplos de mobilização que conquistaram direitos e geraram mudanças importantes para o desenvolvimento da sociedade atual, bem como conscientização sobre a importância da tomada de consciência do poder de reivindicação e da cidadania.

Destacamos que a temática com maior engajamento positivo é “saudação”, isso pode estar relacionado ao fato de que esse tipo de conteúdo promove uma aproximação entre organização e públicos, pois deixa espaço para a reciprocidade, que como vimos na primeira etapa deste trabalho, é um elemento que caracteriza, muito bem, as mídias digitais.

O quarto e último ponto analisado é referente à frequência das publicações. Neste aspecto, foi possível notar que não há uma preocupação em publicar em horários de maior engajamento do Facebook, uma vez que as publicações analisadas são publicadas em horários aleatórios e quebrados como “09:24”. Embora se reconheça, por exemplo, que as publicações de saudação, todas elas relacionadas a “bom dia”, estiveram extremamente adequadas aos horários (logo cedo).

Além disso, foi possível observar que não existe um número específico de publicações em um dia. Em apenas dois dias no começo do mês (6 e 8), não houve nenhuma publicação, num sábado e numa segunda, em contrapartida, em outros finais de semana houve diversas publicações. Quanto aos outros dias da semana, o movimento aparenta

compartilhar bastante conteúdo, e chegou a produzir até 15 publicações num dia do mês de julho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar o aprofundamento das perspectivas teóricas a respeito dos movimentos sociais e seus desenvolvimentos, da comunicação, do ciberespaço como ambiente de potencial para desenvolvimento de movimentos sociais e sua relação com seus públicos, juntamente com a análise realizada do Facebook, foi possível pontuar que as redes sociais, e especificamente o Facebook, fornecem um espaço comunicacional que possibilita o desenvolvimento de uma comunicação estratégica dos movimentos sociais.

Além disso, este espaço também compreende a possibilidade de fomentar perspectivas cidadãs de participação e mobilização, contudo, pondera-se que esta possibilidade é permeada por diversos fatores que a torna multifacetada e complexa.

Assim, a comunicação nas redes sociais para se tornar efetiva, no âmbito dos movimentos sociais, envolve a frequência de postagens, a essência e estética dos conteúdos, bem como definição de horários e planejamento de publicações, atenção aos comentários e estabelecimento de diálogo com seus públicos.

Um ponto importante é a verificação de outros fatores externos, mediante à uma análise de cenário minuciosa, que pode revelar fatores que comprometam os objetivos comunicacionais, ainda que os pontos citados anteriormente sejam atendidos plenamente.

Desta forma, na pesquisa realizada, foi possível identificar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra embora possua uma grande preocupação com a linguagem utilizada (acessível e objetiva), com a estética e conteúdo das publicações (que atendem aos espectros do movimento), deixam a desejar quanto ao planejamento das publicações e otimização do conteúdo através das próprias ferramentas fornecidas pela plataforma. Para estes aspectos, foram apontadas possíveis melhorias que poderiam contribuir para harmonização e potencialização deste processo comunicacional.

Outro ponto identificado é que o Facebook do MST é caracterizado por sua postura passiva, que utiliza a referida rede social como uma espécie de plataforma para a criação de “memória organizacional” (de caráter transitório), onde se reúne às ações e mobilizações realizadas pelo movimento ao longo do tempo. Neste sentido, o movimento perde parte da potencialidade proporcionada pelo ciberespaço, no que diz respeito a conquistar novos públicos, mobilizar e promover perspectivas de mudança e postura cidadã.

Contudo, se faz necessário abordar a possibilidade de que o número baixo de chamadas para ações pode ser uma estratégia de invisibilidade do movimento, visto que isso preserva, de alguma forma, a integridade da ação e da própria organização. Logo,

Quando falamos em invisibilidade e/ou restrição/direcionamento da visibilidade, estamos nos referindo a possíveis estratégias organizacionais acionadas quando da identificação de riscos ou da emergência de pautas (na sociedade e/ou nas mídias) que possam ir de encontro ao modo como as organizações desejam ser percebidas (Silva, 2018, p. 19)

Portanto, é relevante e cauteloso salientar que as sugestões e apontamentos realizados na pesquisa não visam impor uma perspectiva correta, única e inflexível de produção e organização de conteúdo, e sim, uma possibilidade de reformulação, baseada na reunião de perspectivas teóricas da área da comunicação e da sociologia, que precisa ser assimilada pelo MST de forma crítica e alinhada às suas perspectivas e objetivos internos.

O principal ponto encontrado está relacionado aos discursos de ódio propagados na página por meio dos comentários que estão associados às narrativas externas já enraizadas sobre movimentos sociais no geral. Ou seja, a linguagem ofensiva e desconexa promovida por não apoiadores nas publicações sobre as ações realizadas (as com maiores números de comentários negativos), reflete a falta de identificação da importância dos movimentos sociais e da mobilização para a construção de uma sociedade mais sólida e baseada nas premissas cidadãs, assim como revela uma perspectiva pré-determinada que não está disposta a compreender e assimilar o conteúdo publicado.

Logo, o maior desafio seria lidar com essas perspectivas negativas, investigando suas razões, e tentando, de alguma forma, se aproximar deste público e propor uma mudança e alteração na imagem institucional de movimentos sociais, superando a barreira dessas concepções já enraizadas por aqueles que possuem uma postura mais agressiva.

Desta maneira, este apontamento cria uma abertura para o desenvolvimento de trabalhos científicos que tenham como objetivo investigar os processos de construção imagética de movimentos sociais na sociedade brasileira, suas perspectivas, no que está fundamentado, e como isso pode prejudicar o desenvolvimento de nossa sociedade. Assim como

mais produções de trabalhos dedicados a pesquisar sobre a invisibilidade, nas mídias digitais, como estratégia de movimentos sociais. Portanto, muitos estudos ainda precisam ser realizados para constituir uma perspectiva aprofundada do relacionamento, tão complexo, entre movimentos sociais e seus diversos públicos nas mídias digitais, e que contemple e articule diversas áreas do conhecimento.

Apesar de ressaltar a importância e o potencial da internet para a atuação dos movimentos sociais, este estudo não ignora as inúmeras limitações e desafios relacionados ao acesso dos brasileiros às tecnologias digitais. Além do alto custo que essas tecnologias e o acesso à internet possuem no Brasil e, dos problemas de infraestrutura e de conectividade, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), referente aos últimos três meses do ano de 2018, aponta que 46 milhões de brasileiros não possuem acesso à rede (o que dá uma proporção de um em cada quatro brasileiros) (Tokarnia, 2020). Ainda, o intenso fluxo informacional possibilitado pelas redes sociais digitais não garante a efetividade da informação.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L (1997). *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires de France/Edições 70.
- Bernardini, G., & Gobbi, M. C. (2013). Levante Popular da juventude brasileira: saímos do Facebook. *Revista Mediação*, 15(17).

- Gohn, M. G. (2012). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Gomes, W. (2008). Internet e Participação Política. In W. Gomes & R. C. M. Maia (Orgs.), *Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas*. Paulus.
- Levy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Luvizotto, C. K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 296-312.
- Luvizotto, C. K., & Santos, H. S. (2019). Imprensa feminista e a cobertura das eleições de 2018 no Brasil. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, 16, 74 – 84.
- Moraes, D. (2000). Comentários-Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 23(2). <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>
- Paulino, R. D. C. R. (2013). Conteúdo digital interativo para tablets-iPad: uma forma híbrida de conteúdo digital. *Revista de Estudos da Comunicação*, 14(33).
- Peruzzo, C. M. K. (2008). *Relações Públicas nos Movimentos Sociais e Comunidades: princípios, estratégias e atividades* [Trabalho apresentado em congresso]. ABRAPCORP.

Shirky, C. (2011). *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Silva, D. W. S. D. (2018). *Comunicação organizacional e as estratégias de invisibilidade e de redução/direcionamento da visibilidade nas mídias sociais* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS].

Tokarnia, M. (2020). Um em cada 4 brasileiros não têm acesso à internet, mostra pesquisa. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>

Volpato, A. N. et al. (2019). Visibilidade Como Estratégia, Estratégias de Visibilidade: Movimentos sociais contemporâneos na internet. *Revista ECO-Pós*, 22(1), 352-383.

VÊNUS NEGRA (VÊNUS NOIR, 2010), ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E EUGENIA

Renata Pyrrho Nascimento¹
Daniel Dantas Lemos²

INTRODUÇÃO

O filme “A Vênus Negra” (2010) do diretor e roteirista franco tunisiano Abdellatif Kechiche traduz o imaginário racista europeu do início do século XIX, marcado pela revolução industrial. Narra a história da sul-africana Sarah Baartman que foi escravizada e levada para a Europa com promessa de fama, riqueza e liberdade. Silenciada e desumanizada, ela era exibida em apresentações públicas como um animal selvagem domado, saindo de uma jaula, trazida das profundezas da África em uma espécie de *freakshow* e mesmo nesta condição tinha em seu corpo objeto de desejo para os brancos europeus.

Analisando o filme, inicialmente a partir da decupagem de toda a obra, algumas inquietações surgiram. Seria a partir destas exibições e com o apoio da ciência eugênica que as mulheres negras foram estereotipadas, classificadas como inferiores, exóticas, selvagens, perigosas, corpos hipersexualizados e ainda assim dotadas de uma passividade e

-
1. Mestranda em Estudos da Mídia. Pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
renatapyrrho@gmail.com
 2. Doutor em Comunicação. Pesquisador na Univ. Federal do Rio Grande do Norte.
danieldantas79@globocom

subserviência? Para refletir sobre esta questão, mas sem nenhuma pretensão de encerrar este debate, qual a relação entre cinema e Eugenia?

Para estas respostas, e novas perguntas, através da Análise Crítica do Discurso e dos estudos de Gayatri Spivak, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Nancy Fraser e Suely Carneiro, tomamos a história de vida desta mulher para discutir o racismo científico eugenista e as intersecções de opressões. Expomos esta ferida histórica que ainda aprisiona corpos negros em massa e nos extermina sistemática e epistemologicamente.

No ano em que Sarah, personagem real do filme *Vênus Negra*, chegou à Londres a Europa se considerava o centro da civilização do mundo e a escravização estava contra esse ideal de civilidade, tendo sido formalmente abolido o tráfico de corpos em 1807, nas colônias inglesas em 1833, mas não a escravização. Para os norte-americanos tampouco a *Emancipation Proclamation* significou uma abolição institucionalizada. Pelo contrário.

Uma população de 4 milhões de negras(os) continuou na situação de pessoa escravizada até 1865, quando o Congresso proibiu oficialmente a escravização nos Estados Unidos através da 13ª Emenda Constitucional. Neste mesmo ano, em Tennessee (EUA) a Ku Klux Klan foi organizada por um grupo de oficiais do exército confederado, usando de violência contra as pessoas negras. “Entre 1882 e 1935 mais de 3 mil negras(os) foram linchadas(os) em público, e entre 1882 e 1955 mais de 4.700 pessoas negras morreram em ataques de multidão. A Ku Klux Klan ainda está ativa nos Estados Unidos e Canadá” (Kilomba, 2019, pp. 134-135).

Também em 1865 os casamentos interracializados foram proibidos por lei. No Alabama o código penal de 1866³ artigo 61 dizia que

3. A medida constitucional de crime para o casamento entre pessoas negras e brancas durou até o ano 2000 no estado do Alabama.

Se qualquer pessoa branca e qualquer negro, ou descendente de qualquer negro, até a terceira geração inclusive, mesmo que um ancestral de cada geração fosse uma pessoa branca, casar-se, ou viver em adultério ou fornicação entre si, cada um deles deverá, se forem condenados, ser preso em penitenciária, ou sentenciados a trabalhos forçados para o condado, por não menos de dois, nem mais de sete anos.

Todo este cenário foi legitimado através dos estudos de Georges Cuvier (1817), que deram origem à eugenia em 1883, o termo foi cunhado por Francis Galton⁴. Aplicava a teoria da evolução das espécies e a seleção natural, o Darwinismo, aos seres humanos. Aparece como uma proposta científica, filosófica, política e cultural, uma pseudociência aceita que realizava testes biológicos, químicos, físicos testando a dor em corpos humanos. Mediu, categorizou e estabeleceu hierarquias visando a evolução e a preservação da raça - branca - em detrimento das demais.

Este projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual, habilidades, que o talento e as capacidades individuais eram hereditárias, ou seja, passava de membro para membro da família e não adquiridas através da educação, exercícios e práticas. Criou-se uma falsa hierarquia intelectual entre as raças. Neste meandro justificava, proibições, exclusão, apagamento, silenciamento e assassinato de pessoas negras, imigrantes, ciganas, indígenas, orientais. Para o Brasil este foi um dos períodos mais racistas de sua história. Ora, mas se era racista não podia ser científico.

4. Francis Galton, filho de Samuel Tertius Galton (1783-1844) e Frances Ann Violeta Darwin (1783-1874). Era bisneto de Erasmus Darwin, o avô de Charles Darwin, de onde vem o parentesco entre Galton e Darwin. www.galton.org/ancestry/index.htm

Jonatas Ferreira e Cynthia Hamlin (2010) reconstroem a história de Sarah Baatman destacando a constituição da visão científica de diferenças raciais - de Lavater a Curvier, “a classificação das espécies oferece um modelo hierárquico que será apropriado pelos discursos de raça e gênero na biologia” (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 811). O artigo demonstra como na história do pensamento ocidental, mulheres, negros e monstros têm sido tratados como tendo algo em comum: uma suposta proximidade com a natureza que configura a essência limiar de sua humanidade. Elas argumentam que o surgimento de um sistema de classificação taxonômico representou um primeiro passo legitimador para o aumento da circulação de corpos transformados em mercadoria, que caminhou ao lado do processo de expansão capitalista.

Esse sistema de classificação, que constitui a baseada ciência moderna, representa uma ruptura. Para usarmos uma distinção semelhante àquela que Michel Foucault (Foucault, 1987) faz com respeito à loucura, diríamos que o monstruoso deixa de ser concebido, primordialmente, como objeto de julgamento moral e passa a ser explicado pela biologia. Distintamente do argumento foucaultiano, acreditamos que o elemento moralizante continuou claramente vivo, subjacente à explicação científica. Essa nova concepção do monstruoso, na exata medida em que se pretende científica, busca ocultar sua matriz valorativa, concebendo esses seres como espécies naturais. A suposta isenção daquilo que se considera ‘natural’ é o ponto a partir do qual se essencializar uma explicação histórica e política. (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 813)

Prevalece uma concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, consequentemente leva à naturalização da desigualdade de direitos (Carneiro, 2011, p. 15). Das ideias eugênicas decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que

vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil (Carneiro, 2011, p. 16). Buscando aprofundar este debate, recorreremos na segunda parte do texto aos estudos da professora indiana Spivak (2010).

Com enfoque em autores como Derrida e Foucault, para Spivak a principal reflexão é sobre a ausência da escuta trazido pela desautorização dos lugares de fala das pessoas em condição de subalternidade. O termo subalterno trazido pela autora não pode ser usado para refletir todo e qualquer sujeito marginalizado, deve ser resgatado retomando o significado atribuído por Gramsci ao se referir ao “proletariado”, ou seja, àqueles cuja voz não pode ser ouvida (Spivak, 2010 p. 13) não no sentido literal da possibilidade de fala, mas principalmente questionando a capacidade de ser ouvido.

Este lugar, ou não lugar (Beauvoir 1960), ou ainda o não lugar do não lugar (Collins, 2000; Davis, 1981; hooks, 2013; Kilomba, 2019; Ribeiro, 2017; Spivak, 1985) da mulher negra é o eixo central desta pesquisa que se iniciou com a leitura fílmica de *A Vênus Negra* (2010). O Filme narra a história de uma mulher cuja voz não se ouve, marcada pela intersecção de diversas opressões e injustiças, símbolo da exploração e do racismo colonial,

Sarah Baartman representa uma convergência de diversas opressões, em primeiro lugar, por ser mulher e negra além de sua condição social. Em segundo lugar por ser um caso extremo de constituição de identidade a partir do olhar do outro, sem direito a sua própria voz e por último, ao ser submetida a três tipos de olhares distintos: a selvagem perigosa e amoral abordando o negro como raça biologicamente distinta até chegar ao lugar de heroína dos modernos movimentos sociais. A circulação de seu corpo, desde o século XIX, tem garantido a manutenção da lógica civilizatória europeia. (Ferreira e Hamlin, 2010, p. 813)

Inicialmente caminhamos pelo campo da Análise Crítica do Discurso (ACD), com van Dijk (2008) demonstrando uma eficaz ferramenta, teórico - metodológica para questionar as diversas exclusões sociais que surgem com o capitalismo. O autor demonstra a grande capacidade da ACD de perceber os fenômenos da sociedade a partir de uma abordagem com raízes na linguística e que atingem as ciências humanas em geral. Analisa as formas de abuso de poder e manipulação, doutrinação e desinformação- que resultam em desigualdade e injustiça sociais- através dos discursos.

São trabalhos multidisciplinares que estabelecem uma relação entre discurso e sociedade por uma interface cognitiva de modelos mentais e cognições sociais como conhecimentos e ideologias. O que pode ser observado, por exemplo, na reprodução do racismo na sociedade. As ideologias e os preconceitos étnicos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente na interação étnica. Eles são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre através da comunicação (van Dijk, 2008, p. 135). Ele explicita que no mundo contemporâneo a escrita e a fala desempenham um papel salutar na reprodução do racismo e lembra que são as elites que controlam em grande parte o discurso escrito e falado.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Pecheux e Foucault foram filósofos cujas contribuições deram origem ao que hoje é conhecido como teoria do discurso. Para os linguistas o discurso pode ser definido como “o uso da língua”. Para além da linguística e integrado ao pós-estruturalismo, a noção de discurso

para autores como J. Derrida, G. Deleuse, J. Lacan, J. Butler e ainda de acordo com Maingueneau, entra igualmente em ressonância com certas correntes construtivistas, particularmente a sociologia do conhecimento de P.L. Berger e T. Luckmann, autores de “A construção social da realidade” (1966).

O discurso pode ser tomado como uma organização além da frase por mobilizar estruturas que estão além das palavras. Considera-se que falar é uma forma de ação sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo. Nesse ponto, a linguística retoma a tradição da retórica, que constantemente acentuou os poderes da fala levando a enunciação a constituir um ato que visa modificar algo. Diz Maingueneau (2014) que o

discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (fenômeno da “modalização”) (...) de uma perspectiva da análise do discurso, essa dupla assunção não implica que se considere o sujeito como o ponto de origem soberana de “sua” fala. A fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém (Maingueneau, 2014, p. 27).

Esta atividade verbal é regida por regras e normas convencionadas que só adquirem sentido no interior de um interdiscurso, ou seja: para realizar a interpretação de um enunciado é necessário fazer relações que são conscientes, ou nem tanto, sobre os quais ele se apoia ou estabelece relações, como é exemplo o gênero textual, estabelecendo ligações com outros discursos. Apenas se constrói o sentido do discurso socialmente, no interior de práticas sociais determinadas.

Maingueneau (2014, p. 53) ainda afirma que os estudos de discurso, tanto quanto o conjunto das ciências humanas e sociais, oscilam entre

dois objetivos: analisar funcionamentos e exercer um poder “crítico”. (...) é necessário haver a decisão de desvendar interesses que o discurso, por natureza, tentaria dissimular, uma decisão de desmontar processos que abrem caminho à violência, à discriminação, à injustiça”.

“A ACD é uma perspectiva – crítica – de produção do conhecimento: análise do discurso “com uma atitude” (van Dijk, 2015, p. 353). Os temas dos trabalhos abordam principalmente o racismo, machismo, neocapitalismo e outras opressões. A análise crítica do discurso contemporânea incide sobre as disfunções sociais, muito frequentemente expressa em termos de poder ou de desigualdade social. “A análise crítica do discurso é desta forma uma análise sociopolítica que é conduzida por cientistas e estuda as diferentes formas de poder (ou de abuso de poder) nas relações entre os sexos, as raças e as classes” (van Dijk, 2008a, p. 27) possibilitando o enfrentamento de diversas opressões a partir dos discursos

por sua própria forma de proceder, a análise do discurso tem uma força crítica, mesmo que os pesquisadores não se interessem por temas sensíveis como o machismo ou neocapitalismo, mesmo que eles não considerem que as ciências humanas e sociais devem estar a serviço de uma emancipação. Pode-se, assim, contestar a própria ideia de que haveria uma análise do discurso sem nenhuma dimensão crítica e outra que se caracterizaria por uma finalidade crítica plenamente assumida. (van Dijk, 2008a, p. 27)

Teun A. van Dijk foi professor de estudos do discurso na universidade de Amsterdã e coordena o projeto internacional sobre o discurso e o racismo na América Latina (México, Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina, Chile e Peru). Em entrevista para a Universidade Federal do Espírito Santo em 2015, realizada pela Revista PERcursos Linguísticos,

explica que o racismo não é inato, mas aprendido pelo discurso e comunicação dentro do grupo branco dominante.

De acordo com van Dijk (2015), o discurso público é controlado pelas elites simbólicas - líderes políticos, jornalistas, professores, juízes, entre outros, sendo estes os principais responsáveis pela reprodução do racismo na sociedade. Uma sociedade é tão racista quanto suas elites - embora mudanças entre as atitudes ou ideologias das elites podem levar um longo tempo para influenciar a sociedade como um todo.

Ainda de acordo com van Dijk (2015), a negação do racismo é uma das principais barreiras para o seu enfrentamento salientando que a negação do racismo é uma das características centrais do racismo contemporâneo. Ele examina as estratégias discursivas das variadas formas de negação do racismo nos diversos gêneros discursivos observando que a negação do racismo assume formas variadas de acordo com situações específicas ou gerais, pessoais ou grupais. Para van Dijk apenas

A negação do racismo é típica do racismo, especialmente das “elites simbólicas” na política, nos meios de comunicação e educação que estão cientes das normas antirracistas de uma sociedade democrática. A fórmula característica é “Eu não sou racista, mas...”, das quais a primeira parte é uma forma de autoapresentação positiva, mas a segunda expressa uma opinião preconceituosa, ou, por exemplo, uma oposição contrária ao antirracista, ações afirmativas ou legislação. Para além de uma forma de autoapresentação positiva (ou a negação de críticas do grupo interno), recusas de racismo (tipicamente por membros do grupo dominante branco) também pode significar ignorância sobre o racismo em geral e sobre as muitas formas de racismo, em particular, no Brasil - por exemplo, tal como definido e experimentado pelos próprios negros ou como descrito na pesquisa crítica. (van Dijk, 2008a, p. 165)

A proposição ganha contornos ainda mais graves ao considerarmos o histórico dos racismos no país. Se temos uma sociedade estruturalmente, sistematicamente, ambientalmente racista e fomos educados dentro destes valores, como acreditar na lógica que insiste em não o ver. Uma vez que não se reconhece algo não é possível modificar ou sequer falar sobre, mantendo sua estrutura.

A VÊNUS NEGRA

Muitos trabalhos científicos, acadêmicos, literários, um filme e um documentário foram feitos sobre a Vênus Negra, mas nem tanto se sabe sobre a história de vida de Sarah Baartman antes de ser levada para a Europa. A maioria das informações que se tem foram retiradas de artigos de jornais ou dos relatórios dos cientistas eugênicos.

Há bastante divergência em relação a sua data de nascimento, provavelmente em 1789, mas há um consenso que em 1810 ela chegou à Londres. Ela foi levada à Europa por Hendrik Cesars, um fazendeiro Holandês, irmão de seu colono, que habitava próximo a cidade do Cabo e pelo cirurgião inglês William Dunlop, medico que exportava espécimes da fauna e da flora e nativos das colônias inglesas com a promessa de fama, fortuna e liberdade.

Foi exibida em feiras, circos, hospitais, festas privadas e, depois de morta, em museus e universidades da Europa. Uma mulher negra com cerca de 1,37 m de altura, nascida na região do vale do Rio Gantoos, atual província do Cabo Oriental na África do Sul da etnia Khoisan.

Poucos anos antes da chegada de Sarah a Inglaterra, a estátua da Vênus Calipígia chegava ao Museu Real de Nápoles, um mármore

romano cujo nome significa literalmente Vênus da bela nádega. O interesse deles esteve inicialmente voltado para a sua nádega pois Sarah tinha esteatopigia, hipertrofia das nádegas por acúmulo natural de gordura na região.

Não se sabe ao certo o seu nome de nascimento, mas Saartjie, seu nome de batismo da família de colonos, está no diminutivo em africâner, o equivalente a Sarinha, ou pequena Sara em português. O uso do diminutivo era comumente empregado para infantilizar a imagem das pessoas negras escravizadas. O sobrenome Baartman vem desta mesma família por quem foi escravizada ainda em África, onde ela amamentava crianças, cuidava da casa e dos animais. Já o termo hotentote, atribuído por colonizadores holandeses - seu nome artístico era “A Vênus Hotentote” -, significa “gago”, alguém de cultura e intelecto inferior.

O filme inicia em uma conferência do Museu de História Nacional em que são apresentados o cérebro e órgãos sexuais de Sarah conservados em potes de formol. No “show” Sarah era apresentada como uma escrava capturada na floresta selvagem das profundezas da África, de uma sexualidade perigosa e incontrolável, ela saía de dentro de uma jaula como um urso adestrado, segurada pela coleira em que o domador tentava controlar. Ferreira e Hamlin (2010) explicavam que, inicialmente,

a exibição de Baartman não apresentaria nada de excepcional se considerarmos que a exibição de curiosidades humanas, objetos e animais exóticos era comum na Inglaterra. Anões, gigantes, mulheres barbadas, negros, indígenas, porcos falantes, animais monstruosos e raros compunham a estranha fauna dos conhecidos shows de aberrações (ou freak shows) - zoológicos humanos e animais, museus, feiras e circos faziam parte das possibilidades de entretenimento oferecidas nas cidades europeias. Alguns desses espetáculos eram itinerantes, constituindo-se em um dos principais veículos para a

criação de visões específicas acerca de um mundo não europeu, não civilizado. Ainda assim, a exibição de Baartman foi especial. Parte de seu sucesso parece dever-se ao fato de que era mulher. (Ferreira e Hamlin, 2010, p. 825)

Os autores contam a partir de Qureshi (2004, como em Ferreira e Hamlin, 2010) que, embora Londres tivesse uma população negra em 1801 de 958.863 habitantes de acordo com o censo deste ano, a grande maioria desta população escravizada era de homens. Havia uma forte pressão do movimento antiescravista inglês e o caso foi levado a julgamento a partir de um artigo publicado pelo jornal *Morning Chronicle* assinado por “um cidadão inglês” denunciando que a apresentação da Vênus Negra era uma ofensa a decência pública com a mais terrível das situações, a escravidão (como em Gould 2004, p. 273). A resposta de Hendrick Cesars veio na forma de duas cartas, nas quais enfatizava que ela tinha o mesmo direito de se exibir para ganhar a vida que um gigante irlandês ou um anão (Qureshi 2004, p. 238, como em Ferreira & Hamlin, 2010).

Sarah alegou que não era uma escrava e o show não passava de uma representação, que foi para Londres por livre e espontânea vontade, que tinha dois negrinhos para servi-la e apenas gostaria de roupas mais quentes apresentando ainda um contrato forjado em que ela recebia 50% do valor arrecadado nas apresentações. A corte decidiu em favor de Hendrick Cesars e o show continuou a ser exibido em outras cidades inglesas e irlandesas até 1814 quando Sarah foi para Paris. Se o interesse inicial era em suas nádegas, posteriormente seria a anatomia de sua vagina, temática a qual o relatório de George Cuvier (1817) dedica sete das nove páginas sobre Sarah a descrever.

Na França ela passa a ser exibida pelo criador de animais S. Réaux. Paris era o centro da modernidade e dos estudos científicos em 1814, quando Sarah foi levada e vendida ao cientista Georges Cuvier. Ela foi medida, manipulada, analisada cada centímetro dando corpo a eugenia e a teoria racialista moderna. Foi examinada por três dias pelos cientistas europeus do Museu de História Natural. Diante dessa intersecção de injustiças ela desenvolve o alcoolismo, termina se prostituindo e é contaminada por uma doença venérea morrendo aos 26 anos, havendo rumores que a causa da morte seria pneumonia.

George Curvier fez um molde de gesso de seu corpo antes de dissecá-lo, preservando seu esqueleto. Seu cérebro e órgãos genitais foram colocados em frascos de conserva com formol. As partes de seu corpo ficaram em exibição no Musée de L'Homme, em Paris, até 1994, quando Nelson Mandela pediu a restituição de seus restos mortais, que retornam à África do Sul em 2002.

No ano da última exposição pública de Baartman, os descendentes dos Khoisan, organizados num movimento chamado “conferência nacional Griqua”, deram início a uma campanha pública de repatriação de seus restos mortais. Com o fim do regime do Apartheid, em 1994, estabeleceu-se a necessidade da criação, no plano simbólico, de elementos que pudessem representar uma nova identidade nacional. (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 832)

Foram necessários oito anos de negociação. Afinal, e se a França tivesse que devolver tudo que foi roubado para o povo africano? O que restaria? Foi quando a direção do museu decidiu que os restos mortais de Sarah não eram nada mais que o esqueleto de uma fêmea de baixa estatura, qualificando como racista a dissecação de Georges Curvier e

por isso era desprovido de interesse científico. Não em uma perspectiva universal, uma resposta específica para o caso de Sarah. Seus restos mortais foram recebidos como chefe de estado, se tornando símbolo de luta para os movimentos sociais modernos.

O projeto de lei é, assim, aprovado, fazendo referência específica ao seu nome a fim de evitar que a lei seja aplicável a outros casos. Assim, ao proclamar Baartman como desprovida de interesse científico, o governo francês permite que seus restos mortais sejam enviados à África do Sul em maio de 2002 e cremados segundo rituais Khoisan. (Ferreira & Hamlin, 2010, p. 833)

ÀS OBVIEDADES

Quando se trata em falar sobre os racismos e o sexismo é necessário falar das obviedades. Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1960) questiona, “que é uma mulher?” (1960, p. 7), inicialmente a partir da diferença biológica e “não pode se encerrar na mesma pois, a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana” (p.13). Se para Beauvoir a mulher é o outro, tratada como objeto, para teóricas como Gayatri Spivak (2010); Djamila Ribeiro (2017); Angela Davis (1981); Grada Kilomba (2019); Bell Hooks (2013) e Patricia Hill Collins (2000) a mulher negra é o outro do Outro, está no não lugar do não lugar.

Esta alteridade nos refuta, principalmente, a construção de nossas próprias narrativas. Para Djamila Ribeiro (2017), a reflexão fundamental a ser feita é “quando as mulheres e as pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz elas estão reivindicando o direito à própria vida

pois a história tem mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de - deixar viver ou deixar morrer - (Ribeiro, 2017 p. 45). Neste sentido seria urgente o “deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades de raça, gênero, classe, sexualidade e territorialidade para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica” (Ribeiro, 2017, p. 45).

Nas palavras de Spivak (2010), o papel mais importante do intelectual pós-colonial é criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar e como consequência possa ser ouvido(a). “Neste contexto, se o sujeito subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se ainda numa posição ainda mais periféricas pelos problemas que derivam das questões de gênero. Se no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak 2010, p. 287).

Para Ribeiro (2017), Spivak (2010) é uma das autoras mais importantes para se pensar em lugar de fala. Sua obra “Pode o Subalterno Falar” (2010), publicada pela primeira vez em 1985, originalmente como artigo, com o subtítulo especulações sobre os sacrifícios das viúvas, traz reflexões sobre o silêncio imposto a sujeitos que foram colonizadas(os). A professora indiana é um importante nome no pensamento pós-colonial. Resumidamente, pretende questionar e interrogar os fundamentos da epistemologia dominante e evidenciar os saberes produzidos por grupos que foram subalternizados em territórios coloniais. Violência que atinge duplamente as mulher negras pois “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito

subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 85).

Grada Kilomba (2019) também retrata este silenciamento com uma precisão cirúrgica ao resgatar uma história muito presente em seu imaginário infantil: a máscara imposta aos homens e mulheres africanas que foram escravizadas(os). Tratava-se ao mesmo tempo de um instrumento de tortura e silenciamento que impedia as(os) negras(os) de comer cana de açúcar ou cacau. Nesta inversão de valores, eram as pessoas negras que roubavam as brancas. Ao mesmo tempo as máscaras impediam os negros de comer terra e quantos não o fizeram em busca do suicídio. Ao refletir sobre o silenciamento através da máscara, Kilomba (2019) levanta questões cruciais por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir? Em nenhuma leitura sobre a história de Sarah Baartman há menções à máscara física, mas desconhecemos qualquer relato em que a sua voz possa ser ouvida.

Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. (...) Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito Negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a “essência da repressão”, escreve ele: “encontra-se simplesmente em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente”. (Freud, 1923, p. 17). Este é aquele processo pelo qual as ideias desagradáveis – e verdades desagradáveis – tornam-se inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente como segredos, elas

permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento. (Kilomba, 2019, p. 41)

Se formos capazes de refletir, onde mora o nosso sexismo, onde mora o nosso racismo será possível avançar no debate. bell hooks (1981, p. 08) diz que, quando o povo negro é falado o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando as mulheres são faladas o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos homens negros; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres brancas.

A mulher negra fica no limbo das Representações, invisibilizada e duplamente oprimida pela violência racista e sexista, quando não classista, homofóbica e transfóbica. O livro citado é homônimo do discurso mais conhecido de Sojourner Truth, abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher nascida no cativeiro em Swartekill em Nova York. “Não sou uma mulher”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio.

Angela Davis (1982) descreve que como fêmeas, as mulheres escravizadas estavam inerentemente vulneráveis a todas as formas de coação sexual. “Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas. A violação, de fato, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sob a mulher negra como trabalhadora” (Davis, 1982, p. 26). O termo miscigenação passa a ideia de que a mistura de raças foi pacífica, mas o que houve foi o estupro sistemático de mulheres negras e índias.

A unanimidade é que todas as meninas escravizadas, entre os 13 e 16 anos, foram estupradas e resistiram quase que em totalidade.

Fraser (2006) faz uma reflexão sobre as injustiças sociais, entre dilemas de redistribuição, reconhecimento e seus remédios. A autora teoriza a respeito dos meios pelos quais privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente esclarecendo dilemas políticos que surgem quando tentamos combater duas injustiças ao mesmo tempo propondo a quebra das divisões de gênero, raça, classe e sexualidade como remédio. Em relação aos grupos submetidos aos dois tipos de injustiças, qual será combinação de remédios que funciona melhor para minimizar, senão para eliminar de vez, as interferências mútuas que surgem quando se busca redistribuição e reconhecimento ao mesmo tempo?

Se o gênero não é nada mais que uma diferenciação econômico-política, a justiça exige, em suma, que ele seja abolido. Isso, no entanto, é apenas uma parte da história. Na verdade, o gênero não é somente uma diferenciação econômico-política, mas também uma diferenciação de valoração cultural (Fraser, 2006, p. 234)

Para ela o grande dilema é como ligar reconhecimento e redistribuição para chegarmos a um quadro conceitual adequado às demandas de nossa era, combinando as lutas por reconhecimento, voltadas para remediar a injustiça social, às lutas por redistribuição, voltadas para compensar a injustiça econômica. Já para os problemas de gênero um dos aspectos centrais na manutenção da desigualdade é o falocentrismo, para o racismo um dos aspectos centrais é o eurocentrismo, a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à branquitude.

Em sua companhia está o racismo cultural: a desqualificação generalizada das coisas codificadas como “negras”, “pardas” e “amarelas”, paradigmaticamente - mas não só - as pessoas de cor. Esta depreciação se expressa numa variedade de danos sofridos pelas pessoas de cor, incluindo representações estereotipadas e humilhantes na mídia, como criminosos, brutais, primitivos, estúpidos etc; violência, assédio e difamação em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição às normas eurocêntricas que fazem com que as pessoas de cor pareçam inferiores ou desviantes e que contribuem para mantê-las em desvantagem mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminação; a discriminação atitudinal; a exclusão e/ou marginalização das esferas públicas e centros de decisão; e a negação de direitos legais plenos e proteções igualitárias. (Fraser, 2006, p. 235-236)

Fraser (2006) traz o questionamento, como antirracistas podem lutar ao mesmo tempo para abolir a raça e para valorizar a especificidade cultural dos grupos racializados subordinados? Em outras palavras, que remédios econômico-políticos podem diminuir a diferenciação racial e ao mesmo tempo valorizar a especificidade de coletividades desprezadas e como fazer ambas as coisas ao mesmo tempo? Se tomarmos como exemplo os problemas de discriminação sexual, não se trata de tratar de dissolver toda a diferença sexual em uma identidade humana única e universal e sim manter um campo sexual de diferenças múltiplas, não binárias, fluidas, sempre em movimento (Fraser, 2006, p. 237).

UMA INCONCLUSÃO

O fim institucionalizado da escravização ao longo do mundo não significou uma automática reinstituição dos direitos e da humanidade para as pessoas negras, pelo contrário. Com ele veio a eugenia, uma ciência que categorizou pessoas humanas dando origem as diversas teorias

racialistas. Era o racismo sendo cientificamente comprovado, mas não esqueçamos que a injustiça racial não é um problema científico - por não ter se encerrado com o mesmo - e sim um processo social e histórico.

O fim dos racismos, todas(os) sabem, é a nossas mortes. Sejam estas físicas, ou na retirada dos direitos a fala, direito de contar as nossas próprias histórias ou de sermos ouvidas. Se uma das primeiras barreiras para enfrentamento dos racismos é a sua negação, uma das formas de combatê-los é nomeá-los, traze-lo à tona e falar sobre.

Chamar as coisas pelo nome significa dizer que: racismo é racismo, violência policial é violência policial, extermínio é extermínio, encarceramento em massa, encarceramento em massa.

O cinema, como meio de comunicação convergente, abriga de uma só vez variadas linguagens que formam o seu produto, o filme. Como emissor de discursos, o filme leva as suas plateias ao contato com trajetórias de vidas, traz à tona problemas sociais e psicológicos, construindo uma nova ordem ou reafirmando valores. Assim, a leitura cinematográfica é importante para uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos.

A história de Sarah Baartman representa uma convergência de opressões que nos levam a compreender muito mais sobre a sociedade em que vivemos que sobre ela própria ou nós mesmas.

REFERÊNCIAS

Beauvoir, S. (1960). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Difusão Europeia do Livro.

- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Citeli, M. T. (2001). As Desmedidas da Vênus Negra: gênero e raça na história da ciência. *Novos Estudos CEBRAP*, 61, 163-175.
- Clifton C., & Crais, P. S. (2009). *Sara Baartman and the Hottentot Venus: A Ghost Story and a Biography*. Princeton University Press.
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought*. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. Routledge.
- Cuvier, G. (1817). Extrait d'observations faites sur le cadavre d'une femme connue à Paris et à Londres sous le nom de Vénus Hottentotte. *Mémoires de Muséum d'Histoire Naturelle*, Tomo III, 259-274, <http://www.archive.org/details/mmoiresdelanat01pari>
- Del Conti, V. (2008). Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Sci. stud.* 6(2), 201-218. http://www.scielo.br/scielo.php.script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso
- Dijk, T. A. van. (2008a). *Discurso e Poder*. Contexto.
- Dijk, T. A. van. (2008b). *Racismo e discurso na América Latina*. Contexto.
- Dijk, T. A. van., Medeiros, B. W., & Andrade, M. L. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha D'Água*, 26(2), 351-381. <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164>

- Ferreira, J., & Hamlin, C. (2010). Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Rev. Estud. Fem.*, 18(3), 811-836, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300010&lng=en&nrm=iso
- Kechiche, A. (2010). *A Vênus Negra*. [Filme-DVD] Produção de Charles Gillibert, Marin Karmitz, Nathanaël Karmitz. Direção Abdellatif Kechiche. Paris.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lebence, P. (2013). A Vênus Negra, a “mulata exportação” e o corpo da mulher negra na sociedade espetáculo. <https://escrivencia.wordpress.com/2013/01/11/a-venus-negra-a-mulata-exportacao-e-o-corpo-da-mulher-negra-na-sociedade-do-espetaculo>
- Maingueneau, D. (2014). *Análise de textos de comunicação* (6a ed. ampliada.) Cortez.
- Oliveira, M. L. M. (s.d.). Franz Boas: críticas aos métodos da antropologia evolucionista, reação às teorias racialistas e objetivos da pesquisa antropológica. <http://www.consciencia.org/franz-boas-pesquisa-antropologica>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento/Justificando.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (1a ed.). Editora da UFMG.

Wiss, R. (1994). Lipreading: Remembering Saartje Baartman. *The Australian Journal of Antropology*, 5(1-2), 11-40.

PÔE NA RODA: O AUDIOVISUAL ENQUANTO ESPAÇO DE VISIBILIDADES LGBT

Elton Araújo de Souza¹

INTRODUÇÃO

Em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir publicou o livro intitulado “O Segundo Sexo”, em que afirma que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher por meio das imposições sociais. Isto leva a refletir sobre as questões de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea e seus reflexos sobre o ordenamento jurídico e sua repercussão nos meios audiovisuais, como são os casos dos canais no Youtube, ao colocar em cena novos atores sociais e suas lutas por direitos, como é o caso dos grupos compostos por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos, ou seja, a tão conhecida sigla LGBTTTI, que pode ser resumida por outra: LGBT - que também não representa a totalidade das sexualidades existentes.

Ao se pensar os corpos como elementos políticos em uma sociedade regrada por normas e regras rígidas que não admite nada que seja desviante ou subversivo, as travestis e as transexuais são categorias que sofrem enorme marginalização, exclusão e violência cotidianamente. Sendo negado a eles e a elas alguns direitos mínimos como o caso do

1. Mestrando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP/Bauru-SP.
elton.a.souza@unesp.br

uso do banheiro e até mesmo aspectos relacionados à cidadania, sendo vistos e vistas como uma subclasse social.

A violência que recai sobre esse grupo não compõe os dados oficiais do Estado, mas o Grupo Gay da Bahia afirma que a cada 28 horas um LGBT é vítima de homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia, por conta de orientação sexual e identidade de gênero (Araújo, 2014).

Percebe-se todo um discurso preconceituoso, marginalizador, estigmatizante, misógino, machista e transfóbico, ou seja, um discurso baseado no aspecto biológico com a afirmação de que os gêneros são inalteráveis, mas sem levar em consideração que os gêneros são elementos impositivos e normativos – o que acaba normatizando os sujeitos dentro de um padrão que muitas vezes não vem a representá-los.

Apesar de muitos entraves as categorias LGBT, a internet promoveu uma grande espaço de possibilidades a esses sujeitos que começam a obter visibilidade e até mesmo relativo empoderamento por meio dos movimentos sociais. É inegável a visibilização que esses grupos obtiveram e continuam obtendo, isso fica claramente visível pela quantidade de canais no Youtube que são produzidos por gays, lésbicas, pessoas transexuais e drag queens, podendo citar alguns canais: Põe na Roda; Fora da Casinha; Canal das Bee; Para Tudo; Tempero Drag; Transdiário, entre outros, que acabam trazendo à cena novos sujeitos de gênero e sexualidade, abordando questões de identidades, sexualidades, preconceito, política, militância e demais problemas que acabam afetando a comunidade LGBT.

Os objetivos do trabalho visaram apresentar um breve panorama sobre as questões de gênero, sexualidade e estudos queer; bem como analisar alguns aspectos em torno do Youtube; assim como compreender

a importância do canal do Youtube “Põe na Roda” como recurso audiovisual no relato de experiências de sujeitos de gênero e sexualidade.

A metodologia tem como ponto de partida aspectos mais amplos, indo para questões mais particulares, com uso de pesquisa bibliográfica descritiva e de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações e de outras áreas do conhecimento. Com isso foi possível fazer o levantamento de livros, periódicos, sites da internet e separar 02 (dois), dos 540 (quinhentos e quarenta) vídeos postados, até o presente momento, no canal “Põe na Roda”, e categorizá-los como os vídeos que abordam questões sobre gays não assumidos e como é esse processo de se assumir para a família e amigos.

No mais, o estudo justifica-se por permitir um olhar que integre as novas formas de entendimento em relação às identidades de gênero e o uso das mídias sociais e seus recursos audiovisuais oferecidos pela cibercultura, para promoção de um novo espaço de debate, respeito e compreensão as diferenças.

Por derradeiro, espera-se proporcionar um olhar multidisciplinar ao estabelecer um diálogo entre a Comunicação e os estudos de gênero e sexualidade, buscando refletir sobre as práticas culturais estruturadas em um discurso de normalidade e anormalidade entre os gêneros, não sendo admitido nenhum desvio ao modelo imposto social, cultural, político e historicamente. Por isso, se torna de suma importância a desconstrução desses papéis para que outras identidades sejam visibilizadas na sociedade brasileira.

1 BREVE PANORAMA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Muito tem sido dito sobre a sexualidade no mundo ocidental, pois no início do século XVII ainda existia certo espaço de franqueza, em que o segredo ainda não havia se estabelecido em torno da sexualidade e os códigos de comportamento sobre ela eram ainda mais soltos em relação aos períodos que se seguiram, em que as estruturas burguesas encerraram a sexualidade para o espaço privado familiar. A família burguesa confiscou tudo que podia ser dito ou praticado sobre a sexualidade e o que podia ser dito nos lugares públicos já não podiam mais. Havia um único espaço social em que a sexualidade era reconhecida por seu caráter útil e fecundo, que é o quarto dos pais (Fernandes & Resmini, 2016).

De acordo com Feitosa (2008), o termo sexualidade só começa a ser utilizado a partir do século XIX, mas sem valor epistemológico com relação às sociedades anteriores. Todavia, seu uso é adequado porque reconhece que os valores culturais acabam exercendo interferência no modo como os sujeitos se relacionam com seus próprios corpos, seus desejos e sentimentos. Além disso, é importante compreender que ao se analisar a sexualidade se está também historicizando o corpo, assim como os valores sociais sobre o qual se constituem determinados agrupamentos humanos em diferentes tempos e espaços históricos, o que, permite compreender e provocar uma reflexão sobre as questões do presente e do passado.

No século XIX, a sexualidade chegou a obter sua própria área de estudo e conhecimento, a sexologia, que tinha como embasamento teórico

a Psicologia, a Biologia, a Antropologia, assim como a História e a Sociologia. Nesse período, há um enfoque no sexo como algo instintivo que representava as necessidades básicas do corpo. Mas, atualmente, as produções em torno da sexualidade afirmam que a mesma é uma construção social, assim como o gênero. Desse modo, ela é também uma produção histórica que acabou sendo modelada em diferentes contextos sociais, o que demonstra que a sexualidade é uma questão crítica e política passível de ser investigada e analisada historicamente e sociologicamente de forma atenta para que não sejam reproduzidos modelos biologizantes (Weeks, 2003). Segundo Amaral (2007):

Sexualidade é um aspecto central do ser humano durante toda sua vida e abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experimentada e expressada nos pensamentos, nas fantasias, nos desejos, na opinião, nas atitudes, nos valores, nos comportamentos, nas práticas, nos papéis e nos relacionamentos. (Amaral, 2007, p. 3)

Nesse sentido, é possível perceber a presença da cultura na construção da sexualidade e suas variadas formas de erotismo e prazer proporcionadas pelo corpo, que também está impregnado de valores que foram assimilados (ou não) dos contatos estabelecidos com o outro e com as instituições sociais como, a família, a igreja, a escola e o próprio Estado, com formas de regulação e controle das práticas e orientações sexuais.

Para Louro (2008), tanto no passado quanto nos dias atuais, a sexualidade continua ocupando uma instância privilegiada em que a vigilância e o controle social ainda são muito fortes, pois ocorre uma ampliação e diversificação das maneiras que a regulam, proporcionando uma multiplicação de discursos sobre a sexualidade, discursos esses em

que se autoriza a ditar e impor normas sociais sobre o corpo, o gênero, assim como a sexualidade e as práticas sexuais.

As minorias sexuais são, de acordo com Louro (2001), atualmente, muito mais visíveis do que eram nas décadas passadas e isso gera um embate acirrado com relação a grupos conservadores e reacionários que não aceitam as diferenças e procuram fazer com que essas minorias não tenham direitos garantidos por acharem que as mesmas estão obtendo privilégios.

A partir dos séculos XVII e XVIII tem início um cerceamento em relação à sexualidade, pois até essa época, de acordo com Foucault (2015), em “A História da Sexualidade: Vontade de Saber”, os corpos pavoneavam-se, existindo certa liberdade em relação ao corpo e à sexualidade, sendo que essa sexualidade começa a atrair maior preocupação por parte da Medicina. No século XIX, a Medicina começa então a produzir discursos higienistas em relação às práticas sexuais e aos corpos que não respondiam ao modelo hegemônico da época.

Nesse exato momento, ocorre um aumento significativo em relação aos saberes e seus discursos em relação ao sexo, constituindo uma rede muito complexa de saberes e poderes. Esta rede é compreendida como um dispositivo da sexualidade, ou seja, estratégias perversas de controle dos corpos, havendo uma interferência do poder no modo de existência das subjetividades, com vistas a promover uma ilegitimidade das vivências, experimentações e práticas sexuais dos sujeitos. Neste sentido, a biopolítica se torna uma ferramenta tecnológica de poder utilizada por governos para controlar a vida das populações, que produz e delimita as diversas formas de existência dos sujeitos, já que a biopolítica tem por base argumentos científicos embasados no aspecto biológico que

impõe normas que visam a determinar lugares e maneiras de como esses grupos e populações devem funcionar. Seu objetivo é domesticar os corpos e torná-los úteis e previsíveis, ou seja, sendo exercido sobre a vida do outro um poder específico, o biopoder (Foucault, 2015).

Em contrapartida, uma nova política cultural que tem-se firmado, tendo por base a política das identidades da qual, desde os anos de 1960, participam novos atores sociais, nomeados de minorias sexuais e étnicas. Ao poucos, tais agentes começam a se empoderar e vêm denunciar o inconformismo e o desencanto em que se encontram, diante da situação que enfrentam diariamente na sociedade e, por conta disso, acabam questionando teorias e conceitos permeados por preconceitos, elaborando novas linguagens e construindo novas práticas sociais, o que tende a promover uma mudança de paradigmas (Sasaki, 2005).

De acordo com Louro (2001), é importante compreender que o uso do termo minoria, não se refere a uma inferioridade numérica, mas pelo contrário, esses grupos compõem maiorias que foram silenciadas historicamente. Entretanto, quando essas minorias tomam consciência e começam a se politizar, elas transformam o gueto em território e o estigma em orgulho gay, étnico, de gênero e tantos outros, que começam a ter maior visibilidade. Essas minorias denunciaram que historicamente a única voz que foi ouvida foi a do homem branco heterossexual e, com isso, foram sendo construídas representações sociais em torno das categorias LGBT's, como sexualidades desviantes.

A sociedade ocidental foi estruturada em sua essência na religião judaico-cristã e, nesse aspecto, estabeleceu-se uma sexualidade considerada natural e isso se faz presente nas estruturas mentais das pessoas e em suas práticas sociais. Diante desse tipo de discurso de ordem

moral e/ou religiosa, se torna básico o deslocamento da sexualidade de seu lugar “natural” para colocá-la no campo da cultura, pois somente com esse tipo de análise é que é possível compreender que a sexualidade não se baseia em um fator natural, mas que escapa às normas e práticas sexuais vigentes (Assis, 2011). Nesse sentido, Butler (2013, pp 200-201), esclarece:

em que a plateia social mundana [...] passa a acreditar que esse gênero seja natural, que exista uma aparente substância nessa essência masculina e/ou feminina, ou seja, ambos, gênero e sexualidade, são forjados culturalmente, porque o objetivo da performatividade é a manutenção do gênero em sua estrutura binária, colocando homens e mulheres em oposições uns aos outros.

Nas relações estruturadas em discursos hegemônicos de poder, em que se privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros, a hegemonia vem a ser a capacidade de um grupo controlar outros grupos sociais por meio do consentimento expresso através de uma dinâmica cultural que se expande aos campos da vida privada e social. Desta forma, a mídia, a família, o governo, o sistema educacional e os mecanismos ideológicos tornam-se canais pelos quais tal hegemonia se estabelece e passa a elaborar um discurso de verdade que tende a privilegiar o grupo dominante. Não é por outro motivo que mecanismos de resistência se fazem de suma importância frente a esses modelos estruturantes de enquadramento de corpos, gênero e sexualidade (Seffner, 2009).

Segundo Nagime (2016), os estudos queer surgiram em meados dos anos de 1980, quando diversos trabalhos acadêmicos vieram a romper com certos modelos culturais que regiam as questões em torno das sexualidades. No início foi uma questão mais acadêmica, mas que logo

foi aderida pela militância e ganhou outros espaços fora dos muros das universidades, que visavam ampliar os conceitos, as ideias e mesmo as dúvidas sobre gênero e sexualidade. Com o objetivo de romper as normas e, com isso, proporcionar uma expansão de estudos sobre cultura, política, sexualidade, relações de gênero e sociedade em geral, pois o queer vem para desestabilizar aquela ordem de coisas que estavam cristalizadas na sociedade e também no meio acadêmico.

Para os estudos queer, segundo Louro (2001), aquilo que é concebido como inabitável, que rompe com estruturas de poder vigentes, tenta construir novos espaços para as identidades invisibilizadas e marginalizadas. A partir da apropriação de ofensas e xingamentos, o que se quer é colocar o sujeito como protagonista de sua história, não mais se enquadrando em estruturas engessadas e heterossexistas, pois novos sujeitos saem da escuridão do anonimato e ocupam espaços que lhes são de direito:

Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro como referência: é um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (Louro, 2001, p. 546)

Mas é preciso se atentar que o termo queer não é e nunca será um consenso entre os estudiosos, pois isso se intensifica quando o termo é trazido para o contexto brasileiro, ou seja, a língua portuguesa de um termo em inglês (cujo sinônimo é estranho, peculiar, excêntrico), até

por conta de sua bagagem e contexto histórico que o termo ou outras terminologias possuem de acordo com cada teórico (Nagime, 2016).

Os corpos e os gêneros se deslocam sem estarem presos a padrões heteronormativos que ditam as regras do que é ou não permitido. O sujeito queer ultrapassa as barreiras, desestabiliza as estruturas de poder e tira as coisas do lugar comum, no intuito de construir um espaço pós-identitário em que a cultura (de paz) seja a válvula propulsora desse construir e reinventar-se a todo instante.

De acordo com Nagime (2016), o queer tenta englobar as diversas possibilidades e práticas, com a aposta na indefinição como sendo a melhor maneira de definir algo, já que o queer desestabiliza as regras e normas impostas pela sociedade e suas instituições (família, igreja, escola), e visa fugir de explicações fechadas que tendem a normatizá-la e engessá-la.

Nesse sentido de reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade e a luta por espaços de visibilidade, surge o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), diferentemente da imprensa gay que o precedeu pelo enfoque político que dava ao tema da homossexualidade em plena ditadura militar (1964-1985), pois o jornal apostava em uma construção positiva da identidade gay (Péret, 2011).

Durante os três anos em que foi editado, o *Lampião da Esquina*, mobilizou a opinião pública e trouxe para a pauta do dia, discussões de temas que eram invisíveis na grande mídia. Ao colocar em cena a homossexualidade, reivindicando, com base na pluralidade de visões e opiniões, um olhar mais cuidadoso e crítico para a questão, o jornal ampliou o debate acerca dos direitos gays no país e se firmou como importante marco da imprensa alternativa brasileira (Péret, 2011).

A mídia tende a produzir e a reproduzir modos de ver e interpretar fatos, pessoas e acontecimentos, ela é uma poderosa máquina de construir e desconstruir imaginários e esteriótipos, pois essa seleção e captura do real não ocorre de forma aleatória, muito pelo contrário ela é inocente ou mesmo isenta de interesses. Dentro de cada meio de comunicação há um alinhamento da política editorial, pois é ela quem vai definir a identidade de um veículo, a maneira como cada um aborda o seu público e como expressa suas visões de mundo (Péret, 2011).

Com o encerramento dessa mídia impressa gay e com o advento da internet, tornou-se possível, pensar as especificidades de uma mídia social gay no espaço virtual, onde homoerotismo e informação se misturam facilmente como é o caso do vlog Sem Capa, que aborda diversos assuntos voltados aos homens gays, desde assuntos sobre saúde e cuidados com o corpo, relacionamentos, práticas sexuais, dentre outros.

O papel representado pela mídia impressa em décadas passadas como formadora de opinião, é hoje ocupado pelas atuais e crescentes mídias sociais como os canais do Youtube, blogs e vlogs, no qual esses sujeitos se apropriam dessas possibilidades oferecidas pela cibercultura e criam uma função social em relação a essas plataformas e sítios, dessas tecnologias. Desta forma, Castells (2003), afirma que:

A Internet é o tecido de nossas vidas [...] razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Uma rede é um conjunto de nós interconectados [...] num ambiente em rápida mutação [...] subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. A emergência da Internet como um novo meio de comunicação esteve associada a afirmações conflitantes sobre a ascensão de novos padrões de interação social. Por um lado, a formação de comunidades virtuais, baseadas sobretudo em comunicação on-line, foi interpretada como a culminação de um

processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitadas. (Castells, 2003, p. 7)

A sociabilidade homoerótica na era da internet se tornou a nova forma de se articular à vida cotidiana. Essa ferramenta chamada web que, desde 1997, iniciou seu processo de expansão no Brasil com a internet comercial, foi transferindo, ampliando e até mesmo recriando o espaço de sociabilidade de sexualidades dissidentes. Com isso, a internet revela sua face facilitadora de contatos e constituição de redes (Miskolci, 2009).

Segundo Zago (2011), é sabido que a produção de conhecimento por meio da internet vem tendo uma maior relevância no campo das Ciências Humanas e Sociais desde a metade dos anos de 1990, tornando-se ao mesmo tempo objeto, campo e instrumento de pesquisa. Pode-se dizer que a internet se infiltrou e se consolidou nas vida cotidiana das pessoas como uma parte importante, senão central, nas interações e comunicações com o outro por meio das mídias sociais.

Diante do exposto, torna-se importante analisar o canal do Youtube “Põe na Roda” produtor de conteúdo para a internet.

2 PÔE NA RODA: UM CANAL DE HUMOR FORA DO ARMÁRIO

Para Jenkins (2008), o novo ícone do poder midiático: Youtube. Ele emergiu como um site essencial para produção e distribuição da mídia alternativa, ou seja, o marco zero, pode-se dizer, promovendo uma ruptura nas operações das mídias de massa comerciais, provocada

pelo surgimento de novas formas culturais de participação. É preciso compreender que o Youtube compõe uma organização cultural maior, pois, primeiramente, ele representa o encontro entre uma gama de comunidades alternativas variadas, sendo produzido por elas, há algum tempo, uma mídia independente, mas que agora estão todas reunidas por esse portal compartilhado. De acordo com Baltar e Lepri (2019):

O Youtube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos fundada em 2005 e comprada pelo Google em 2006. O site possui uma série de funcionalidades de interação entre os usuários, sempre a partir dos vídeos postados, com espaços para comentários e ferramentas de compartilhamento em outras redes sociais, privilegiando uma lógica na internet conhecida como web 2.0, em que a interação entre os usuários é o centro do seu funcionamento. O Youtube não é a única plataforma voltada para compartilhamento de vídeos, outras como Vimeo, Daily Motion e Twitch também oferecem um ambiente para upload e transmissão de vídeos ao vivo, porém o Youtube segue sendo o mais acessado com mais de 1 bilhão de usuários, segundo dados da empresa. (Baltar & Lepri, 2019, p. 170)

Segundo Jenkins (2008), ao promover um canal de distribuição de conteúdo de mídia amador e semiprofissional, o Youtube encoraja novas atividades de expressão por meio de criações de conteúdo para a internet. Possuir um site compartilhado quer dizer que essas produções conseguem alcançar uma maior visibilidade do que se fossem apenas divulgados por canais separados e isoladamente. Além de significar uma exposição recíproca dos conteúdos, a rapidez que se dá a partir de novas ideias e novos projetos, a colaboração que muitas vezes acontece de forma imprevisível entre as comunidades. Nesse sentido, o Youtube se tornou uma referência de indicador para os sites alternativos de produção e transformação que vem ocorrendo atualmente.

O conteúdo do Youtube pode ser caracterizado como um “mídia espalhável” que se dá por meio das postagens de diferentes vídeos nas redes sociais, pois ao se pensar na produção desses conteúdos, automaticamente também se pensa na importância de sua distribuição na criação de valor e sobre a reformulação de sentido dentro da própria cultura do Youtube (Jenkins, 2008, pp 32-33).

Sem sombra de dúvidas que o Youtube é um ambiente que favorece a efetivação de uma cultura participativa online, tanto de acordo com o youtuber, que utiliza a plataforma para expor questões de seu universo, quanto o olhar do próprio espectador que acaba encontrando nessa relação, uma aproximação com o influenciador digital, pois este acaba expondo questões de sua vida pessoal e isso tende a criar uma identificação maior com o público que o acompanha por meio das redes sociais (Souza, Darcie, & Gobbi, 2019).

Esses aspectos podem ser claramente percebidos em relação ao canal “Põe na Roda”, criado pelo youtuber Pedro Henrique Mendes Castilho, mais conhecido como Pedro HMC. Nos primeiros anos do canal haviam outros dois parceiros Nelson Sheep e Fernando Abe, que ajudavam a produzir e editar os conteúdos que eram postados no canal. Após alguns anos Nelson e Fernando acabam saindo do canal e seguindo com seus projetos pessoais. Atualmente Pedro HMC é o único a frente do canal, no qual ele produz, escreve, dirige e apresenta o canal, as vezes com participação de seu parceiro Paulo Vaz.

O canal “Põe na Roda”, está no ar desde 26 de janeiro de 2014 e tem mais de um milhão de inscritos. É o canal de maior visibilidade LGBT no Brasil, mas ele não é o único, assim como também não foi o primeiro, mas foi o primeiro a abordar temas sobre a cultura LGBT

com enquetes de humor e seu público alvo é principalmente homens gays, mas também trazem para a pauta questões sobre travestilidades, bissexualidades e lesbianidades.

No Brasil, o primeiro canal do Youtube a colocar em pauta as questões LGBT foi o “Canal das Bee”, comandado por Herbet Castro e Fernanda Soares. O canal surgiu em 20 de agosto de 2012 e possui 373 mil inscritos e 753 vídeos.

2.1 O armário e suas experiências

Nesses 5 (cinco) anos do canal “Põe na Roda” foram publicados 540 vídeos e desse total foram escolhidos dois vídeos específicos publicados em distintas datas.

O primeiro vídeo é intitulado como “Vivendo no Armário: gays não assumidos”², é um vídeo que está entre as postagens do canal e foi divulgado em 8 de julho de 2014 e possui uma duração de 18 minutos. No vídeo, 4 rapazes são interpelados pelos youtubers Nelson Sheep, Pedro HMC e Felipe Abe, a responderem questões em torno de suas vivências e experiências no armário.

Deve-se atentar, que o armário é um regime que visa controlar as sexualidades e com isso acaba regendo e mantendo o binarismo entre hétero-homo na sociedade ocidental deste o final do século XIX e se caracteriza por meio de um conjunto de regras e normas que nem sempre são explícitas, mas estão fortemente instituídas e que faz com que o espaço público seja sinônimo de heterossexualidade, enquanto que

2. <https://www.youtube.com/watch?v=JfLFn345Cm0>

as relações entre pessoas do mesmo sexo ficam relegadas ao aspecto do ambiente privado (Sedgwick, 2007).

A câmera parada coloca o espectador frente a 4 sujeitos que se posicionam a meia luz e se apresentam com nomes fictícios, exceto um que se utiliza do seu primeiro nome. Nesse momento todos se tornam “cúmplices nessa tecnologia maravilhosa capaz de nos unir em imagens e sons” (Baltar & Lepri, 2019, p. 177).

Isso conduz o espectador para dentro daquelas imagens e a sua dimensão performativa, pois ali “se performam formas de vida” que compõe o mundo vivido e mundo imaginado, no qual se tornam formas de vida e formas de imagem. “Um corpo se expõe e ao se expor cria a situação na qual se expõe, não sem, no mesmo gesto, cria-se a si mesmo. Uma forma aparece e ganha forma - não previamente - mas à medida em que aparece” (Nagime, 2016, p. 5). Em relação a performance, Butler afirma:

o gênero é uma espécie de imitação persistente, que passa como real. A performance dela/dele desestabiliza as próprias distinções entre natural e artificial, profundidade e superfície, interno e externo - por meio das quais operam quase sempre os discursos de gênero .(Butler, 2013, p. 8)

No vídeo, os 4 rapazes relatam sobre suas vivências que durante muito cedo perceberam que suas orientações sexuais não eram o modelo heterossexual. Por isso, a forte presença do medo compõem suas vidas desde a infância, medo esse que segue até a vida adulta por conta da presença da família em vigiar e controlar a sexualidade dos mesmos, assim como a escola e a igreja que vem consigo o sentimento de culpa, medo e vergonha. Nas visões desses rapazes, a homossexualidade é vista

como um problema e como promiscuidade. O discurso vem carregado de um certo preconceito que foi forjado dentro dessas instituições em que esses sujeitos acabam reproduzindo pautado em uma visão de mundo heteronormativa.

Há um terror do estigma que tende a produzir desigualdades silenciadas e o isolamento que acaba criando subjetividades marcadas pelo temor de si mesmas e o medo da exposição como uma anormalidade. Mas quanto mais os sujeitos se isolam ou vivem no privado, mas eles se tornam vulneráveis aos efeitos desiguais da vergonha (Miskolci, 2010).

Essas questões acabam permeando muito das vidas de homens gays e demais pessoas LGBTs, pois segundo Miskolci (2010), “o medo de serem descobertos, de se tornarem vítimas de seu desejo [...] o desejo homoerótico os leve a confrontar a ordem social perdendo o privilégio masculino” e isso os colocaria em uma situação de vulnerabilidade.

Ao final desse vídeo, um dos participantes aproveita a oportunidade para assumir a sua orientação sexual publicamente durante a gravação e isso surpreende a todos no momento, e a luz é acesa, e aquele corpo que estava na sombra se torna vivo e se materializa frente a todos, o que comove não apenas os youtubers, mas também os espectadores que acompanham o canal.

A “dimensão central da materialidade do corpo - suas ações, gestos e repetições - como forma de saberes, conhecimentos e sentidos que fazem da performance o termo acionado para entender uma das dinâmicas” do armário e o processo de sua saída fica muito visível nesse instante (Baltar & Lepri, 2019, p. 176).

Em contrapartida, o outro vídeo que foi postado no canal, como uma continuação de “Vivendo no Armário: gays não assumidos”, após

quase 3 anos, depois de muitas mensagens dos espectadores querendo saber como estavam aqueles 4 rapazes após a repercussão do vídeo.

O segundo vídeo é intitulado “Como eles saíram do armário?”³, é um vídeo de 25 de maio de 2017, com um pouco mais de 13 minutos no qual, apenas 3 rapazes - um deles ainda não havia se assumido - relatam suas experiências e vivências após a saída do armário e como foi a aceitação de amigos, familiares e o posicionamento no ambiente de trabalho. A fala de todos se pautam no apoio da família foi essencial durante esse processo, até porque a família também acaba se assumindo junto nessa saída do armário.

Diferente do primeiro vídeo, nesse segundo, o espectador visualiza 3 rapazes felizes e sorridentes compartilhando todas as emoções positivas pelas quais eles passaram e que não imaginavam que seria desta forma, pois como foi dito anteriormente, o medo compunha a vida desses sujeitos que estavam no armário e não sabiam como seriam as reações de pessoas próximas a eles.

É nesse momento que se vê 3 rapazes empoderados falando com naturalidade sobre suas sexualidades, segurança e autoaceitação, novos olhares e visões de mundo se abriram quando as portas do armário foram rompidas e com elas as barreiras do medo, da vergonha e da solidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, não é mais possível se pensar em um padrão ou modelo de sexualidade “normal” ou “natural”, porque o trabalho, o gênero e a sexualidade são construções sociais que foram paulatinamente sendo

3. <https://www.youtube.com/watch?v=3jL-dZGTMf8&t=1s>

higienizadas por meio de discursos hegemônicos em que o modelo heteronormativo foi posto como elemento central nas relações sociais, deixando à margem todas as demais sexualidades que não atendessem a essa estrutura de poder.

Muitas são as maneiras de vivenciar e experienciar as identidades sexuais e de gênero, bem como as suas práticas, que foram aos poucos sendo podadas. Hoje não é mais possível ignorar a existência dos sujeitos LGBTs, mesmo diante de barreiras frente a um conservadorismo e fundamentalismo religioso que se instalou no Brasil e isso não é uma luta de apenas um grupo social, mas um embate de todos os cidadãos.

A grande preocupação no momento é construir uma cultura de paz, em que a violência da homofobia, da transfobia, do machismo, do feminicídio, do racismo, dentre outras práticas discriminatórias, não se sobreponha. Numa cultura de ódio, os recursos audiovisuais se tornam uma ferramenta de grande importância na busca de informação e conhecimento na construção de uma sociedade democrática.

As produções dos canais do Youtube que tem à frente sujeitos LGBTs trazem novos olhares e discursos nos quais os espectadores podem se ver representados nessas mais variadas falas, o que há alguns anos era impensável pessoas transexuais, gays e lésbicas, drag queens, expressando as mais variadas identidades e acolhendo a todos sob esse enorme guarda-chuva identitário que se tornou a comunidade LGBT que ocupou novos espaços e visibilidades nos ambientes virtuais e no audiovisual contemporâneo, se apropriando de diversas ferramentas proporcionadas pelas tecnologias.

O que antes era o gueto, hoje se tornou popular, cultural e as cores da bandeira arco-íris tem avançado diante do preconceito e rompendo

barreiras, muito se dá pelo avanço dos recursos midiáticos que proporcionaram uma maior visibilização da comunidade LGBT, tanto na TV, cinema e internet.

REFERÊNCIAS

Amaral, V. L. do. (2007). *Psicologia da educação*. EDUFRN.

Araújo, T. (2014). Uma morte LGBT acontece a cada 28 horas motivada por homofobia. http://www.brasilpost.com.br/2014/02/13/assassinatos-gay-brasil_n_4784025.html

Assis, C. L. (2011). Teoria queer e a resolução CFP n. 1/99: uma discussão sobre heteronormatividade versus homonormatividade. *Bagoas*, 6.

Baltar, M., & Lepri, A. G. (2019). Gestões sensacionalistas: as atrações e o audiovisual no youtube. *Matrizes*, 13(1), 169-189.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.

Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.

Feitosa, L. C. (2008). Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. *História: Questões & Debates*, 48-49, 119-135.

- Fernandes, D., & Resmini, G. (2016). Biopolítica. UFRS. <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/biopolitica.html>
- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade I: vontade de saber*. Paz e Terra.
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. Aleph.
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2-56), 17-23.
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9(2).
- Miskolci, R. (2009). O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Estudos Feministas*, 9(2), 171-190.
- Miskolci, R. (2010). *Desejo e solidão*. <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/RichardMisk.pdf>
- Nagime, M. (2016). *Em busca das origens de um cinema queer no Brasil* [Dissertação de Mestrado em Imagem e Som, Universidade Federal de São Carlos - UFSC].
- Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil*. Publifolha.
- Sassaki, R. K. (2005). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. WVA.

- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.
- Seffner, F. (2009). Resistir e(é) multiplicar a circulação entre margens e centro: ideias um pouco desarrumadas. *Bagoas*, 4.
- Souza, C. M. de., Darcie, M., & Gobbi, M. C. (2019). *Cultura participativa no youtube: construção de sentidos de empoderamento feminino no canal Ellora* [Trabalho apresentado em congresso]. I Congresso Internacional Pensamento e Pesquisa sobre a América Latina, São Paulo, SP, Brasil <http://conferencias.fflch.usp.br/cippal/Inscricoes/paper/view/2382>
- Weeks, J. (2003). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (T. T. da Silva, trad., 2 ed., 2ª reimpressão, pp. 37-82). Autêntica.
- Zago, L. F. (2011). Corpo, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet. *Cronos*, 12(2).

PARTE 2 - MÍDIA, SAÚDE E (IN)FORMAÇÃO

O MODO DE COMUNICAÇÃO DAS REGRAS DE GOVERNO PARA O COMBATE À PANDEMIA: A FORMA COMO SÃO PASSADAS DO PODER PÚBLICO À SOCIEDADE

Greici Maria Zimmer¹
Paulo Henrique Ferreira Nascimento²

As redes sociais têm se tornado um importante meio para a comunicação política e consequente interação com a sociedade civil e cada vez mais incorporada pelos atores políticos não apenas no cenário eleitoral, mas também para a comunicação de atos de mandato.

A influência dessas plataformas para a comunicação política tende a crescer e avançar na discussão sobre as mudanças que essas que elas têm causado para a construção de uma cidadania participativa. Permitirão no futuro uma melhor comunicação política, entender o processo de interação e comunicação de demandas sociais muito além do face a face descrito por Thompson (1998).

As sociedades não são apenas o resultado da transformação tecnológica e econômica, nem podem as transformações no ambiente digital se

-
1. Mestra em Comunicação pela FAAC-UNESP, doutoranda em comunicação pela UNESP/Bauru. Professora do curso de direito da faculdade Anhanguera. Procuradora do Município de Bauru.
greiczimmer@gmail.com
 2. Mestre em Comunicação pela FAAC-UNESP, doutorando do Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC-UNESP, Campus de Bauru, Brasil.
paulo.nas@gmail.com

limitarem aos avanços tecnológicos ou à pré-disposição de governos e adaptações institucionais. A comunicação pública oferece uma infinidade de possibilidades de interação conforme interesses comuns e propósitos sociais: *chats*, entretenimento, imagens, estreitamento de relações institucionais, entretenimento, troca de informações e opiniões políticas a todo instante, ou seja, uma gama incontestável de ‘saberes’ agregados.

Também, de igual forma, os relacionamentos por interesses comuns a comunicação entre as pessoas se efetiva acentuadamente por meio das redes sociais realização destes atos de comunicação e de debate, num ambiente ‘multimídia’ que une virtualmente pessoas de diversos cantos do mundo, uma vez que estabelece a comunicação entre as pessoas por meio de computadores, através de múltiplos meios de representação, acessível de forma não linear - a milhares de quilômetros de distância, em outros países, continentes e nações. Bastante oportuno, há que se citar o entendimento de Gohn (1997):

Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo.

Para Habermas (1961), a razão deve ser usada para promover a interação nos processos sociais e de emancipação humana:

Identifica como esfera pública o espaço do convívio comunitário, onde os cidadãos livres se encontravam para compartilhar, valorizar

e transformar a cultura, os esportes, a guerra e as opiniões. Nesse ambiente, a liberdade e a igualdade entre os integrantes eram os pressupostos básicos, condições para a realização da política em seu sentido mais amplo, de discussão e de disputa. Os que se destacavam no uso do discurso e na ação política alcançavam a “imortalidade da fama”.

Nessa conjuntura, as redes sociais com seu acesso livre, gratuito e democrático viabilizam um processo interativo sem igual. Através da internet entendimentos outrora restritos e conhecidos a poucos passam a ter espaços mais interativos e consequente liberdade para sua expressão, que vão desde a simples busca por bate-papos, oportunidades de aplicações, informações comuns e banais a discussões sobre política, sistemas de governo, relações entre governantes e governados, crises econômicas, corrupção, desmandos do governo, grande repercussão cultural, social e política.

Vale também recorrer ao pensamento de Gomes (2004), que estabelece uma estreita relação do campo da mídia e da política, tendo em vista que através da comunicação, mantém-se viva a esfera pública pela visibilidade que oferece e essa visibilidade se relaciona com o que há de mais relevante na esfera social.

Política e mídia estabelecem uma relação de interdependência e no processo de interação são essenciais e complementares para que haja entendimento e participação e, ao contrário do que apontam alguns autores, nenhuma se sobrepõe em grau de importância e relevância, sendo uma necessária para a existência da outra. Corroborando com esse pensamento, Gomes (2004) ressalta a importância da visibilidade pública para a política nos dias atuais:

O universo da comunicação controla alguns dos recursos mais importantes para a política midiática, sendo, por conseguinte, muito forte a sua posição relativa no sistema. Ele controla a esfera da visibilidade pública, a única parte da cena pública que alcança praticamente toda a população de um país. A esfera da visibilidade pública é percebida pela audiência como um conjunto de quadros temporais que incluem tudo aquilo que existe e é relevante na atualidade. Constitui uma espécie de mundo, de horizonte de realidade, indisponível por imersão corpórea, porém mais importante para a situação do indivíduo na história e para a criação de sociabilidade do que o mundo tangível da nossa experiência quotidiana.

Por outro lado, a participação e interação da sociedade em nível global remete a pergunta: até onde as redes sociais influenciam a sociedade? Como detectar os reflexos provocados na vida das pessoas, no seu agir como cidadãos e participação social? Como ter noção do impacto da força desta ferramenta comunicacional na vida social e quais as consequências no contexto social? Nessa discussão, ainda recorrendo ao entendimento de Castells (1999), entende-se que:

Essa é a nova estrutura social da Era da Informação, por mim chamada de sociedade em rede porque constituída de redes de produção, poder e experiência, que constroem a cultura da virtualidade nos fluxos globais os quais, por sua vez, transcendem o tempo e o espaço. Nem todas as dimensões e instituições da sociedade seguem a lógica da sociedade em rede, do mesmo modo que as sociedades industriais abrigaram por longo tempo muitas formas pré-industriais da existência humana. Mas todas as sociedades da Era da Informação são, sem dúvida, penetradas com diferente intensidade pela lógica difusa da sociedade em rede, cuja expansão dinâmica aos poucos absorve e supera as formas sociais preexistentes. (...) A sociedade em rede, como qualquer outra estrutura social, não deixa de ter contradições, conflitos sociais e desafios de formas alternativas de organização social. Todavia, tais desafios são provocados pelas características da sociedade em rede, sendo, portanto, muito distintos dos apresentados pela era industrial. Assim, eles são personificados por diferentes

sujeitos, mesmo que esses sujeitos trabalhem frequentemente com materiais históricos fornecidos pelos valores e organizações herdadas do capitalismo industrial e do estatismo. (...) A compreensão de nosso mundo requer a análise simultânea da sociedade em rede e de seus desafios conflituosos. A regra histórica, a saber: onde há dominação há resistência, continua válida. Mas é necessário um esforço analítico para identificar quem são os desafiadores dos processos de dominação implementados pelos fluxos imateriais, porém poderosos, da sociedade em rede.

Nesse paradigma informacional, já se permite verificar a ação e influência das redes sociais na atuação de grupos que se formam e abraçam um número elevado de pessoas, oriundos de diversas classes sociais e faixas etárias, empenhados em prol de ações coletivas, quer sejam em função de valores e crenças ideológicas, quer na busca por soluções a diversos problemas ou por participação na organização política em prol do bem comum, objetivando resultados para inúmeros acontecimentos.

Procuramos identificar os contributos das redes sociais de modo que, através delas, possam ser verificados o surgimento de novos espaços sociais discursivos, que possibilitam aos participantes abrir voz e discussão às mais diversas demandas e reivindicações populares e que reverberam à luz da tecnologia das redes e ecoam no ambiente digital para que sejam ouvidas, aceitas e reconhecidas como ‘causas coletivas’ pelo poder público, responsável pelo atendimento dessas demandas ou que ao menos deveria equacionar interesses públicos e privados.

A esse respeito, destacamos que Gomes e Maia (2008) traçam um panorama conceitual do termo esfera pública, de acordo com Habermas (1961), e o relacionam com a política e o agir comunicativo. Para os autores, a simplicidade do pensamento de Habermas sobre a esfera pública, onde pode ser entendida como um local de discussões

de interesse público, leva ao entendimento de que “é um sistema de condensação dos fluxos de opiniões em público para delas formar opiniões públicas”.

As redes sociais abriram esse conceito de espaço de discussão e podem ser vistas, quando bem empregadas, como um espaço aberto para a democracia e as conquistas cidadãs, onde a sociedade tem mais voz e papel mais ativo dentro do processo de comunicação voltada para essas demandas e conquistas.

Segundo Lévy (2001), a necessidade individual de interconexão desloca para o ambiente virtual os espaços físicos de discussão, ou seja, os espaços públicos, para que assim as vozes uníssonas e os clamores sociais cheguem aos governos e partidos políticos.

Para Jenkins (2006) e Castells (2009), agora criador, produtor e distribuidor de informação e de conteúdo, o cidadão pode valer-se de sua influência nas redes sociais para legitimar suas demandas e promover, quando acreditado pelos que o cercam, uma mudança no processo democrático inegavelmente em virtude do alcance das redes sociais digitais.

Nesse contexto de virtualização democrática, a interação política acontece através de reações, comentários e compartilhamentos de modo que o indivíduo reafirme seu lugar ou se identifique no contexto social exercendo sua cidadania no ciberespaço Lévy e Lemos (2010).

A pandemia da COVID19 e as ações da esfera pública no seu combate acentuaram a necessidade de utilização das novas tecnologias de comunicação, porém, essas inovações no processo de interação trazem à tona outros questionamentos sobre esses fenômenos de interação: As mídias sociais permitem maior possibilidade de interação na comunicação dos atos de governo? Quais as diferenças entre a comunicação

dos atos de governo no espaço virtual e no espaço físico? Qual a forma de comunicação desses atos de governo?

Diante de tal panorama, propomos elucidar alguns desses pontos, assim como também ampliar a discussão sobre a temática pesquisando a comunicação das ações de governo no Combate a Pandemia da Covid19. O objetivo foi analisar a forma como os poderes públicos estão levando para a população as informações relevantes sobre os novos regramentos da Pandemia, em especial os de convivência social, tais como fechamento e abertura de escolas, faculdades, comércios, locais de atendimento ao público, dentre outros, bem como verificar se o Poder Executivo faz chegar, de forma efetiva, as informação sobre os novos regramentos adotados à sociedade.

Para a efetivação da pesquisa, foi realizado um levantamento do número de espécies legislativas publicadas no Município de Bauru desde o começo do isolamento social, relacionando-as com as publicações do mesmo período da página oficial de comunicação do *Instagram*.

Importante ressaltar que, além de se configurarem como um ambiente de comunicação, as redes sociais podem ser consideradas um ambiente de interação entre usuários que produzem conteúdo de imagem e texto. Cada rede possui particularidades sendo o *Instagram* uma rede que conta com quase um bilhão e 100 mil usuários ativos. Para Clement (2020) é uma rede em que se prioriza a imagem, onde o compartilhamento de fotos e vídeos é mais usual. Para a realização da análise da interação no contexto de pandemia no perfil do Município de Bauru no Instagram, definiu-se como critério de seleção um recorte temático, onde trata-se de ações de combate à COVID-19 em imagem ou texto como variável. Lazega e Higgins (2014), trazem:

Uma vez assegurada a existência dessa variável estrutural, nos interessamos pelas variáveis mais clássicas, de nível individual que descrevem os atributos ou propriedades dos atores, como por exemplo, a idade, ou variáveis dependentes: comportamentos, desempenhos ou ainda suas representações.

Através dessa variável, analisamos a forma e o conteúdo da mensagem e as possibilidades geradas para a interação com o cidadão bauruense. A análise e interpretação da variável individual seria essencial, porém não seria possível diante da dificuldade de execução, uma vez que deveriam ser catalogados todos os comentários, reações e respostas para que obtivéssemos informações mais concretas. Assim, partimos de uma análise mais superficial acerca das possibilidades de interação, comportamentos do usuário da rede e seguidor do perfil assim como a temática envolvida nas publicações e comentários feitos.

Saliente-se que a rede social *Instagram*, na maioria dos perfis, tem relações assimétricas, onde influenciadores e personalidades dificilmente interagem com seus seguidores e normalmente não há correspondência.

A conexão central da rede é constituída por um nó, que no caso deste estudo é o perfil do Município de Bauru. Para Recuero (2014), a centralidade desse nó apresenta diferentes graus dependentes do tipo de conexão que este estabelece com os grupos que fazem parte, podendo ser o grau de entrada e o grau de saída (conexões produzidas pelo nó).

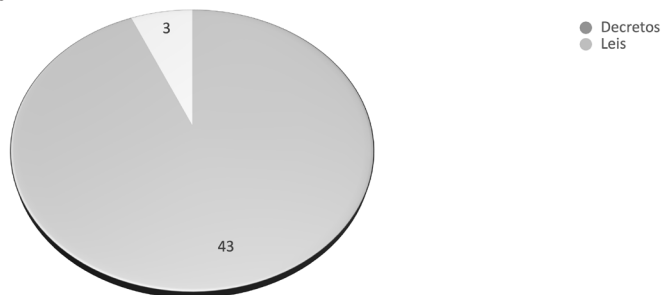
O período selecionado para a análise foi o do começo do isolamento social, em dezesseis de março de 2020, data da publicação do primeiro decreto municipal que estabeleceu medidas de enfrentamento e precaução e se estendeu até nove de julho de 2020, quando publicada a lei municipal que dispôs sobre o plano estratégico de reabertura do

comércio na cidade, que alguns dias depois foi parcialmente suspensa pelo Poder Judiciário.

Concomitantemente, no mesmo recorte temporal, foi analisado o conteúdo das publicações do Município na sua página oficial do *Instagram*, com o intuito de verificar se as regras que foram adotadas no âmbito legislativo tinham sido publicadas nas redes, especialmente de forma clara, para que a população as pudesse entender.

Ao total, foram publicados no Diário Oficial, durante o período recortado, quarenta e três Decretos Municipais (ato exclusivo do chefe do Poder Executivo) e três Leis Municipais (lei em sentido estrito, com participação dos Poderes legislativo e Executivo), o que pode ser visualizado pelo quadro:

Gráfico 01



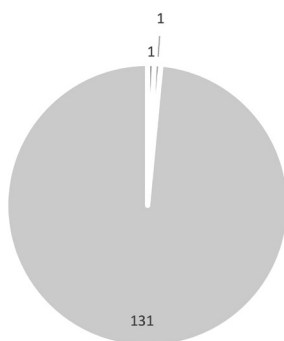
Elaboração própria

Já na rede social analisada, foram realizadas cento e trinta e três publicações relativas à Pandemia, sendo que apenas duas delas explicavam regras de decretos municipais e uma era a própria publicação do Decreto no formato do diário oficial, trazida à rede.

Ou seja, de todo o regramento produzido, a maior parte foi realizada pela Administração Pública Municipal, entendida esta como o Chefe do Executivo, mas apenas um dos Decretos foi transformado em uma linguagem acessível e publicado na rede social do *Instagram*.

Sobre as publicações relativas a Pandemia, realizadas na rede social do Município, podemos verificar:

Gráfico 02



● Explicando Decreto ou Normativa ● Íntegra do Decreto ● Outras ações relativas a Pandemia

Produção própria

Pode ser observado que a grande maioria das publicações trataram de informes epidemiológicos e de ações do município no enfrentamento, tais como compra de equipamentos, doações de alimentos, recebimento de doações, ações no âmbito da saúde, dentre outras.

Em outras palavras, atos do Executivo Municipal acerca do número de infecções e de medidas tomadas no enfrentamento, no entanto, não houve a verificação de uma preocupação na comunicação de atos relativos aos regramentos locais de abertura e fechamento de serviços, comércio, escolas, dentre outros.

A preocupação, pelo que levantado, foi quanto a deixar claro a população o que se estava fazendo em termos de ações municipais, mas não o modo como a população deveria agir pelas novas normativas municipais.

Outro ponto que merece destaque, advindo do levantamento, foi um número excessivo de regulamentações, algumas publicadas apenas para corrigir falhas das anteriores, além do curto espaço de tempo entre uma e outra.

Houve, pois, uma grande publicação de regramentos, em curtos períodos de tempo, que não foram comunicados de forma clara para a população. Assim, da análise dos resultados, verificamos no levantamento que há uma discrepância entre os regulamentos adotados e a disponibilização da informação à sociedade de forma clara. Não se preocupou o Poder Público em trazer para os canais mais acessados pela sociedade as informações relativas as condutas adotadas na Pandemia. A única postagem que explicitou o que poderia ou não ser feito foi a do dia 02 de abril de 2020, que muito bem pontuou, de forma clara e acessível, o que pode ou não pode ser feito.

De acordo com o entendimento de Matos (2006), a comunicação pública versa sobre atos e ações do da esfera pública onde “a análise do *locus* da Comunicação Pública se desloca da mídia, como produtora dos conteúdos interesse público, para o campo da Comunicação Política, espaço interdisciplinar que tem se dedicado a estudos nos domínios do exercício do poder”.

Desse modo, entendemos que a troca depende da disposição em comunicar, do conteúdo, dos meios e da relação entre os atores envolvidos

no processo de interação baseado na comunicação pública, que é a que se dá na esfera pública López (2011).

Não verificamos na análise a presença do interesse público nas comunicações realizadas pelo Município. A problemática posta no trabalho, de verificar se durante o período de crise houve uma comunicação pública preocupada com o repasse das informações e com a orientação clara aos cidadãos acerca dos novos regramentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações pelas quais a comunicação política contemporânea tem passado alteram as formas de participação da sociedade e dos atores envolvidos no processo democrático e, no momento atual, temos visto esse processo se acentuar em virtude das medidas de distanciamento e isolamento causadas pela pandemia do novo Coronavírus.

Nesse viés, o trabalho objetivou verificar o envolvimento dos atores sociais no repasse de informações claras e precisas acerca da nova situação e dos novos regramentos, nos moldes de uma nova comunicação pública e política.

Por tais motivos os levantamentos foram realizados em recorte temporal determinado e com a análise dos regramentos e da rede social do *Instagram*, com o intuito de verificar se as regras que foram adotadas no âmbito legislativo tinham sido publicadas nas redes, especialmente de forma clara, para que a população as pudesse entender.

Todavia, após a análise, conclui-se que o Poder Público, representado neste trabalho pelo Município de Bauru, como ator social, não teve uma preocupação acerca do repasse de informações claras e acessíveis

aos cidadãos sobre a forma como os regramentos produzidos sobre a Pandemia foram produzidos e o modo como funcionariam, de forma que o meio para a população em geral obter a informação sobre o novo regramento foi o texto técnico publicado no Diário Oficial.

REFERÊNCIAS

- Canclini, N. G. (2008). *Leitores, espectadores e internautas*. Iluminuras.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Paz e terra.
- Clement, J. (2020). *Most popular social networks worldwide as of July 2020, ranked by number of active users (in millions)*. Statista, Hamburg. <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. Paulus.
- Gomes, W., & Maia, R. C. M. (2008). *Comunicação e democracia: problemas & perspectiva*. Paulus.
- Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Loyola.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tempo Brasileiro.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. Aleph.

Lazega, E. & Higgins, S. S. (2014). *Redes Sociais e estruturas relacionais* (S. M. Moreira, trad., 1a ed.). Fino Traço.

Lemos, A., & Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. Paulus.

López, J. (2010). *Propuesta general de comunicación pública*. Bogotá.

López, J. (2006). Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16, 411-426.

Oliveira, M. J. C. (2013). Comunicação organizacional e comunicação pública. In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas* (pp.15-28). ECA-USP.

Recuero, R. (2014). *Redes Sociais na Internet*. Sulina.

ACESSO E CONSUMO DE INFORMAÇÃO E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS: RELAÇÕES ESTABELECIDAS SOB AS PERSPECTIVAS DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS

Aline Cristina Camargo¹
Antonio Francisco Magnoni²

INTRODUÇÃO

As inovações no campo comunicacional introduzidas pela internet têm modificado os vários âmbitos da atividade humana, haja vista sua capacidade de criação e circulação da informação de maneira instantânea e descentralizada. Tal fato modifica as relações entre os indivíduos, tornando mais fácil o acesso a diferentes fontes de informação e a interação. Neste contexto, instituições de diferentes finalidades necessitam compreender as potencialidades do mundo digital buscando a inserção no mesmo.

A pesquisa a que se refere este artigo teve como objetivo investigar os efeitos da introdução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas democracias contemporâneas, ou seja, quais

-
1. Doutora em Mídia e Tecnologia, Mestra em Comunicação, especialista em Gestão de Mídias Digitais e graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista.
aline.c.camargo@unesp.br
 2. Doutor em Educação. Professor do curso de Jornalismo e na Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp/Bauru.

os impactos que as ferramentas provenientes da internet podem ter na dinâmica democrática, a partir da perspectiva das juventudes brasileiras, tratadas sempre em sua pluralidade, de características sociodemográficas, de interesses e hábitos midiáticos e de participação (Camargo, 2020).

Para a pesquisa optou-se por utilizar o conceito de jovem cunhado pela Unesco (2004), que considera pessoas com idade entre 15 e 29 anos. A faixa etária classificada como jovem varia de acordo com a instituição referenciada. No Brasil, a PEC da Juventude, aprovada em 2010, e o Estatuto da Juventude, sancionado em 2013, classificam como jovem todo cidadão com idade entre 15 e 29 anos.

O recorte de pesquisa realizado para a redação deste artigo aborda as possíveis relações entre hábitos de uso de mídia e as dimensões de engajamento e participação político-cidadã. Neste sentido, será preciso considerar os veículos de comunicação de massa analógicos e digitais, bem como as redes sociais, como ferramentas políticas no que diz respeito à disponibilização de informações, à formação da opinião e conexão pública e à participação política, sob a perspectiva das juventudes brasileiras.

Foram empregadas duas técnicas metodológicas: i) questionário eletrônico aplicado com 500 jovens brasileiros e dividido em três partes: a) perfil do jovem, b) hábitos de consumo de informação e c) modalidades de participação política; ii) entrevista episódica com 30 jovens. Para este artigo especificamente foram feitos recortes que salientam os hábitos de consumo de informação e o papel dos meios de comunicação e do acesso à informação como componente central da democracia.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA, MÍDIA E DEMOCRACIA

O cenário desta pesquisa inclui a crise da democracia representativa no Brasil em um contexto de declínio da confiança popular em instituições e representantes políticos do país. Neste sentido, faz-se necessário considerar os meios de comunicação, analógicos e digitais, bem como as muitas plataformas binárias e redes sociais, como canais importantes para a disponibilização de informações e de visibilidade pública dirigida para diversos nichos e segmentos sociais, não apenas para figuras políticas, mas também, e principalmente, de temáticas que geram engajamento do público.

Para Graeff (2009, p. 5) a chegada de Barack Obama à presidência dos EUA em 2008 representa um marco do uso político da rede e das mídias sociais, e provavelmente “será o evento identificado como início de uma nova era para as campanhas eleitorais”.

Barack Obama utilizou redes sociais como Twitter, Facebook e YouTube para comunicar-se e interagir com os eleitores. Pesquisa realizada pelo Instituto Pew Internet & American Life Project (Rosentiel, 2006) indica que 3 em cada 4 internautas dos Estados Unidos utilizaram a internet para ler notícias e se informar sobre a campanha política de 2008.

Ainda em 2008, enquanto as eleições presidenciais estadunidenses eram marcadas pelo uso da internet não apenas como ferramenta de divulgação de ações de campanha, mas também de arrecadação de dinheiro e de interação entre representados e o candidato, no Brasil não era permitido aos candidatos utilizarem, por exemplo, canal no Youtube. Até então, a propaganda eleitoral brasileira na internet era

somente permitida em inserções na página do candidato, com destinação exclusiva à campanha eleitoral.

A mudança veio em setembro de 2009, com a Resolução nº 12.034 (Lei nº 12.034, 2009) feita para regulamentar a propaganda por meio de blogues, redes sociais e sites de mensagens instantâneas, “cujo conteúdo pode ser elaborado por candidatos, partidos, coligações ou por iniciativa de qualquer pessoa natural, o que vai além do que previa a resolução que abrangeu o pleito de 2008” (Graeff, 2009, p. 42).

Mais do que uma estratégia para garantir votos, as redes sociais digitais têm se consolidado como espaço virtual de discussão política. O cidadão comum não só se informa sobre os candidatos, mas também produz e compartilha, pelos seus canais e redes, conteúdos com informações, posições e manifestações com finalidade política. Para Graeff (2009, p. 10), “o truque é transformar ouvinte em orador. Ao conseguir que a audiência escreva, candidatos conseguem um compromisso com essa audiência. Engajamento substitui recepção, que por sua vez leva à ação no mundo real”.

Segundo Marques e Sampaio (2011) a partir das eleições presidenciais brasileiras de 2010 foi apresentado um cenário que permite afirmar que as ferramentas digitais assumiram uma importância inédita no debate eleitoral nacional. Neste contexto há dois aspectos que se destacam: (1) existe uma maior disponibilidade de informações geradas por candidatos, partidos e usuários; e há, consequentemente, (2) uma maior concorrência pela atenção dos usuários.

Neste novo contexto, de acordo com os autores (2011), existem três grandes fontes de informação política no ambiente digital: a) a cobertura promovida pelos veículos convencionais, seja na forma de

grandes portais de instituições jornalísticas ou na divulgação e acesso de seus próprios perfis em redes sociais, prontos para oferecer todo tipo de dados atualizados acerca da campanha; b) os próprios comitês de campanha de cada candidato (incluindo-se aqui os sites e perfis em redes sociais), responsáveis por proporcionar acesso a atualizações e informações dos mais variados tipos, como por exemplo, vídeos, fotos, áudios e textos, além da agenda de seus assessorados, históricos, feitos, promessas e afins; c) os próprios usuários atuando na tarefa de encaminhar conteúdos e de elaborar materiais informativos (muitas vezes, tais conteúdos são de caráter opinativo, como acontece em blogs e redes sociais). Em outras palavras, a geração das informações é franqueada também aos cidadãos com diferentes níveis de interesse, com o diferencial de se perceber uma capacidade singular de repercussão de dados (Marques; Sampaio, 2011).

Já o segundo aspecto, que diz respeito à concorrência pela atenção dos usuários, pode ser observado a partir do esforço crescente que os responsáveis pelas campanhas online têm empreendido para atrair a atenção dos usuários digitais e, assim, “reforçar a adesão às suas perspectivas políticas”, afirmam Marques e Sampaio (2011, p. 212).

Para os autores (2011, p. 218) é fato que a quantidade de informação política disponível ao eleitorado tem aumentado a cada eleição, “assim como se percebe um maior pluralismo na variedade de usuários e entidades dispostos a criarem conteúdos ou, simplesmente, a repassarem ideias”, mas não se sabe se a maior disponibilidade de informação tem representado maior engajamento e participação política por parte dos jovens cidadãos.

Neste sentido, Saisi (2013, p. 1), indica o papel central dos meios de comunicação na informação e na participação política. Para a autora, “os resultados nas urnas indicam um cenário em transformação, em que a participação popular se coloca como um valor em ascensão e o uso de mídias digitais abre novas possibilidades na arena política”.

Para Aldé (2004, p. 41), “o próprio processo de construção de atitudes políticas é comunicacional”. Segundo a autora, o universo e o contexto da política estão inseridos na perspectiva cotidiana dos cidadãos-eleitores, sendo assim “apreender as rotinas e hábitos dos indivíduos, bem como a versão que oferecem para os eventos públicos e o ideário político, é tarefa central na teorização acerca de suas escolhas e ações” (Aldé, 2004, p. 43).

Aldé (2004) salienta que a atitude política e a expressão pessoal de opinião são influenciadas por fatores subjetivos (história familiar, trajetória pessoal, predisposição intelectual) e fatores de contexto social (como renda, gênero, idade, grau de escolarização, etnia e religião). Já o ambiente informacional (quadros de referência principais e secundários, como relações interpessoais, mídia, igreja, família e trabalho) e a atitude política sofrem uma correlação, uma vez que se influenciam e são influenciados.

Assim, é preciso considerar as mídias como espaços comunicativos de mobilização e participação política, bem como as reconfigurações trazidas para a política pela comunicação digital, especificamente nas formas de consumo, produção, circulação e recirculação de mensagens.

Os meios de comunicação são quadros de referência que fornecem “enquadramentos e explicações para o mundo em geral e a vida política do país em particular” (Aldé, 2004, p. 137). Nesta pesquisa

consideram-se os media como um importante quadro de referência, que antecede e orienta a percepção e a apreciação de acontecimentos políticos, assim como são considerados, também, outras instituições de referência, como a escola, a família, a igreja e o trabalho, por exemplo. Sendo assim, consideram-se as influências do consumo midiático dos cidadãos em sua conexão pública e participação política.

Neste contexto e afim de compreender a relação entre os hábitos de consumo de informação e a participação política bem como a centralidade crescente da mídia no jogo político atual, faz-se necessário abordar o conceito de campo da sociologia de Pierre Bourdieu (1990).

O conceito de campo permite entender a interação entre mídia e política, duas esferas que se guiam por lógicas diferentes, mas que interferem uma na outra. O campo político é, segundo a definição de Bourdieu, “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher”. Assim, o campo seria “um universo obedecendo a suas próprias leis”, expressão que sintetiza a autonomia almejada pelo campo. No entanto, o fechamento encontra limites, muito claros no caso da política, que periodicamente precisa se abrir para os eleitores (Bordieu, 1990, p. 164).

Além de a mídia pautar temas e discussões no campo político, o contrário também ocorre, uma vez que agentes políticos são capazes de orientar o noticiário a partir de entrevistas e declarações: “A busca pela atenção da mídia favorece as atividades mais vistosas, de preferência concentradas num único lugar e esporádicas, em detrimento de um

trabalho mais cotidiano e espacialmente disperso. Favorece também a personalização de movimentos coletivos”, salienta Miguel (2002, p. 172).

Para Bordieu, os capitais (econômico, cultural, social, político, religioso) só fazem sentido dentro de um campo que, por sua vez, irá se estruturar mais fortemente à medida que o capital necessário para sua constituição tenha independência em relação aos outros capitais. Por exemplo, um campo artístico que dependa para existir e se reproduzir, mais do capital econômico, que do capital cultural, terá pouca independência. Da mesma forma, o campo político que depender de outros capitais, como o econômico e o midiático, por exemplo.

Com a delimitação do campo político, questões importantes, como lista Miguel (2002, p. 174), “o direito ao aborto, a proteção ao meio ambiente ou a busca por maior autonomia no local de trabalho” não são vistas como questões prioritárias, ainda que mereçam atenção pública. E os meios de comunicação “não desafiam o recorte dominante do que é política; pelo contrário, tendem a uma adaptação imediata a ele, como num reconhecimento tácito de que a tarefa de definir o campo político pertence a seus próprios integrantes”.

Tais concepções pragmáticas da política e das práticas comunicativas acabam afastando o povo das questões políticas de interesse coletivo, e também não cumprem o ideal democrático de existência de uma comunicação crítica e independente. Tanto, que pode ser observado nas páginas de muitos jornais ligados aos interesses dominantes, em que parlamentos e partidos governistas recebem especial destaque em detrimento de outras questões que também dependem de um debate político-administrativo genuinamente democrático, como exemplo, a inexistência de um acompanhamento apurado e constante das políticas

públicas e investimentos em transporte e saneamento nos estados e municípios, financiamento e gestão da educação e saúde pública, por exemplo.

Os problemas concretos aparecem como causas para disputas no espaço político, e também midiático, que volta a ganhar vez a partir do momento em que os meios informativos optam por destacar, muitas vezes impregnados de parcialidades, as “manobras de bastidores, as negociações entre grupos partidários, a formação de alianças e o impacto presumível nas eleições seguintes” (Miguel, 2002, p. 175). Assim sendo, o campo político passa a ser representado como um jogo de forças onde se destaca a dualidade e a polarização, que pouco contribuem para a discussão política, para o exercício da cidadania ou para o engajamento dos cidadãos.

Historicamente os campos político e midiático estão interligados. Além da tematização e da visibilidade, por exemplo, os meios de comunicação exercem função legitimadora (ou deslegitimadora) ao atribuir status às causas públicas, aos atores políticos e às organizações da sociedade civil ou política, e aos outros estamentos privados e do Estado.

A influência entre os campos político e midiático fez com que políticos incorporassem aos seus discursos e posturas pessoais o estilo narrativo e imagético utilizado pelos profissionais da mídia. Aliás, tanto os profissionais midiáticos quanto os políticos foram se ajustando, ao longo do tempo, às transformações comunicativas que os meios eletrônicos e, mais tarde, as plataformas e dispositivos digitais introduziram nas formas de transmissão de mensagens para os seus públicos.

A compreensão das relações estabelecidas entre os diferentes campos é fundamental para o entendimento do funcionamento da política contemporânea:

Os meios de comunicação não são canais neutros que ‘registram’ uma realidade que lhes é externa. Também não são penetras que perturbam uma atividade política que, no fundamental, ocorre sem eles [...] são agentes políticos plenos e, com a força de sua influência, reorganizaram todo o jogo político. (Miguel, 2002, p. 180)

JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO

Desde os meados dos anos 1980, os processos sociais e políticos que culminaram na redemocratização do Brasil geraram esperança em parte da população de que a cidadania, principalmente relacionada à participação política e ao voto, fosse exercida de maneira enfática e transformadora. A Constituição de 1988 reavivou o papel do sufrágio universal e o consequente aumento da participação política e eleitoral da população. A redemocratização também possibilitou que os jovens começassem a votar aos 16 anos, uma conquista que aumentou a expectativa politico-participativa e a consolidação precoce da cidadania entre os jovens.

A cidadania diz respeito à busca pela garantia e exercício de direitos civis e políticos individuais e também para categorias sociais até então excluídas da sociedade, principalmente do ponto de vista econômico e do ponto de vista cultural. Neste sentido destacam-se: movimento negro; movimento feminista; movimento ambientalista e movimento LGBTQ+, entre outros.

No século XX, o campo da luta pela cidadania se amplia. Novas demandas são introduzidas, incorporando algumas noções de direitos políticos modernos ao lado de demandas para alterar a ordem conversadora existente. Viu-se, também, a partir do século XX, a redefinição da ideia de comunidade, não apenas como locus geográfico espacial, mas como uma categoria da realidade social, de intervenção social nesta realidade, tendo papel de destaque o envolvimento dos jovens no contexto social e político do país.

Neste contexto, a participação das juventudes ganha destaque. Tida como um direito fundamental dos/as jovens, desde muito antes da elaboração e aprovação do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) (Estatuto da Juventude, 2013), esse tema já tinha centralidade nos debates sobre políticas e direitos. É possível dizer, inclusive, que a própria agenda sobre o tema nasce, também, da preocupação de incluí-lo como sujeito político capaz de influenciar os rumos da sociedade.

De acordo com a socióloga Helena Abramo, a participação —continua sendo uma demanda que se vincula à própria possibilidade de formular e lutar pelas outras demandas¹¹. (Abramo, 2005, p. 63). Não é à toa, portanto, que, ao se ler o Estatuto da Juventude¹⁹, se reconhece o direito à participação não apenas na 1ª Seção (Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil¹¹, nos termos do documento), mas também como tema transversal.

O direito à participação aparece como um dos princípios que regem o Estatuto através da ideia de “valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações”. Ele também aparece nas diretrizes gerais do documento, na ideia de incentivo à “ampla participação juvenil em sua formulação, implementação

e avaliação” das políticas públicas de juventude e, ainda, quando se busca “ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios”. Talvez não seja exagero afirmar, então, que é possível pensar a participação como condição para a realização integral dos demais direitos dos/as jovens brasileiros/as.

Neste cenário, as demandas de participação podem ser vistas por dois ângulos: Primeiro, como um meio, isto é, um canal imprescindível para levar demandas de distribuição e de reconhecimento ao espaço público democrático; o segundo diz respeito aos espaços das políticas públicas de juventude. Nesses espaços – entre os quais se destacam os conselhos – a participação torna-se ela mesma uma demanda específica, na medida em que remete às decisões sobre desenho, validação, acompanhamento e avaliação de programas e ações voltadas para seu segmento populacional.

Existem muitas formas de participação e muitas demandas relacionadas à participação juvenil, que vão desde petições online até mobilizações de rua e estratégias de representação juvenil em organizações e espaços políticos, bem como modalidades de participação institucional: aquelas que privilegiam um diálogo entre poderes públicos e sociedade civil. Entre essas formas, estão as conferências, os conselhos e as audiências públicas, por exemplo. Todas as modalidades de participação, institucionais ou não, podem ter efeitos sobre decisões políticas.

Nos últimos quinze anos o tema da participação tem ganhado destaque no debate político-social das juventudes brasileiras. Nesse período, a juventude se consolidou na agenda nacional, através da criação da

Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em 2004 e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUE), em 2005.

A partir da criação do CONJUE foram organizadas duas conferências nacionais, que mobilizaram a sociedade e diferentes atores ligados a políticas públicas, organizações e movimentos de juventude, envolvendo mais de 800 mil jovens do Brasil e de 14 países da América do Sul, África, América de Norte e Europa, ampliando o diálogo entre governos e sociedade civil.

A essas mobilizações, somam-se muitas outras – ligadas, por exemplo, ao Pacto pela Juventude, formulado por organizações da sociedade civil presentes no CONJUE para propor demandas para a juventude direcionadas a candidatos ou às mobilizações que resultaram na aprovação da PEC da Juventude (Emenda Constitucional nº 65, aprovada em 2010, que inclui o termo “jovem” no texto da Constituição Federal e a representar os brasileiros com idade entre 15 e 29 anos completos) e do próprio Estatuto da Juventude.

Toda essa trajetória das políticas de juventude, da qual a participação é parte fundamental, significou um importante avanço no reconhecimento, na formulação e na garantia de direitos dos/as jovens, ainda que, na prática, muitos desses direitos permaneçam sendo sistematicamente violados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – ACESSO À INFORMAÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Perguntados sobre o veículo de comunicação mais utilizado para informar-se, 32% respondeu portais de notícias, dos quais se destacam

Uol e G1, além de sites de veículos impressos, como a Folha de São Paulo, Carta Capital.

O rádio é o veículo mais utilizado na busca diária por informações para 12% da amostra. O consumo de audiocast destaca-se neste sentido: 88% dos entrevistados que se informam majoritariamente pelo rádio, o fazem a partir da mídia sonora audiocast, evidenciando a permeabilidade do uso da internet em diferentes mídias, e também ressaltando o aumento do consumo de audiocast entre a população brasileira³.

Na tabela abaixo estão descritos os meios e veículos de comunicação citados com mais frequência entre os entrevistados.

Tabela 1

Principais meios e veículos de consumo de informação

Rádio: CBN, Jovem Pan, Bandeirantes
Televisão: Globo News, Band News,
Impresso: Veja, Época, Istoé, Folha de São Paulo
Digital: Uol, G1, Estadão, Nexo, Mídia Ninja

Elaborada pelos autores, 2020.

Entre os jovens que participaram da pesquisa, 48,4% disseram permanecer conectados à internet de 5 a 10 horas por dia, seguidos por 33% conectados de 2 a 5 horas, 14,6% mais de 10 horas e 4% permanecem conectados menos de 2 horas diariamente. O uso dos dispositivos móveis, bem como as tecnologias de 3 e 4G facilitam a conexão móvel e o uso das tecnologias concomitante a outras atividades, como deslocamento, estudos e trabalho.

3. Consumo de podcast cresce 67% no Brasil em 2019 (Trindade, 2019)

A partir da segunda etapa da pesquisa, realização da entrevista episódica com 30 jovens que compõem a amostra, foi possível estabelecer algumas proposições: **i)** a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política: “o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana”; **ii)** não há política nacional sem mídia: “a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo”; **iii)** a mídia está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos, entre elas: “construir a agenda pública (agendamento), gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar as ações do governo, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população”; **iv)** a mídia se transformou em importante ator político “pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários se transformaram também em atores com interferência direta no processo político”; **v)** as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam seu poder no processo político, entre eles os marcos regulatórios obsoletos, os oligopólios midiáticos, a propriedade cruzada e o coronelismo eletrônico. (Lima, 2003, pp. 54-55).

Para Miguel e Biroli (2010), a baixa integração dos indivíduos ao sistema político, vinculada a recursos cognitivos insuficientes e sentimento de impotência, fazem com que se reproduza a ideia da política apartada das necessidades cotidianas dos cidadãos. Desta maneira, o

noticiário jornalístico, ao mesmo tempo em que tem condições de agir fornecendo informações que contribuam para a redução da alienação, acaba por reforçar o isolamento da política, afastando-a dos cidadãos comuns.

No contexto político e social em que nos encontramos, as representações da realidade social têm se apresentado como formas discursivas capazes de indicar inclinações num contexto de sentidos em oposição, favorecendo, muitas vezes, a polarização. Ao mesmo tempo em que banaliza o discurso político, a mídia amplia o acesso aos agentes políticos e seus discursos, diferentemente do que acontecia no passado, por exemplo. Para Miguel (2002, p. 159), “a cobertura predominante sobre a arena política se reduz às estratégias da disputa pelo poder e nega espaço ao debate sobre os projetos de sociedade”.

Durante a segunda etapa de aplicação metodológica, foram realizadas entrevistas episódias com 30 jovens. A centralidade dos meios de comunicação para a ação coletiva, bem como seu potencial como condicionante da participação política foram lembrados nas falas de alguns dos entrevistados, como segue:

Os meios de comunicação passam uma visão de caos político. A grande disseminação de informações e a sensação eterna de que não é possível nem mesmo acompanhar, quem dirá entender, as questões políticas que acontecem todos os dias. Muitas vezes a maneira como os assuntos são tratados pela mídia nem sequer deixam claro que aquelas temas são política. É uma enxurrada de notícias, tudo parece urgente e grave. É até angustiante. Pode dar a impressão de mais informação, mas só em quantidade, não em qualidade. (E18, 25 anos)

A mídia brasileira tem uma tendência de criminalização da participação política. A ideia de que a política institucionalizada, o

governo, os partidos políticos e até os movimentos sociais, é algo ruim. Quem se envolve estaria sempre buscando vantagens pessoais, o que definitivamente não é verdade. Mas passa uma visão muito negativa. A representação de que o jovem engajado é vagabundo, baderneiro. (E3, 17 anos).

A juventude tem vivido uma época em que o leque de informação a respeito do que existe é muito maior. Ao passo que existe uma ala da sociedade, e até o governo, que se interessa pelas coisas obscuras, que quer esconder, cortar pela raiz. (E21, 23 anos).

A mídia tem participação massiva na criminalização dos atores sociais que se envolvem com a política. Eles desenham um discurso que a política só traz malefícios, que o Estado tem que ser cada vez menor. Raramente vemos com destaque matérias que mostram as políticas públicas como direitos e a busca por direitos também como um direito. (E6, 25 anos).

O papel dos meios de comunicação na democratização da esfera política implica em fazer com que o acesso aos meios diversos veículos seja possível para todos, e que cada um deles seja um difusor coletivo de representações sociais. O problema não se esgota em dar voz às pessoas antes não representadas pela mídia, mas em “gerar espaços que permitam aos grupos sociais, em especial os dominados, possibilidades de formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses”, afirma Miguel (2002, p. 164). Entretanto, o autor também ressalta que enquanto predominar um mercado concentrado pelos grandes veículos, onde —as empresas de mídia são em grande parte dependentes de outras grandes firmas capitalistas: as suas anunciantes‡, dificilmente será possível dar espaço e voz ao público, de uma forma ampla para que os vários segmentos sociais alcancem um pluralismo representativo.

A impossibilidade apontada vai além, já que o autor acredita que a incompatibilidade entre o aprofundamento da democracia e a manutenção das relações capitalistas de produção causa desequilíbrio na medida em que o que se produz na esfera econômica, inclusive a desigualdade, repercute na esfera política, afetando a igualdade como requisito para uma democracia com algum significado inclusivo e emancipatório para todas as classes e camadas sociais.

Miguel (2002, p. 167) diferencia o campo político e o campo midiático como dois universos conceituais diferentes, que —guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla. Esses universos referenciais sofrem também influências cruciais de outros campos, como a economia. Neste contexto, a autonomia da mídia comercial seria permanentemente tensionada por sua permanente dependência de bons resultados no campo econômico. As empresas de comunicação são impelidas pela intensa competição que há entre os veículos com abrangência local, regional ou nacional. Eles são obrigados a buscar continuamente um objetivo triplo: a audiência, credibilidade e lucratividade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Embora a popularização das tecnologias digitais tenha modificado consideravelmente os hábitos de consumo de informações entre as diversas camadas da população brasileira — particularmente para quem tem acesso à internet banda larga —, os veículos tradicionais

de comunicação, como rádio e TV, ainda são as principais fontes de notícias diárias, mesmo entre os mais jovens.

No entanto, a grande audiência dos dois antigos veículos por radio-difusão não ofusca o considerável avanço comunicativo da internet. As redes *web*, em pouco mais de um quarto de século, ocupam a segunda posição na difusão e consumo de notícias, mesmo que no Brasil predomine os serviços pagos de acesso à internet, fator que exclui as camadas sociais mais pobres das redes de conexão fixas ou móveis.

O público brasileiro consumidor de informações busca cada vez mais diversificar as fontes, a variedade temática e as formas de acessar conteúdos de notícias. O avanço tecnológico da internet e o aumento de mídias independentes que produzem notícias voltadas para públicos específicos têm fornecido novas ferramentas e oportunidades para os grupos sociais minoritários com acesso à internet, que passaram a dispor de fontes autônomas de informações para as suas demandas cotidianas, e também para as suas reivindicações culturais e políticas.

Ainda assim, é preciso considerar o chamado “deserto de notícias” (Sá, 2019), cenário identificado pelo Atlas da Notícia (<https://www.atlas.jor.br/>), que identificou 62,2% dos municípios brasileiros não têm um veículo local sequer, seja jornal, site ou emissora de rádio e televisão com programação propriamente jornalística.

Não há clareza metodológica e científica para avaliar se a profusão de mídias digitais tem efetivamente contribuído para melhorar a qualidade da notícia. Até porque a maioria dos conteúdos disponibilizados pela internet, que são consumidos e repassados pelos usuários, ainda é produzida pelos tradicionais veículos de imprensa e de radiodifusão.

É imprescindível salientar que os mesmos conglomerados midiáticos que dominam as plataformas de notícias tradicionais também atraem a maioria dos usuários da internet no Brasil. E o tipo de conteúdo fornecido por esses conglomerados permanece essencialmente o mesmo, o que pode ser confirmado a partir dos dados de que os portais mais acessados pelos jovens que compõem a amostra são produzidos pelos grandes grupos midiáticos brasileiros, e também internacionais, que ao publicarem em português, têm aumentado a presença informativa na internet brasileira.

Os usos das tecnologias digitais, em especial da internet, indicam que a rede possibilita o uso coletivo crescente de um conjunto de ferramentas que são importantes para a prática do ativismo e participação política virtual, tanto das forças e contingentes militantes da política tradicional, quanto dos setores minorizados. No entanto, a ausência de estudos relevantes com uma abordagem sistemática sobre o papel das plataformas digitais no ativismo da sociedade civil no Brasil faz com que seja difícil avaliar os diversos efeitos da digitalização na participação política.

A digitalização contribuiu de forma geral, para o aumento do fornecimento de notícias, mas a maioria das fontes produtoras de informações permanece a mesma, o que indica que a popularização da internet não contribuiu para reconfigurar a propriedade, a distribuição territorial e populacional dos meios de comunicação brasileiros. Os principais sites de notícias no Brasil são controlados pelos mesmos agentes que controlavam a mídia no período pré-internet, apesar de haver uma produção de conteúdo relevante feita atores sociais independentes, como grupos

e movimentos sociais, sindicais, culturais; ou seja, pelos coletivos e organizações da sociedade civil.

Desde que a internet se tornou a segunda principal plataforma de consumo de notícias, o público brasileiro está voltado para um maior número de fontes e uma maior variedade de formas de acessar conteúdos de notícias. Isso tem fornecido novas ferramentas e oportunidades para grupos minoritários e para a mídia independente e é uma fonte autônoma de notícias para a parcela da população com acesso à internet.

Contudo, os efeitos da mídia digital na qualidade da notícia ainda não estão claros. É imprescindível salientar que os mesmos conglomerados midiáticos que dominam as plataformas de notícias tradicionais também atraem a maioria dos usuários da internet no Brasil, e o tipo de conteúdo fornecido por esses conglomerados permanece essencialmente o mesmo, o que pode ser confirmado a partir dos dados de que os portais mais acessados pelos jovens que compõem a amostra são dos mesmos grandes grupos midiáticos.

É necessário evitar a visão instrumentalista, que compreende que a tecnologia é parte de um conjunto de ferramentas neutras e que os próprios artefatos tecnológicos estão abertos à análise. Assim, considera-se o “uso social da ferramenta”. É preciso considerar que, no Capitalismo, as ferramentas têm donos e o simples acesso a elas não garante a democratização da participação, considerada, também, como uma dinâmica de poder.

Ainda que se considere a exclusão social, digital e participativa, outras questões são ignoradas, como a experiência prévia, a qualidade do acesso, -- é importante considerar que a apropriação das tecnologias não deve ser vista apenas a partir da disponibilidade de recursos, mas

sim é preciso ter em conta a subjetividade na construção social das experiências da comunidade em questão. Não basta ter acesso. A participação é também uma dinâmica de poder.

A maioria dos estudos sobre cultura digital e ciberdemocracia centraliza-se no papel das novas tecnologias nos processos de participação cidadã e reconfiguração do espaço público. Com a modernidade, como é reconhecido pelos estudos de opinião pública a partir da década de 1930, a informação e a comunicação passam a desempenhar funções importantes na conformação de espaços de deliberação e representação política. A partir disso, é comum reconhecer que sem acesso à informação e ao espaço comunicacional, a liberdade de expressão e outros direitos sociais tendem a ser violados.

Estamos frente a um “movimento de renovação política através da tecnologia social”, chamado pelos teóricos de Tecnopolítica. Essa, por sua vez, é entendida como compreendendo “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (Barreto & Piazzalunga, 2012, p. 4).

Neste sentido, com a tecnopolítica, estamos frente a formas emergentes de cidadania, construção coletiva e interação cidadã com sistemas modernos de comunicação, tendo a cooperação e a organização de redes cívicas e o desenho da organização da mudança social como características e o cidadão como protagonista das transformações dos novos sistemas midiáticos.

Estamos frente a um novo modelo de mediação social, em que são necessários estudos sobre as experiências de inovação social participativas, bem como investigações sobre as novas formas de construção da

cidadania e de subjetividades políticas. A nova configuração sociopolítica da era digital exige assumir a complexidade dos fluxos transversais de informação e conhecimento que permeiam as diferentes dimensões da vida cotidiana.

As novas tecnologias atuam sobre os subsistemas de produção, distribuição e consumo por um lado, e os mecanismos de reprodução social e de poder, por outro. Modificam as noções de tempo e espaço, poder e liberdade, individual e coletivo, público e privado, nacional e internacional, produtivo e improdutivo.

O advento da chamada sociedade da informação, a complexidade do desenvolvimento capitalista e a expansão do consumo cultural (bens simbólicos) se traduzem em um movimento de fragmentação e contradição social, resultando na configuração de diversos movimentos com identidades, objetivos e interesses particulares.

Na nova configuração social, passamos de uma ordem bipolar para uma complexidade polissêmica de discursos e práticas políticas plurais. O estudo das novas modalidades de ação coletiva, no contexto das tecnologias digitais, se configura em um campo interdisciplinar de investigação, o que pode ser evidenciado a partir da pluralidade de pesquisas, de diversas áreas, que abordam as temáticas centrais desta pesquisa: como participação, tecnologia e juventudes.

Os ambientes midiáticos modernos oferecem aos cidadãos a possibilidade de gerar seus processos comunicacionais de forma massiva e, assim, desafiar a hegemonia comunicativa, cultural, política e midiática dos meios de massa.

REFERÊNCIAS

- Abramo, H. W. (2005). Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In H. W. Abramo, & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Aldé, A. (2004). *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. FGV Editora.
- Barreto, S. F. A., & Piazzalunga, R. (2012). Tecnologias sociais. *Cienc. R. Tendências Cult.*, 64(4).
- Bourdieu, P. (1990). *A representação política: Elementos para uma teoria do campo político*. Difel.
- Camargo, A. C. (2020). *Usos e apropriações de tecnologias digitais para a participação político-cidadã: perspectivas das juventudes brasileiras* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista - UNESP]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192739>
- Estatuto da Juventude (2013). Estatuto da juventude : atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: senado Federal, coordenação de Edições técnicas. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>
- Graeff, A. (2009). *Eleições 2.0: a internet e as mídias sociais no processo eleitoral*. Publifolha.

LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm

Lima, V.A. (2003). *Sete teses sobre a relação Mídia e Política*. Mimeo.

Marques, F. P. J.A., & Sampaio, R.C. (2011). Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*. 22.

Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, 55-56, 155-184.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010). Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 53(3).

Rosentiel, T. (2006). *The Internet and Politics: No Revolution, Yet*. Washington DC, Pew Internet & American Life Project. <https://www.pewresearch.org/2006/11/06/the-internet-and-politics-no-revolution-yet/>

Sá, N. (2019, dezembro 10). Pesquisa aponta 62,6% das cidades brasileiras como ‘desertos de notícias’. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/pesquisa-aponta-626-das-cidades-brasileiras-como-desertos-de-noticias.shtml>

Saisi, K. (2013). *Mídia e construção de mitos políticos na campanha presidencial brasileira* [Trabalho apresentado em congresso]. V Congresso da Compolítica. <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-01-Comunicacao-e-Democracia-KatiaSaisi.pdf>

Trindade, R. (2019, outubro 29). Graças a streaming, consumo de podcast cresce a galope no Brasil neste ano. *UOL*. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/10/21/impulsionado-por-streaming-consumo-de-podcast-cresce-67-no-brasil-em-2019.htm>

UNESCO. (2004). *Políticas públicas de/para/com juventudes*. UNESCO.

O ACONTECIMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19: AS REDES SOCIAIS E A ATUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO SUJEITO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Angela de Aguiar Araújo¹

O caráter contingente da pandemia da Covid-19 produz, no encontro com o real (o impossível), a ruptura simbólica na ordem econômica, política e social pela qual cessa o que Pêcheux (2008, p. 51) descreve como a “consistência de representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’”. A unidade imaginária em torno do significante “emergência sanitária, econômica e humanitária” é efeito do trabalho simbólico para dar contornos de significação ao mundo “pós-pandemia”.

O pouco que se sabia sobre a Covid-19 no momento de expansão da doença em escala mundial², associado ao crescimento dos índices

-
1. Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. angela.jornalista@gmail.com
 2. O primeiro caso de Covid-19 foi registrado, oficialmente, em dezembro de 2019, na China, embora as investigações tenham identificado casos anteriores a esse marco. Pela disseminação geográfica em pequena escala de tempo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou, em 11 de março, o estado da contaminação para o de pandemia de Covid-19, doença causada pelo vírus Sars-Cov-2. Na ocasião, a OMS já alertava para os índices alarmantes de contaminação e para falta de ação dos governos (Uma-SUS, 2020). O Ministério da Saúde considerou, inicialmente, como 26 de fevereiro, a data da chegada da doença no Brasil. A primeira morte foi registrada, em 17 de março, em São Paulo (DW, 2020). O Governo Federal decretou estado de emergência em 04 de fevereiro.

de contaminação e de letalidade no tempo e no espaço, provoca uma experiência traumática, seja pela perda ou pela possibilidade de perda da vida. Aguiar (D&DH, 2020) ressalta que, embora a pandemia tenha uma dimensão universal, ela não é generalizável, uma vez que não há “uma forma exemplar de lidar” com essa experiência que é da ordem do “impossível de decifrar, difícil de contabilizar”, “um vírus impossível de tudo saber, de tudo dizer”. No primeiro semestre de 2020, quando a Covid-19 toma proporções globais e a Organização Mundial da Saúde (OMS) nomeia o estágio de expansão da doença como pandemia, o efeito de sentido de universalidade se associa ao de guerra contra um inimigo que, supostamente, exporia todos, de forma indistinta, ao perigo da morte. De imediato, uma tensão se instaura associada à metáfora da salvação, como se o enfrentamento ao inimigo implicasse na escolha entre a economia ou a saúde: “qué debe predominar, economia o salud, salvar a una o a la outra?” (ONU, 2020).

“Em tempos de pandemia”³, a ruptura simbólica e a urgência na restauração da ordem semântica dita “normal” leva à proliferação de gestos de interpretação, como uma demanda por sentidos⁴ que se realiza por uma dupla necessidade: “os fatos reclamam sentidos” (Henry, 1994, p. 51) ao mesmo tempo em que o sujeito está condenado a significar

3. A busca no Google do termo “em tempos de pandemia” permite perceber que ele está associado a iniciativas de diversos campos sobre a pandemia, como a ciência, o jornalismo, a política, a arte etc.

4. Aguiar (D&DH, 2020) destaca que, na dimensão coletiva, lidar com o trauma / o luto diante da perda ou ameaça de perda provocada pela pandemia, implica em lutar por um corpo vivo, o que justificaria a proliferação de ações no campo da arte e no formato Live, como uma forma de dar “um contorno” e “uma “borda” aos limites imposta a isso que “difícil de decifrar”. Curiosamente, Live, que significa “ao vivo”, em sua origem etimológica remete aos sentidos de permanecer, manter, viver, ocupar e habitar.

(Orlandi, 2003). Pela relação necessária com a história e o equívoco (Orlandi, 2004, p. 12), é possível compreender que a unidade em torno do significante crise / emergência sanitária, econômica e humanitária é efeito imaginário do trabalho simbólico para dar contornos de significação ao “novo normal”, como evidência de retomada de uma organização lógica.

Para este estudo discursivo, utiliza-se o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux e desdobrada, no Brasil, por Eni Orlandi. O discurso é definido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (Pêcheux, 1993 [1969]). A fim de desnaturalizar a dimensão universal da pandemia, recorre-se à noção de político que, tal como descreve Orlandi (2003), é o funcionamento discursivo pelo qual há a projeção, na língua, das disputas de sentido presentes em toda formação social.

O arquivo de análise (Pêcheux, 1997) é formado por recortes retirados de reportagens de veículos online da imprensa brasileira. Os enunciados #FiqueemCasa, #Covid19NasFavelas e #NinguémFicaPraTrás são indícios de que a pandemia da Covid-19, enquanto um acontecimento discursivo, é afetada pelo espaço de circulação de conteúdo das redes sociais. Ao analista de discurso, cabe descrever as marcas de dispersão dos sentidos e dos sujeitos. Os recortes das hashtags, ao suscitarem contradições no confronto entre diferentes discursividades, funcionam como marcas para análise dos pontos de deriva entre as “posições-sujeito”, estas equivalentes às tomadas de posição interpretativa que permitem compreender o funcionamento do político.

Acredita-se que o acontecimento discursivo da pandemia atualiza uma memória ligada ao sujeito da injustiça social como uma deriva à

ruptura de políticas públicas inclusivas, no Brasil, verificada desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, que foi substituída, em 2016, pelo então ex-presidente Michel Temer. Tendo em vista a equivocidade efeito do uso das hashtags no espaço das redes sociais, busca-se compreender como discursividades resultantes da interlocução entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e a imprensa expõem as fraturas da política de combate à pandemia da Covid-19 e da sociedade brasileira.

Por um lado, o funcionamento das hashtags, a partir das quais torna-se visível o dizer do sujeito da injustiça social nas redes sociais, permitem a narrativa dos excluídos com o efeito de flagrante da exclusão da favela das políticas de estado e das discursividades postas em circulação pela imprensa hegemônica. Por outro, a opção pelo uso das redes sociais como canal direto de comunicação de Jair Bolsonaro – algo que se observa desde o período de campanha eleitoral para o cargo de presidente - também flagra as contradições da política de comunicação do Governo Federal. Percebe-se um duplo movimento associado à escalada da retórica do confronto de Jair Bolsonaro: a tentativa de apagamento da memória ligada às políticas de inclusão social e o fracasso na tentativa de construção do consenso em torno da política de combate à pandemia, no Brasil.

A questão teórico-analítica que se coloca é como a equivocidade provocada pelas hashtags afetam as discursividades que trabalham o acontecimento discursivo da pandemia da Covid-19, no Brasil, ou, como se explicita nesta análise, da(s) Covid-19(s) brasileira(s). A equivocidade - vista não como erro, mas como falha – marca, no arquivo que se propõe como objeto de análise, a “pluralidade contraditória de filiações históricas” (Pêcheux, 2008, p. 55). Tendo em vista que o real

da história é a contradição e o real da língua é a incompletude (Orlandi, 2003, p. 50), os pontos de deriva dos sujeitos e dos sentidos conduzem à afirmação de que há pandemia e há pandemias.

À luz da “filiação de dizeres” ou da “memória”, o dizer recupera a espessura de sua historicidade, como ressalta Orlandi (2003, p. 32): “o fato de que há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”. Esse é o trajeto necessário para a compreensão dos “compromissos políticos e ideológicos” (Orlandi, 2003, p. 32) que afetam as discursividades sobre a pandemia esta vista como um acontecimento discursivo, portanto, resultado do “encontro de uma atualidade e de uma memória” (Pêcheux, 2008, p. 17).

Nessa perspectiva, as tensões / confrontos visíveis pelo funcionamento da contradição e do equívoco promovem derivas nas redes de filiação dos sentidos. A atualidade permite que se reorganize o espaço da memória, sendo o equívoco - na forma de “falhas”, “furos”, “fissuras”, “jogos de palavras”, “absurdos”, “lapsos”, “brincadeiras com a língua” (Ferreira, 2000, p. 16) - a brecha para a reestruturação das redes sócio-históricas de filiação de sentidos. A contradição representa aquilo que resta como evidência de unidade e efeito do que se individualiza pela divisão, como descreve Araújo (2011), retomando Courtine.

Como o analista de discurso não trabalha com um método definido a priori, o dispositivo de análise é resultado do recorte de regularidades que representam marcas das materialidades significantes mobilizadas para a interpretação dos funcionamentos discursivos (Orlandi, 1984). O arquivo, noção formulada por Pêcheux (1997), representa a reunião de documentos que permitem a interpretação de determinada questão:

“por essa junção de documentos, associada ao recorte, que se faz a passagem da superfície da materialidade significativa para o processo discursivo” (Araújo, 2015, pp. 19-20).

I. A IRRUPÇÃO DE UMA CIRCULAÇÃO-CONFRONTO A PARTIR DO DISCURSO OFICIAL

A declaração “depois da facada, não vai ser apenas uma gripezinha que vai me derrubar” foi realizada, em 20 de março, pelo presidente Jair Bolsonaro. O enunciado encerra entrevista coletiva organizada pelo Governo Federal. A Sequência Discursiva 1 (SD 1) recorta a troca de falas a partir da pergunta de repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*⁵ sobre a possibilidade de divulgação dos resultados dos exames para a Covid-19 aos quais o presidente teria se submetido. Uma sequência é o recorte da materialidade significativa que permite ao analista de discurso realizar o gesto de interpretação. As demais sequências discursivas serão apresentadas como SD.

SD 1: JORNALISTA: Há uma grande preocupação com o estado de saúde do senhor. O senhor disse que pode se submeter, se houver necessidade, a um terceiro exame. Disse que já fez dois. A pergunta é: por que o senhor em nome da transparência não divulga os resultados dos exames do senhor. O senhor pretende, poderia fazer isso? **PRESIDENTE:** Eu sou uma pessoa especial pela função que ocupo obviamente. Mas fiz dois exames. Minha família fez também. E deu negativo. Se o médico da presidência ou até o ministro da Saúde, ao qual eu sou subordinado por essa questão, achar que eu deve fazer outro, sem problema nenhum. Várias pessoas ao meu lado

5. O jornal *O Estado de S. Paulo* moveu ação judicial, com recurso no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, para ter acesso aos exames aos quais foi submetido o presidente Jair Bolsonaro.

foram dado (sic) positivo, tá certo? **Obrigada por sua preocupação [...] que você tem amor e carinho por mim. Fico muito feliz, aí.**

Jornalista: Por isso eu gostaria de perguntar [Bolsonaro lança um olhar para Mandetta] se o senhor vai divulgar o resultado.

MINISTRO DA SAÚDE: Olha, os exames do paciente são do paciente. O seu exame, o seu prontuário, os exames que você faz são da sua intimidade. A gente não faz divulgação de resultado nem seu, nem meu, nem de ninguém. O presidente tem um médico assistente. Esse médico assistente é médico pessoal da presidência. (...) Se ele entender que o paciente, o presidente, tem que fazer um teste, ele faz. Se der positivo, como **há uma possibilidade de você, de você, minha, enfim, nós todos estamos nesse negócio.** O que que faz? Vai, comunica, tamo em casa. Por quê? Porque vai ter que fazer isolamento, vai ter que ficar em casa, como qualquer um, **como eu posso ter que ficar, qualquer um. Não é nenhum fim do mundo isso, daí, é uma coisa normal.** [ministro se levanta]

VOZ DE MULHER: Obrigada a todos

PRESIDENTE: Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não, talkey? Se o médico ou o ministro da Saúde me encomendar um novo exame eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer outro de vocês aqui presentes. (Uol, 20/03/2020)

A coletiva acontece quando o país registrava 11 mortes por Covid-19 e oito dias após a primeira morte, em São Paulo. Além disso, em 20 de março, cerca de metade da comitiva presidencial (23 pessoas) que havia viajado, no início desse mês, para os EUA, tinha a confirmação do diagnóstico da doença. Nesse contexto, o efeito da nomeação da Covid-19 como “gripezinha” pode ser a minimização da letalidade e da transmissibilidade. Embora não se exclua esse sentido, as piadas, os trocadilhos e as tiradas são formas comuns na fala do presidente e do brasileiro. O aspecto lúdico do tratamento informal teria efeito de quebra das “barreiras da impessoalidade” e da “seriedade das instituições” (Lauand, 2016, p. 188).

O desfecho abrupto, associado à intervenção irônica de agradecimento por Jair Bolsonaro, possibilita o questionamento acerca do que se encena, no ritual aparentemente cordial e protocolar da coletiva, bem como o que se altera nos dias e meses seguintes. Na segunda intervenção do repórter, Bolsonaro olha para o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, como quem pede apoio. O ministro, médico e autoridade pública máxima no campo da Saúde (e a quem Bolsonaro dizia se submeter no que tange aos temas pertinentes à pasta), afirma a garantia do sigilo do resultado e desvia a conversa para a descrição do tratamento da doença, caracterizado como algo que “não é o fim do mundo” para o presidente e para todos, sem distinção. Mandetta se levanta como quem dá um fecho à entrevista e o enunciado [não é uma gripezinha que vai me derrubar] surge, como um escape ao ritualmente encenado como “normal” e como quebra do protocolo da comunicação presidencial.

Nos dias seguintes, deflagra-se crescente desalinhamento entre as posições do presidente e do ministro. A encenação da normalidade sofre rupturas pela divisão instaurada pelo desencontro entre o argumento técnico, da ciência, associado ao ministro da Saúde, e a vontade do presidente, sustentada por sistemas de crença como a religião e o senso comum (SD 2 e SD 3). Projeta-se uma tensão por meio do par dicotômico razão (cuja validade se dá pela possibilidade de verificação empírica) e fé (cuja identificação se dá por um sistema de valores não verificável; ou não se acredita, se acredita e, neste caso, como uma adesão às cegas).

SD 2: “Virou um **jogo de gato e rato**”, resume o aliado.

À Jovem Pan, Bolsonaro disse que Mandetta precisa “**ouvir um pouco mais o presidente**”. Na prática, isso significaria **trocar a**

ciência e a medicina por receitas que o capitão colhe na porta do Alvorada e em grupos de zap. Ao fim da entrevista de ontem, ele disse aos brasileiros que **“papai do céu está conosco”** e pediu um **dia de jejum e orações “para a gente ficar livre desse mal”**. (O Globo, 03/04/2020)

SD 3: Questionado sobre a sua permanência na pasta diante das divergências entre ele e o presidente, Mandetta respondeu que “claramente, isso não é desconhecido, **há um descompasso entre o Ministério da Saúde...**”, sem completar a frase. (...)

Com a demissão dada como certa, Mandetta fez questão de participar da entrevista coletiva no Palácio do Planalto. A avaliação de assessores do presidente é que o ministro não quis perder o que pode ter sido a última oportunidade de, ainda no cargo, **voltar a confrontar Bolsonaro, fazendo sempre a defesa da ciência.** (O Estado de S. Paulo, 15/04/2020)

As coletivas do Ministério da Saúde, com a equipe usando colete de identificação da pasta, passam a pautar, diariamente, os veículos jornalísticos acerca da escalada da doença e das orientações epidemiológicas para o combate da Covid-19. A narrativa cria uma unidade imaginária em torno de Mandetta. Entretanto, o efeito de continuidade e de ordenamento face às incertezas e à ruptura simbólica na ordem econômica, política e social provocada pela pandemia flagra as contradições do Governo Federal. Retomando Pêcheux (2008), é possível afirmar que a evidência da morte - na narrativa da pandemia da Covid-19 (brasileira) construída na interlocução entre Ministério da Saúde e imprensa - vai, gradativamente, se tornando algo ao mesmo tempo transparente (pelos números de contaminados e de mortos, pelos gráficos, pelos modelos matemáticos de projeção etc.) e profundamente opaco (pelo que se atualiza na filiação contraditória à memória como contradição da sociedade brasileira).

Em meio às diferentes interpretações, proliferam-se questionamentos acerca da capacidade de Bolsonaro gerir a crise instalada. A metáfora da salvação (SD 4) – como o esforço para manter a vida e evitar a morte - expõe a contradição do dilema da escolha entre a Saúde (a vida das pessoas) e a Economia (a vida das empresas). A primeira projeta a posição de alinhamento a Mandetta, que defendia isolamento social e investimento em infraestrutura para a área da saúde; a segunda, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, considerado pilar no Governo Federal ao se projetar pela imagem de mentor de reformas para garantia do Estado mínimo e do ajuste fiscal.

SD 4: Na **economia**, ele [Jair Bolsonaro] cria um **falso dilema**. É preciso **salvar vidas e salvar a economia** também. (...) Inúmeros economistas que sempre defenderam o **equilíbrio fiscal** agora dizem que é uma **guerra**, um momento que acontece a cada 100 anos. É preciso aumentar o gasto público e criar os mecanismos para **voltar a (sic) normalidade após a crise**. (O Globo, 25/03/2020)

As divergências parecem evidenciar a disputa pelo protagonismo entre os titulares das pastas da Saúde e da Economia, impedindo o consenso em torno da política de combate à Covid-19. Um confronto se estabelece entre os que torcem por Mandetta, e supostamente contra Bolsonaro, e quem torce por Guedes, supostamente a favor do presidente.

Em meio à fratura interna, dois lugares se projetam como espaços discursivos de articulação daquilo que supostamente representaria a posição oficial do Governo Federal. Um deles seria o “cercadinho do Palácio da Alvorada” (SD 6), onde a interlocução se daria de maneira informal e o presidente protagonizaria cenas de embate com a imprensa (SD 5). Em função da performance de Bolsonaro, ele teria sido aconselhado, por

aliados, a evitar esse espaço de interlocução. Num desses episódios, o presidente, segurando um exemplar da Folha de S. Paulo, apresenta-se, sensivelmente transtornado e manda uma jornalista calar a boca ao ser questionado sobre a cobertura do veículo, por ele julgada como uma “patifaria”, acerca da troca de comando da Polícia Federal.

SD 5: Isso é uma patifaria. **Cala a boca** que eu não te perguntei nada. Um jornal [Folha de S. Paulo] patife e mentiroso. **Cala a boca.** (...) Então é uma manchete canalha, mentirosa, e vocês, a mídia, grande parte... tenham vergonha na cara. Grande parte só publica **patifaria**. E passe bem! (Twitter, @BrunnoMeloCBN, 05/05/2020)

SD 6: Sensível aos incontáveis apelos de auxiliares, Jair Bolsonaro prometeu dar um tempo **sem declarações em frente ao cercadinho** do Palácio da Alvorada, o palco preferido do presidente para criar **crises desnecessárias**. (O Globo, 27/06/2020)

Outro espaço de articulação da posição do governo eram as coletivas de imprensa. Em função da projeção de Mandetta, há uma mudança na estratégia do Governo Federal (SD 7). As coletivas deixam de ser feitas no Ministério da Saúde e passam a ser realizadas por uma equipe de ministros, numa tentativa de silenciar as contradições do governo e de conter a tensão instaurada em torno do ministro (com a imagem de sobriedade e de liderança) e do presidente (com a imagem de desequilíbrio e omissão).

SD 7: Estamos mudando a rotina das coletivas, particularmente daquela entrega que é feita toda tarde pelo Ministério da Saúde porque o problema do coronavírus, a questão do coronavírus, devido a (sic) sua complexidade, ela é transversal. Ela abrange não apenas um esforço do Ministério da Saúde, mas também um esforço de todos aqueles, de todos os ministérios do Governo Federal. (Estado de Minas, 30/03/2020)

E como “não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 2009 [1988], p. 277), em 16 de abril, o ministro da Saúde é demitido. A ruptura teria sido precipitada pela entrevista concedida, em 13 de abril, ao programa Fantástico da Rede Globo, na qual o ministro cobrou uma “fala única” do governo. A demissão, julgada por muitos como uma decisão desastrosa e com forte impacto sobre a opinião pública, se dá em meio a manobras de rearticulação de alianças.

SD 8: Eu [Luiz Henrique Mandetta] preciso que **o pacto político** ocorra. Eu peço para que os **governadores** prestem atenção, chamem seus **secretários** para ficarem atentos. Eu preciso da imprensa, preciso do STF, eu preciso do **Governo Federal**, eu preciso dos **governos municipais**. É preciso todo mundo entender, que nós vamos ter um código de **comportamento**, de **distanciamento** entre pessoas, de respeito, de não **aglomeração**, de funcionar pra que a gente não tenha uma paralisia. (Estado de Minas, 30/03/2020)

Ao convocar, em primeira pessoa do singular, a necessidade de aliança entre Governo Federal, governadores, secretários, STF, lideranças comunitárias e o ministro (SD 8), Mandetta, 13 dias antes de sua demissão, faz ver a falta de consenso no pacto político nacional de combate à pandemia. A fala (SD 7) se dá na mesma entrevista coletiva na qual o Governo Federal muda a estratégia de comunicação das ações de combate ao novo coronavírus e após a fala dos demais ministros.

II. FAVELA SEM HOME OFFICE E SEM MARATONA NETFLIX: A(S) PANDEMIA(S) DAS COVID-19(S) (BRASILEIRA(S))

Inicialmente, considerada “doença de rico” por ter chegado ao país por meio de pessoas que se contaminaram em viagens ao exterior, a

Covid-19, na escalada de mortes e casos confirmados, passou a ter maior taxa de contaminação e de morte na população mais vulnerável, com predominância entre pobres e negros. Não só as contradições internas do governo ficam expostas, mas também as da sociedade brasileira (SD 9, SD 10 e SD 11) começam a ser deflagradas com irrupção de uma escrita dos excluídos a partir das redes sociais por distinção daquilo que se destaca como o discurso oficial construído para o seu suposto interlocutor, a grande mídia que cobria as coletivas do Governo Federal.

SD 9: Moradores de favelas sem água, gel ou isolamento sobre covid-19: ‘É doença de rico’ (...) dezenas de pessoas participam da hashtag #COVID19NasFavelas, criada nas redes sociais para mostrar a realidade das comunidades do Brasil, informa a reportagem. Em vários tuítes, a covid-19 é chamada de “doença de rico”. (BR Político, 18/03/3030)

SD 10: Aqui na favela nós perdemos emprego por atrasar no trampo por conta de tiroteio! Faltar por coronavírus?

- Home Office
- Maratonar Netflix
- Lavar a mão enquanto canta uma musiquinha

Isso tudo é um privilégio que favelado não tem
SAIA DA SUA BOLHA!

#COVID19NasFavelas (BR Político, 18/03/3030)

SD 11: É U R G E N T E a **necessidade de um jornalismo que priorize a informação para as FAVELAS E PERIFERIAS**, sabendo que a maioria da população vive nesses locais. Nosso problema PRINCIPAL é a falta d’água. Acompanhem pela **#COVID19Nas-Favelas**. Siga **portais favelados!** Marquem aqui! (BR Político, 18/03/3030)

A hashtag #COVID19NasFavelas, ao dar visibilidade às condições precárias de vida na periferia, denuncia a exclusão da favela das políticas públicas de estado, o que não se restringe, portanto, às medidas emergenciais para o combate à doença. As redes sociais abrem espaço

para narrativas da Covid-19 (das favelas) ao mostrar a vulnerabilidade provocada pela falta de água e pela precariedade das condições de moradia e de trabalho. A materialidade dada a um lugar de interlocução, no espaço público, para o sujeito morador da favela flagra os limites da abrangência universal da hashtag #fiqueemcasa que, pelo discurso jornalístico e pelo discurso publicitário, convoca, inicialmente a todos de forma indistinta, para a adesão à construção do “novo normal”.

O significante #COVID19NasFavelas incide, dessa forma, sobre a inconsistência da dualidade casa, associada ao sentido de segurança, e rua, associada ao sentido de ameaça. Face ao real da pandemia no espaço da favela, a voz do morador da periferia irrompe como uma denúncia de que não há uma única realidade da doença no país. Os portais da favela, como canal de comunicação, instauram a narrativa dos excluídos das políticas públicas, denunciando um projeto de Estado que privilegia a economia em detrimento do social. Portanto, a retificação da hashtag por #fiqueemcasasepuder resulta de trabalho discursivo de que a ruptura da ordem simbólica provocada pela pandemia não atinge a todos, igualmente.

A irrupção de narrativas do sujeito morador da favela pode ser lida a partir do que Cunha e Assy (2016, p. 224) destacam para a compreensão da “gramática da fenomenologia da injustiça social”. Para os autores, há uma relação entre “subjativação, experiência fática de injustiça e ação política”, uma vez que face a cenários de violação dos direitos e episódios de massacre, é possível identificar movimentos, por parte de sujeitos vulneráveis, de produção de subjetividade em busca de empoderamento e de resistência.

A questão central deste tópico é precisamente ressaltar que, em experiências concretas de injustiça socioeconômica, pode se dar também um movimento de constituição de subjetividade política capaz de não só resistir à invisibilidade sociopolítica, mas também, operar, simultaneamente, um processo de empoderamento do sujeito e a promoção de sua ação política. (Cunha, Assy, 2016, p. 224)

Ainda que pelo viés da teoria jurídica, as reflexões de Cunha e Assy abrem uma perspectiva para se pensar a discursividade que se coloca em curso reafirmando a favela como um espaço de pertencimento à cidade e marcada por demandas próprias. Considerando que a AD sustenta que sujeitos e sentidos se constituem concomitante como resultado da tomada de posição no processo discursivo (Orlandi, 2003), é possível também questionar como as redes sociais, como uma perspectiva de comunicação aberta pelas mídias digitais que rompe com a lógica de produção de conteúdos própria aos meios de comunicação de massa, abre um espaço de circulação de discursos que levam ao fortalecimento de narrativas sobre a favela e do sujeito favelado.

Nessa perspectiva, deve-se acrescentar a distinção apresentada por Cunha e Assy entre as teorias que tratam do sujeito da injustiça social. Há aquelas que focam a “ausência de reconhecimento” e, por isso, “tais teorias de fato possuem um potencial significativo de desvelamento dos processos de sofrimento subjetivo”. Afirmando uma dimensão positiva da questão, os autores, de forma contrária, apostam no “estatuto epistemológico da experiência, do ato, da ação, do evento da injustiça, em modelar uma subjetividade empoderada” (Cunha & Assy, 2016, p. 225). A subjetividade, neste caso, seria vista como algo em construção uma vez que as identidades são transitórias. No caso específico da narrativa da covid-19 nas favelas, é possível, então, refletir sobre o

que a redes sociais colocam em curso por distinção às narrativas pelas mídias hegemônicas.

O que se reivindica é uma articulação da identidade como provisória, não essencializada, no sentido de que as identidades são expressas por meio da partilha de demandas e lutas políticas concretas e pontuais, eventuais, nas quais a singularidade do sujeito se modela. Não são suficientes as determinações substanciais de quem alguém essencialmente é. O argumento central é que a subjetivação política implica em uma performance da ação política em concerto e não por meio exclusivo de descrição e naturalização de atributos identitários. No processo de subjetivação política, a identidade está condicionada à performance na qual o sujeito se insere, e que, de certa forma, imprime uma dinâmica sobre a própria identidade. (Cunha & Assy, 2016, p. 226)

As formulações dos autores permitem, dessa forma, pensar como os processos de subjetivação, ligados à realidade da favela na pandemia, trazem marcas dessa transitoriedade.

III. O RETORNO À COMUNICAÇÃO: A TENTATIVA DE CONSENSO NO APAGAMENTO DA MEMÓRIA

Os modos de funcionamento discursivo, tal como formula Orlandi (2003, p. 86), são produtivos para compreender como o político marca as interlocuções do Governo Federal. A autora faz uma distinção entre três discursos: a) o autoritário, em que o locutor se coloca como agente exclusivo; b) o polêmico, em que há controle da polissemia, mas os interlocutores estão presentes em tensão, o que a marca a disputa pelos sentidos; e c) o lúdico, em que a polissemia está aberta e os interlocutores não se apresentam em relação de disputa. Além de se ter o cuidado de não confundir o funcionamento discursivo com um traço

de personalidade do locutor, Orlandi (2003, p. 87) ressalta a importância de se considerar a possibilidade de mistura entre eles nas práticas institucionais e sociais.

Sob a aparência de um não saber lidar com a imprensa e, em alguns momentos, como se dela pudesse prescindir, o presidente posiciona-se, muitas vezes, em confronto com os jornalistas, mas em total sintonia e descontração diante das lentes dos celulares do público simpatizante. Entretanto, várias ações indicam que, sob a encenação do lúdico, um discurso polêmico e autoritário se projeta a partir do lugar de enunciação da Presidência (SD 12): diminuição do peso das coletivas de imprensa diárias e dos pronunciamentos como espaço de comunicação oficial das informações e das ações de combate à pandemia, que davam subsídio à construção da narrativa sobre a Covid-19; tentativa de manipular os dados pela mudança na metodologia de sistematização; e atraso na divulgação das informações.

SD 12: O governo Bolsonaro tem um comportamento típico de regimes que escondem dados e fazem confusão deliberada com os números.

O nível de **transparência começou a cair com a saída de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde**. Ele respondia a perguntas diariamente e isso ajudava os gestores locais e a população. Na gestão de Nelson Teich, a transparência caiu. Depois dele, a pasta foi militarizada. A informação é uma arma poderosa no combate a qualquer crise. Com ela, governos e população tomam decisões mais sábias. Essa gestão age de forma mesquinha. O próprio presidente disse que **vai atrasar a divulgação dos dados para que o “Jornal Nacional” não consiga veicular a notícia durante o programa**. (O Globo, 08/06/2020)

Por um lado, percebe-se um funcionamento discursivo no qual se verificam traços de interdição à circulação dos sentidos nos espaços formais ou presenciais de comunicação oficial durante a pandemia. Por outro lado, há um enorme peso dado às mídias digitais na comunicação de Jair Bolsonaro com o público que se identifica à posição assumida pelo presidente. Não pode se negar, portanto, o intenso trabalho simbólico (SD 13) de construção da imagem de Bolsonaro por meio das redes sociais (e pelos grupos do Whatsapp), nas quais o absurdo e o sem sentido das formulações presidenciais parece não encontrar barreiras críticas que impeçam a sua circulação. A falta de protocolo faz trabalhar a imagem presidencial pela ideia de inovação e de informalidade. Uma vez que as redes sociais parecem funcionar como um espaço onde tudo pode ser dito, é como esse canal cultivado de forma particular não estivesse sujeito às regulações / ao ritual que os espaços tradicionais de comunicação presidencial.

SD 13: O presidente chegou a republicar em seu perfil no Instagram a notícia da revista *Veja* que dizia que a camisa do Palmeiras usada por ele é **falsificada**, reforçando a ideia de que não haveria problema em se vestir desse jeito durante o exercício da Presidência.

As vestimentas de Bolsonaro em alguns eventos formais não são a única **novidade que ele traz no modo de um presidente brasileiro lidar com sua imagem pública**. A forma como usa as redes sociais não tem paralelo entre seus antecessores, o que tem sido uma marca da forma de se comunicar até o momento. Desde a campanha eleitoral ele priorizou os perfis no Facebook, Instagram, YouTube e Twitter como canal de comunicação com a população. Após ser eleito, Bolsonaro anunciou o nome de cada um dos 22 ministros via Twitter, no decorrer das negociações para fechar o time. **A rede social passou a ser a primeira fonte de divulgação sobre sua equipe, projetos e críticas.** (Nexo Jornal, 22/02/2019)

Ao mesmo tempo em que há um gesto de controle dos efeitos da enunciação oficial, o que a imprensa passa a denunciar como uma interdição à transparência, as redes sociais, como um espaço privilegiado de divulgação de informações, passam a ser um articulador simbólico importante na construção da imagem do presidente. A quebra do protocolo da comunicação oficial se dá numa linguagem que mescla cenas da vida pública e privada, valendo-se da desregulamentação do espaço da internet⁶.

Reportagem publicada no site do Nexo Jornal (SD 13) traz análises de especialistas sobre a simbologia da quebra de protocolos da Presidência a partir do estilo “incomum” de Bolsonaro, apesar de ele ser militar e ter cumprido sete mandatos como deputado federal. Isso inclui roupas informais e a exposição da vida doméstica, projetando uma imagem que, não dissociada do dizer, tem como efeito a simplicidade. Ao priorizar o espaço discursivo das redes sociais, embora o compartilhamento, as curtidas e os comentários simulem uma situação de interlocução dialógica, o que nos remete ao funcionamento do discurso lúdico (Orlandi, 2003), Bolsonaro escapa do espaço de interlocução com a imprensa, mas mantém o vínculo com os seguidores. Panke (Nexo Jornal, 2019) destaca a informalidade como manutenção da estratégia, usada na campanha eleitoral para presidente, de aproximação da população, que prescinde da checagem – se verdadeiro ou se falso - como ocorre na informação

6. Atualmente, mais de 50 projetos de lei tramitam na Câmara dos Deputados. O PL 2630 de 2020, de autoria do senador Alessandro Vieira (Cidadania), prevê a instituição da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência, prevendo instrumentos para o combate às *fake news* nas redes sociais. Ao mesmo tempo em que o PL recebe crítica pela possibilidade de censura, há quem defenda a necessidade de combate ao financiamento das *fake news*. (Câmara dos Deputados, 2020).

jornalística. Vale lembrar que Carlos Bolsonaro⁷, filho de Jair Bolsonaro, como destaca o Nexo Jornal, foi responsável pela comunicação na campanha presidencial e, após o pai tomar posse, mesmo sem um cargo oficial, continuou a influenciar as ações na área.

As contradições do Governo Federal se revelam através da política de comunicação. É o que se percebe com a campanha de publicidade que começou a circular em 26 de março por meio das contas, nas redes sociais, do Governo Federal⁸ e de filhos do presidente (SD 14). Com o slogan “O Brasil não pode parar”, a campanha chegou a ser postada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República que, após suspensão da veiculação pela Justiça Federal, deletou o conteúdo, “negando a existência de peças publicitárias com o slogan”.

SD 14: A vida dos brasileiros vem em primeiro lugar”, diz o locutor, que também pondera. **“A prioridade é preservar a vida dos brasileiros**, mas não podemos deixar de lado questões fundamentais para vencermos essa crise, como preservar empregos e manter a renda da população.”

O filme publicitário tem estética similar, mas o novo conceito mostra uma mudança de tom quando comparado à frase **“O Brasil não pode parar”**, que era repetida seguidas vezes em outro vídeo difundido nas mídias digitais por aliados do governo, como o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente da República.

-
7. O requerimento de instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 2019, em sua justificativa, destaca a disseminação de *fake news* como um modo de funcionamento da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, o que teria tido continuidade após as eleições: “imprensa denunciou a existência de um “gabinete do ódio” no Palácio do Planalto, em uma sala próxima ao Presidente da República. Esse grupo é comandado por Carlos Bolsonaro, filho do presidente, e tem como tática o confronto e a radicalização do discurso, mantendo o clima de embate” (Sicon, 2019, p. 2).
 8. O *Nexo Jornal* (2020) destaca que “a Secretaria Especial da Comunicação Social da Presidência da República, que havia feito postagens com os materiais em seus perfis oficiais no Twitter e no Instagram, deletou os posts e divulgou, no sábado de manhã, uma nota negando a existência de peças publicitárias com o slogan”.

A frase também chegou a ser publicada pela Secom em peças de propaganda nas redes sociais, em contas oficiais do Planalto.

A Justiça Federal mandou suspender a veiculação das peças de publicidade com os dizeres **“O Brasil não pode parar”**. O Supremo Tribunal Federal também analisa ações contra a propaganda da Secom. Ouvida a respeito, a Procuradoria-Geral da República acatou a argumentação do Planalto de que a campanha com aquele conceito nunca se materializou. (O Estado de S. Paulo, 14/04/2020)

SD 15: O presidente Jair Bolsonaro — que no começo da pandemia chamou o coronavírus de ‘gripizinha’ e que tentou mudar a metodologia de divulgação do balanço da doença pelo Ministério da Saúde, para que omitisse o número de mortos no país —, lançou nesta quarta-feira campanha publicitária para divulgar as ações de seu governo no combate à doença. Com o nome **“O cuidado do Governo Federal com o Brasil e com os brasileiros continua”**, o material será divulgado por três meses nas redes sociais e em veículos de TV e rádio.

Um vídeo da campanha publicado no Youtube diz que o governo tomou medidas como a contratação de profissionais da saúde, a distribuição de remédios e a compra de Equipamento de Proteção Individual (EPIs). **“Mais do que nunca, o nosso trabalho é pela vida no Brasil”**, afirma a gravação. (O Globo, 24/06/2020)

A campanha suspensa flagra o alinhamento do Governo Federal à defesa da economia — e, portanto, a Paulo Guedes - ao trazer um locutor que, citando diversas categorias profissionais, diz: “Para quem defende a vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil não pode parar. Para todos os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade” (Nexo Jornal, 2020). Em maio, quando o país já tinha superado os 18 mil óbitos por Covid-19, o Ministério da Saúde lança o Placar da Vida, que associado à hashtag #NinguémFicaPraTrás, traz o registro dos pacientes recuperados, os “brasileiros salvos”. Numa negação dos recordes de mortes, há uma

crítica à narrativa da imprensa que destaca, diariamente, a escalada dos números da doença. Percebe-se o esforço de associar a imagem do Governo a um trabalho pela vida, com o novo vídeo publicitário “O cuidado do Governo Federal com o Brasil e com os brasileiros continua” (SD 15), associado à hashtag #OCuidadocontinua.

O trabalho de retificação do discurso pela Secon tenta deslocar a lógica excludente do par dicotômico vida versus trabalho / emprego / renda, segundo o qual, para salvar ou manter a renda valeria sacrificar algumas vidas, o que expõe as contradições do governo e da sociedade brasileira. Uma resposta à fala de especialistas (SD 16) que denunciavam o eixo articulador do governo Jair Bolsonaro, que se elegeu com a crítica ao governo PT e com a promessa de ajuste fiscal a partir do projeto do Estado mínimo, num retrocesso à garantia dos direitos sociais estabelecida pela Constituição Federal de 1988, uma vez que estes não caberiam no orçamento do Governo Federal.

SD 16: Para economistas, escolha entre economia e saúde é ‘equivocada’

Na visão do economista e professor do King’s College London Alfredo Saad-Filho, as “raízes” do impacto da pandemia no País têm relação **com a desigualdade brasileira e com “o descaso deliberado do governo”** ao lidar com a questão. Saad-Filho cita “a tentativa deliberada de se manter a atividade econômica a partir de um ponto de vista de que, **para se manter o nível da renda, valeria a pena sacrificar vidas**” - algo que ele classifica como **“equivocado”**. (...)

Já Monica de Bolle, economista, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics e professora da Universidade Johns Hopkins, criticou também o papel que a gestão Bolsonaro, com Paulo Guedes na Economia, confere ao Estado. **“O princípio norteador de Paulo Guedes é do Estado mínimo”**, diz Bolle, segundo quem esta é uma agenda dos anos 60 - “70, talvez, com alguma generosidade”, diz.

“A não ser que a gente queira repactuar nossa Constituição, o Estado mínimo não cabe na Constituição”, afirmou a economista. Ela rebate uma ideia disseminada entre alguns economistas de que os direitos garantidos pela Constituição de 1988 não caberiam no orçamento do governo. “Isso é uma bobagem, porque a Constituição é soberana”, conclui. (O Estado de S. Paulo, 29/06/2020)

A narrativa da pandemia remonta ao processo sócio-histórico pelo qual Bolsonaro ascende ao poder com um discurso pautado pelo Estado mínimo. Miguel (2018, p. 24) destaca que o “grau de irracionalidade do debate político atual” é efeito da “emergência do discurso contrário à solidariedade social propagado pela extrema-direita” e sustentado pela rede de boatos e de informações falsas retroalimentados pela internet. A rejeição aos programas de inclusão social implantados pelo Partido dos Trabalhadores, que esteve à frente da presidência de 2003 a 2016, conduz às manifestações pró-impeachment, que “tiveram entre seus eixos discursivos a defesa da “meritocracia”, a denúncia dos “vagabundos” e o saudosismo manifesto em frases como “eu quero meu país de volta”.

No discurso de posse, em 2019, o presidente marca um corte em relação ao governo petista ao afirmar que a bandeira do Brasil “jamais será vermelha”. Ao renomear programas sociais (SD 17), o esforço de apagamento de uma memória desloca o sentido de inclusão das políticas da solidariedade (Família, Minha Casa, Crescimento). Sob o pretexto de correção das distorções, o Governo Federal atualiza a memória do nacionalismo / do patriotismo associada ao verde e amarelo da bandeira brasileira (Casa Verde e Amarela, Carteira Verde Amarela) e ao termo Brasil (Renda Brasil, Pró-Brasil).

SD 17: Agarrado à faixa presidencial, em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro repetiu em seu discurso de posse, no parlatório do Palácio do Planalto, que **a bandeira do Brasil “jamais será vermelha”**, em referência à cor do PT, que governou de 2003 a 2016. Após um ano e meio de mandato, as declarações do presidente têm se transformado em ações para tentar apagar parte do passado, rebatizando programas criados nas gestões petistas.

Assim, sai o **Minha Casa Minha Vida**, entra o **Casa Verde e Amarela**. No lugar do **Bolsa Família**, será o **Renda Brasil**. E para abranger as obras, nasce o **Pró-Brasil**, uma espécie de ampliação do **PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)**, que fracassou nos governos anteriores. (O Globo, 12/07/2020)

Ao rebatizar os programas, ainda que os termos usados façam, supostamente, menção ao todo do país e da nação, o governo ressalta que a correção se dá pela incorporação do critério da eficiência para a aplicação dos recursos, ou seja, pela transferência da lógica de eficiência do mercado para a gestão pública. Portanto, fugindo à lógica universal e inclusiva de garantia dos direitos fundamentais e da assistência social fundada pela Constituição de 88, que permitiu a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004. Entretanto, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), resultado dessa iniciativa, sofre forte impacto com a promulgação da Lei do Teto dos Gastos (2016), que limitou, por 20 anos, os gastos públicos. Vale lembrar a memória, aqui destacada, de oposição de Bolsonaro às políticas de inclusão social, para quem o “coitadismo” era o critério para a assistência.

Sintomaticamente em tempos de pandemia, a recriação do Ministério da Comunicação (SD 18) ocorre em meio à “escalada retórica de confronto” que se articula em torno da figura de Bolsonaro, que promove embates com os demais poderes, com as instâncias internas do Poder

Executivo Federal e com as instâncias inferiores dos poderes executivos estaduais e municipais. E, não se pode deixar de falar, com a imprensa.

SD 18: A tensão chegou ao máximo quando congressistas, ministros do STF e mesmo o TSE passaram a fechar o cerco institucional a Bolsonaro, depois de duas semanas de ataques por parte do presidente e dos apoiadores a essas instâncias. A notícia de que o presidente pensava em **militarizar a Secom** acendeu um sinal vermelho, e Faria foi dizer ao presidente que achava que aquilo seria um erro. Foi então que, depois de consultas aos próceres do Centrão que passou a ouvir, sobretudo Gilberto Kassab, que preside o partido de Faria, Bolsonaro o chamou para assumir as Comunicações. Ele disse que aceitaria, desde que o **ministério fosse recriado** e centralizasse a Empresa Brasileira de Comunicação (e que ela passasse a ter um comando profissional), a Secom, os Correios e também desse a linha da comunicação das demais pastas. Bolsonaro topou.

Coincidência ou não, a chegada de Faria no governo apaziguou o presidente, que vinha numa **escalada retórica de confronto com todos os demais agentes da República**. O novo ministro aconselhou Bolsonaro a parar com os quebra-queixos de improviso na frente do Alvorada, em que muitas vezes criava graves crises já pela manhã, e pediu carta-branca para tentar **reconstruir a relação do governo com a imprensa**, iniciando um road show com os empresários de telecomunicações e de rádio e com os diretores de redações dos jornais. (BR Político, 14/07/2020)

É importante destacar que o Ministério da Comunicação foi extinto quando Michel Temer assumiu a presidência da República, após o impeachment de Dilma Rousseff (SD 19). A redefinição dos ministérios levou à extinção de pastas fundamentais na consolidação das políticas de inclusão social, que tanto fazem falta ao Brasil, em tempos de pandemia.

SD 19: O governo ilegítimo, que se instala no Brasil a partir deste dia 12 de maio de 2016, nasce de um **golpe para golpear direitos** duramente conquistados e avanços que a sociedade logrou alcançar nos últimos anos.

Em sua primeira medida – a nomeação ministerial – Michel Temer extinguiu ministérios indispensáveis para o **avanço social e a consolidação de direitos humanos: o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e Direitos Humanos.**

A medida já demonstra que as **políticas públicas de inclusão, de estímulo cultural, de promoção de diversidade e redução de desigualdades não terão lugar neste novo governo das elites,** que retorna ao poder através de um golpe.

A criação de um novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação revela que o **tratamento comercial e mercadológico para o tema da Comunicação** será aprofundado. Os debates serão ainda mais técnicos e estarão ainda mais à mercê dos **grandes grupos econômicos.** (FNDC, 13/05/2016)

A recriação do Ministério da Comunicação soa a uma tentativa de rearticulação simbólica da unidade, bem como de, em meio ao crescente debate sobre as fake news e sobre a regulação da internet, retomar a própria feição de “normalidade” de um governo que insiste na negação e na transgressão dos protocolos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa da Covid-19, que nasce da interlocução entre governo e imprensa, deixa ver, a partir de uma circulação-confronto, as contradições do Governo Federal e da sociedade brasileira. Acredita-se que as redes sociais têm papel fundamental na constituição de redes de sentido que fazem irromper o sujeito morador da favela e a significação da pandemia na periferia, como uma forma de afirmação, pelo empoderamento e pela resistência do sujeito da injustiça social. A ação dos moradores da favela flagra, através das redes sociais, as contradições da política

de combate do Governo Federal. Ao mesmo tempo, face ao fracasso política de controle da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro tenta alinhar as fraturas de seu governo com a retomada do Ministério da Comunicação, enquanto avança com uma política de tom liberal, que faz apagar a memória de governos anteriores, associados a políticas de garantia de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- Araújo, A. (2011). *Além de falante, leitor: consequências do trabalho de regularização ortográfica na formação de mercados editoriais* [Trabalho apresentado em congresso]. XX Seminário do CELLIP – Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná, Londrina, PR, Brasil.
- Araújo, A. A. (2015). “29 de abril”... Para pensar o acontecimento discursivo na cobertura jornalística da greve dos professores do Paraná. In S. Gadini, S. (Org.), *Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015* (pp. 18-33). Estúdio Texto.
- Câmara dos Deputados. (2020). Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara. <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>
- Cunha, J. R., & Assy, B. (2016). *Teoria do direito e o sujeito da injustiça social*. Lumen Juris.
- D&DH. (2020). Episódio 76 Trauma e Luto na Pandemia da Covid-19 | Entrevistada: Cristina Aguiar (Psicanalista/BH – MG). <https://>

soundcloud.com/user-671957165/76-luto-na-pandemia-da-covid-19-entrevistada-cristina-aguiar-psicanalista-belo-horizonte

DW. (2020) Cronologia da covid-19 no Brasil. <https://www.dw.com/pt-br/cronologia-da-covid-19-no-brasil/g-52930927>

Ferreira, M. C. (2000). *Da ambiguidade ao equívoco. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Ed. Universidade/UFRGS.

Henry, P. (1994). A história não existe? In E. P. Orlandi (Org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Editora da Unicamp.

Lauand, J. (2016). *Revelando a linguagem*. Factash/CemorocFeusp.

Nexo Jornal. (2019). Os protocolos da Presidência e o estilo de Bolsonaro. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/22/Os-protocolos-da-Presid%C3%Aancia-e-o-estilo-de-Bolsonaro>

Nexo Jornal. (2020). O impacto da campanha ‘Brasil não pode parar’ de Bolsonaro. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/27/O-impacto-da-campanha-%E2%80%98Brasil-n%C3%A3o-pode-parar%E2%80%99-de-Bolsonaro>

Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.

- Onu. (2020). La bioética se vuelve el faro en medio de la tormenta de los que están en las trincheras contra el coronavirus. <https://news.un.org/es/interview/2020/05/1474332>
- Orlandi, E. P. (1984). Segmentar ou recortar? In E. Guimarães (Org.), *Linguística: Questões e Controvérsias* (Série Estudos, nº10). Fiube.
- Orlandi, E. P. (2003). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (2004). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Pontes.
- Pêcheux, M. (1993[1969]). Análise automática do discurso (AAD-69) - parte I e II. In F. Gadet, & T. HAK (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp.61-145). Unicamp.
- Pêcheux, M. (1997). Ler o arquivo hoje. In E. P. Orlandi (Org), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Ed. Unicamp.
- Pêcheux, M. (2008). *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Pontes.
- Pêcheux, M. (2009[1988]). *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Unicamp.
- Sicon. (2019). Requerimento no. 243. Brasília. <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/5c2c92ad-ab2a-48ac-8818-41dac2771f73>

Una-Sus. (2020). Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

A AMPLIFICAÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DA PODOSFERA

Kevin Accioly Kamada¹
Ricardo Luís Nicola²

1. CONCEITUAÇÃO

A evolução da forma de se executar processos dentro do jornalismo geralmente é um processo lento até que se possa alcançar o produto final. Muitas vezes, uma série de etapas e condicionantes antecedem a execução de um projeto, avaliando questões como os estudos de público, a viabilidade comercial, o investimento demandado a longo prazo, etc. Entretanto, o advento da pandemia da covid-19 provocou as redações a agilizar essas etapas, como forma de criar produtos informativos que lhes permitissem estar mais próximas de suas audiências. Nesse cenário, a internet tornou-se um palco de grandes experimentações durante os primeiros cinco meses do surto global, ao permitir que o jornalismo reafirme seu lugar dentro da sociedade suscitando o debate de temas

-
1. Discente do Curso de Jornalismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), pesquisador de Iniciação Científica da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Bauru (SP).
kevin.kamada@unesp.br
 2. Docente do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Bauru (SP).
ricardo.nicola@unesp.br

importantes em defesa da cidadania, como é o caso do momento histórico em que o mundo enfrenta uma pandemia.

A vida política, como todas as demais formas de relacionamento social, pressupõe a organização de um espaço próprio de comunicação. No regime democrático, esse espaço é necessariamente público, no sentido etimológico da palavra, porque o poder político supremo (a soberania) pertence ao povo, e é ele que deve, por conseguinte, decidir em última instância, senão diretamente, pelo menos por meio de representantes eleitos, as grandes questões do governo. (Comparato, 2000)

Nesse período, a quarentena domiciliar se tornou altamente recomendada por autoridades sanitárias como forma de mitigar a propagação da doença. Com ela, os hábitos de consumo de conteúdos informativos cresceram vertiginosamente, em um movimento bastante favorável para o jornalismo.

No final do mês de março de 2020, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha por telefone com 1.558 entrevistados revelou que os meios de comunicação profissionais eram considerados os mais confiáveis pelo público brasileiro. O levantamento mostrou que os programas telejornalísticos e os jornais impressos lideravam a confiança com, respectivamente, 61% e 56%. Em seguida, os programas radiojornalísticos (50%) e os sites de notícias (38%).

Embora os produtos apontados acima pertençam ao trabalho da imprensa profissional, nota-se que três dos quatro pertencem a modelos eletrônicos ou analógicos e, apenas um, ao digital. Neste último reside a maior parte das atenções de veículos jornalísticos nos últimos anos. Trata-se de um processo natural de migração para a internet que conhecemos como a convergência das mídias.

A hibridização de tecnologias e linguagens vem sendo chamada de convergência das mídias. A hipermídia mescla textos, imagens fixas e animadas, vídeos, sons e ruídos em um todo complexo. É essa mescla de vários setores tecnológicos e várias mídias anteriormente separadas e agora convergente em um único aparelho, o computador, que é comumente referida como a convergência das mídias. (Santaella, 2004, p. 40 em Prado, 2009, p. 122)

A preferência do público brasileiro por suportes tecnológicos mais tradicionais não significa uma interrupção do processo de digitalização e convergência da informação. Paralelamente à pandemia, segue-se acompanhando a transição dos veículos jornalísticos na web para sua fase 3.0, também conhecida como “internet semântica”. Se na web 2.0 prevaleceu a cultura da produção compartilhada de conteúdos, da interação, sua terceira fase foca na personalização dos conteúdos para o usuário. Um exemplo dessa evolução é o crescente debate acerca da implantação da infraestrutura para conexão 5G no país, com a promessa de universalizar o acesso à rede.

Contudo, a pandemia também revelou preocupantes fragilidades que levam em conta as condições socioeconômicas bastante diversas de um país com dimensões continentais como o Brasil. Um dos exemplos mais proeminentes disso foi a educação remota - quando as aulas são executadas por videoconferência - implantada por grande parte das instituições de ensino como forma de evitar prejuízos na curva de aprendizado dos discentes a longo prazo.

O acesso aos conteúdos, entretanto, revelou um aprofundamento da já conhecida desigualdade social do país. A situação colocou, em lados opostos, estudantes em plenas condições de assistir aos conteúdos e aqueles que não tiveram condições ou enfrentaram grandes

dificuldades para assisti-las ao vivo ou mesmo de forma gravada, seja pela indisponibilidade do acesso a pontos de acesso à rede de internet, a falta de dispositivos com hardware adequado para acompanhar as aulas, entre outras razões. Embora iniciativas solidárias no terceiro setor e investimentos feitos pelas próprias instituições para custear pacotes de dados tenham sido adotadas, a erradicação da desigualdade no acesso à tecnologia ainda parece distante.

O flagelo da desigualdade social no acesso à tecnologia durante a pandemia mostra que restringir as discussões estritamente em torno das questões tecnológicas que pautam o jornalismo pode se revelar um contrassenso ou uma insensibilidade ao contexto do atual momento histórico. Na atual situação, o acesso à informação tornou-se uma condição de sobrevivência, sobretudo nas regiões mais carentes. Estar a par dos acontecimentos e das orientações sanitárias, como bem atua a imprensa profissional, é um dever e um direito de cada cidadão. Faz-se necessário, então, pensar as possibilidades para buscar alternativas capazes de oferecer os conteúdos informativos atendendo às limitações e demandas, preservando a convergência das mídias e otimizando a abordagem das informações.

Nesse sentido, o podcasting emerge como um espaço capaz de suplantar as dificuldades de acesso à rede em um país como o Brasil. A tecnologia não é recente, mas as possibilidades proporcionadas parecem ser gradualmente descobertas e exploradas. Os alicerces desta tecnologia têm origem no Really Simple Syndication (RSS), um sistema considerado precursor no compartilhamento de informações em massa na internet. Desenvolvido a partir da linguagem XML, os chamados feeds RSS ou, “agregadores de notícias” foram extensamente usados

para o recebimento de conteúdos noticiosos em texto, baixados nos computadores dos assinantes periodicamente.

Desde os primórdios, o funcionamento dos sistemas de compartilhamento de podcasts se deu de forma bastante semelhante aos feeds RSS. O internauta possui o controle sobre quais conteúdos prefere acompanhar, o momento em que irá ouvi-los e as interrupções ou leituras simultâneas que fará. Os estudos acadêmicos em cibercultura revelam que esse comportamento de uma leitura hipertextual é uma das características do consumo de conteúdos na web atualmente:

A lógica e a ética das redes levam à terceira dimensão da experiência estética. Nesse nível, o usuário experimenta a unidade rizomática como inteligência interconectada. Ele é, ao mesmo tempo, uma parte (nó) e a rede como um todo. Ao se sentir uno com a rede, a satisfação característica da experiência estética deixa de ser vivida só pela percepção da música ouvida. Nesse momento a experiência de ouvir música em fluxo é uma manifestação da continuidade e a satisfação da consciência desse continuum (Leão, 2007, p. 79 como citado em Prado, 2009, p. 138)

Assim, compreende-se que o jornalismo deve pensar suas estratégias de difusão dos conteúdos informativos considerando o maior número de possibilidades de integração entre um suporte e outro. Ao final, as conexões devem convergir para o espaço digital, e dele para o suporte de origem.

O *podcast* se situa em uma zona de litígio entre as peculiaridades de seu formato e a produção radiofônica já consolidada, o que não significa que eles coexistem competindo um contra o outro. A transmissão sob demanda se destaca por oferecer uma experiência intuitiva que confere liberdade ao ouvinte, soltando-o da linearidade da grade de programação

das emissoras para ter a opção de consumir seus programas favoritos quando desejar. Contudo, na era da internet, são inegáveis as comparações entre dois tipos de produtos igualmente disponíveis na web.

A possibilidade de (re)escuta on demand, característica do podcast, permite às produções exigir de seus ouvintes uma audição mais atenta e imersiva. Assim, também nesses termos, o podcast parece se afastar do rádio convencional estabelecendo com ele uma relação de complementaridade: enquanto este pode preencher com músicas e notícias parte do dia de seus ouvintes, o podcast pode propor outra relação de escuta e, de um modo geral, uma variedade muito mais ampla de programação e um nível mais complexo de experimentação sonora. (Vicente, 2018)

Por outro lado, as emissoras de rádio também se mobilizaram para estar presentes nesse meio. Hoje, praticamente todas elas disponibilizam a transmissão ao vivo de suas programações em *players* internos dos seus sites. O acesso ao repositório de reportagens e até mesmo as íntegras de programas anteriormente veiculados também é bastante comum. É crescente o número de empresas que também transmitem as imagens de seus estúdios e as mantêm disponíveis para consumo retroativo. Atualmente, a gratuidade das plataformas de transmissão permitiu o nivelamento técnico entre veículos de comunicação de pequeno a grande porte, dispensando maiores investimentos em infraestrutura.

2. PROFUNDIDADE DAS ABORDAGENS E FLEXIBILIDADE DE CONSUMO

A despeito das semelhanças estruturais, o podcast se diferencia e se sobressai em relação ao rádio por proporcionar uma abordagem mais densa a respeito de temas específicos. Não obstante, é comum que os

produtos consumidos sob demanda busquem abordar assuntos com recortes mais específicos e aprofundados.

De uma forma geral, os podcasts jornalísticos gravitam em torno de editorias Saúde, Política ou Cultura e, dessa maneira, selecionam assuntos em alta no debate público para promover conexões interdisciplinares. Para consolidar-se como um programa que mereça a audiência do ouvinte, muitos dos podcasts buscam construir suas pautas em cima do debate, da reflexão, o conteúdo que não foi anteriormente citado na cobertura hard news.

Um outro entendimento possível é que, por ser gravado, as possibilidades de aprimoramento técnico e estético do produto final são consideravelmente incrementadas no podcast. O realizador tem a oportunidade de refletir sobre as locuções gravadas, planejar melhor a adição de efeitos musicais, as sonoras dos entrevistados e trilhas de acompanhamento.

Boas iniciativas têm sido registradas durante a pandemia e trazem novas possibilidades para o *podcasting*, que assume um novo papel: o de oferecer conteúdo aprofundado, que mantém o ouvinte conectado aos hábitos ciberculturais, mesmo que ele enfrente problemas de conexão.

O streaming dos programas, em tempo real a partir dos servidores, é apenas uma opção. Graças à disponibilização dos episódios para download como arquivo único ou por playlist, função esta proporcionada pelos principais serviços de agregadores já existentes, o ouvinte pode baixar os programas preferidos e escutá-los em outro momento.

É possível analisar essa liberdade sob diferentes matizes. O mais interessante deles gira em torno da democratização promovida por essa flexibilização do consumo desse tipo de programa. O primeiro ponto

a ser observado é que os podcasts são consumidos preferencialmente por meio de dispositivos móveis. Uma pesquisa recente divulgada pela ComScore mapeou as tendências de consumo do streaming de áudio no Brasil.

O levantamento divulgado em julho de 2020 mostrou que, dos 36 milhões de brasileiros com acesso à internet e ouvintes contínuos de serviços de streaming sonoro, 80% deles consomem os programas com o uso de celulares e tablets.

Inserido em uma rotina urbana, o ouvinte pode escutar o podcast aproveitando horários vagos de deslocamento em um ônibus ou metrô, tendo condições de manter-se bem informado. Nas áreas rurais, onde o acesso à conexão costuma ser mais difícil, ele tem a opção de baixar os arquivos em um momento oportuno ou manter habilitada a função que muitos aplicativos dispõem para fazer o download contínuo em segundo plano, sempre que houver uma conexão disponível. Aplicativos como Apple Podcasts, Spotify e Deezer oferecem opções para que o usuário escolha a qualidade do arquivo baixado, de modo a não consumir em demasia da franquia de dados de internet.

Nota-se, dessa forma, o aperfeiçoamento da tecnologia em favor de uma ampliação do número de pessoas aptas a receber os conteúdos da pódosfera. Esse aparato mostrou-se ainda mais relevante em tempos de pandemia, momento em que o convívio social foi realocado para a web por meio de videoconferências, webinars, entre outras formas de contato virtual.

Esses benefícios inesperados parecem confirmar o famoso ditado - atribuído de várias maneiras a Niels Bohr, Mark Twain e Yogi Berra - de que a previsão é muito difícil, especialmente sobre o futuro.

Os historiadores relutam em fazer prognósticos porque, em nosso trabalho, vemos como as generalizações muitas vezes não resistem ao escrutínio, como nunca duas situações são iguais e como as expectativas passadas das pessoas tantas vezes foram confundidas. Dito isso, uma mudança que já está em andamento no movimento da informação é a indefinição das fronteiras entre consumidores e produtores. No passado, o fluxo de informações era quase inteiramente unilateral, do jornal, rádio ou televisão para o leitor, ouvinte ou telespectador. Hoje, esse fluxo é cada vez mais bidirecional - um dos principais objetivos de Tim Berners-Lee quando ele criou a World Wide Web em 1990.

Para o bem ou para o mal, podemos esperar um borrão ainda maior de muitas fronteiras convencionais - entre trabalho e casa, entre “amadores” e profissionais, e entre público e privado. (Conway & Oreskes, 2020)

3. MAPEAMENTO DE INICIATIVAS NACIONAIS

O crescimento da podosfera no Brasil nos últimos anos é bastante expoente. Com o advento da pandemia, no primeiro semestre de 2020, a importância do podcast junto ao público ganhou ainda mais relevância, vide os levantamentos trazidos anteriormente por este artigo. A entrada das grandes empresas jornalísticas no mercado das narrativas sonoras contribuiu como um vetor para o aumento da procura por esse formato. Esses veículos também vêm tendo a oportunidade de ganhar inserção atuando em mais um suporte tecnológico além daqueles em que já possuem presença consolidada. Dentre inumeráveis iniciativas, destacam-se as seguintes:

3.1. Portal G1

O G1, portal de notícias do Grupo Globo, é o que se destaca entre os veículos do seu segmento como o que produz o maior número de

podcasts. Há ampla divulgação para o “O Assunto”, apresentado pela jornalista Renata Lo Prete, que aborda temas ligados à Política e Economia. A divulgação acontece por meio de banners de divulgação inseridos em outros sites de internet do grupo, bem como nos telejornais e intervalos da programação da TV Globo, em um consistente esquema de trabalho multiplataforma. Junto a outros podcasts que também possuem proposta informativa, foi possível observar um crescimento no volume de produções desses programas durante o período da pandemia.

3.2. Rádio Bandeirantes e Rádio BandNews FM

As rádios Bandeirantes e BandNews FM, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, ampliaram o rol de podcasts com produtos como “Já Lavou Suas Mãos Hoje?” e “Quarentenando”, ambos dedicados à prestação de serviço com dicas de saúde e cuidados sanitários em meio à pandemia. A Rádio Bandeirantes de São Paulo ainda criou o “Bandeirantes F.C.”, dedicado às notícias relacionadas às ligas nacionais do futebol, que retomaram suas atividades no final do mês de julho de 2020. Um importante movimento observado na emissora durante a pandemia foi sua reformulação institucional, em junho do mesmo ano, que resultou na remodelação de sua grade de programação e dos formatos de suas atrações.

Assim, os programas no dial ganharam uma linguagem mais coloquial e o aumento na participação dos ouvintes, que já eram convidados a participar durante as tradicionais jornadas esportivas, mas agora também se fazem presentes no YouTube e no Facebook. Nas duas redes sociais, a transmissão em vídeo das imagens do estúdio em São Paulo se soma a um chat por onde leitores podem enviar mensagens. As participações são

acompanhadas em tempo real pelos apresentadores, que intensificaram as menções aos ouvintes nos intervalos entre as cabeças de matérias nos radiojornais.

Uma outra vertente da podosfera é a videosfera, que inclui imagens. A experiência audiovisual também pode ser entendida como parte dessa tendência, com o crescimento de outras redes sociais baseadas em vídeos e imagens junto à preferência do público. Mantendo a característica jornalística, as rádios do Grupo Bandeirantes lançaram o “Tudorial”, um videocast em formato de roda de conversa com quatro profissionais das duas emissoras. O programa teve 72 episódios e notadamente aumentou o engajamento registrado nas suas páginas do Facebook, onde o material foi publicado.

3.3. Rádio Jovem Pan FM e Rádio Jovem Pan News

Outro destaque fica por conta do Grupo Jovem Pan, que lançou recentemente seu aplicativo “Panflix”, um agregador de conteúdos das redes Jovem Pan FM e Jovem Pan News. O aplicativo oferece uma opção de login por onde cada usuário mantém uma conta individual com seus vídeos favoritos, dentre outras configurações. A funcionalidade do Panflix parece acompanhar a tendência da web 3.0, como dito anteriormente, ao criar um ambiente virtual de conteúdo personalizado para o ouvinte. Ressalte-se que o aplicativo segue os passos da rádio, e redireciona o material hospedado no YouTube para o usuário. O serviço de streaming da Google armazena todos os programas, visto que todas as atrações são transmitidos em formato audiovisual. O app faz o embed dos materiais e os disponibiliza para o usuário do Panflix em uma interface própria, podendo ser consultada pelo browser de tablets e smartphones.

4. VISÃO SUPRAINSTITUCIONAL

Como vimos, o mundo experimenta um franco processo de ampliação do jornalismo digital que, em suas mais diferentes linguagens - textual, sonora e audiovisual - caminham juntas para a convergência na web. É importante frisar ainda que, embora tenhamos discutido amplamente o papel dos avanços da técnica para viabilizar o alcance das informações, este processo somente seria possível a partir da mudança da linguagem dessa comunicação. Comparato (2000) já observava essa evolução:

A democratização dos meios de comunicação de massa não se faz apenas com a reestruturação dos órgãos de imprensa, rádio e televisão. Um regime de cidadania ativa exige que todos tenham livre acesso às vias de comunicação exploradas por esses veículos, o que se pode e deve assegurar mediante a ampliação do direito de resposta e a introdução do direito de antena.

O direito de antena a que ele se refere renunciou a atual integração da pódosfera com a web 2.0, fase em que houve avanço nas formas interativas e, cujo exemplo maior, foi o advento das redes sociais. Atualmente, é obrigatório ao produto jornalístico que deseja ter êxito na internet também pensar em formas de estar presente nesses espaços. Essas considerações se aprofundam com a chegada da web 3.0, fase que destaca a otimização dos conteúdos para o usuário.

No caso dos podcasts jornalísticos, existem duas observações a serem feitas. A primeira é o grande número de produtos criados nos últimos anos, que aumentou a concorrência para se obter visibilidade. Somado a isso está o fato de, dentro dos agregadores digitais de podcasts, muitos conteúdos estarem cada vez mais imersos em materiais de outros

segmentos como a música, a cultura e o entretenimento. A segunda é a tão necessária melhoria nas condições de distribuição desses programas, tanto em termos de garantir condições que sejam acessíveis a todos os ouvintes como na organização desses conteúdos.

Diante da grande quantidade de produtos criados, mas dispersos em plataformas e tecnologias de hospedagem e difusão diferentes, faz-se necessária a criação de um espaço suprainstitucional, ou seja, capaz de congregiar produções de diferentes empresas. Dessa forma, produtos anteriormente concorrentes passariam a disputar a preferência do público em um mesmo espaço virtual, sem que houvesse favorecimento de um ou outro. Idealmente, esta plataforma deveria ser dedicada apenas a conteúdos jornalísticos.

Este paper tem origem em uma pesquisa de Iniciação Científica Sem Bolsa com viés tecnológico denominada “Podosfera, videosfera e o desenvolvimento de uma nova linguagem para o jornalismo em rede”, executada por Kevin Accioly Kamada sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Luís Nicola. Desde novembro de 2019, o trabalho vem se dedicando ao mapeamento, análise crítica e desenvolvimento de uma proposta de matriz tecnológica capaz de suprir eventuais lacunas observadas nos modelos atuais de podosfera. O produto proposto é o “Agora”, um portal web acessível por browser em dispositivos pessoais (PCs) e portáteis (smartphones e tablets) com ambiente pessoal do usuário.

A proposta engloba os estudos de comportamento em ciberleitura analisados por Rosenfeld & Morville (1998) em Pinho (2003) e, principalmente, o conceito de leitura rizomática enunciado por Prado (2009). O projeto foi concebido com uma atenção especial voltada à questão do “UX design” - design da experiência de usuário, em Língua Portuguesa

- em que a criação do mapa do site é otimizada para que o visitante tenha acesso a qualquer conteúdo com no máximo três cliques. Esse mesmo termo também é conhecido como Arquitetura da Informação.

A estrutura de um site, em termos de navegação, hierarquia do conteúdo e disposição dos elementos interativos, recebe o nome de Arquitetura da Informação (AI). Ela é a base sobre a qual serão construídos todos os demais elementos do site - como forma, função, metáforas, navegação e interface, interação, design - e tem como uma de suas principais funções ‘defender os interesses do usuário e evitar que ele experimente momentos de frustração ao navegar’ (Dauch, 2000, p. 136 como citado em Pinho, 2003)

O projeto prevê que a hospedagem dos conteúdos não seja feita em servidores próprios. Esses materiais seriam redirecionados dos serviços onde, habitualmente, os veículos já hospedam seus podcasts. Entretanto, usando de linguagem HTML, o embed conferiria uma aparência própria dentro do “Agora”. Os arquivos deverão ter opção de download individual, de modo que o perfil de usuário possibilitará a montagem de playlists para baixar uma sequência de episódios novos de diferentes podcasts quando o ouvinte dispuser de conexão à rede para tanto. Um motor de busca de fácil acesso estará sempre disponível na barra superior do site, permitindo a procura de todos os conteúdos hospedados no portal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus ressuscitou um debate que estava adormecido pela perigosa tendência de normalização de uma mazela antiga no Brasil: a desigualdade social. O momento histórico se revela

extremamente favorável para o jornalismo, que reassume seu papel fundamental na distribuição de informação apurada, responsável e precisa capaz de preservar as instituições democráticas e oferecer instrução à população sobre as condutas corretas diante de uma crise sanitária. Ainda assim, embora todas as ações já convergem para a internet, evidencia-se um necessário debate a ser feito sobre quem, de fato, tem acesso à rede no Brasil e quais condições dispõe para isso.

Os levantamentos recentes, anteriormente apresentados neste paper, revelam que o brasileiro ainda prefere os suportes de comunicação tradicionais - televisão e rádio, além de impresso e revistas - o que parece ter colaboração da crescente consciência acerca do problema grave e contemporâneo da profusão de notícias falsas na internet. Embora prevaleçam sobre a internet, de modo algum devem representar um movimento de retrocesso ao analógico.

Como os autores mencionados nos explicam, o fenômeno da convergência de meios na internet apenas vem a materializar uma lógica cognitiva do cérebro humano, capaz de fazer múltiplas conexões ao mesmo tempo. Quando se comporta dessa maneira, o intelecto age com hipertextualidade, se assemelha à alusão das raízes - os rizomas - de uma planeta, entrelaçado, complexo. O cerne da questão está em superar as barreiras técnicas-sociais-econômicas que ainda fazem com que uma grande parcela da população seja privada dessa experiência.

Lamentavelmente, o Brasil ainda se mostra um país extremamente desigual no acesso à rede. Tal realidade se evidenciou com um exemplo contemporâneo: a adoção do modelo remoto de ensino, que expôs a fragilidade de núcleos familiares que não podiam investir em pacotes

de dados ou mesmo aparelhos para que os jovens continuem frequentando as aulas.

Apesar de iniciativas regionais com apoio do terceiro setor terem oferecido chips de acesso à internet móvel, bem como iniciativas de secretarias de Educação tenham levado as aulas para outras plataformas como a televisão, a experiência completa de aprendizagem, nestes tempos pandêmicos, parece estar diretamente atrelada à experiência de acessar os conteúdos online.

Tal “experiência” diz respeito à interação, ao caráter cognitivo, uma área chamada de Arquitetura da Informação, encarregada do desenvolvimento da Graphic User Interface (GUI), uma terminologia técnica em Língua Inglesa para a Interface Gráfica de Usuário nos projetos online, como caracterizam os estudos de Rosenfeld & Morville (1998) em Pinho (2003). Mas é a partir da conceituação feita por Goudart (2009) em Prado (2009) que a profundidade da relação entre tecnologia e ser humano se torna mais palatável:

Novos agenciamentos nos processos comunicacionais, expandidos pelo hibridismo no contexto da cultura digital. Numa época de transição dos suportes e meios comunicacionais ou tecnologias comunicacionais, faz-se necessário compreender a ressignificação que as interfaces digitais conferem às analógicas e o seu papel como meio cognitivo e comunicacional na medida em que operam uma transdução de linguagens.

Em outras palavras, a experiência virtual de aprendizagem em si só tem sentido caso o usuário disponha de condições técnicas ideais. A mesma regra se aplica para quaisquer outros projetos que pretendam abranger um campo vasto de possibilidades. Uma vez que um projeto

digital seja amplo mas as condições de recepção sejam reduzidas, invariavelmente a experiência de uso para o usuário será frustrante e ineficiente.

O caso da desigualdade social manifesta no acesso à rede com finalidade educacional tem papel de reafirmação de uma das missões atemporais do jornalismo. Muito além de preparar o material, a garantia de que o produto chegue aos seus consumidores também deve fazer parte de suas preocupações, independentemente do suporte comunicacional em que o veículo atua. Nesse sentido, as empresas de informação não podem prescindir da presença ampla e irrestrita às novas plataformas digitais na web. O momento é de efervescência, de consolidação da web 3.0, dos vínculos de interação homem-máquina, da otimização dos conteúdos em caráter personalizado.

Entretanto, apenas marcar presença nos espaços de compartilhamento de conteúdos não é suficiente. A pesquisa revela que o perfil da rede social não pode ser apenas o perfil que se comporta de maneira comum e ordinária, sendo um entre outros inúmeros, publicando os conteúdos habituais. Mostra-se necessária uma otimização desses materiais.

Outro fator importante é que, em tempos de tão necessário acesso à informação, uma evidência bastante forte está na necessidade de que os veículos superem diferenças e aspectos concorrenciais de mercado. Esta é a razão pela qual a pesquisa desenvolvida pelo discente - e que dá origem a este paper - vem se dedicando à proposta de um produto tecnológico capaz de agregar diferentes marcas, muitas cabeças pensantes, e assim oferecer a amplificação do acesso à informação e preservando o caráter gratuito da podosfera. Também se faz necessário pensar nas condições em que esses programas são colocados à disposição. O pequeno detalhe

de um site que oferece a opção de escolher a “qualidade de reprodução/ execução” de um arquivo – mais alta ou mais baixa – pode fazer toda a diferença para quem não dispõe de recursos para pagar por grandes pacotes de dados para o acesso à internet.

Toda essa experiência não pode ser burocrática, razão pela qual mesmo nossos pesquisadores em comunicação assumem uma relevância ainda maior no atual contexto. O esmero no desenvolvimento dos mapas de site, bem como o desenho de layouts - ou UX designs - capazes de entregar o conteúdo com a facilidade de dois ou três cliques ao visitante, fazem toda a diferença.

Cumpridos esses desafios, o jornalismo, enfim, pontua com firmeza a sua vocação maior. Muito além de um jargão, a de ser guia responsável da sociedade por meio de seu trabalho, com senso crítico, precisão e responsabilidade em defesa da democracia. O mundo precisa da informação bem apurada, e o trabalho profissional tem condições de aprimorar ao máximo essa vivência que, sem dúvida, nos guiará para a saída do túnel da nossa crise atual.

REFERÊNCIAS

- Comparato, F. K. (2000). A democratização dos meios de comunicação de massa. *Revista USP*, 6-17.
- Campos, N., & Scatamburlo, B. (2020). A Era do Áudio: Tendências do consumo de Streaming de Áudio no Brasil. *Comscore*. <https://www.comscore.com/Insights/Blog/Tendencias-do-consumo-de-Streaming-de-Audio-no-Brasil>

Canavilhas, J. (2006). Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2-17.

Conway, E. M., & Oreskes N. (2020). *Democratized Information Is Transforming Society*. Scientific American. <https://www.scientificamerican.com/article/democratized-information-is-transforming-society>

Marques, J. (2020). TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>

Pinho, J. B. (2003). *Jornalismo na Internet* (3a ed.). Summus Editorial.

Prado, M. (2009). *Webjornalismo*. Gen-IO.

Vicente, E. (2018). Do rádio ao podcast: as novas práticas de produção e consumo de áudio. ECA/USP. <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002906541.pdf>

A GESTÃO DE CRISE DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ENFRENTAMENTO DO NOVO CORONAVÍRUS

Deborah Ramos da Silva¹

INTRODUÇÃO

A vigilância sanitária originou-se na Europa dos séculos XVII e XVIII e no Brasil dos séculos XVIII e XIX, com o surgimento da noção de “polícia sanitária”, que tinha como função regulamentar o exercício da profissão, combater o charlatanismo e exercer o saneamento da cidade, fiscalizar as embarcações, os cemitérios e o comércio de alimentos, com o objetivo de vigiar a cidade para evitar a propagação das doenças. Essa noção apresentará significados diferentes ao longo do tempo, dependendo do entendimento que se tem de dano ou doença e suas formas de ocorrência.

No Brasil, a polícia sanitária, que é a prática mais antiga da saúde pública, surge na época em que vigorava a “teoria dos miasmas”. Ela se rearticula e se modifica, pelo menos na forma de interpretar os eventos, ao incorporar as várias novas noções que vão surgindo, como aquelas originadas na era bacteriológica, no período da introdução da terapêutica; mais tarde, com as teorias sistêmicas e do planejamento,

1. Doutoranda em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP).
deborah.amos@unesp.br

configuram-se os sistemas de vigilância à saúde, até a incorporação em sua função de controle do conceito de defesa da cidadania, do direito do consumidor. Com a Constituição brasileira assumindo a saúde como um direito fundamental do ser humano, e atribuindo ao Estado o papel de provedor dessas condições, a definição de vigilância sanitária, apreçoada pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a ser, nesse contexto, conforme o artigo 6º, parágrafo 1º, a seguinte:

Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. (Eduardo, 1998, p. 3)

Essa definição amplia o seu campo de atuação, pois, ao ganhar a condição de prática capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, torna-se uma prática com poder de interferir em toda a reprodução das condições econômico-sociais e de vida, isto é, em todos os fatores determinantes do processo saúde-doença.

Com a incorporação da noção de meio ambiente, que hoje significa mais do que o conjunto de elementos naturais físico-biológicos, mas também as relações sociais do mundo construído pelo homem, abrange o ambiente de trabalho. Essa atribuição de intervenção no meio de trabalho é reforçada pelo parágrafo 3º do mesmo artigo 6º da Lei 8.080/90: através das vigilâncias epidemiológica e sanitária, busca-se “a promoção

e proteção à saúde dos trabalhadores”, bem como sua recuperação e reabilitação em decorrência “dos riscos e agravos advindos das condições de trabalho...”

Apesar das modificações havidas em seus enfoques conceituais ao longo dos últimos dois séculos, e da ampliação de seu campo de atuação mais recentemente, a prática de vigilância sanitária parece manter suas características mais antigas, especialmente as atribuições e formas de atuar assentadas na fiscalização, na observação do fato, no licenciamento de estabelecimentos, no julgamento de irregularidades e na aplicação de penalidades, funções decorrentes do seu poder de polícia. Essas são suas características mais conhecidas pela população ainda nos dias de hoje. Suas outras características, normativa e educativa, representam um importante passo na evolução de uma consciência sanitária e em sua finalidade de defesa do direito do consumidor e da cidadania. Destacam-se quatro dimensões inerentes à prática de vigilância sanitária:

- a) A dimensão política: como uma prática de saúde coletiva, de vigilância da saúde, instrumento de defesa do cidadão, no bojo do Estado e voltada para responder por problemas, situa-se em campo de conflito de interesses, pois prevenir ou eliminar riscos significa interferir no modo de produção econômico-social. Essa é sua dimensão política, relacionada ao propósito de transformação ou mudança desses processos em benefício, a priori, da população. Contudo, os entraves serão maiores ou menores dependendo, de um lado, do grau de desenvolvimento tecnológico dos setores produtores e prestadores, de suas consciências sanitárias ou mercantilistas, e, de outro, da concreta atuação e consciência dos consumidores.
- b) A dimensão ideológica, que significa que a vigilância deverá responder às necessidades determinadas pela população, mas enfrenta os atores sociais com diferentes projetos e interesses.
- c) A dimensão tecnológica, referente à necessidade de suporte de várias áreas do conhecimento científico, métodos, técnicas, que requerem uma clara fundamentação epidemiológica para seu exercício. Nessa dimensão

está incluída sua função de avaliadora de processos, de situações, de eventos ou agravos, expressa através de julgamentos a partir da observação ou cumprimento de normas e padrões técnicos e de uma conseqüente tomada de decisão. d) A dimensão jurídica, que a distingue das demais práticas coletivas de saúde, conferindo-lhe importantes prerrogativas expressas pelo seu papel de polícia e pela sua função normatizadora. A atuação da Vigilância Sanitária tem implicações legais na proteção à saúde da população, desde sua ação educativa e normativa, estabelecendo obrigações ou recomendações, até seu papel de polícia, na aplicação de medidas que podem representar algum tipo de punição. Assentada no Direito Sanitário, sua atuação se faz no plano do jurídico, o que significa que qualquer tomada de decisão afeta esse plano. Para isso suas ações devem estar corretamente embasadas em leis. Torna-se imprescindível para aquele que exerce a ação o conhecimento dos instrumentos processuais, das atribuições legais e responsabilidades. (Eduardo, 1998, pp. 5-6)

De suas dimensões política e ideológica pode-se afirmar que interferem no grau de desenvolvimento ou desempenho das ações em suas realidades. Aqui os conflitos se manifestam, desde o valor ou importância que a sociedade atribui à prática da vigilância até os próprios órgãos gestores da saúde, com políticas efetivas ou não de controle, o grau de consciência dos vários interessados na questão, entre outros. Nesse plano, sua atuação faz interface com os grupos sociais interessados, com objetivos nem sempre confluentes. No plano da dimensão tecnológica, deve desencadear ações para aumentar o padrão de qualidade, reduzir ou minimizar riscos, evitar danos, o que requer uma intersectorialidade na saúde, isto é, a articulação de vários setores que trabalham com saúde, intra ou extra governo. Ainda é imprescindível sua competência e fundamentação científica, pois representa uma resposta técnica aos problemas sanitários, e suas normas serão modelos

a serem seguidos pelos produtores/prestadores. Na dimensão jurídica, faz interface com os campos da Ética, do Direito Civil e Penal, em decorrência da aplicação de medidas legais quando da constatação de problemas sanitários que representem riscos graves à saúde ou crimes contra o cidadão. As características do poder de polícia decorrem de sua dimensão jurídica. São tradicionalmente suas tarefas: inspecionar, julgar, notificar o infrator, autuar, lavrar termos de aplicação de penalidades, licenciar estabelecimentos expedindo ou cassando alvarás, dentre outras atividades. Assim, a ação sanitária, nesse plano, para ser eficaz, requer a interação com vários órgãos intra e extra governo, tais como Ministério Público, Polícia de Defesa do Consumidor, Poder Judiciário, conselhos de classe e outros órgãos de defesa do consumidor.

UM VÍRUS SEM FRONTEIRAS

Com o advento da globalização ocorreram novas dimensões espaciais, temporais e cognitivas, tivemos a modificação na percepção das pessoas em relação às barreiras, fronteiras, percepção de tempo bem como altera a percepção cognitiva dos seres humanos de se engajarem com o outro.

Segundo aponta Bauman (2013) esses processos de interdependência planetária resultam na diminuição da importância e do poder de governos, além de transformarem o papel desempenhado pelos Estados. Caracteriza-se, assim, o divórcio entre poder e política.

não está mais no poder de qualquer Estado ativo, sozinho, ainda que dotado de recursos, fortemente armado, resolutivo e inflexível, defender certos valores no plano doméstico e virar de costas aos sonhos e anseios dos que estão fora de suas fronteiras. (Bauman, 2013, p. 34)

Essa interdependência tem repercussões significativas na saúde dos indivíduos e das populações. Por exemplo, a adoção por parte de países em desenvolvimento de padrões alimentares não saudáveis importados de países ricos. Também pode-se considerar a maior facilidade de transmissão e propagação de doenças infecciosas em virtude da maior rapidez dos meios de transporte, como o que aconteceu recentemente com a pandemia do provocado pelo novo coronavírus (2019-nCoV).

Concordamos com Manciaux e Fliedner (2005) que postulam que um problema pode ser considerado no âmbito da Saúde Global quando afeta pessoas em muitas regiões, não necessariamente em todo o mundo; quando afeta pessoas em poucas regiões, mas tem potencialidade e probabilidade de afetar pessoas em muitas regiões; quando não pode ser solucionado por somente uma região; ou quando é limitado a certas regiões, mas o conhecimento e a pesquisa demonstram que pode ser útil para outras regiões, pedindo resposta internacional, multiprofissional e interdisciplinar.

Conforme aponta o Ministério da Saúde os primeiros casos de coronavírus em humanos foram identificados em meados da década de 1960. A maioria das pessoas se contagiaram com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

O primeiro caso do novo coronavírus foi no final do mês de dezembro de 2019 na cidade Wuhan na China. Segundo o jornal South China Morning Post, que teve acesso às informações do governo chinês, o primeiro paciente—chamado de “paciente zero” diagnosticado com o novo vírus foi um homem de 55 anos. Segundo dados divulgados em março de

2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) havia cerca de 120 mil infectados no mundo, totalizando 110 países e mais de 4 mil mortos. Porém, em outubro de 2013 já havia uma nova incidência de coronavírus Mers na cidade de Omã mais precisamente na Arábia Saudita.

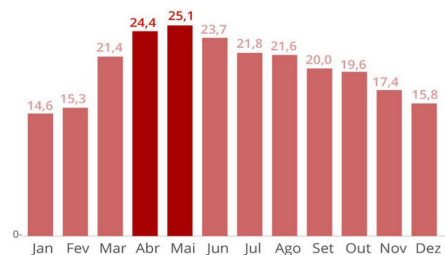
Gráfico 1

Internações por doenças respiratórias mostra de 2010 a 2019

Internações por doenças respiratórias em SP

O pico de internações do tipo ocorre em abril e maio, mostra a análise do período de 2010 a 2019

Média de casos por mês, em milhares, entre 2010 e 2019



Fonte: DataSUS



Infográfico elaborado em: 20/03/2020

G1. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/15/sp-bate-novo-recorde-e-chega-a-23-mil-pacientes-internados-com-covid-19-emilio-ribas-tem-100percent-de-ocupacao-na-uti.ghml>

Em termos de critérios de noticiabilidade, valor-notícia e jornalismo de proximidade² ou seja naquilo que compete à comunicação escolher,

2. Nessa perspectiva, a literatura destaca os critérios que pesam na seleção dos fatos e na produção de notícias. Dentre os chamados critérios de noticiabilidade, ganham destaque os valores-notícia, ou seja, aqueles atributos subjetivos que, embora muitos jornalistas não saibam explicar o motivo, influenciam no momento de escolher um fato em detrimento de outro (Anderson, 1997; Miller & Riechert, 2000; Bonanno, 2015; Bednarek, 2016). Esses atributos apresentam aspectos cognitivos, sociais, discursivos e materiais (Bednarek, 2016) e não apenas decidem se um fato será ou não noticiado, como definem quanta ênfase será dada a ele (Miller & Riechert, 2000).

definir, conceituar, construir e editar como fatos e acontecimentos no jornalismo, o assunto acabou ganhando pouca visibilidade. Nesta época, o país ainda reverberava os protestos de junho pelas tarifas de transporte ao redor do país e já se formava o cenário para as eleições presidenciais de 2014 com Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) na disputa.

As questões sanitárias, como as mutações virais, não são, por si sós, fatos que reúnam alguns dos mais comuns valores de notícia, como consequências, proximidade, proeminência e interesse humano. Outros critérios parecem ser mais preponderantes para que fatos que envolvam riscos e questões de saúde sejam noticiados, como o envolvimento de algum tipo de conflito entre tomadores de decisão, governantes, stakeholders (Miller & Riechert, 2000) e a ocorrência/realização de algum evento específico (Hannigan, 2006), o que colaboraria para coberturas mais centradas em eventos e acontecimentos pontuais (*event-centred coverage reporting*).

Ao retrocedemos em nossas pesquisas até 31 de agosto de 2016, quando temos o impeachment de Dilma Rousseff, e talvez aquela que devemos assinalar como a derrocada econômica do Brasil, visualizamos a proposta de emenda Constitucional (PEC) nº 241/16, a chamada PEC do Teto de Gastos, que tinha como justificativa reverter, a médio e longo prazo, o desequilíbrio fiscal do Governo Dilma.

Aposse de Michel Temer (MDB) trouxe consigo a Emenda Constitucional (EC) 95 implementada durante o seu Governo e mantida pelo governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (PSL). Sobre a emenda é importante frisar que nos últimos três anos, ela retirou R\$ 22,5 bilhões da Saúde e que o ex-ministro da Saúde, Luís Mandetta votou, em 2016, a favor da proposta de emenda constitucional do Teto dos Gastos Públicos.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou por diversos avanços, desde sua criação, em prol da melhoria das condições de vida e saúde da população, que não passaram despercebidas em diversos países do mundo, instituições multilaterais e outros atores da cena global.

De acordo com Buss (2018) o Brasil dispõe de orientações políticas e programas nacionais bem-sucedidos, como a própria estruturação e governança do Sistema Único de Saúde (SUS), o controle do HIV/AIDS – incluindo o direito a medicamentos gratuitos – o programa de vacinação, a estratégia Saúde da Família, a Farmácia Popular e, fora do setor saúde, mas com forte impacto sobre a saúde, o Fome Zero, o Bolsa Família, a Agricultura Familiar, entre outros. Porém, ao analisarmos situações pandêmicas como a síndrome congênita do vírus Zika, da qual o Brasil foi o epicentro em 2016 e a do próprio COVID-19, percebemos uma falta de proatividade por parte do Estado em atuar preventivamente.

Faz mais de 11 anos que o mundo não enfrenta uma pandemia, uma vez que a última foi em 2009 com o vírus A(H1N1)³, popularmente conhecida como gripe suína. Comparando a pandemia de gripe suína com a atual, causada pelo vírus Sars-CoV-2, encontramos tanto semelhanças como diferenças em relação à transmissão, ao combate e aos tratamentos. É importante entender as variantes em jogo e os diferentes cenários

3. Tratava-se de uma patologia causada por um vírus identificado como uma nova cepa do já conhecido Influenza A subtipo H1N1, que passou por uma mutação em animais (porcos) e começou a infectar humanos. Depois de contabilizar 36 mil casos em 75 países, em junho de 2009, a OMS declarou a pandemia.

entre elas, para não serem feitas comparações infundadas, pois na atual conjuntura a economia global também se encontra em quarentena⁴.

Dentro dos preceitos do SUS, que privilegia o município como o espaço de ação das práticas de saúde, a Vigilância Sanitária deve ser descentralizada e municipalizada. Municipalizar as ações de vigilância sanitária significa adotar uma política específica com a finalidade de operacionalizá-la recorrendo-se a novas bases de financiamento, criação de equipes e demais infraestruturas.

Mais do que um cumprimento formal do que está proposto na Constituição, para atingir o objetivo da municipalização será necessário integrar a vigilância sanitária num todo, isto é, com as ações programáticas de atendimento individual e coletivo, com a vigilância epidemiológica e com as demais práticas voltadas à saúde da população. Ao Estado compete o papel de articular os municípios e regiões para garantir a uniformidade mínima das ações de todo o município, a hierarquização da prestação de serviços que, por suas características e complexidade, tenham abrangência intermunicipal, e a viabilização das práticas de supervisão e controle de qualidade dos serviços de saúde.

A municipalização da Vigilância Sanitária, como uma etapa do processo de descentralização das ações de saúde, representará a concretização da municipalização da saúde e constitui subsídio importante

4. A palavra quarentena [do fr. *quarantaine*] deriva da palavra *quadragesima* e do italiano *quaranta*, atribuída ao período de quarenta dias de isolamento de passageiros e cargas em navios, imposto por autoridades de um porto caso suspeitassem que houvesse portadores de infecção entre os passageiros ou tripulantes, obrigados à incomunicabilidade a bordo dos navios ou em um lazareto de um navio, condicionados a permanecerem sem atracar. Medidas de quarentena humana atualmente são aplicadas em caso de suspeita de surtos epidêmicos de doenças previamente cadastradas pelas autoridades sanitárias no país e no mundo inteiro, como os Centros de Controle de Doenças (CDC).

para o planejamento, gerenciamento e qualidade dos serviços de assistência médica, para a garantia da saúde ambiental e ocupacional e para o controle de qualidade de produtos e serviços de saúde e da vida da população.

Na questão da municipalização há que considerar a complexidade das ações de vigilância, que dependem do maior ou menor grau de dificuldade de execução. Essas complexidades podem ser superadas, dependendo dos recursos destinados às ações, da efetivação de uma política de vigilância sanitária e do contexto em que se insere o município, de acordo com as normas operacionais do SUS, no caso a NOB/SUS 1/96 (Portaria MS 2.203/96, DOU de 6 de novembro de 1996), que definiu as formas de gestão do sistema municipal de saúde.

Nos municípios brasileiros constata-se realidades distintas de organização do poder público, o que, necessariamente, configura distintos modelos de gestão. As condições de gestão a que se habilitam os municípios, de uma certa forma, definem as ações de vigilância sanitária a serem assumidas. Contudo, é importante que o município tenha o controle de todas as ações desenvolvidas, da baixa à alta complexidade, partilhadas ou não com o Estado, e que elas representem respostas efetivas ao perfil epidemiológico-sanitário local.

Todavia, retomemos ao enfoque de nosso artigo que terá início com as medidas adotadas pelo Estado de São Paulo. No dia 21 de março de 2020, o governador João Dória (PSDB) determinou a quarentena pelo período de 15 dias, que teve início no dia 24 até 7 de abril para os 645 municípios. A medida obrigava o fechamento do comércio e mantinha apenas os serviços essenciais, como nas áreas de Saúde e Segurança.

Cabe lembrar que a quarentena humana sempre remete ao mesmo princípio utilitarista: a proteção da coletividade. Representa, no entanto, o conflito arquétipo que confronta a saúde pública: a tensão entre os duais interesses na liberdade e proteção do indivíduo e a promoção da saúde da cidade. Tais medidas adquirem uma maior complexidade na realidade latino-americana não somente no campo estrutural, mas na recente discussão bioética, ainda restrita à discussão teórica, carente de praticidade e participação social efetiva nas ações de saúde coletiva, frágil em seu limite normativo, bem como às ações que visam solucionar conflitos ou prevenir desvios éticos.

Portanto, na presente pesquisa utilizaremos o termo quarentena e não isolamento. Assim como Roberts (2011) entendemos a quarentena como sendo a reclusão intra-hospitalar de doentes, e o isolamento como, a prisão domiciliar desses ou de suspeitos de portarem doenças infecciosas epidêmicas.

Ainda de acordo com o autor, a quarentena humana será definida como período de reclusão imposto aos indivíduos doentes ou suspeitos de portarem doenças infecciosas, independentemente de onde o indivíduo fique recluso. Conforme já havia alertado o governador em coletiva de imprensa, a medida foi renovada por mais 15 dias, de 8 até 22 de abril.

Já no dia 22 de abril de 2020, o Estado registrou um recorde de internações pelo novo coronavírus: 2.332 pessoas internadas com a doença. Dessas, 1.200 estão em leitos de enfermaria e 1.132 em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Havia ainda 3.663 internações de casos suspeitos, que aguardavam o resultado do teste de Covid-19, 2.287 em enfermaria e 1.376 em UTI, podendo ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2

Taxas de ocupação em Unidades de Tratamento Intensivo



Secretaria Estadual da Saúde.

Durante a coletiva de imprensa, o chefe do Centro de Contingência ao Coronavírus, David Uip já demonstrava preocupação com o sistema de saúde de São Paulo sob pressão.

“Nós temos no estado 7 mil leitos públicos de terapia intensiva, sendo que aproximadamente 3.700 são destinados a pacientes adultos. Eles estavam trabalhando[antes da pandemia]em uma ocupação em torno de 70,75%e agora eles estão trabalhando em uma ocupação de 60%.Essa diminuição se dá por uma coisa que o dr David Uip falou: a população se retrai, você tem menos acidente e assim por diante”,afirmou. (Gonçalves & Figueiredo, 2020)

Comunicar o risco, planejar previamente situações indesejadas e se preocupar com o relacionamento dos Stakeholders, referem-se basicamente a um processo conhecido como Gestão de crise, que, por sua vez, é responsável por enfrentar as ameaças em potenciais e lidar

com uma possível crise, caso ela se instale na organização ou no caso acima no Estado (Prestes, 2005).

Entre as medidas do Governo de São Paulo para o combate ao coronavírus estão: o anúncio do plano de prevenção para ações relacionadas ao coronavírus, em 31 de janeiro; a criação do Centro de Contingência do Coronavírus, em 26 de fevereiro; e a criação do Comitê Administrativo Extraordinário, que tem poder de decisão para tomar medidas emergenciais durante a pandemia.

Nesse sentido, Rosa (2001) conclui que as crises só acontecem porque são resultados de uma sociedade “interligada” a todos os acontecimentos, o que faz a transparência ser a melhor “arma” das organizações modernas, pois os públicos estão cada vez mais interessados em saber os caminhos percorridos pelas empresas, bem como todas as atitudes que são tomadas por elas. Por isso, um pequeno fato, se não for comunicado de maneira correta ou deixar de ser comunicado, pode gerar uma situação de caos, bem como afirma o autor: as crises só existem porque vivemos num mundo tão interligado que um problema que, em princípio, diria respeito apenas a uma empresa ou a uma comunidade distante pode adquirir imediatamente uma dimensão muito maior (Rosa, 2001, p. 24).

Deste modo, o presente artigo tem como tema a comunicação dos riscos relacionados ao Coronavírus. De forma geral, a comunicação dos riscos é um conjunto de interações entre as autoridades e a população no intuito de agir sobre as epidemias, alertando à população sobre os riscos de contágio da doença e suas possíveis complicações a partir de um colapso na rede de saúde pública.

COMUNICAÇÃO SOBRE DECISÕES DE RISCO

É neste contexto que a comunicação se destaca enquanto fator de impacto na percepção e construção social do risco que, de acordo com o *National Research Council(US)Committee on Risk Perception and Communication* (1989), trata-se de um componente de um processo maior de gerenciamento de crise, no qual se baseia a tomada de decisões sobre riscos. Para Glik (2007), a comunicação do risco é historicamente focada nas informações destinadas aos trabalhadores e ao público sobre os riscos industriais, médicos, ambientais, sociais ou catástrofes com potencial impacto sobre populações expostas, comunidades ou indivíduos.

De forma geral, define-se a comunicação do risco como um conjunto de mensagens unidirecionais de autoridades ou outros comunicadores para o público geral a respeito da natureza dos riscos. No entanto, essa definição, que considera uma comunicação unilateral, é questionada pelo próprio *National Research Council*, como pode ser constatada na definição a seguir:

Comunicação do risco é um processo interativo de troca de informações e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições. Envolve múltiplas mensagens sobre a natureza do risco e outras mensagens, não estritamente ligadas ao risco, que expressam preocupação, opiniões ou reações às mensagens sobre o risco ou a arranjos legais ou institucionais para gerenciamento do risco.”(National Research Council (US) Committee on Risk Perception and Communication, 1989)

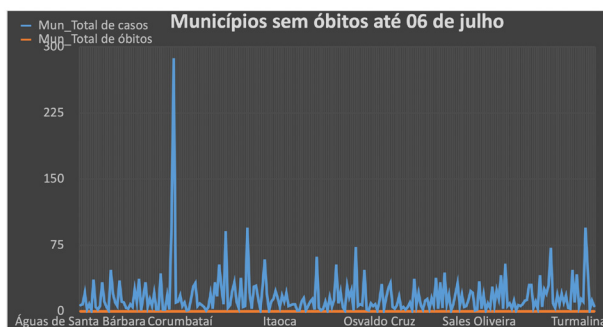
Expressa-se aqui um conceito de comunicação muito caro à noção de democracia. Ainda seguindo as definições do *National Research Council* (1989), a comunicação do risco inclui mensagens em várias direções e

não somente de um especialista para um não especialista, mas também o caminho inverso, especialmente de cidadãos para as autoridades com poder de decisão sobre questões públicas. Tais decisões dependem do diálogo entre governantes e diversos participantes políticos na sociedade, que impactam (ou ao menos deveriam impactar) na visão do risco e nas opções de gerenciamento desse risco.

Publicação da Organização Mundial de Saúde também reforça essa visão de diálogo e de intercâmbio de informações, como em sua definição retirada do capítulo “*Risk Communication*” no documento “*Water Quality: Guidelines, Standards and Health*” que descreve a comunicação do risco como qualquer intercâmbio proposital de informações sobre riscos entre partes interessadas (Lang, Fewtrell, & Bartram, 2001).

Gráfico 3

Municípios sem óbitos até 06 de julho de 2020



Fundação Seade

A ausência de participação mais ativa pode levar a um consequente distanciamento do indivíduo das mensagens e das ações de prevenção e controle, num caminho distinto da parceria que se deve buscar entre os

gestores, neste caso as autoridades e a população, conforme apontado por Fischhoff (1995).

Em 06 de julho de 2020, o Estado de São Paulo registrou 16.134 óbitos e 323.070 casos confirmados do novo coronavírus. Dos 645 municípios, conforme mencionado acima houve pelo menos uma pessoa infectada em 628 cidades, sendo 389 com um ou mais óbitos. Destacamos o município de Cândido Rodrigues, localizado na microrregião de Jaboticabal e que conta com uma população de 2.780 habitantes, de acordo com o último censo em 2015. Ao analisarmos os números divulgados torna inevitável questionarmos os métodos de pesquisa e veracidade dos dados que tem sido divulgados à população, uma vez que Cândido Rodrigues apresentou 300 casos de infecção sem nenhum óbito até o momento.

Em abril deste ano, o número de internações de pacientes infectados pelo novo coronavírus no estado de São Paulo em UTI cresceu 1.500% desde 20 de março, passando de 33 para 524 pacientes até 3 de abril, segundo havia informado o diretor do Instituto Butantan e membro do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, Dimas Covas. Portanto, um bom plano de gerenciamento de crise deve ser elaborado em momentos calmos, ou seja, quando o primeiro caso veio ao conhecimento do público.

Levando isso em consideração, Prestes (2007) acredita que a gestão de crises trata-se de um sistema que pode ser entendido como ações de resposta a situações contingenciais (Prestes, 2007). De forma semelhante observa-se a visão de Rosa (2004), que pensa o gerenciamento de crises como um gerenciamento de contingência (emergência), o qual busca Prever todas as ações logísticas que organizações de grande porte (governos, indústrias que lidam com matérias-primas perigosas, como

petróleo, por exemplo, ou empresas que prestam serviços a públicos amplos), precisam realizar no caso de uma calamidade (Rosa, 2004, p.70).

Fica evidente que crises irão sempre ocorrer, principalmente no momento atual, considerado a era da informação digital, com tantas exigências e transformações. A tecnologia avança e as distâncias diminuem significativamente, em uma velocidade surpreendente, com isso, a transmissão de informações se torna muito mais rápida, aumentando, assim, a exposição das organizações aos olhos dos públicos.

CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS

Deste modo, mesmo sabendo do que pode acontecer, há maneiras de amenizá-las e preveni-las, e este processo ocorre por meio do gerenciamento de crises. E é através deste que a comunicação se faz importante, pois é o setor de comunicação que realiza todo o contato com os Stakeholders, com o intuito de melhorar o diálogo estabelecido com seus públicos, de modo a facilitar as decisões sobre as maneiras que os riscos devam ser gerenciados.

Há uma carência em fomentar a pesquisa sobre as emergências de forma contínua e sistemática, e não apenas enquanto elas ocupam as manchetes e suscitam pânico. Por isso reforçamos que além das respostas rápidas às questões emergentes, é necessário apostar em pesquisas interdisciplinares sobre problemas prioritários de saúde pública que não chamam a atenção das lideranças políticas locais ou globais porque são endêmicos, não mudam com rapidez as taxas de mortalidade da população e têm reduzido potencial de propagação em direção aos países ricos. Prestes (2007) acredita que a comunicação pode ser entendida

como um processo que objetiva levar as pessoas a entenderem a natureza e o grau de um perigo, assim como as chances, a probabilidade e as consequência de sua ocorrência (Prestes, 2007).

Com isso, ficou evidente que a comunicação de risco auxilia na construção da confiança e credibilidade dos públicos diante do Governo do Estado e atua na construção de relacionamentos efetivos e duradouros, diminuindo a probabilidade do risco. Isso responde o problema proposto, o qual questionava se realmente a comunicação se faz importante nos processos de gestão de crise.

REFERÊNCIAS

- Anderson, A. (2009). Media, Politics and Climate Change: Towards a New Research Agenda. *Sociology Compass*, 3(2), 166-182.
- Bauman, Z. (2013). *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Zahar.
- Bednarek, M. (2016). Voices and values in the news: News media talk, new values and attribution. *Discourse, Context and Media*, 11, 27-37.
- Bonanno, L. (2015). *Os bastidores do jornalismo científico: critérios de noticiabilidade que determinam a circulação da informação à sociedade* [Dissertação de Mestrado em Ciências, Universidade de São Paulo – USP].
- Buss, P. (2018). Cooperação internacional em saúde do Brasil na era do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1881-1890. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.05172018>

- Brasil. Ministério da Saúde. *Agência Nacional de Vigilância Sanitária*. Portaria n.69/MS/SNVS/1996. http://www.anvisa.gov.br/anvisa/legis/portarias/69_96.html
- Brasil (2005). Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Guia Prático para o Controle Sanitário de Viajantes*. Ministério da Saúde.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Artmed.
- Cho, H., Reimer, T., & McComas, K. (2015). *The SAGE Handbook of Risk Communication*. Kindle Ed. SAGE Publications.
- Eduardo, M. (1998). *Vigilância Sanitária*. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume08.pdf
- Fischhoff, B. (1995). Risk Perception and Communication Unplugged: Twenty Years of Process. *Risk Analysis*, 15(2). 137-145.
- Fortes, P., & Ribeiro, H. (2014). Saúde Global em tempos de Globalização. *Saúde e Sociedade*. <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0366.pdf>
- Glik, D. (2007). Risk communication for public health emergencies. *Annual review of public health*, 28, 33–54.
- Jodelet, D. (1989). Représentations Sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Org.), *Les Représentations Sociales*. PUF.

- Jin, Y., Liu, B., & Austin, L. (2014) Examining the Role of Social Media in Effective Crisis Management. *Communication Research*, 41(1), 74–94.
- Gonçalves, G., Figueiredo, P. Número de pacientes internados com Covid-19 sobe para 2,3 mil em SP; Emílio Ribas tem 100% de ocupação na UTI. *GI*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/15/sp-bate-novo-recorde-e-chega-a-23-mil-pacientes-internados-com-covid-19-emilio-ribas-tem-100percent-de-ocupacao-na-uti.ghtml>
- Hannigan, J. (2006). *Environmental Sociology*. Vozes.
- Herzlich, C. (2005). A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Rev. Saúde Coletiva*, 15(Supl), 57-70.
- Lang, S., Fewtrell, L., & Bartram, J. (2001). Risk communication. In L. Fewtrell & J. Bartram (Eds.). *Water Quality: Guidelines, Standards and Health* (pp. 317–332). IWA Publishing.
- Lefevre, F., & Lefevre, A. (2012). *Pesquisa de Representação Social. Um enfoque qualitativo*. Liberlivro.
- Manciaux, M., & Fliedner, T. (2005). World health: a mobilizing utopia? In: S. W. A. Gunns et al. *Understanding the global dimensions of health* (pp. 69-82). Springer Science+Business Media.
- Miller, M., & Riechert, B. (2000). Interest group strategies and journalistic norms – News media framing of environ-mental issues. In S. Allan,

B. Adam, & C. Carter (Orgs.). *Environmental risks and the media* (pp. 45-54). Routledge.

Pandit, N. R. (1996). Bhatt. The Qualitative Report The Creation of Theory: A Recent Application of the Grounded Theory Method. *The Qualitative Report*, 2(24), 1–15.

PAHO. *OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus*. https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812

Prestes, J. (2007). *Comunicação de risco, elemento chave na gestão de crises corporativas e um desafio para o século XXI: a teoria na prática, situação atual e tendências*. ORGANICOM. São Paulo, SP, Brasil.

Roberts, J. (2013). Quarantine or isolation in diphtheria? *J Am Public Health Assoc*. 1(5).

Rosa, M. (2004). *A Era do Escândalo: Lições relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem*. Geração Editorial.

Santiago, T., & Rikardy, T. (2020, março 21). Doria decreta quarentena no estado de SP até o dia 7 de abril para impedir avanço do coronavírus. *G1*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/21/doria-decreta-quarentena-no-estado-de-sp-ate-o-dia-7-de-abril-para-impedir-avanco-do-coronavirus.ghtml>

Tuon, L. *Mortais e imprevisíveis: as últimas pandemias que assolaram o mundo*. <https://exame.abril.com.br/mundo/mortais-e-imprevisiveis-as-ultimas-pandemias-que-assolaram-o-mundo>

Wendling, C., Radisch, J., & Jacobzone, St. (2013). The Use of Social Media in Risk and Crisis Communication. *OECD Working Papers on Public Governance*, 25.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2013). *Communication for Behavioural Impact (COMBI)*. WHO Press.

LA COBERTURA INFORMATIVA INTERCULTURAL EN REDES SOCIALES SOBRE LOS PUEBLOS INDÍGENAS AMAZÓNICOS EN LOS CIEN DÍAS DE LA CUARENTENA DEL COVID-19 EN PERÚ

*Franklin Cornejo Urbina¹
Alejandro Toyco Suárez²*

1. INTRODUCCIÓN

La cobertura informativa intercultural en Facebook es estratégica para visibilizar la agenda indígena amazónica en el Perú. Medios locales y coberturas interculturales, desde el periodismo alternativo y la masividad de Facebook, visibilizan las problemáticas que se presentan en las poblaciones amazónicas donde la falta de ayuda y un precario sistema de salud estatal agudizan los riesgos de contagios por el nuevo coronavirus. En este contexto de la pandemia de la COVID-19, los informativos con una mirada local y en lengua originaria pueden salvar vidas para prevenir los contagios, evitar la desinformación y facilitar a los pueblos indígenas amazónicos información orientada a sus culturas, lengua y tradiciones.

-
1. Doctor en comunicación social por la Pontificia Univ. Gregoriana. Investigador afiliado a MediaLab UNMSM. Docente en la Escuela de Comunicación Social de la Univ. Nacional Mayor de San Marcos y en la Univ. Antonio Ruiz de Montoya. fcu_75@yahoo.com
 2. Estudiante de la Escuela de Comunicación Social de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos y miembro de MediaLab UNMSM. alejandro.toyco@unmsm.edu.pe

En este estudio se presentan datos de las cuentas de Facebook, de los primeros cien días de la cuarentena por el COVID-19 en Perú, de los medios alternativos Radio Kampagkis (Amazonas), Radio TV Shipibo Digital (Ucayali), Servindi y Ojo Público, ambos con sede en Lima, la capital peruana. Se revisa la oferta informativa para identificar temas y noticias con énfasis intercultural proveniente desde el mundo amazónico y para el mundo amazónico.

Desde el contexto amazónico es importante reconocer que el análisis de medios es necesario para alcanzar una mayor comprensión de la cobertura, diversidad y pluralidad en el tratamiento informativo de las noticias producidas por equipos de comunicación que contrastan con las fuentes personales o informantes claves, que pueden ser representativos o no, en contextos con una escasa oferta formativa en periodismo y comunicación, brechas digitales, y entornos con actores políticos y económicos que vulneran derechos de las poblaciones indígenas.

2. PERÚ: CIEN DÍAS DEL COVID-19 EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS AMAZÓNICOS

En la Amazonía peruana habitan 51 pueblos indígenas en bosques selváticos que representan el 60% de todo el territorio del Perú³. Pese a las medidas de cierre de fronteras impuestas por las mismas comunidades

3. Según el INEI, con los resultados del III Censo Nacional de Comunidades Nativas realizado del año 2017, existen 44 pueblos indígenas u originarios declarados. De ellos, los pueblos Ashaninka (19,22%), Awajún (15,50%) y Kichwa (11,65%), representan la mayor cantidad de comunidades, siendo Loreto (43,2%) y Ucayali (14,2%) los departamentos con mayor porcentaje de comunidades indígenas amazónicas. Además, existen 40 idiomas o lenguas indígenas u originarias hablados con mayor frecuencia. Y en relación a las comunidades nativas, la mayor frecuencia se encuentra en las comunidades Ashaninka con (19,23%) y Awajún con (15.5%).

indígenas y la declaratoria de emergencia sanitaria del Estado peruano que dispuso la cuarenta nacional, entre marzo y junio del 2020, se contagiaron alrededor de 21.000 indígenas con COVID-19.

Según reportes del Centro Nacional de Epidemiología, Prevención y Control de Enfermedades del Ministerio de Salud⁴, entre los más afectados estaban las personas pertenecientes a los grupos étnicos: awajún (5 mil casos), kichwa (4.820 casos) y los achuar (2.000 casos contagiados). A estas comunidades nativas les siguen otros grupos étnicos amazónicos con menos incidencia de contagio, dentro de ellos estaban los shipibo konibo, ashaninka, shawi, katataibo, yine, entre otros.

La falta de pertinencia intercultural en las políticas estatales fue uno de los principales problemas para llevar ayuda a estas comunidades, apoyo que tardó meses en llegar a la Amazonia peruana.

Se informó⁵ sobre registros estatales sanitarios que no incluyeron la variable étnica, al no preguntar a los contagiados su pertenencia a los pueblos en la Amazonía. Los establecimientos de salud estuvieron cerrados por falta de personal médico contagiado y medios comerciales y tradicionales no ofrecieron, en el periodo del estudio, información en lengua originaria.

Frente a estos escenarios dramáticos y adversos, los pueblos indígenas amazónicos en Perú han vivido y siguen viviendo en situación de vulnerabilidad y olvido estatal. A las múltiples brechas históricas, se suman estas otras brechas generadas por el COVID-19.

4. Ojo Público. (2020). Covid-19 en la Amazonía: Awajún y Kichwa son los pueblos más afectados.

5. Convoca (2020) COVID-19 Tres regiones no consideran el origen étnico de los casos confirmados en la población indígena amazónica.

3. LA COBERTURA INFORMATIVA EN EL MUNDO INDÍGENA AMAZÓNICO

3.1. Productores de la noticia y medios propios

En el mundo de los pueblos indígenas amazónicos, la cobertura informativa es una propuesta para informar con valores y problemáticas provenientes de la comunidad nativa. Los encargados de elaborar las noticias y emitir la programación son personas identificadas con la cultura y las luchas de los pueblos indígenas amazónicos. Ellos reconocen la importancia de las tecnologías y los medios para fortalecer la identidad cultural en una comunicación proyectada a la comunidad y al mundo urbano globalizado⁶.

El comunicador y comunicadora indígena ejerce una mediación y articulación entre el mundo rural y el mundo urbano dentro de la Amazonía, es el traductor de las culturas, la voz de los pueblos en lengua originaria y oficial.

En la construcción del acontecer noticioso, el comunicador indígena amazónico es un actor social, pues en la Amazonía peruana, donde casi no existen programas universitarios locales para la formación de periodistas y hay escasos medios comunitarios⁷, existen limitadas posibilidades para acceder a la formación periodística y a generar medios con agenda indígena. Pese a ello, los indígenas amazónicos están propiciando estrategias para informar sobre la actualidad de lo que sucede

6. Según datos del INEI (2017) El 21,6% de comunidades nativas cuenta con radiofonía y el 19,9% tiene el servicio de telefonía pública. En menor proporción, las comunidades nativas disponen de conexión a TV cable o satelital (4,9%), de emisora de radio (3,6%), de internet (2,9%) y servicio de telefonía celular (0,5%). De otro lado, se observa que el 57,0% de comunidades no dispone de ningún servicio de comunicación.

7. CONCORTV (2020) Comunicación y pueblos indígenas en el Perú.

en sus territorios. El comunicador con su trabajo asume una actoría social como sujeto político que denuncia y hace incidencia social en los medios propios que organiza y a los que puede acceder.

La necesidad de una cobertura informativa indígena amazónica es clave para la defensa de sus territorios, y para visibilizar los innumerables delitos ambientales que suceden en bosques y pueblos donde se desarrollan megaproyectos de gran impacto en la economía del país.

En el contexto de la pandemia del COVID-19, tener medios y una comunicación en lengua originaria se ha convertido en una estrategia para orientar a la ciudadanía y acompañar los momentos de aislamiento social.

En relación a la cobertura informativa, según Cecilia Cervantes (1996) se debe considerar que la “construcción primaria” del acontecer es:

la etapa inicial en la que diversos actores sociales pugnan por “tener voz” en el ámbito público y solicitan para ello, a través de distintos canales legitimados, que el medio informativo proporcione cobertura a su evento o asunto. Es en esa lucha inicial –desigual, pues se basa en buena medida en las jerarquías o posiciones sociales de los actores- que se perfila lo que finalmente se transmitirá bajo el formato de noticia. (Cervantes, 1996, pp. 54-55)

Por ello un acercamiento a la comprensión de la cobertura informativa de los pueblos indígenas amazónicos, supone un análisis previo sobre las actorías de los comunicadores, sus comunidades y organizaciones, que pugnan en el escenario comunicacional por tener voz y medios propios para que se visibilicen sus problemáticas y culturas.

La cobertura informativa tiene una implicancia social determinante en el mundo indígena amazónico, pues representa personas y medios

que se organizan pese a las persistentes brechas para informar sobre problemas y delitos ambientales, la escasez de servicios públicos en sus territorios y los dramas de la exclusión social; pero al mismo tiempo se incluyen otros temas en una agenda proactiva sobre su gobernabilidad, propuestas de desarrollo, la organización local, la cultura ancestral y la visión de vida plena en relación a construir una ciudadanía comprometida en la preservación de los bosques y los pueblos que habitan en los territorios amazónicos.

Se observa aquí, a partir de trabajos de campo⁸, una relación correlacional entre la cobertura informativa y la comunicación participativa que permite una aproximación a un tipo de información y comunicación que está en constante búsqueda de incidencia social como parte de una democracia participativa. Sobre la comunicación participativa, Carlos del Valle Rojas (2007) comenta:

Como modelo, “la comunicación participativa” supone pasar: (a) de la lógica vertical a la horizontal, (b) de los productos a los procesos, (c) de las propuestas a corto plazo a las propuestas a largo plazo, (d) de las dinámicas individuales a las colectivas, (e) de las condiciones de las entidades que financian a las necesidades de las comunidades, (f) del acceso a la apropiación, y (g) de la instrucción difusional a la educación comunicacional. (Del Valle, 2007, p. 123)

Este análisis previo sobre “la construcción primaria del acontecer” y “la comunicación participativa” permite situar la cobertura informativa en un enfoque comunicacional y unas vivencias que permean el mundo de las noticias indígenas amazónicas.

8. Cornejo, F. (2017); Cornejo, F. (2020); DW Akademie. (2020).

Desde esta perspectiva, se entiende la noticia como resultado y efecto de una articulación de diferentes actores sociales y estructuras desde donde se producen los sentidos, énfasis y alcances de los informativos.

Se trata entonces de concebir la noticia no como un espejo de la realidad, manipulación de información y opinión pública que realizan los periodistas o resultado de la presión que ejercen sobre los medios informativos ciertos grupos hegemónicos, sino como producto cultural construido colectivamente y de manera diferenciada por distintos actores sociales y factores estructurales y situacionales que influyen en la definición del contenido noticioso. (Cervantes, 1996, p. 53)

La cobertura informativa en el mundo indígena amazónico es diversificada, incluye entre sus medios propios: a) los altoparlantes o radios bocinas, b) las estaciones de radios, c) páginas en Facebook, d) programas en YouTube.

Cada uno de estos medios locales, y proyectados hacia las redes sociales, representan espacios organizados y administrados por los indígenas para la generación de contenidos y la emisión de programación en lengua originaria y bilingüe.

Asimismo, a través de estos medios se puede evidenciar el uso de la radio como medio principal entre los indígenas amazónicos, pero también el acceso, aún limitado, que tienen a internet para utilizar las redes sociales.

La electrificación de las zonas rurales, la ampliación de redes de banda ancha y el acceso a teléfonos móviles han generado cambios en el acceso a la tecnología de la información, lo cual incluye el acceso en uso a nuevas modalidades de información y comunicación como el

WhatsApp, que en tiempos de COVID-19 ha sido útil para mantener el contacto con grupos vulnerables y en riesgo de contagio.

En la comunicación amazónica, la oralidad, el uso de la radio y los espacios comunitarios colectivos son elementos constitutivos de una comunicación propia. Para comprender la comunicación indígena amazónica se deben reconocer estas dimensiones culturales de su comunicación propia.

Pese a las limitaciones de presupuesto y apoyo estatal, los indígenas amazónicos se han organizado en federaciones y asociaciones locales para promover medios y programas de información que cuenten con equipos y personal capacitado en el trabajo comunicacional.

En el contexto peruano se pueden mencionar los casos de Radio TV Shipibo Digital de la organización COSHICOX9 (Ucayali) y Radio Soledad de la comunidad Wampis (Amazonas). En alianzas entre indígenas y la iglesia católica están Radio Ucamara (Loreto) y Radio Kampagkis (Amazonas).

El papel que cumplen los radialistas como productores, locutores y corresponsales es significativo en la cobertura informativa amazónica, su participación en la conformación de la agenda informativa, el acceso a las comunidades, y al medio le permiten tener un protagonismo en la construcción de la información y la actualidad.

En el mundo indígena amazónico hay varios tipos de radialistas, entre ellos están: a) los radialistas vinculados a la organización indígena, b) los radialistas independientes con programas propios, c) los radialistas de municipios.

9. COSHICOX: Consejo Shipibo Conibo Xetebo.

De acuerdo a su acercamiento o distanciamiento con la comunidad, afiliación o no a las organizaciones indígenas, la temática y credibilidad de las informaciones que produce el radialista indígena amazónico puede cambiar la línea editorial de las informaciones.

El común denominador de todos los radialistas es que son bilingües y hombres, y allí se presenta el desafío por abrir espacios para la presencia de las mujeres en las radios y las coberturas informativas. Pero no todos los radialistas representan el sentir de las comunidades, porque en algunos casos pueden representar intereses personales o de grupos externos al mundo indígena amazónico.

3.2. La interculturalidad y el reconocimiento de los pueblos indígenas amazónicos

Uno de los principales retos de la interculturalidad está en incluir la cultura de los otros, porque el concepto de interculturalidad en sí mismo puede tener un problema de etnocentrismo y occidentalización con énfasis diferenciados sobre una comunicación de nosotros con la comunicación de los otros. Y con ello imponerse esquemas y paradigmas difusionistas sin retroalimentación ni posibilidades para la participación y la opinión ciudadana.

Por ello, resulta importante, en la reflexión sobre lo intercultural, comprender los valores comunes que se comparten, valores comunes que en un sistema democrático y de cultura ética deben reflejar el reconocimiento y el respeto del otro culturalmente diferente, el valor del diálogo y la participación, al igual que “la tolerancia y la equidad” (Browne & Inzunza, 2010, p. 6).

Estrella Israel (2000) destaca que “la interculturalidad -como cualidad- entra en contacto con conceptos como diversidad, identidad e intercambio y, en el otro polo, entendidos como “ruidos” a la imposición y la discriminación”, y agrega que, “los ruidos interculturales son distorsiones que se producen en la distorsión informativa de los otros, es decir en la construcción informativa de la diferencia”.

Al respecto Browne e Inzunza (2010) agregan que: “los ruidos interculturales surgen cuando no se percibe al “otro” como es con su propia identidad cultural y se intenta imponerle ideas, creencias, valores, actitudes, pautas de comportamiento, lengua, etc.” (p. 7).

En consecuencia la interculturalidad debe ser asumida como un tipo de “interculturalismo crítico”, que según Tubino (2004):

El interculturalismo crítico se nos presenta así como una nueva tarea intelectual y práctica. Como tarea intelectual **nos** convoca a desarrollar una teoría crítica del reconocimiento, que defienda únicamente aquellas versiones de la política cultural de la diferencia que pueden combinarse coherentemente con la política social de la igualdad. En parte esto significa imaginar cómo debemos conceptualizar el reconocimiento cultural y la igualdad social de manera que cada uno apoye al otro en lugar de devaluarlo. Significa también formular teóricamente las maneras como se entrelazan y apoyan mutuamente en la actualidad las desventajas económicas y el irrespeto cultural. Por lo tanto, el proyecto exige aclarar asimismo los dilemas políticos que surgen cuando se intenta combatir simultáneamente estos dos tipos de injusticia. (Fraser & Nancy, 1997 como citado en Tubino, 2004, p. 7)

Al momento de informar, pueden existir distintas barreras interculturales, tales como la lengua en la que se emiten los comunicados, que interfiere en el proceso comunicativo. Desde esta perspectiva, el periodismo intercultural como factor de inclusión en la construcción

informativa es “una postura activa con respecto a la existencia y reconocimiento de la diversidad cultural, individual, grupal y cultural” (Israel, 2000, p. 1). Por lo que la aparición de nuevos protagonistas en la comunicación intercultural trae consigo la participación de nuevos comunicadores interculturales. Y ello sucede para que se “logren abrir espacios de participación dialógica” (Inzunza & Browne, 2010, p. 6), lo cual permite una mayor discusión sobre temas que han sido excluidos de la agenda informativa tradicional.

4. LA AGENDA INFORMATIVA

En el contexto de la pandemia del COVID-19, la agenda informativa sobre los pueblos indígenas se ha convertido una estrategia para visibilizar los temas y problemáticas que los indígenas amazónicos afrontan para sobrevivir frente al mortal virus.

Se observa que, junto a las noticias sobre los temas sanitarios relacionados a los contagios por el coronavirus, en los territorios amazónicos subsisten los problemas sociales y políticos, al igual que temas sobre la reivindicación de su cultura ancestral. Todas estas temáticas conforman la agenda para la defensa del territorio y la promoción de su identidad.

Los medios amazónicos y limeños del estudio, coinciden en articular temas sanitarios relacionados al COVID-19 con temáticas ciudadanas, lo cual evidencia la importancia que tiene la agenda pública y política en la vida de los pueblos indígenas amazónicos. La visibilización o invisibilización de las agendas públicas y políticas en los medios puede hacer la diferencia hacia el acceso o limitaciones en el acceso a servicios

públicos y derechos; de allí la importancia que tiene el papel del estado como garante de estos derechos en la pandemia.

En una revisión sobre los temas relacionados a la pandemia, se identificaron entre los meses de marzo y junio de 2020, en las páginas de Facebook de los medios del presente estudio, las siguientes temáticas: a) situación de vulnerabilidad de las comunidades indígenas frente a la COVID-19, b) temas sobre derechos humanos, c) medio ambiente, d) salud, e) temáticas sociales, f) ciudadanía, g) actividades culturales y h) activismo social.

La Tabla 1 presenta datos sobre la cobertura informativa sobre los pueblos indígenas amazónicos en el contexto de la COVID-19.

Tabla 1

Análisis de la cobertura informativa

Medios	Formatos periodísticos	Características generales de la cobertura informativa	Temas relacionados a la pandemia del COVID-19
Radio Kampagkis (Condorcanqui, Amazonas)	Notas informativas, reportajes, comunicados y transmisiones en vivo.	-Comunicadores indígenas locales y corresponsales. -Programación bilingüe (español y awajún). -Contenido audiovisual. -Publican en su página de Facebook. -Número aproximado de seguidores en Facebook: 4.980 personas.	Salud, ciudadanía y activismo social.

Radio TV Shipibo Digital (Pucallpa, Ucayali)	Notas informativas, reportajes, comunicados y transmisiones en vivo.	<ul style="list-style-type: none"> -Comunicadores indígenas locales y corresponsales. -Programación bilingüe (español y shipibo-konibo). -Contenido audiovisual. -Transmisión de la programación por Youtube. -Publican en su página de Facebook. -Número aproximado de seguidores en Facebook: 6.519 personas. 	Salud, ciudadanía, actividades culturales y activismo social.
Servindi (Lima)	Notas informativas, artículos, conferencias en vivo, entrevistas y reportajes.	<ul style="list-style-type: none"> -Información relacionada a las comunidades indígenas. -Contenido audiovisual. -Contenido generalmente en español, también en inglés. -Publican en su página web institucional, en Facebook y Twitter. -Número aproximado de seguidores en Facebook: 42.087 personas. 	Derechos humanos, situación de las comunidades indígenas y medio ambiente.
Ojo Público (Lima)	Notas informativas, infografías, artículo de opinión, reportajes y periodismo de investigación.	<ul style="list-style-type: none"> -Secciones dirigidas a los pueblos indígenas en las secciones: Ojo Regional y Especial Pueblos Indígenas. -Contenido generalmente en español, también en inglés y portugués. -Tratamiento de la información en awajún. Contenido audiovisual. -Desarrollo extenso de artículos. -Publican en su página web institucional, en Facebook y Twitter. -Número aproximado de seguidores en Facebook: 108.160 personas. 	Derechos humanos, salud, medio ambiente, situación de las comunidades indígenas y temáticas sociales

Elaboración propia

4.1. Radio Kampagkis

La estación de Radio Kampagkis está ubicada en Santa Maria de Nieva, dentro de la provincia de Condorcanqui, departamento de Amazonas. Fue inaugurada por los jesuitas peruanos el año 2012, tiene como objetivo poner en agenda informativa las problemáticas locales, en su mayoría en lengua awajún y en español, reforzando la identidad del grupo étnico para promover su participación social en la región.

Durante la pandemia, Radio Kampagkis informó sobre problemas en la atención hospitalaria para pacientes con COVID-19 y negociaciones sobre operaciones petroleras que podían generar daños a las personas y el medioambiente.

En relación a su contenido informativo, tiene dos programas radiales que se transmiten cada semana en su página de Facebook: “Aprendo en Casa” y el “Noticiero Kampagkis” dirigidos a la población de la región. El primer programa es una iniciativa del Ministerio de Educación, ante la imposibilidad de clases presenciales, es emitido en su totalidad en awajún, para impulsar la educación de los niños y jóvenes en la región. El segundo, es transmitido en español y awajún, se informa sobre los sucesos de la zona, tales como denuncias en contra de la falta de atención del gobierno regional, alertas informativas sobre los casos de COVID-19 confirmados en la región y actividades de apoyo hacia comunidades nativas aisladas.

Unos de los principales aspectos a resaltar es la cobertura informativa en primera línea que realizan con reporteros en el lugar de los hechos, donde se entrevistan a los pobladores sobre la actualidad de sus comunidades y en los centros poblados.

Durante el tiempo de análisis, se observó una amplia cobertura en las provincias y distritos. En una de las entrevistas producida el 28 de abril de 2020, se informaba de un grupo de familias retornantes provenientes de Lima, que se encontraban en la carretera, a la espera de las pruebas rápidas para descartar casos positivos de COVID-19 que pudieran generar infecciones en las comunidades nativas.

Figura 1

Facebook de Radio Kampagkis

Radio Kampagkis agregó una foto nueva al álbum Familias condorcanquina retoman desde Lima. 28 de abril · 🌐

Grupo de jóvenes descansando en la carretera, sector de Pucará, Región Cajamarca, mientras esperan que les realicen la prueba rápida. Según señalan son del sector Shavit, ubicada en la carretera entre Bagua y Santa María de Nieva.



<https://www.facebook.com/Radiokampagkis/photos/a.2760423944193048/2760425054192937>, <https://www.facebook.com/Radiokampagkis/photos/a.2785088058393303/2785088465059929>

Radio Kampagkis agregó 12 fotos nuevas al álbum Una mirada a las calles de Santa María de Nieva. 27 de mayo · 🌐

25-05-20 Santa María de Nieva
El primer día de la semana llegaron comuneros y comuneras beneficiarios del bono que otorga el estado peruano, con la finalidad de realizar el cobro respectivo. Llama la atención la falta de cumplimiento de mantener el distanciamiento social, el cual previene el contagio del Covid-19.

Desde la Red de Salud de Condorcanqui se dio una ampliación de cuarentena al trabajador del banco de la Nación, por ello, los beneficiarios realizan sus cobros en los agentes ubicados en la calle principal de Santa María de Nieva.



Una mirada a las calles de Santa María

Asimismo, se difundió un fotoreportaje publicado el 27 de mayo de 2020, sobre la situación del distrito de Santa María de Nieva como

centro de entrega y cobros de los bonos económicos que brindó el gobierno peruano a la población más vulnerable. Esta noticia advertía a los ciudadanos del distrito para que cumplan con el distanciamiento social en las jornadas debido a las largas colas que se formaron fuera de las entidades bancarias.

La página de Facebook compartió información de otros medios. En el periodo de revisión de contenidos, de marzo a junio, se encontraron referencias a medios como Servindi, la Municipalidad Distrital de Condorcanqui, la página de la Nación Wampis, Red de Salud de Condorcanqui y el Gobierno Regional de Amazonas. Las noticias replicadas se basaron en el papel de las comunidades indígenas en la lucha contra la pandemia, las iniciativas de desinfección de lugares públicos en la zona, protocolos sanitarios y medidas preventivas que mantuvieron a los ciudadanos de la zona informados respecto a los que acontece en el día a día.

4.2. Radio TV Shipibo Digital

Radio TV Shipibo Digital, ubicada en el departamento de Ucayali, es una emisora de radio local promovido por indígenas shipibo konibo. Para las comunidades, esta emisora funciona como mecanismo de participación dentro de la sociedad, al ser una posibilidad de visibilizar los temas vinculados al mundo amazónico, las problemáticas existentes, demandas sociales, además de contenidos culturales que buscan promover la identidad y derechos de las poblaciones indígenas.

Entre sus programas destacan, en el periodo observado entre marzo y junio 2020: “Pispishan Joi”, “Ani Shinabo” y “Xontakobaon Shinan” producidos por comunicadores indígenas y realizados íntegramente en

lengua originaria shipibo konibo. Los programas son retransmitidos a través de la página de Facebook de la radio y cumplen con una finalidad informativa y cultural. Durante el tiempo de análisis se observó el desarrollo de noticias enfocadas en la pandemia en esa región, resaltando entrevistas con especialistas en salud y líderes de comunidades, quienes preocupados por la situación informaban sobre los diferentes contagios por COVID-19 en la zona.

Figura 2

Facebook de Radio TV Shipibo Digital



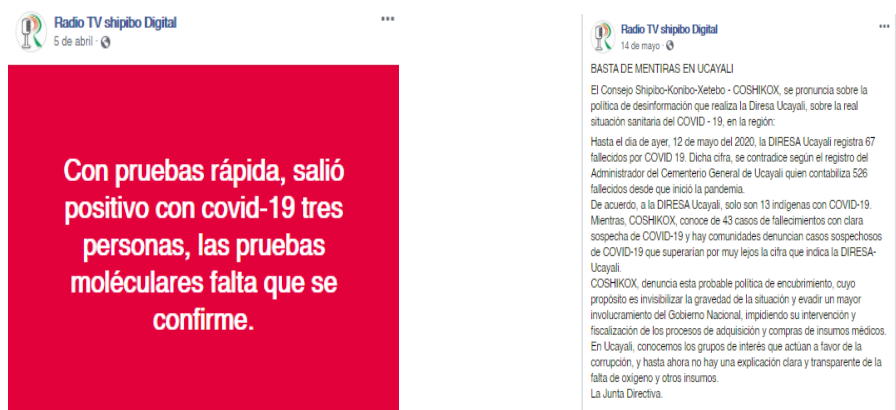
En relación a lo anterior, se observó también la cobertura informativa a través de transmisiones en vivo desde el lugar de los hechos. La situación de la ciudad, medidas tomadas por pobladores, reclamos ciudadanos y actividades de apoyo, que forman parte de la agenda a la que se proyectan y contribuyen para obtener una visión cercana de lo sucedido desde la realidad de los pobladores. Tal y como se muestra

en dos reportajes realizados el 21 de abril y 14 de mayo de 2020, con corresponsales de Radio TV Shipibo Digital que informaron sobre casos de pobladores awajún varados que buscan retornar a sus comunidades.

El uso de las redes sociales es un aspecto a resaltar, no solo las transmisiones en vivo son empleadas para dar a conocer la información. Las notas y anuncios son utilizados como material de apoyo para ampliar la cobertura noticiosa. El 5 de abril de 2020 se reportó la información de tres posibles casos positivos de COVID-19 en la zona, en consecuencia, se difundió un comunicado a falta de una confirmación autorizada para alertar a la población sobre posibles contagios. En otro caso, el 14 de mayo se realizó un llamado de atención hacia la política de desinformación de una oficina estatal, en relación al manejo del número de contagiados y fallecidos por el COVID-19 en la región (Ver Figura 3).

Figura 3

Facebook de Radio TV Shipibo Digital



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=238224937557966&id=100935417953586, https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=267106941336432&id=100935417953586

4.3. Servindi

Servindi (Servicios de Comunicación Intercultural) es una agencia de noticias que tiene como objetivo brindar información intercultural para dar a conocer las necesidades de los pueblos indígenas. Durante los cien días de cuarentena en el Perú, se pudo encontrar alrededor de 50 publicaciones, entre notas informativas, conferencias en vivo, entrevistas, y reportajes informativos con contenido relacionado a las comunidades indígenas amazónicas y los diversos problemas ocasionados por la pandemia del COVID-19.

Además, se identificó información proveniente de asociaciones regionales de los pueblos indígenas, organizaciones no gubernamentales, líderes de comunidades, comunicadores indígenas, quienes a través de notas informativas dieron a conocer las necesidades de las comunidades amazónicas.

Con respecto al enfoque intercultural de las noticias, desarrolla una revalorización y apuesta por nuevos elementos que expresan los conocimientos, prácticas e innovaciones tecnológicas que contribuyan a contrarrestar el impacto causado por el COVID-19 en la Amazonía.

Para conocer las primeras notas relacionadas a la pandemia, una publicación realizada el 20 de marzo de 2020, titulada: *“Indígenas declaran cierre total del territorio asháninka”*, se informa sobre las medidas adoptadas por estos pobladores, que decidieron el cierre total de sus fronteras con el fin de evitar la propagación del virus.

En el mismo sentido, los comunicadores y profesionales relacionados al mundo indígena han sido voces presentes para contar la problemática de sus pueblos. Personas como Bernabé Ventura Paucar, comunicador

shipibo y corresponsal de Radio TV Shipibo Digital, declaró en una entrevista realizada el 26 de junio de 2020 lo siguiente: “*Los comunicadores indígenas estamos en primera línea*” y reportó la situación de los comunicadores en la región Ucayali, además menciona que “como comunicadores indígenas –particularmente del pueblo shipibo– estamos en primera línea, con los micrófonos, informando a la población” lo que evidencia el compromiso de mantener al tanto a la comunidad y a la opinión pública local.

Figura 4

Facebook de Servindi.



Servindi
2 de abril · 🌐

Perú: Piden un plan diferenciado para atender a las comunidades amazónicas → <https://bit.ly/3bKFpjm>

La Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana ([Aidesep](#) [Pueblos Indígenas](#)) pidió un plan indígena amazónico diferenciado frente al #COVID19 para enfrentar la pandemia y evitar daños irreparables a las comunidades indígenas.

Demandan garantizar que la ayuda llegue a las comunidades aprovechando la estructura organizativa de Aidesep, que está integrada por nueve organizaciones regionales y 109 federaciones indígenas.

Conozca la carta de Aidesep al Gobierno en el siguiente enlace → <https://bit.ly/3bKFpjm>

Perú: Piden incorporar a especialistas indígenas en lucha contra el #COVID19 → <https://bit.ly/3bKFpjm>

Si en las ciudades acceder al sistema de salud en plena pandemia es casi imposible, qué diríamos de la población indígena cuando solo un 32% de comunidades nativas cuentan con algún establecimiento de salud en su localidad.

Descontando la precariedad acumulada por años de desatención, la pandemia de #Coronavirus ha agudizado las brechas sanitarias. A carencias como el desabastecimiento de medicamentos o falta de personal especializado, ahora se suman también la falta de recursos de bioseguridad, oxígeno e incluso viveres y movilidad local.

Como respuesta a estas brechas, [Aidesep Pueblos Indígenas](#) ha propuesto una serie de medidas estratégicas para contener el avance del COVID-19 en las comunidades nativas.

<https://www.facebook.com/servindinoticias/posts/3136489059719397>, <https://www.facebook.com/servindinoticias/posts/3307497482618553>

Servindi elaboró infografías con un enfoque intercultural en lenguas indígenas (quechua cusqueño, aymara, shipibo y ashaninka) material que estuvo dirigido a las comunidades en la región para prevenir el avance del virus.

Figura 5

Facebook de Servindi



<https://www.facebook.com/servindinoticias/photos/a.504731996228463/3107742245927412>, <https://www.facebook.com/servindinoticias/photos/a.504731996228463/3107742232594080>

4.4. Ojo Público

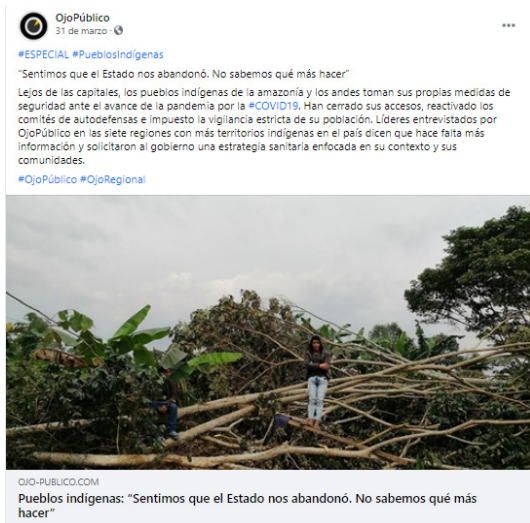
Ojo Público es un medio periodístico independiente fundado en el Perú el año 2014. Entre sus objetivos principales se encuentra la defensa de la democracia a través del periodismo de investigación, abarcando fundamentalmente temas relacionados a los derechos humanos, salud,

medio ambiente, comunidades indígenas y temáticas sociales. En el contexto de la pandemia del COVID-19, el medio digital peruano realizó alrededor de 16 publicaciones referidas a los pueblos indígenas amazónicos.

Como parte de su agenda informativa, Ojo Público presenta secciones destinadas a los pueblos indígenas amazónicos tales como “Ojo Regional” y “Especial Pueblos Indígenas”.

Figura 6

Facebook de Ojo Público



<https://www.facebook.com/OjoPublico/posts/2841620489247549>

Ojo Regional publicó el artículo “*Pueblos indígenas: Sentimos que el Estado nos abandonó. No sabemos qué más hacer*”, se realizaron entrevistas a líderes indígenas amazónicos que expresaron su preocupación por la situación de los pueblos ante la emergencia sanitaria.

Ellos explicaron las medidas adoptadas para evitar la propagación del virus, tales como los cierres de frontera, búsqueda de diálogo con las autoridades del sector salud, así como para expresar su preocupación por la minería, debido a que la cuarentena sanitaria no fue una un impedimento para que los mineros ilegales continúen atentando contra la seguridad y soberanía de lugar. Se destaca en el artículo la iniciativa y el trabajo conjunto de las comunidades indígenas que, a través de la organización comunal, logran combatir las carencias y brechas que limitan su bienestar.

Asimismo, Ojo Público ofreció espacio a invitados ubicados en las regiones amazónicas, este es el caso de Leonardo Tello Imaina, comunicador indígena (de la etnia Kukama) de Radio Ucamara, quien desarrolla un artículo titulado: *“Loreto: dos demonios y muchos pueblos amazónicos en riesgo”*. En el texto se denuncia el abandono del estado hacia los pueblos indígenas en la crisis sanitaria. El trabajo pone en relieve la cosmovisión amazónica cuando se comenta sobre *“maisangara”*, para referirse al coronavirus, explica que en el contexto indígena amazónico esta palabra hace alusión al demonio, algo o alguien que genera problemas en la población.

Los líderes indígenas amazónicos han sido una de las principales voces encargadas de exponer las problemáticas existentes, tal es el caso de la corresponsal Yanua Atamaín (etnia Awajún) desde la región de San Martín, ella realiza una entrevista a dirigentes del mundo awajún. Walter Gomez, presidente de la comunidad awajún Soritor, declara que como comunidad independiente han decidido cerrar las fronteras con el fin de evitar la propagación del virus. En el mismo reportaje, los propios pobladores exponen la realidad. Betty Ukuncham y María Gomez,

pobladores de la zona, mencionan en lengua awajún las necesidades y situaciones adversas que han surgido en consecuencia del cierre de fronteras, solicitando información y apoyo por parte del gobierno.

Figura 7

Facebook de Ojo Público



En la cobertura del 26 de mayo de 2020, Ojo Público lanzó una iniciativa de *fact checking* en lenguas indígenas con el fin de combatir la desinformación que circula en redes sociales. De hecho, la desinformación representa un riesgo para las poblaciones vulnerables, porque genera incertidumbre a través de rumores e información errónea, no especializada, en contextos de crisis. La verificación de noticias consiste en “reducir el posible impacto de datos y versiones falsas en poblaciones vulnerables con poco o nulo acceso a la diversidad de medios de comunicación y fuentes autorizadas” (Ojo Público, 2020). Todas las notas elaboradas fueron difundidas en su página web y eran de acceso

libre al público, en especial a los dirigentes indígenas y radios locales, que cumplen un papel mediador de primer orden en la difusión de información en los pueblos y comunidades del mundo amazónico.

CONSIDERACIONES FINALES

La cobertura informativa de Radio Kampagkis y Radio TV Shipibo Digital, vinculados a los pueblos indígenas Awajún y Shipibo konibo respectivamente, es una muestra del avance de una estrategia comunicacional pensada y gestionada desde la perspectiva de los mismos pueblos indígenas amazónicos, que por lo general se encuentran invisibilizados o estigmatizados por los medios tradicionales.

Los contenidos informativos y culturales forman la base de la agenda mediática del mundo indígena amazónico. Al ampliar el análisis a los medios Ojo Público y Servindi se encuentran coincidencias en las temáticas referidas a reflejar en la noticia la situación de vulnerabilidad de los pueblos indígenas y la demanda por una mayor calidad de servicios ciudadanos y atención a los derechos humanos.

La cobertura digital supone un acceso al medio por internet. Sin embargo, en algunas zonas y de acuerdo al operador de telefonía, Facebook puede funcionar sin conexión a internet, ello en parte explica el alcance potencial, en un escenario de brecha digital, que pueden tener las informaciones que transmiten los medios del presente trabajo, también evidencia la presencia de los teléfonos móviles en comunidades nativas ubicadas en bosques amazónicos, alejadas de las zonas urbanas.

Consideramos que tener claridad en el enfoque de interculturalidad es central para alcanzar una lectura inclusiva y de reconocimiento de

los otros. Proponer una enfoque de la comunicación propia, desde la perspectiva de los pueblos indígenas amazónicos representa una propuesta para aproximarse al diálogo democrático, la memoria colectiva, la gobernanza colectiva comunitaria y su agenda informativa como parte de prácticas socioculturales para desarrollar enfoques de interculturalidad.

Por otro lado, una cobertura informativa intercultural, desde los pueblos indígenas amazónicos, representa una postura a favor de la democracia y el derecho de la comunicación, porque destaca la producción y emisión de informaciones en lengua originaria, con transmisiones en vivo, presentando al indígena como fuente de la noticia.

La potencial interacción que tienen los medios del estudio con los internautas en las redes sociales manifiesta el interés de las audiencias por las problemáticas indígenas y ambientales, ello a razón que unas 160 mil personas, que representa el número total de seguidores de las páginas de Facebook del presente estudio, siguen y reciben estas noticias.

La cobertura informativa intercultural de los indígenas amazónicos propone el doble desafío de defenderse del COVID-19 y proteger sus pueblos y territorios de la deforestación, la contaminación ambiental, y el limitado acceso a los sistemas de salud y justicia. Sin embargo, al mismo tiempo demuestra la importancia de generar flujos informativos con medios y agendas independientes, que permitan seguir generando incidencia social y presentando noticias sobre los pueblos y comunidades nativas que pugnan en los escenarios mediáticos, políticos y ciudadanos -de alcance local y global- por tener su propia representación de la realidad como parte del ejercicio al derecho de una ciudadanía activa.

REFERENCIAS

- Convoca. (2020). COVID-19 Tres regiones no consideran el origen étnico de los casos confirmados en la población indígena amazónica. Por Luis Enrique Pérez. <https://convoca.pe/agenda-propia/covid-19-tres-regiones-no-consideran-el-origen-etnico-de-los-casos-confirmados-en-la>
- CONCORTV. (2020). Comunicación y pueblos indígenas en el Perú. <http://www.concortv.gob.pe/wp-content/uploads/2020/10/Infograf%C3%ADa-Comunicaci%C3%B3n-ind%C3%ADgena-1.pdf>
- Cornejo, F. (2017). La comunicación amazónica en el contexto awajún. *Ideele*. <https://revistaideele.com/ideele/content/la-comunicaci%C3%B3n-amaz%C3%B3nica-en-el-contexto-awaj%C3%BAn>
- Cornejo, F. (2019). Posibles escenarios comunicacionales para la comunicación indígena. *Servindi*. <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/26/01/2019/posibles-escenarios-comunicacionales-para-la-comunicacion-indigena>
- Cornejo, F. (2020). La comunicación en la Amazonía peruana, un lugar de luchas creativas. *Diario La República*. <https://larepublica.pe/sociedad/2020/03/09/la-comunicacion-en-la-amazonia-peruana-lugar-de-luchas-creativas-universidad-antonio-ruiz-de-montoya-la-periferia-es-el-centro/>
- Del Valle, C. (2007). Comunicación participativa. Aproximaciones desde América Latina. *Redes.com: revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación*, 4, 113-130.

- DW Akademie. (2020). *Amazonia – el desafío de comunicar la diversidad*. Los casos de Colombia, Ecuador y Perú. <https://www.dw.com/downloads/55082921/amazonia-el-desafio-de-la-diversidaddw-akademie.pdf>
- Inzunza, A., & Browne, R. (2016). Hacia un periodismo desoccidentalizado. Medios de comunicación y construcción de identidades. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, 133, 229-245. <http://200.41.82.22/bitstream/10469/13197/1/REXTN-Ch133-15-Inzunza.pdf>
- Israel, E. (2000). Bases para el periodismo intercultural. *Revista Latina de Comunicación social*, 3(34). <https://www.redalyc.org/pdf/819/81933402.pdf>
- Instituto Nacional de Estadística e Informática. (2017). Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades nativas y comunidades campesinas (páginas 23, 24, 38). Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Lima. https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1598/TOMO_01.pdf
- Instituto Nacional de Estadística e Informática. (2017). Población indígena en la Amazonia. Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Lima. https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1642/cap03_02.pdf
- Ojo Público. (2020, julio 27). Publicaciones [Página de Facebook]. <https://www.facebook.com/OjoPublico/>
- Ojo Público. (2020). Covid-19 en la Amazonía: Awajún y Kichwa son los pueblos más afectados. Por Red Investigativa Regional. 19 de

agosto, 2020. <https://ojo-publico.com/2020/awajun-y-kichwa-son-los-pueblos-indigenas-mas-afectados-por-covid-19#:~:text=La%20poblaci%C3%B3n%20ind%C3%ADgena%20m%C3%A1s%20afectada,con%20casi%202%20mil%20contagiados>

Radio Kampagkis. (2020, julio 27). Publicaciones [Página de Facebook]. <https://www.facebook.com/Radiokampagkis/>

Radio TV Shipibo Digital. (2020, julio 20). Publicaciones [Página de Facebook]. <https://www.facebook.com/Radio-TV-shipibo-Digital-100935417953586/>

Servindi. (2020, julio 27). Publicaciones [Página de Facebook]. <https://www.facebook.com/servindinoticias/>

Tubino, F. (2004). Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico. *Revista Rostros y fronteras de la identidad*, 158.

A LIBERDADE DE IMPRENSA E O COMBATE ÀS *FAKE NEWS* COMO CONDIÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Cintia Barudi Lopes¹
Thiago Luiz dos Santos²

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico aborda a importância da proteção da liberdade de imprensa e do combate às *fake news* como requisitos à preservação da Democracia em tempos de pandemia. Portanto, abordar-se-á a hipótese de que a infodemia de notícias fraudulentas contribui tanto para a piora dos quadros pandêmicos quanto para a fragilização dos regimes democráticos. Examinar-se-á, ainda, se a defesa da liberdade de imprensa tem o condão de surtir efeito diametralmente oposto ao das *fake news*.

Na sua primeira parte faz-se uma distinção entre a liberdade de imprensa e as libertinagens de informação e o tratamento que a CRFB/88 e a doutrina constitucionalista conferem à ambas. Na segunda, ao seu turno, analisa-se a conceituação de *fake news* e o cenário de desinformação

-
1. Doutora pela PUC/SP e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogada.
c.barudi@uol.com.br
 2. Pós-graduado pela Escola Paulista de Direito e Advogado.
thiago.dos.santos.academico@gmail.com

que elas estão produzindo durante a pandemia de COVID-19. Na terceira e última parte do artigo demonstra-se a necessidade de se revisitar o regramento atinente ao acesso à informação, o tratamento dado pela U.S. Supreme Court à proteção da liberdade de expressão, tecendo um paralelo entre esta e o recente posicionamento da doutrina norte-americana, europeia e brasileira sobre o tema.

A metodologia do artigo está embasada no critério hipotético-dedutivo, em estudos mais atuais da temática *fake news* e da liberdade de imprensa constantes em trabalhos científicos e obras nacionais e estrangeiros, bem como em notícias jornalísticas.

Enfim, o presente trabalho conclui que dimensionar a nocividade das *fake news* às pessoas – que arriscam suas vidas ao tratar da COVID-19 com receitas carentes de comprovações científicas – é um passo fundamental na luta contra a desinformação e na defesa da liberdade de imprensa, rememorando seu papel de informadora das pessoas e de guardiã das liberdades e dos regimes democráticos, elidindo-se o sofisma de que a liberdade de expressão é absoluta e permitindo-se trazer à luz possíveis balizas que poderão orientar a atividade legislativa na busca da correta e constitucional regulamentação que combata as *fake news*.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA

A liberdade de imprensa disciplinada nos arts. 220 a 224 da CRFB/88 é corolário dos direitos às liberdades de expressão do pensamento e da atividade de comunicação, os quais se encontram no rol dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos no seu art. 5º (incisos IV e IX

respectivamente). Portanto, o estudo da liberdade de comunicação perpassa o entendimento dos principais aspectos da liberdade de expressão, seus desdobramentos e análise da possibilidade (ou não) de sua limitação.

Neste sentido, relembra-se que a liberdade de expressão é inserta no rol dos direitos de liberdade, ou direitos de primeira geração, os quais, segundo Bonavides (2015), são titulados pela pessoa humana, oponíveis contra o Estado e sempre abertos a novos avanços, sendo certo que sua tutela é um dos pressupostos de existência de uma verdadeira Constituição.

Delimitando seu conceito, Moura (2018) dispõe que a liberdade de expressão é, ao mesmo tempo, fruto e base do regime democrático. Fruto porque uma sociedade que se pressupõe democrática a terá por corolário; base porque, graças ao pleno exercício deste direito, seu povo e população poderão se manifestar, formar sua opinião e participar com maior consistência das suas decisões políticas.

Acerca da liberdade de imprensa, Silva (2014), além de lembrar que seu conceito deve ser ampliado para o de “liberdade de informação jornalística” – pois abrange tanto a liberdade de se divulgar informações através de veículos impressos quanto por qualquer veículo de comunicação social –, rememora que seu verdadeiro titular é o público destinatário das notícias:

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-se-lhes o direito de informar ao público

os acontecimentos e ideias, mas sobre ele incide o dever de informar à coletividade de tais acontecimentos e ideias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação. (Silva, 2014, p. 249).

Diante disto, é possível entender que a liberdade de informação jornalística é direito fundamental conferido aos profissionais da imprensa na medida em que estes desempenhem o dever fundamental³ de exercer sua profissão tendo como parâmetro a defesa da sociedade e da democracia em si. Deveras, é mediante a transmissão dos acontecimentos da maneira mais livre, independente e imparcial possível que se permite à sociedade o amplo conhecimento dos seus fatos e acontecimentos, garantindo-se a verdadeira participação do povo no processo democrático.

Todavia, qual seria o padrão para se aferir o adimplemento, pelo jornalista e pelas empresas jornalísticas, do dever fundamental de exercer seu mister de maneira a resguardar a Democracia? Os ensinamentos de Reginato (2020) estabelecem alguns pontos cardinais em tal empreitada, destacando que o papel do(a) jornalista é imprescindível às sociedades democráticas na medida em que as prestem informações qualificadas.

Conforme a supracitada autora, o patamar de informação qualificada só será alcançado se forem adimplidos os requisitos: veracidade (apuração rigorosa das informações), relevância (importância, atualidade e utilidade desta), contextualização (quadro de referências que dê significado à informação), pluralidade (participação de todos na formação

3. É importante tecer crítica à contemporânea sociedade pós-moderna que pauta sua existência em um rol infindável de direitos fundamentais que é conferido à pessoa apenas por ela existir sem que, para tanto, esta tenha um dever fundamental correspondente. Na temática deste trabalho, aponta-se que a liberdade jornalística só é fundamental na medida em que o profissional que a exerce o faça com seriedade e competência e em prol da coletividade.

das fontes jornalísticas) e envolvimento (prestação da informação de maneira atrativa, permitindo que todos a entendam).

É possível entender, assim, que a liberdade de imprensa deve ser mantida como condição primordial à existência da Democracia, pois esta não é conferida à classe jornalística, mas à sociedade em si. Logo, sua proteção é uma relação benéfica de mão dupla: a sociedade protege a liberdade de imprensa e os seus profissionais para ser beneficiada pelas informações qualificadas, as quais são indispensáveis à sedimentação da Democracia.

Em que pese todo arcabouço jurídico-constitucional em sua defesa, importa ressaltar que os direitos e garantias fundamentais não têm sua aplicação irrestrita e absoluta, uma vez que, segundo Alexy (2008), se compõem por dois elementos: o direito em si e a restrição, cuja vinculação resulta no direito restringido. A restrição versará sobre as posições *prima facie* destes, de modo que não nasceriam prontos, absolutos e irrestritos, mas sim seriam formados por elemento constitucional excedente passível de restrição por regra ou por princípio.

Detalhando a possibilidade de restrição de direitos fundamentais, Barcellos (2018) relembra que seu exercício não pode ser absoluto, comportando limitação mediante a invocação de outros fundamentos vinculados a outras normas constitucionais. Tem-se, aqui, o caso clássico em que um direito fundamental conflita com outro de igual categoria (ocasião na qual seria restringido pelo Poder Judiciário) ou com finalidades públicas consagradas na própria CRFB/88 (caso em que o Poder Legislativo, para alcançar os fins públicos constitucionalmente defendidos, os restringiria).

Evidencie-se, outrossim, a ponderação de Sarlet (2017) acerca do emprego da razoabilidade e da proporcionalidade tanto na aplicação quanto na limitação de direitos e garantias fundamentais, pois estas: “guardam uma forte relação com noções de justiça, equidade, isonomia, moderação, prudência, além de traduzirem a ideia de que o Estado de Direito é o Estado do não arbítrio” (Sarlet, 2017, livro eletrônico).

Concernente à restrição da liberdade de expressão, Ferreira e Branco (2013) expõem que CRFB/88 tutela a liberdade de imprensa que se compromissa com verdade, sobraçando-se na função social de inserir seus destinatários no mundo que os circunda e desenvolvendo suas potencialidades. Defendem que a responsabilidade da conduta do jornalista e seu compromisso indissociável com correta apuração e divulgação dos fatos são elementos intrínsecos a tal direito.

Não é diferente o posicionamento de Moraes (2016), ao lembrar que:

O direito de receber informações verdadeiras é um direito de liberdade e caracteriza-se essencialmente por estar dirigido a todos os cidadãos, independentemente de raça, credo ou convicção político-filosófica, com a finalidade de fornecimento de subsídios para a formação de convicções relativas a assuntos públicos.

(...)

A Constituição Federal não protege as informações levemente não verificadas ou astuciosas e propositadamente errôneas, transmitidas com total desrespeito à verdade, pois as liberdades públicas não podem prestar-se à tutela de condutas ilícitas. (Moraes, 2016, livro eletrônico).

Estabelecidas as balizas do direito fundamental à liberdade de informação jornalística como corolário das liberdades de expressão e de comunicação, ponderado que esta é contrapartida ao dever fundamental da prestação da informação qualificada e estatuída a possibilidade de

limitação de direitos e garantias fundamentais, examinemos as *fake news*, seu impacto na crise sanitária do novo coronavírus e a possibilidade de estas implodirem o sistema democrático brasileiro.

AS *FAKE NEWS* E O CENÁRIO DE DESINFORMAÇÃO PRODUZIDO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.

É imperioso iniciar o presente tópico ressaltando que a temática das *fake new* não encontra regulamentação ou conceituação específica no ordenamento. Existe, atualmente, o Projeto de Lei nº 2.630/2020, aprovado pelo Senado Federal e remetido à votação pela Câmara dos Deputados, o qual tem por finalidade criar a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Em que pese a boa iniciativa, o referido projeto não as conceitua diretamente, mas sim as contas inautênticas e automatizadas, bem como a publicidade e o impulsionamento (art. 5º, II, IV, VI e VII, respectivamente), vedando, em seu art. 6º, o funcionamento das primeiras em sua totalidade (inciso I do *caput*) e obrigando a identificação das três últimas (incisos II e III do *caput*). Conceitua, outrossim, o ambiente onde estas se propagam, quais seja, as redes sociais e os serviços de mensageria privada (art. 5º, VIII e IX, respectivamente).

Portanto, mediante interpretação sistemática, entende-se que a conceituação das *fake news* deve passar, cumulativamente, por filtro subjetivo, objetivo e ambiental. O primeiro concerne à verificação da conta em si, a qual deve ser: a) autêntica; ou b) automatizada identificada. O segundo, ao seu turno, é caracterizado pela promoção por meio de publicidade ou impulsionamento, os quais deverão ser ostensiva e

constantemente avisados. O último, enfim, se refere ao ambiente onde o conteúdo será divulgado, qual seja, as redes sociais e os serviços de mensageria privada. Logo, os conteúdos que desrespeitem quaisquer um destes três critérios serão *fake news*.

Diante deste cenário de ausência de conceituação e regramento legal, é urgente socorrer-se da doutrina para a melhor conceituação das *fake news*. Neste diapasão, é indispensável o trabalho de Tandoc Jr., Lim e Ling (2018) que, ao pesquisar 34 (trinta e quatro) artigos científicos sobre o tema, puderam observar que estas são divididas em seis grupos: sátira, paródia, fabricação, manipulação, propaganda e publicidade. Ainda segundo os autores, estas gozam de dois grandes atributos, que variam em escalas contínuas de “alto” a “baixo”: facticidade e intenção do autor.

De acordo com o estudo desenvolvido, quanto menor a facticidade e maior a intenção de enganar, mais próximo a comunicação estará da conceituação de *fake news*. Portanto, dois dos seus seis tipos estão muito próximos deste conceito, quais sejam: a manipulação e a fabricação de comunicações com o intento de travesti-las de notícias.

A fabricação pode ser caracterizada pela informação que, muito embora não esteja baseada em fatos reais, é travestida de notícia com a intenção de incutir na mente dos destinatários a ideia de seu conteúdo é verídico, objetivando a desinformação destes. Por sua vez, a manipulação se assemelha à sua congênere ao pretender criar uma narrativa falsa, mas se diferencia na medida em que se baseia na distorção de imagens e vídeos com o intuito de atrair a atenção dos olhares da audiência, enquanto aquelas têm por supedâneo os textos escritos.

Hauridas as considerações acerca da conceituação do termo *fake news*, revela-se necessário debruçar-se sobre o cenário de desinformação produzido durante a pandemia de COVID-19. Para tanto, cingir-se-á o objeto de estudo, dentre as seis espécies ora tratadas, à fabricação e à manipulação, dado que seu intuito manipulativo e baixo compromisso com a facticidade conferem às *fake news* perigosíssimo potencial de agravamento da pandemia e de danos à democracia.

Não obstante o cenário catastrófico decorrente da pandemia de COVID-19, cuja letalidade e alta transmissibilidade causaram mais de 1,4 milhões de infecções e 140 mil mortes no Brasil até 25/09/2020 (CONSÓRCIO DE IMPRENSA, 2020), atrela-se a esta a infodemia, a qual intensifica tão frágil e instável cenário. No escopo do presente trabalho, perquirir-se-ão as razões da sua existência e fortalecimento, o cenário nefasto advindo de seus efeitos quando atrelados aos da pandemia, bem como se proporão possíveis ações visando sua redução drástica.

O termo infodemia surgiu, pela primeira vez no discurso do Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde Tedros Adhanom Ghebreyesus⁴ para a Conferência Geral de Segurança em Munique / Alemanha em 15 de fevereiro de 2020.

Neste sentido os estudos de Schillinger, Chittamuru e Susana Ramírez (2020) traçam um paralelo entre a contaminação pela infodemia com o contágio por uma doença transmissível. Conforme o entendimento dos autores, uma informação infodêmica é transmitida de uma pessoa pela outra por meio do processo de comunicação tal qual uma doença⁵.

4. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/munich-security-conference>

5. Interessante observar que, em seus estudos, os autores reforçam o paralelismo entre infodemia e doença ressaltando que quaisquer condutas amplamente difundidas nos meios sociais são denominadas “vírais”.

Logo, os supracitados autores defendem que as redes sociais podem desempenhar diferentes papéis no cenário de infodemia, dentre os quais é importante destacar dois. O primeiro, de contágio, ao influenciar crenças, normas e condutas que podem minar a saúde pública, como, por exemplo, a rápida disseminação de *fake news* que incutam no povo a prática de medidas inseguras, não efetivas, inapropriadas ou custosas contra a COVID-19. O último, e de vetor, seja ao estimular práticas proliferadoras de doenças transmissíveis ou elevando, mediante propaganda personalizada e altamente persuasiva, o consumo de drogas lícitas (álcool e tabaco) ou de alimentos, que, sabidamente, contribuem com a obesidade, diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

No que tange ao cenário brasileiro, Júnior et al (2020) destacam que, até o dia 20 de março de 2020 (data final do estudo destes autores), houve alguns grandes picos de busca pelo termo “coronavírus” no buscador Google, sendo o primeiro em 29 de janeiro de 2020 (17 pontos numa escala de 0 a 100) e os subsequentes aconteceram em 26 de fevereiro de 2020 (26 pontos) e em 13 de março de 2020 (64 pontos).

Em consulta realizada no dia 26 de setembro de 2020⁶, notou-se considerável queda na pontuação verificada nos últimos sete dias, contabilizando-se 8 pontos enquanto a Áustria (maior pontuadora) registrou 100.

Objetivando uma visão panorâmica sobre algumas das principais *fake news* divulgadas acerca da COVID-19, demonstra-se absolutamente pertinente trazer à lume o Quadro 1, de autoria dos supracitados autores, conforme segue abaixo:

6. https://trends.google.com.br/trends/story/US_cu_4Rjdh3ABAABMHM_en_pt-BR

Quadro 1

FAKE NEWS	ESCLARECIMENTO
“Chá de abacate com hortelã previne o coronavírus”	De acordo com o Ministério da Saúde não existe comprovação científica de nenhum tipo de bebida, alimento, medicação ou vacina para a COVID-19, estudos estão sendo desenvolvidos no mundo inteiro, mas ainda não há conclusões sobre tais estudos.
“Uísque e mel contra o coronavírus”	
“Receita de alho cura o coronavírus”	
“Chá imunológico combate o novo coronavírus”	
“Hidroxicloroquina e cloroquina curam o coronavírus”	
“Beber água quente ou chás mata o vírus”	
“O coronavírus, antes de atingir os pulmões, permanece na garganta por quatro dias e, nesse período, a pessoa começa a tossir e sentir dores na garganta. Se essa pessoa beber muita água e fizer gargarejo com água morna, sal ou vinagre, isso eliminará o vírus”	Pesquisas apontam para a eficácia do álcool gel.
“Médicos tailandeses curam coronavírus em 48 horas”	
“Álcool-gel não tem eficácia, vinagre sim”	
“Cientistas indianos encontraram semelhança entre o vírus HIV com o coronavírus”	As pesquisas indicaram semelhança com o vírus SARS-CoV.
“China cancelou todos os embarques de produtos por navio até março”	Não há relatos que apontem que o vírus é transportado por meio de produtos.

Júnior et al (2020). *Fake News* sobre o coronavírus, p. 340.

Em face da situação de calamidade pública apresentada pela pandemia de COVID-19, potencializada pela infodemia de *fake news*, é imperioso tecer estratégias de combate à esta e gerenciamento contínuo daquela. Cingindo-se ao objeto do presente estudo, colacionar-se-ão quatro pilares de gerenciamento propostos por Eysenbach (2020).

O supracitado autor exorta que o primeiro pilar do combate à infodemia é a facilitação da tradução precisa do conhecimento, a qual se dará, por uma lado, por meio do seu apoio, incentivo e fortalecimento e, por outro, através da minimização de seus fatores de distorção: política, comércio, reportagens seletivas e demais mal-entendidos. O segundo pilar, ao seu turno, é o incremento da filtragem, da checagem de fatos e do refinamento da produção de conhecimento e das informações, identificando-se por qual nível de filtragem estes passaram antes de serem divulgados. Por sua vez, o terceiro pilar é a construção de uma

literatura-eletrônica sobre saúde, que permita o fácil acesso às – e entendimento das – informações sobre saúde e ciência disponíveis na rede. Por derradeiro, o quarto pilar é a constituição da infodemiologia e da infovigilância, as quais se arrimariam na análise de dados e das mudanças repentinas de padrões da internet, tornando-se possível detectar rompantes de desinformação, rumores e falsidades, contendo-as em seu nascedouro.

Pode-se concluir que o combate à infodemia, bem como a necessária propagação do conhecimento científico no combate à pandemia de COVID-19 são condições imprescindíveis à manutenção tanto da vida quanto da dignidade da pessoa humana. É possível atinar, também, que se faz necessária consulta à fonte confiável e oficial para obter informações consistentes e orientações básicas acerca do que deve ser feito ou evitado nas circunstâncias calamitosas que são apresentadas.

O COMBATE ÀS *FAKE NEWS* E A PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO MECANISMOS INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Muito embora se tenha destacado a infodemia de *fake news* como elemento de crescimento exponencial do contágio de COVID-19, há que se considerar extremamente nociva não apenas na atual conjuntura pandêmica, mas como e quaisquer cenários. Desta forma, o combate à sua propagação e a valorização da imprensa devem ser pautas relevantes a quaisquer sociedades que pretendam preservar seu regime democrático.

É pertinente destacar a alta capacidade de transmissão das *fake news* quando comparadas às notícias verdadeiras mediante os estudos de

Vosoughi et. al (2018), que analisaram 126 mil tweets realizados entre 2006 e 2017 e concluíram que elas se espalham muito mais distante, rápida, profunda e amplamente que as notícias verdadeiras. Em consonância com os autores, muito mais notícias falsas obtiveram mais de dez tuitadas que as verdadeiras, as 0.01% das *fakes* mais populares obtiveram mais de 19 retuitadas e o 1% das notícias falsas mais virais atingiram entre 1 e 100 mil pessoas, enquanto a verdade raramente ultrapassou o número de 1 mil.

Lazer et. al (2018) relembram que os robôs podem potencializar a dispersão de *fake news* em ordens de considerável magnitude, encontrando nas redes sociais o local propício para tanto. Os estimados 60 milhões de *bots* do Facebook e as até 15% de contas-robô do Twitter foram, segundo os autores, responsáveis por parcela substancial de postagens políticas durante a campanha presidencial ianque de 2016 e foram usadas para tentar influenciar nas eleições francesas de 2017.

Confirmando a nocividade das *fake news*, Empoli (2019) evidencia a força das redes sociais para disseminação de inverdades sobre política, as quais são entregues de maneira personalizada aos indivíduos com o objetivo de estimular-lhes condutas extremistas mediante o reforço de suas crenças pessoais. Este reforço é permitido por meio da obtenção de dados personalíssimos coletados através da observação de suas condutas nas redes, os quais são utilizados em momento posterior para manipulação das condutas individuais em prol de políticas populistas. Tais políticas, ao seu turno, minam as bases da democracia pelo mundo, ao empurrar os eleitores em direção aos extremos de discursos de ódio e racismo, em vez de fazê-los convergir para o diálogo democrático.

Neste sentido, Lanier (2018) defende que as redes sociais fulminam a verdade por meio de ações de robôs e/ou contas falsas – contratadas, muitas vezes, por grupos desconhecidos – que curtem, comentam e compartilham conteúdos de interesses destes com vistas à promoção de engajamento e modificação de comportamento de pessoas reais. Isto porque os conteúdos com maior (e não com verdadeiro) engajamento são multiplicados pelos algoritmos das redes sociais e passam a alimentar a visão que as pessoas reais têm do mundo através de seu *feed* de notícias. Em continuidade, o mesmo autor explica que a política está se tornando impossível em ambiente de redes sociais. Primeiro, porque estas tanto estimulam a raiva e a idiotia de seus participantes buscando a maior permanência e participação de seus usuários. Segundo, por foça da perpetração de notícias falsas e imagens manipuladas de candidatos que desagradem aos seus anunciantes, estimulando seus usuários a votarem contra estes ou a não exercer seu direito fundamental à participação democrática.

Repensar e revisitar a LAI (Lei de Acesso à Informação) é, em última análise, repensar e revistar a forma como se estrutura a Democracia e se exerce o direito fundamental à participação da política do país. Deveras, segundo Araújo e Bussinguer (2020), somente por meio do acesso à informação pública será possível dar ao cidadão as ferramentas necessárias à plena e consciente tomada de decisões na condução da política. Na dimensão eleitoral, tal direito confere ao eleitor a possibilidade de conhecer os atos praticados pelos seus candidatos e o seu programa de governo, facultando-lhe escolher o que possui verdadeiro compromisso com o interesse público. A dimensão contestatória da democracia é viabilizada ao permitir que os cidadãos conheçam e acompanhem os

atos praticados, assim como a arrecadação e a destinação dos recursos públicos, devendo ser exercida nas dimensões deliberativas (participação direta dos cidadãos na política) e inclusiva (inserção de todos os cidadãos na participação direta e no debate da política).

Apesar de sua imprescindibilidade à Democracia, Possamai e Souza (2020) concluíram que, muito embora houvesse avanços na LAI no que tange à incorporação dos princípios dos dados abertos, prevalece no Brasil a cultura do sigilo que impõe diversas barreiras ao acesso, de fato, às informações governamentais. Agrava esta situação que tal barramento tem por fulcro um Decreto do Executivo Federal (nº 7.724/2012), que instituiu vasta amplitude às hipóteses de indeferimento e criou espaço cinzento mediante regramento infralegal que exorbita os limiares estabelecidos pelo Congresso Nacional mediante a LAI.

Em meio ao cenário de atrasos, indeferimentos e postergação na divulgação de informações constitucionalmente garantidas e legalmente regulamentadas, fulgura o papel do jornalismo, destacado por Ferracioli e Marques (2020), de mediador da transparência pública. Ambos defendem que são papéis do jornalismo o reforço de iniciativas voltadas à ampliação da transparência, através da divulgação e atualização constante dos dados nos portais de transparência; impedir reformas legislativas com vistas à restrição da LAI; e a defesa do interesse público por meio da produção de materiais de interpretação dos dados divulgados – mesmo que isto enseje, por muitas vezes, o confronto com agentes do campo político.

Seguindo essa linha, as *fake news* têm-se demonstrado perigosas não apenas à vida do indivíduo em si, como também de toda a Democracia e as instituições dela decorrentes, conforme evidencia Sarlet e Siqueira (2020). A despeito disto e, em especial, após os escândalos

concernentes à manipulação de pleitos eleitorais em países democráticos ao redor do mundo pela empresa *Cambridge Analytica*, as sociedades têm tentado regular tal assunto, resvalando em dificuldades de se ponderar o combate às notícias falsas com os cuidados de não propiciar aos Poderes a possibilidade de incorrerem em possíveis restrições arbitrárias à liberdade de expressão.

Os Estados Unidos são conhecidos por dar a maior amplitude possível à liberdade de expressão, a tal ponto que, no julgamento mais recente acerca do tema (*U.S. v. Alvarez*, proferido em 2012) a Suprema Corte decidiu pela inconstitucionalidade da *Sotlen Valor Act* (Lei do Valor Roubado, em tradução livre) na qual o Estado tornou indivíduo que mentiu sobre ter recebido uma Medalha de Honra do Congresso, fazendo disso um dos seus motes de campanha eleitoral. A maioria (5 votos a 3) decidiu pela inconstitucionalidade da lei e pela proteção do discurso falso sob o manto da liberdade de expressão. Dentre os vencedores, houve divergência (apenas sobre o potencial gozado pela Primeira Emenda para barrar leis que visem restringir dal liberdade. (Suprema Corte Norte-americana, 2020).

Sob a luz da decisão, Goldman e Baker (2019) analisaram que a constitucionalidade de quaisquer regulamentações das *fake news* devem adimplir três requisitos decorrentes de um escrutínio estrito: 1) dano legalmente reconhecível ; 2) malícia real; e 3) princípio da alfaiataria estreita (*narrow tailoring*), segundo o qual a lei deve ser escrita com a máxima precisão, de modo a alcançar o máximo resultado pretendido com a menor restrição possível às liberdades consagradas na Primeira Emenda, o qual se desdobra nos seguintes deveres: a) demonstração de interesse convincente; b) ligação causal direta entre a restrição imposta

a o dano a ser prevenido; c) insuficiência do discurso contrário para anular o discurso falso; d) demonstração da regulação como a medida menos restritiva entre as alternativas válidas e efetivas.

Adiante, Goldman e Baker (2019) enquadram as *fake news* no dano legalmente reconhecível porque, assim como o crime de perjúrio regulamenta a liberdade de expressão por estar em guerra com a justiça e minam as bases e funções da lei, elas devem ser reguladas porque estão em conflito direto com a Democracia, ao vilipendiar as funções das eleições e ameaçar a incolumidade do processo eleitoral, fazendo com que as pessoas não exerçam seu direito à livre escolha de seus governantes. Sobre a necessidade de comprovação de malícia real, os autores defendem que recentes precedentes da Suprema Corte (McConnell vs. FEC) têm defendido que leis que pretendam salvaguardar a incolumidade do processo eleitoral tendam a afastar tal mister, sendo avaliadas neste quesito sob um escrutínio mais moderado, pois a proteção do processo eleitoral resulta em defesa da liberdade de uma sociedade democrática capaz de traduzir o discurso em ação governamental.

Apreciando a alfaaiataria estreita, os autores acima defendem que as *fake news* implodem a competência democrática. A ligação causal direta se encontra no fato de que os seres humanos tendem, naturalmente, a acreditar uns nos outros; quem as propaga tem mais informações que os eleitores; e o viés de confirmação de crenças do destinatário. A insuficiência do discurso contrário reside no fato de que as notícias falsas são propaladas aos milhares, exaurindo a capacidade de os votantes dar atenção aos discursos verdadeiros, extenuando suas mentes com muito mais informações do que estes conseguem consumir. Finalmente, regular as *fake news* demonstra-se a medida restritiva mais leve quando

comparada à necessidade de se criar um órgão de verificação de informações, o que seria igualmente efetivo, mas muito mais restritivo.

Ainda à luz do caso Alvarez e visando conciliar o combate às *fake news* com a preservação da liberdade de expressão, Sunstein concluiu que: “The government can regulate or ban deepfakes, consistent with the First Amendment, if, (1) it is not reasonably obvious or explicitly and prominently disclosed that they are deepfakes, and (2) they would create serious personal embarrassment or reputational harm” (Sunstein, 2019, p. 22)⁷. Dando continuidade, o autor defende que uma possível saída para a regulação das *fake news* sob o prisma de Alvarez não seria proibi-las, mas atrela-las à obrigatoriedade da informação de que se tratam de notícias falsas.

Abordando a temática sob o manto da legislação europeia, Ivanova (2020), ao analisar a eficácia da GDPR (General Data Protection Regulation – Regulação Geral de Proteção de Dados, em tradução livre), concluiu que esta não é uma solução mágica para os problemas, mas possui dois grandes méritos em seu teor. O primeiro é a ampla proteção aos dados pessoais garimpados pelos algoritmos das grandes companhias para direcionamento de propaganda personalizada e manipulação do indivíduo, pois, uma vez restringido seu acesso, estancar-se-á a fonte da nocividade das *fake news*. O último, ao seu turno, é a valorização do jornalismo que produza informação de qualidade, de acordo com os códigos de ética da profissão de cada um dos seus países-membro, porque assim se protege o direito de expressão e de informação contra

7. O governo pode regular ou banir deepfakes, de acordo com a Primeira Emenda, se (1) não está razoavelmente óbvio ou explícito e proeminentemente divulgado que estas são deepfakes e (2) elas possam criar sérios embaraços pessoais ou danos reputacionais.

movimentos iliberais ao passo que estimula a propagação de informação informações aprimoradas e confiáveis.

Enfim, verifica-se idêntico debate em solo nacional acerca da regulação das *fake news* e da hipotética ameaça que esta poderia representar à liberdade de expressão. Neste sentido, os estudos de Abreu e Adeodato (2020) indicam balizas bem-vindas para tal mister, que culminará no conceito de “fatos verificavelmente inverídicos”. A primeira é a substituição da expressão “notícias” pela “fatos”, posto que esta é mais ampla que aquela e viabiliza maior combate às ameaças perpetradas contra democracia. A última é o emprego do advérbio modal “verificavelmente”, pois se a notícia (news) é sabidamente falsa (*fake*), não terá o condão de ameaçar o entendimento das pessoas nem de minar as bases democráticas do país. Tal tarefa deverá, segundo os autores, ser desempenhada conjuntamente pelos *plyers digitais* juntamente aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Nesta toada, é assaz imperiosa a defesa da liberdade de imprensa enquanto produtora da informação jornalística de qualidade, protegendo as pessoas e os regimes democráticos das investidas do poder na tentativa de distorcer ou fulminar a verdade factual em prol de seus próprios (e muitas vezes escusos) interesses. Arendt (2016) já exortava que a política e a verdade factual vivem em constante conflito e tensão, apesar de a verdade factual ser a base fundamental para a formação das opiniões (por vezes conflitantes) e dos debates políticos, bem como que o seu contrário nada mais é que a mentira e a falsidade premeditada.

Cumpre relembrar, enfim, que é necessário defender a liberdade de imprensa das investidas de quaisquer governos, pois, somente assim, preservar-se-ão as bases da Democracia. Como bem ensinam Levitsky

e Ziblatt (2019), tecendo paralelo entre a tomada do poder e destruição da Democracia e uma partida de futebol, primeiro dominam-se seus árbitros (o Judiciário). Depois, realizam-se ataques sistemáticos com os principais jogadores do time que lhe adversariam (líderes de oposição, líderes empresariais, influenciadores e meios de comunicação). Neste cenário, o passo seguinte é a mudança das regras do jogo em favor dos interesses espúrios do autocrata. Conclui-se que preservar a liberdade de imprensa é, no atual cenário pandêmico, preservar a vida não apenas das pessoas, como a vida e a existência da própria democracia.

CONCLUSÃO

O presente artigo científico teve por finalidade examinar, através do método hipotético-dedutivo, a importância da proteção da liberdade de imprensa e do combate às *fake news* como requisitos à preservação da Democracia em tempos de pandemia. Neste sentido, confirmou-se que as hipóteses de infodemia de notícias fraudulentas contribuiu para a piora dos quadros pandêmicos e para a fragilização dos regimes democráticos. Verificou-se verdadeira, também, a necessidade da defesa da liberdade de imprensa como elemento imprescindível ao combate à pandemia e à defesa da Democracia. Refutou-se, ainda, a ideia de ser preciso revisitar a LAI – Lei de Acesso à Informação, uma vez que esta não é, per si, impeditivo ao acesso à informação, mas sim o Decreto Federal nº 7.724/2012, que instituiu vasta amplitude de hipóteses de indeferimento de pedidos de informação.

Estas conclusões decorreram de ampla análise doutrinária, na primeira parte, dos conceitos de liberdade de expressão, de imprensa e de

libertinagem de informações. A primeira é fruto e base do regime democrático, sendo certo que ambas se retroalimentam em círculo virtuoso, ou seja, a democracia reforça a liberdade de expressão e esta garante a existência daquela. A segunda, por sua vez, é direito fundamental conferido aos profissionais e empresas como contrapartida ao dever fundamental de estes prestarem informações qualificadas. A última é o abuso do direito ao expressar-se. Assim, as duas primeiras devem ser preservadas; a última, combatida.

A segunda parte permitiu a conceituação de *fake news* mediante análise de artigo científico que revisitou outros 34 que lidaram com o tema. Assim, das seis espécies lá constatadas, duas mereceram maior atenção para a temática deste trabalho, dado gozarem de alta facticidade e intenção manipuladora de quem as perpetraram: a manipulação e a fabricação de comunicações. Concluiu-se, igualmente, que as notícias fraudulentas são catastróficas no atual cenário pandêmico, ao potencializar o efeito contagiante da COVID-19.

Na parte final, constatou-se que as *fake news* são altamente nocivas à Democracia, que a regulamentação infralegal de acesso à informação merece ser revisitada e que se faz urgente uma regulamentação das *fake news*. Em contraponto aos radicais defensores da liberdade de expressão, o presente trabalho expôs o posicionamento da Suprema Corte Ianque, favorável à mentira perpetrada em campanha eleitoral como manifestação da liberdade de expressão e analisou que, mesmo assim, há corrente acadêmica que pugnou, à luz deste mesmo posicionamento, a possibilidade de se regulamentar as notícias fraudulentas. Enfim, concluiu-se que todas estas medidas devem ser adotadas conjuntamente com a defesa intransigente da liberdade de expressão, sob pena não

apenas da destruição da Democracia, mas, segundo Arendt (2016), da sociedade e da verdade factual tal qual a conhecemos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A.E. L., & Adeodato, J.M.L., (2020). Complexidades na conceituação jurídica de fake news: ambivalência, imprecisão e legitimidade para definição. *Revista em Tempo*. 19(1).
- Alencar, M. T., & Dourado, J.L., (2020). Da pós-verdade a pós-imprensa a crise do jornalismo na era da desinformação. *Cadernos Cajuína*, 5(1). 88-101
- Alexy, R. (2008). *Teoria dos direitos fundamentais*. Malheiros Editores.
- Amrecian Bar Association (2018, 27 de novembro). How to read a U.S. Supreme Court Opinion. https://www.americanbar.org/groups/public_education/publications/teaching-legal-docs/how-to-read-a-u-s--supreme-court-opinion/
- Araújo, H.N., & Bussinguer, E.C.A., (2020). Direito de acesso à informação: um instrumento de liberdade política dos cidadãos. *Espaço Jurídico Journal of Law*, 21(1).
- Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva.
- Barcellos, A. P. (2015). *Curso de direito constitucional* (1ª ed). Forense.

- Coronavírus. (2020, 26 de fevereiro). https://trends.google.com.br/trends/story/US_cu_4Rjdh3ABAABMHM_en_pt-BR
- Empoli, G. (2019). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.
- Eysenbach, G. (2020). How to Fight an Infodemic: The Four Pillars of Infodemic Management. *Journal of medical internet research*, 22(6)
- Ferracioli, P., & Marques, F. P. J. (2020). O jornalismo como agente da transparência pública no Brasil: a cobertura noticiosa no caso da Lei de Acesso à Informação. *Observatório (OBS*) Journal*, 14(2)
- Ferreira, G.M., & Branco, P.G.G. (2013). *Curso de direito constitucional*. (7ª ed). Saraiva.
- Folha de São Paulo (2020, 08 de junho). Congressistas e entidades elogiam consórcio de imprensa para coletar dados da Covid-19. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/congressistas-e-entidades-elogiam-consorcio-de-imprensa-para-coletar-dados-da-covid-19.shtml>
- Ghebreyesus, Tedros Adhanom (2020, 15 de fevereiro). Conferência de Segurança de Munique. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/munich-security-conference>
- Goldman, A. I., & Baker, D. (2019). Free speech, fake news, and democracy. *First Amendment. Law Review*, 18, 66-141.

- Ivanova, I. (2020). Can EU data protection legislation help to counter “fake news” and other threats do democracy? In: S. Katsikas & V. Zorkadis (Eds.): *E-Democracy – Safeguarding Democracy and Human Rights in the Digital Age* (pp. 221-235). Springer Nature.
- Júnior, J. H. S. et al. (2020). Da desinformação ao caos: uma análise das fake news frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. *Cadernos de Prospeção*, 13(2), 331-346.
- Lanier, J. (2018). *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Editora Intrínseca Ltda.
- Lazer, D. M. J. et al. (2018). The science of fake news. *Science*, 359(6380), 1094-1096
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem* (1ª ed). Editora Pequena Zahar.
- Moraes, A. (2016). *Direito constitucional* (32ª ed). Atlas.
- Moura, W. A. (2018). *Curso de direito constitucional* (9ª ed). Forum.
- Possamai, A. J., & Souza, V. G. (2020). Transparência e dados abertos governamentais: possibilidades e desafios a partir da lei de acesso à informação. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(2).
- Reginato, G. D. (2020). Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. *Estudos em*

jornalismo e mídia, 17(1), 43-53. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2020v17n1p43>

Ricard, J., & Medeiros, J., (2020). Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review*, 1(2). <https://doi.org/10.37016/mr-2020-013>

Sarlet, I. W. (2017). *Curso de direito constitucional* (6ª ed). Saraiva.

Sarlet, I.W., & Siqueira, A. B.. (2020). Lberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas “fake news” nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. *Revista de Estudos Institucionais*, 6 (2).

Schillinger, D.; Chittamuru, D. & Ramírez, S. (2020). From “infodemics” to health promotion: a novel framework for the role of social media in public health. *American Journal of Public Health*, 110(9), 1393-1396.

Silva, J. A. (2014). *Curso de direito constitucional positivo* (37ª ed). Malheiros Editores.

Sunstein, C. R. (2019). *Falsehoods and the first amendment*. SSRN Electronic Journal.

Tandoc Jr., E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining fake news. *Digital Journalism*, 6(2), 137-153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>

- Tangcharoensathien, V. et al. (2020). Framework for managing the COVID-19 infodemic: methods and results of an online, crowdsourced WHO technical consultation. *Journal of medical internet research*, 22(6), 1-8
- U.S. Supreme Court. (2012, 28 de junho). U.S. v. Alvarez. <https://www.uscourts.gov/educational-resources/educational-activities/holding-us-v-alvarez>
- Vosoughi, S. et al. (2018). The spread of true and false news online. *Science*, 359(6380), 1146-1151.
- Wilke, V. C. L. (2020). Pós-verdade, *fake news* e outras drogas: vivendo em tempos de informação tóxica. *LOGEION: Filosofia da Informação*, 7(1), 8-27.

OS DISCURSOS POR TRÁS DA DESINFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE DECLARAÇÕES PRESIDENCIAIS ACERCA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Luciana Miranda Costa¹
Lizete Barbosa da Nóbrega²
Juliana Sampaio Pedroso de Holanda³

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios para a democracia, de acordo com o ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama, é “o fato de não compartilharmos a mesma base de fatos”. As pessoas estão “operando em universos de informação completamente diferentes” (Kakutani, 2018, p. 13). A afirmação dialoga e mostra a assertividade da escolha do termo *pós-verdade* como a palavra do ano em 2016 pelo Dicionário

-
1. Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN) e do Programa de Pesquisa em Comunicação Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom-UFPA).
lmirandaeua@hotmail.com
 2. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN).
liznobreaga@ufrn.edu.br
 3. Doutoranda em Mídia e Comunicação pela University of Warwick, em cotutela com o Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN).
julianaholanda@gmail.com

de Oxford. De acordo com a instituição, o termo “relaciona-se com ou denota circunstâncias onde fatos objetivos são menos influentes para a formação da opinião pública do que apelos emocionais e crenças pessoais” (Oxford, 2020).

Embora a noção de verdade seja discutível e possa obter interpretações diferentes, no caso da divulgação de informações e, especialmente de notícias jornalísticas, o termo se aplica à busca e ao compartilhamento de informações de maneira honesta e imparcial. Santaella (2019) aponta que “pós-verdade” pode ser entendido em dois sentidos diferentes: um que indica o momento após a verdade ter sido conhecida, como o pós-guerra, ou o momento em que ela se tornou um conceito irrelevante ou sem importância. Com essa segunda concepção, de acordo com D’Ancona (2018), a verdade “perde a primazia epistemológica nas discussões públicas e passa a ser apenas um valor entre outros, relativo e negociável, ao passo que as emoções, por outro lado, assumem uma renovada importância” (D’Ancona, 2018, p. 10).

Para Bruno e Roque (2019), este fenômeno pode ser considerado apenas uma ponta do *iceberg*. “Por baixo há um mundo em que a confiança está se dissolvendo” (Bruno & Roque, 2019, p. 17). As autoras indicam que “a confiança está sendo minada nas redes sociais, com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos” (Bruno & Roque, 2019, p. 17). Howart (2013, p. 71), sob um enfoque específico, observa que no atual contexto de risco ambiental, “o conhecimento é contestado, os métodos científicos são contestados e surgem divergências mordazes sobre como proceder em condições de incerteza”.

Todo esse cenário, no qual a verdade baseada na “confiança nas instituições” perde importância frente a crenças e emoções, também é chamado de crise epistêmica (Oliveira, 2019) e pode ser refletido na disseminação de desinformação, as chamadas *fake news* (D’Ancona, 2018; Wardle, 2017). Para Kakutani (2018), esse movimento não inclui somente as chamadas notícias falsas:

também existe a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e *anti-vaxxers*, os ativistas no movimento anti-vacina), a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos), os perfis falsos de norte-americanos no Facebook (criados por *trolls* russos) e os seguidores e “likes” falsos nas redes sociais (gerados por *bots*) (Kakutani, 2018, pp. 11-12).

No entanto, apesar do falseamento da realidade a fim de manipular ou criar uma realidade paralela, é inegável a existência de fatos e da verdade deles. “Embora todo discurso seja por natureza interpretativo e traga, mesmo que involuntariamente, marcas da pessoalidade de quem o enuncia, o fato, o acontecimento, a situação a que o discurso se reporta são indestrutíveis. Inegavelmente, ocorreram” (Santaella, 2019, p. 74).

Bucci (2019) afirma que falta ao debate político e público a presença dos fatos e, a partir disso, elenca uma hipótese de que os fatos foram interditados por duas estratégias. A primeira delas aborda a tecnociência e a inclusão dos dados como representação dos fatos. Já a segunda, que interessa mais diretamente à nossa discussão, “brota de discursos que, em polos mais ou menos extremados de esquerda e de direita, afirmam-se como contestadores do *establishment*” (Bucci, 2019, p. 76).

Para o autor, uma das características dessa interdição é o populismo e a busca para barrar o que chama de juízo de fato: “se um fato contraria

a linha oficial daquela corrente, daquele partido, daquele governo, que seja revogado” (Bucci, 2019, p. 80-81). Essa revogação assemelha-se à estratégia discursiva adotada pelo presidente Jair Bolsonaro em momentos de crise, como no caso dos incêndios florestais na Amazônia, que veremos nesse artigo. Em vez de acolher o fato, busca-se negá-lo e tenta-se encontrar outros motivos para justificar o problema, que fogem aos fatos. Adota-se, portanto, princípios da pós-verdade, fenômeno que “tem mudado os consensos estabelecidos sobre a própria efetividade da argumentação científica – e sobre a pertinência social de seus critérios” (Bruno & Roque, 2019, p. 19). Arendt observa, que “sempre se consideraram as mentiras como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista” (Arendt, 2016, pp. 282-283).

Aproximando-se ainda mais do cenário político nacional, percebe-se que essa dissociação da verdade dos fatos (Bucci, 2019; Arendt, 2016) é ainda mais acentuada. De acordo com o *site* de *fact-checking* *Aos Fatos*, nos primeiros 19 meses (de 1º janeiro de 2019 a 31 de julho de 2020) de mandato do presidente Jair Bolsonaro, o político deu 1.512 declarações falsas ou distorcidas. A estatística vem de uma base de dados criada pelo site a fim de identificar traços de desinformação (Wardle, 2017) no discurso do presidente brasileiro eleito em 2018.

Para Santaella (2019), a verdade factual não se configura como algo subjetivo ou capaz de alterações. Se um fato ocorreu não há como ser alterado, pois trata-se de um fato consumado. “Não há como mudar o passado a bel prazer a não ser pela mentira ou pelas falhas da memória” (Santaella, 2019, p. 74). Dessa forma, com o entendimento de que os fatos são únicos e comprováveis surgiu um movimento dentro do

jornalismo a fim de se contrapor ao jornalismo meramente declaratório e combater o cenário de desinformação a partir da checagem de fatos: o *fact-checking*.

2 O *Fact-checking*

O termo *fact-checking* surgiu na década de 1990 nos Estados Unidos a partir do jornalista Brooks Jackson, que realizou o trabalho de checagem das declarações dos candidatos à presidência daquele país pela rede de televisão CNN. Em 2003, Brooks criou o primeiro site de checagens do mundo: o FactCheck.org (<https://www.factcheck.org/>), que deu o pontapé para outras iniciativas, como o PolitiFact que surgiu em 2007 e ganhou, em 2009, um prêmio Pulitzer (Scofield, 2019). A apuração ou checagem se dá após a declaração ou publicação do fato, tornando a checagem o produto final para o leitor e não apenas mais um passo metodológico na construção de uma notícia ou reportagem.

Não apenas existe uma verdade objetiva, como deixar de dizê-la é uma questão importante. Não temos como controlar se os agentes públicos mentem para nós. Mas temos como controlar se eles devem responder por essas mentiras ou se então, seja por exaustão ou para proteger nossos interesses políticos, vamos olhar para o outro lado e igualar a indiferença à verdade. (Yates, 2017 em Kakutani, 2019, p. 19)

No Brasil, a verificação apresentada desta forma surgiu em 2010, com projetos como o ‘Mentirômetro’ e ‘Promessômetro’, ambos do jornal Folha de S. Paulo. Eles nasceram para checar as declarações dos candidatos em período eleitoral, reafirmando a origem do *fact-checking* vinculada às campanhas políticas. Entre as jornalistas participantes do

projeto da Folha de S.Paulo estava Tai Nalon, que posteriormente seria uma das fundadoras da agência de verificação *Aos Fatos*, em 2015.

O formato se fortaleceu no Brasil a partir das eleições de 2014, com o projeto Truco, da Agência Pública, e o blog Preto no Branco, do jornal O Globo. Em 2015, surgiu outra importante iniciativa brasileira: a Agência Lupa (Costa & Nóbrega, 2019). De lá para cá, outras iniciativas apareceram, como os núcleos de checagens dentro de veículos de comunicação, a exemplo do “Fato ou Fake”, do Grupo Globo, ou o Estadão Verifica, do jornal O Estado de S. Paulo. Atualmente o Duke Reports’ Lab, centro de pesquisa em jornalismo da Universidade de Duke, mapeia 304 iniciativas de checagem de fatos em 84 países ao redor do mundo (Stencel & Luther, 2020).

2.1 *Aos Fatos*

O site *Aos Fatos* surgiu em 2015 como a primeira plataforma criada exclusivamente para a checagem de fatos no Brasil. A iniciativa apareceu no cenário brasileiro “para preencher uma lacuna de cobertura jornalística prestigiada somente em época de eleições” (Aos Fatos, 2020). Desde setembro 2016, a agência é signatária do *International Fact-checking Network*, unidade do Instituto Poynter - centro de pesquisa e atuação em jornalismo baseado na Flórida, Estados Unidos, que busca “apoiar uma cultura em expansão de iniciativas de verificação de fatos, promovendo as melhores práticas e intercâmbios nesse campo” (Poynter, 2019).

Para ser signatário do IFCN, o *Aos Fatos* se comprometeu a respeitar os cinco princípios éticos da instituição: compromisso com apartidarismo e equidade, compromisso com a transparência das fontes, compromisso com a transparência do financiamento e da organização,

compromisso com a transparência da metodologia, e compromisso com uma política de correções aberta e honesta. A plataforma produz um trabalho independente no sentido de não estar hospedado em nenhum veículo de comunicação e se apoia em um modelo híbrido de negócios para financiar a iniciativa e manter-se em atuação. Dentre suas fontes de rendimento estão o programa de apoiadores, “Aos Fatos Mais”; o “Aos Fatos Lab”, projeto de tecnologia de *Aos Fatos*, além de parcerias editoriais, consultorias e projetos remunerados com o Facebook.

Para efetuar suas checagens, o site *Aos Fatos* realiza um trabalho de verificação em sete etapas, que se iniciam a partir da seleção de uma informação pública que é seguida da consulta da fonte original. Após isso, a equipe procura fontes que consideram de origem confiável, como banco de dados públicos, depois fontes oficiais e por fim fontes alternativas. Em seguida é realizada uma contextualização das informações para o leitor, com o intuito de amplificar o debate, e há também a classificação da declaração nas seguintes categorias: verdadeiro, impreciso, exagerado, contraditório, insustentável, distorcido ou falso.

Antes da publicação, qualquer checagem ou reportagem do *Aos Fatos* passa pelas mãos de dois editores: um deles confere junto com o repórter as fontes consultadas, enquanto o segundo faz a revisão final e confirma a coerência deste método. Todos os jornalistas envolvidos nesse processo devem chegar a um veredito a respeito do selo que será concedido à declaração ou à desinformação checada. Se necessário, outro jornalista da equipe fixa deverá ser consultado, para tirar a prova real. (*Aos Fatos*, 2020)

Desde o início de 2019, o *Aos Fatos* se debruça na checagem de declarações do presidente Jair Bolsonaro inspirado no trabalho realizado

pela iniciativa do jornal americano *The Washington Post*, o *Fact Checker*⁴. Até o dia 12 de outubro desse ano, já tinham sido contabilizadas 1.732 declarações falsas ou distorcidas, o que corresponde a 2,66 declarações enganosas por dia desde que assumiu o cargo de presidente.

A contabilidade e a checagem das declarações do presidente é feita diariamente pela equipe do Aos Fatos — que mapeia canais oficiais, redes sociais e meios de comunicação. Como o objetivo da ferramenta é acompanhar o volume de desinformação no discurso presidencial, as declarações classificadas como verdadeiras não são contabilizadas nem ficam visíveis. Desde que o contador estreou, a assessoria de Bolsonaro nunca respondeu aos pedidos de esclarecimento enviados por Aos Fatos. (Cunha & Menezes, 2020)

Sobre não categorizar as declarações verdadeiras, a equipe do *Aos Fatos* alega que o monitor da desinformação “busca acompanhar e analisar o volume de desinformação do discurso presidencial” (Cunha & Menezes, 2020), dessa forma, categorizam e registram no contador apenas declarações enganosas.

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com base nas checagens feitas pelo *Aos Fatos* sobre as declarações de Jair Bolsonaro acerca da temática Incêndios Florestais, realizamos uma análise de conteúdo dos dados (Bardin, 1977). A autora divide a metodologia em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A organização do material, que diz respeito a esta primeira fase de análise, foi realizada a partir da coleta manual de

4. Desde que assumiu como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump já deu 20.055 declarações enganosas, de acordo com o FactChecker. A base de dados da iniciativa foi atualizada pela última vez no dia 9 de julho de 2020.

112 checagens sobre meio ambiente realizadas pelo site *Aos Fatos* de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2020.

A partir dessas declarações seguimos para a exploração do material começando com a codificação e categorização das checagens. Bardin (1977) observa que “torna-se necessário saber a razão *porque é que* se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como* analisar” (Bardin, 1977, p. 103). O objetivo de nossa pesquisa foi identificar quais foram os principais pontos de desinformação no discurso do presidente Jair Bolsonaro em relação ao meio ambiente, além de compreender os sentidos presumíveis colocados nessas declarações.

Portanto, a fase de codificação consistiu em identificar os temas que envolviam cada declaração para, a partir daí, realizarmos uma análise temática dos assuntos que mais se repetiam. Dessa forma pudemos agrupar as declarações imprecisas em dez categorias:

Tabela 1

Categoria	Número de declarações	Critério
Crime ambiental	13	Declarações do presidente, em 25 de dezembro de 2012, sobre autuação por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios em Angra dos Reis (RJ).
Desmatamento	5	Declarações que minimizam as taxas de desmatamento, principalmente na Amazônia.
Incêndios florestais	25	Declarações que negam os incêndios na Amazônia ou informam incorretamente sobre a média de focos de incêndios.
Internacional	10	Declarações que buscam comparar a sustentabilidade do Brasil com outros países, como a Alemanha, ou que buscam questionar acordos internacionais, como o Acordo de Paris.
Legislação	6	Falas que questionam a legalidade e quantidade de decretos ambientais.
Óleo	4	Informações imprecisas sobre o derramamento de óleo no Nordeste brasileiro e as ações do governo para conter o desastre ambiental.

ONGs	5	Declarações que tentam enquadrar Organizações Não-governamentais e/ou acusá-las de iniciar incêndios.
Preservação ambiental	19	Declarações imprecisas sobre taxas de preservação ambiental e sobre o Brasil ser o país que mais preserva o meio ambiente no mundo.
Conflitos territoriais	19	Informações imprecisas sobre área de proteção ambiental ou de reservas indígenas.
Outros	6	Declarações isoladas sobre uso de agrotóxicos e garimpos.

As declarações também foram analisadas a partir de sua veracidade. Foram encontradas em todas as categorias 68 declarações falsas, 26 imprecisas, duas exageradas, uma contraditória e 15 declarações sem etiqueta, ou seja, aquelas que não aparecem no texto da checagem uma etiqueta de forma clara. Outra conclusão que se pode inferir a partir da categorização das declarações checadas é que a maioria delas foi dada por meio das mídias do presidente Bolsonaro: 13 declarações foram feitas por meio de *lives* no Youtube e Facebook do presidente e uma delas foi pelo *Twitter*. Oito foram feitas em discursos e três em entrevistas a veículos de comunicação.

A partir desses dados gerais sobre as declarações checadas acerca de questões ambientais, foi realizado um recorte mais específico para apreender os sentidos presumíveis que se apresentavam no discurso sobre os Incêndios Florestais, categoria bastante recorrente durante esses 13 meses de mandato. Considera-se que esse volume também está relacionado ao aumento de queimadas na Amazônia em 2019, ano em que foram registrados 89 mil focos de calor na região, o que correspondeu a um aumento de 30% em relação a 2018 (Madeiro, 2019).

Das 25 declarações de Jair Bolsonaro checadas sobre incêndios florestais, 17 foram consideradas falsas, a exemplo de: “A média das

queimadas [na Amazônia] tá abaixo dos últimos anos”, declarada em 24/08/2019. Cinco declarações foram consideradas imprecisas, a exemplo de: “As queimadas desse ano estão abaixando da média dos últimos 15 anos”, informada em *live* no dia 26/09/2019. Uma declaração foi etiquetada como contraditória: “O que nós mais queremos é restabelecer a verdade sobre o que está acontecendo na Amazônia”, de 28/08/2019, e duas não apresentaram no texto da checagem etiquetas claras pelo *Aos Fatos*.

4 ANÁLISE DISCURSIVA

A partir dessa primeira etapa de coleta do conteúdo, categorização e análise de resultados parciais, buscou-se realizar uma análise discursiva, tomando por base o conceito de Imagem de M. Pechêux (1988), com foco na temática dos ‘Incêndios Florestais’, a fim de compreender os principais sentidos presumíveis presentes nas afirmações distorcidas e falsas do presidente sobre o tema.

Dessa forma, buscou-se identificar as imagens representadas nesse discurso: a do locutor, do ouvinte e dos referentes (aquilo ou aquele de quem se fala) envolvidos na cena discursiva. Osakabe (1979), ao referir-se ao “esquema informacional” criado por Pêcheux, apresenta as condições de produção do discurso segundo três critérios:

em primeiro lugar, o critério das imagens pressupostas, que o locutor faz do ouvinte e vice-versa; em segundo lugar, o critério da imagem que o locutor faz do referente e da imagem que pressupõe que o ouvinte faz desse mesmo referente; em terceiro lugar, o critério da intenção do ato que o locutor visa praticar sobre o ouvinte e do ato que pratica para a obtenção daquele resultado. (Osakabe, 1979, pp. 105-106)

Das 25 declarações que constam na categoria ‘Incêndios Florestais’, apenas sete não se repetem ao longo do tempo, são elas: “O que nós mais queremos é restabelecer a verdade sobre o que está acontecendo na Amazônia”; “Ela [a Amazônia] não está sendo devastada, nem consumida pelo fogo como diz mentirosamente a mídia”; “Na questão de queimadas no Brasil, setembro foi o mês que teve menos queimada e também menos focos de incêndio desde 2013”; “Tem foco de incêndio? Tem. Agora, a média tá abaixo da média dos últimos anos”; “Redução de queimadas e combate ao desmatamento”; “Agora tá dentro da Amazônia Legal, tá ali o Pará, que é responsável por 40% das queimadas”; “Em geral foram as nossas Forças Aéreas com C-130 que combateram o incêndio na Serra da Mantiqueira”; “Na região amazônica não tem nada vermelho [nenhum foco de incêndio na imagem de satélites da Nasa]” (Aos Fatos, 2020c).

Nas frases acima, consideradas falsas ou distorcidas de acordo com a checagem de *Aos Fatos*, o locutor (o presidente Bolsonaro) se coloca como autoridade detentora da informação confiável, ao utilizar, por exemplo, os verbos “restabelecer” (em “queremos é restabelecer a verdade...”) e “combater” (em “foram as nossas Forças Aéreas com C-130 que combateram...”) (Aos Fatos, 2020c). A partir da construção dessa imagem positiva, de quem está apto e tem condições de resolver o problema, estabelece-se um suposto diálogo com seus eleitores e simpatizantes. Nesse caso, a imagem que o locutor [Bolsonaro] faz de seu ouvinte é a de alguém que supostamente não possui muitas informações de fontes diversas sobre a temática, costuma se informar principalmente pelas redes sociais e atribui credibilidade ao discurso governamental.

Outro ouvinte e, ao mesmo tempo, referente (daquilo ou daquele de quem se fala) é a própria mídia, inclusive, a mídia internacional.

No último caso, ao dizer “Ela [a Amazônia] não está sendo devastada, nem consumida pelo fogo como diz mentirosamente a mídia”, afirma-se que a informação produzida e divulgada por ela é falsa, portanto, a imagem construída desse referente está ligada à desconfiança e ao descrédito: mentirosa. Mas a mídia é também ouvinte, na medida em que as frases emitidas pelo presidente da república dialogam com publicações anteriores divulgadas em veículos de comunicação e que presumivelmente colocam o governo federal como responsável pela frequência, intensidade e consequências dos incêndios florestais na Amazônia. As frases do presidente rebatem ou combatem, portanto, uma rede discursiva anterior sobre o tema, cuja fonte principal é a mídia, responsável pela criação de uma presumível imagem de ineficiência e inoperância relacionada aos incêndios florestais por parte do governo federal. É o que pode ser visto em frases como: “Deixo claro: a menor média de incêndios dos últimos 15 anos tem sido no nosso governo” ou “...setembro foi o mês que teve menos queimada e também menos focos de incêndio desde 2013” (Aos Fatos, 2020c).

A Amazônia, por sua vez, um dos principais referentes do discurso do presidente, é apresentada por ele como foco de atenção e ação governamental. A região estaria sendo vítima de fenômenos climáticos sazonais regulares e mesmo assim o governo estaria agindo de forma sistemática para protegê-la, inclusive com apoio de tecnologia de ponta (satélites da Nasa). “Ela [a Amazônia] não está sendo devastada, nem consumida pelo fogo...” ou “Na região amazônica não tem nada vermelho [nenhum foco de incêndio na imagem de satélites da Nasa]” (Aos Fatos, 2020c).

Além dessas, três declarações sobre os incêndios na Amazônia se repetiram desde o início de 2019, de acordo com o *Aos Fatos*, reforçando

a imagem de uma região que enfrenta problemas devido a fenômenos climáticos. A declaração “estamos numa estação tradicionalmente quente, seca e de ventos fortes e que todos os anos, infelizmente, ocorre queimadas na região amazônica. Nos anos mais chuvosos, as queimadas são menos intensas. Em anos mais quentes, como nesse 2019, elas ocorrem com maior frequência” foi repetida uma vez; a afirmação “A média das queimadas [na Amazônia] tá abaixo dos últimos anos” foi repetida dez vezes; e “Pessoal, a Amazônia não pega fogo, ela é úmida. Não pega fogo”, foi declarada mais de três vezes ao longo do período elegido.

Podemos perceber, a título de principais resultados, que há três intenções presumíveis nas declarações do presidente da República: 1) negar os incêndios que aconteceram na Amazônia; 2) minimizar os impactos dos incêndios e o número de focos retirando a responsabilidade do governo federal por suas consequências; 3) buscar elementos para justificar as queimadas como algo natural e inevitável.

Essa estratégia comunicacional tem implicações no contexto ambiental, visto que, por se tratar da figura do presidente, essas falas reverberam pelas redes sociais podendo causar, em muitas situações, “despreocupação” com a temática e desinteresse em relação a questões ambientais, que na verdade nem existiriam ou estariam sendo supervalorizadas através dos números, segundo Jair Bolsonaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma análise sobre declarações falsas ou distorcidas do presidente Jair Bolsonaro acerca de meio ambiente, nos primeiros 19 meses de governo: de janeiro de 2019 a 31 de julho de

2020. Os dados analisados correspondem a 112 checagens sobre o tema realizadas pelo site *Aos Fatos*, e mais especificamente sobre 25 declarações de Jair Bolsonaro checadas sobre incêndios florestais. Desse total, 17 foram consideradas falsas, cinco consideradas imprecisas, uma foi etiquetada como contraditória, e duas não apresentaram etiquetas claras de checagem pela *Aos Fatos*. A desinformação constatada pela agência *Aos Fatos* sobre Meio Ambiente e Incêndios Florestais, relacionadas ao discurso presidencial, configurou-se como uma dificuldade adicional ao enfrentamento de problemas ambientais, como incêndios ou desmatamentos.

A partir da construção das imagens de seus ouvintes (eleitores ou simpatizantes), de seu oponente (a mídia mentirosa) e do principal referente que participou da cena discursiva (a Amazônia), o locutor (o presidente Bolsonaro) se colocou como autoridade detentora da informação confiável, construindo uma imagem positiva, relacionada à capacidade do governo federal de resolver os problemas ambientais, especialmente na Amazônia, apoiada por tecnologia de ponta. A imagem do ouvinte desse discurso, por sua vez, foi a de alguém que supostamente não possuía muitas informações de fontes diversas sobre a temática, adepto das redes sociais e que atribuía credibilidade ao discurso governamental.

A mídia, a quem o presidente imputou informações mentirosas, também foi ouvinte, na medida em que as frases emitidas pelo presidente da república dialogaram com publicações anteriores divulgadas pelos veículos de comunicação e que presumivelmente colocaram o governo federal como principal responsável pelos incêndios fora de controle na Amazônia. As frases do presidente rebateram uma rede discursiva

anterior sobre o tema, na qual a imagem do governo era de ineficiência e inoperância.

Dessa forma, foram percebidas três intenções presumíveis nas declarações falsas ou distorcidas (Aos Fatos, 2020) do presidente da República: 1) negar os incêndios que aconteceram na Amazônia; 2) minimizar os impactos dos incêndios e o número de focos retirando a responsabilidade do governo federal por suas consequências; 3) buscar elementos para justificar as queimadas como algo natural e inevitável. Essa estratégia comunicacional, marcada por informações predominantemente falsas, como atestou a checagem da agência *Aos Fatos*, “viralizaram” pelas redes sociais. As consequências, a médio e longo prazo, podem ser extremamente danosas ao meio ambiente, como a “despreocupação” de parte da população com a temática e um desinteresse em relação a problemas ambientais que estariam sendo supervalorizados por uma mídia mentirosa.

REFERÊNCIAS

Aos Fatos (2020a). *O que é checagem de fatos – ou fact-checking?* <https://www.aosfatos.org/checagem-de-fatos-ou-fact-checking/>

Aos Fatos (2020b). *Quem somos.* <https://www.aosfatos.org/quem-somos/>

Aos Fatos (2020c). *Em 650 dias como presidente, Bolsonaro deu 1732 declarações falsas ou distorcidas.* <https://www.aosfatos.org/todas-as-declarações-de-bolsonaro/>

Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro.* Perspectiva.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bruno, F., & Roque, T. (2019). A ponta de um *iceberg* de desconfiança. In M. Barbosa (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Cobogó.

Bucci, E. (2019). *Existe democracia sem verdade factual?* Estação das Letras e Cores.

Costa, L., & Nóbrega, L. (2019). *Fact-checking: a reinvenção do jornalismo em tempos de fake news*. [Trabalho apresentado em congresso]. Encontro nacional de história da mídia, Natal, RN, Brasil.

Cunha, A. & Menezes, L. (2020). *Bolsonaro chega a 1.000 declarações falsas ou distorcidas com 492 dias de mandato*. <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-chega-1000-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-com-492-dias-de-mandato/>

D'Ancona, M. (2018). *Pós-verdade: a nova Guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Faro Editorial.

Fact Checker. *In 1,267 days, President Trump has made 20,055 false or misleading claims*. <https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/trump-claims-database/>

Howart, A. (2013). Participatory Politics, Environmental Journalism and Newspaper Campaigns. In H. Bødker & I. Neverla (Eds). *Environmental Journalism* (pp. 60-75). Routledge.

Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade*. Intrínseca.

Madeiro, C. (2020). *Amazônia fecha 2019 com 89 mil focos de queimadas, 30% a mais que 2018*. <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/01/08/amazonia-fecha-2019-com-89-mil-focos-de-queimadas-30-a-mais-que-2018.htm?cmpid=copiaecola>

Osakabe, H. (1979). *Argumentação e Discurso Político*. Kairós.

Oliveira, T. (2019). *Autoridade Científica em Tempos de Crise Epistêmica: a circulação de teorias da conspiração nas mídias sociais* [Trabalho apresentado em congresso]. Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, Brasil.

Oxford Languages. (2020). *Word of the Year 2016*.

Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso - Uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da Unicamp.

Poynter. (2019). *International Fact-Checking Network*.

Santaella, L. (2019). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Estação das Letras e Cores.

Scofield, G. (2019). Desconstruindo as *fake news*: o trabalho das agências de *fact-checking*. In M. Barbosa (Ed.), *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Cobogó.

Stencel, M. & Luther, J. (2020). Fact-checking count tops 300 for the first time. *Reporters Lab*. <https://reporterslab.org/category/fact-checking/#article-2781>

Wardle, C. (2017). Fake News. It's Complicated. *First Draft News*. <https://firstdraftnews.com/fake-news-complicated/>

JORNAL NACIONAL E A COBERTURA DA PANDEMIA: UM OLHAR SOBRE OS PRINCÍPIOS DE EDUCAR, INFORMAR E ENTRETER DA TV

Simone Martins¹

Iluska Coutinho²

Gustavo Pereira³

INTRODUÇÃO

Desde que o vírus da Covid-19 chegou ao Brasil, a audiência dos noticiários – principalmente da Rede Globo de Televisão – aumentou consideravelmente, assim como foi reforçado o grau de confiabilidade dos brasileiros quanto às informações veiculadas pelos telejornais, de acordo com Pesquisa Datafolha feita por telefone de 18 a 20 de março com 1558 entrevistados em todas as regiões do país. Outro fator resultante do Coronavírus foi a mudança na grade de programação da Rede Globo, que fez com que a emissora passasse a transmitir diariamente cerca de 11 horas de conteúdos jornalísticos, predominantemente ao vivo.

-
1. Doutoranda em Comunicação pela FACOM-UFJF.
Pesquisadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual.
sistema@gmail.com
 2. Doutora em Comunicação Social pela FACOM-UFJF.
Professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF.
iluskac@globo.com
 3. Doutorando em Comunicação pela FACOM-UFJF.
Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual.
gustavo_tfp@yahoo.com.br

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é o de analisar a cobertura da Rede Globo sobre a pandemia da Covid-19 tomando por base a perspectiva nacional, responsável por transmitir informações de interesse público em todo o território brasileiro a partir da tradução de realidades locais e regionais. Dessa forma, tomaremos como objeto de investigação o Jornal Nacional, telejornal de caráter nacional mais longo da Rede Globo e que se insere no “horário nobre” da televisão brasileira.

A investigação empreendida tem como foco o enquadramento noticioso que evidencia a linha editorial do noticiário, e toma como referências as contribuições de Goffman (2012) e Porto (2002). Outra perspectiva do estudo é compreender os seus modos de narrar e construir na tela o entendimento da pandemia a partir da dramaturgia do telejornalismo tal como proposta por Coutinho (2012), e dessa forma identificando os tipos de narrativas, molduras e emoldurações propostas pelo telejornal na cobertura do Coronavírus. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos o método da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2016), que possibilita a investigação de conteúdos televisivos, como as edições do JN, sem que ocorra a dissociação de seus elementos ao longo de sua observação, que assim não decomporia o objeto investigado de suas características percebidas pelo público. Além disso, esse método permite investigar a complexidade do audiovisual contemplando estudo de texto e paratexto. Para empreender nossa investigação, desenvolvemos uma ficha de análise a partir do problema de pesquisa e do referencial teórico, tendo como principal intuito compreender a cobertura da Covid-19 a partir de quatro eixos, a saber: 1. observação sobre o espaço/tempo que os conteúdos

relacionados ao assunto tiveram no noticiário; 2. o papel assumido por cada um dos personagens presentes nas matérias; 3. a abordagem do assunto em cada reportagem das edições analisadas; e 4. a repercussão que o conteúdo produzido alcança em termos de produção simbólica e de sentido audiovisual. Para isso, é realizada uma espécie de “entrevista” do objeto de investigação, a partir de um recorte temporal de um mês, cujo marco inicial é a confirmação do primeiro caso de Coronavírus no Brasil, em 26 de fevereiro, e o final a data de 31 de março, quando as Secretarias Estaduais de Saúde já haviam somado 5923 casos confirmados e 206 mortes em função da pandemia.

O artigo sustenta como hipótese o fato de que, na medida em que o Jornal Nacional busca assumir uma postura didática, ao veicular matérias de cunho pedagógico e orientar os telespectadores sobre como se comportarem frente à pandemia, acionando a função pedagógica (Cerqueira e Vizeu, 2019), acaba por cumprir os princípios da televisão: entreter, informar e educar. Os resultados preliminares confirmam tal perspectiva, de que o Jornal Nacional assume uma postura pedagógica ao colocar na tela a narrativa do que acontece de mais importante no Brasil e no mundo. Nesse sentido, o primordial, como sugere a análise do telejornal, seria informar e educar ao brasileiro sobre as estratégias de prevenção e quanto aos impactos e efeitos da pandemia da Covid-19.

SOBRE OS PRINCÍPIOS DA TV E A CONSTRUÇÃO DO JN EM TEMPOS DE PANDEMIA

A Covid-19 chegou ao Brasil após causar significativo número de mortes em diversos países do mundo, com destaque para China,

primeiro epicentro do Coronavírus e, posteriormente, nações europeias como Itália, França e Inglaterra. Cumprindo com sua proposta de fazer a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo, o Jornal Nacional noticia o panorama da doença desde o surgimento dos primeiros casos no país asiático.

Ao atuar dessa forma o JN estaria exercendo um modo de saber/narrar característico do jornalismo. Segundo defende Eduardo Meditsch (1997), a informação de interesse jornalístico se constitui em uma forma de conhecimento; assim informar também é educar. De acordo com o autor, o jornalismo é um modo de aprendizado distinto, algo que se encontra singular nos fatos, na realidade construída. E ressalta a questão: impossibilitados de conhecer todos os acontecimentos universais, os cidadãos utilizam-se do jornalismo como forma de conhecimento para trazer o universal a partir do singular para a percepção individual, sugerindo que cada indivíduo recebe e compreende a informação oferecida de forma distinta, também única. Corroboramos com a perspectiva do autor e entendemos ser por meio das mensagens veiculadas pela TV (e daquilo que nos é conhecido) que nos identificamos com cada programa/emissora.

Nesse sentido, partimos da premissa de que as mídias – e aqui especificamente o telejornalismo – têm o dever de promover a educação, instruindo seus espectadores sobre os acontecimentos ao redor do mundo. Isso porque entendemos que o diálogo entre os meios de comunicação e suas incidências sociais, como na consolidação de conhecimentos, saberes e identidades, utiliza-se de linguagens para estabelecer vínculos com o espectador, de modo a tê-lo cúmplice de sua audiência. Vizeu (2003, p. 90) considera o telejornal o “meio mais

simples, cômodo, econômico e acessível para conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e como se transforma a sociedade”. Para o autor, a informação pode ser definida como um bem público. Para além da definição de bem público, acreditamos que a TV funcione como uma forma de “validação” da realidade.

Principal telejornal veiculado pela Rede Globo, líder de audiência desde a sua estreia em setembro de 1969, o JN atua no Brasil como instituição responsável por transmitir informações de interesse público relevantes para quem habita o território do país a partir de narrativas que buscam traduzir realidades e ainda demarcam em suas edições âmbitos locais e globais. É nessas diversas escalas que se realiza a cobertura da pandemia do Coronavírus e de seus desdobramentos. No prefácio do livro em comemoração aos 50 anos do Jornal Nacional, um dos filhos de Roberto Marinho, fundador da Rede Globo de Televisão e de todas as empresas de comunicação do Grupo Globo, enfatizou que o compromisso do noticiário se dá com o povo brasileiro, com quem se relaciona diariamente. João Roberto Marinho argumenta ser “um contato cotidiano no qual buscamos oferecer ao público informação de qualidade” (Marinho, 2019, p. 11).

Após mais de 50 anos no ar, o JN ainda se destaca enquanto produto midiático responsável pela obtenção de informação pela maioria da população brasileira. Juliana Gutmann (2009, pp. 13-14) defende que o Jornal Nacional “constrói uma posição de representante da sociedade civil, convocando contato com a audiência, a qual, por sua vez, reconhece o papel de autoridade do programa como instituição legitimada para dizer sobre os fatos relevantes da e na atualidade”. Cerqueira (2018, pp. 79-80) corrobora com a opinião da autora ao defender que o telejornal

possua “uma das maiores credibilidades da televisão”. Isso porque, segundo o jornalista, “seu mergulho na realidade produz a sensação de segurança de quem deseja ter, ao menos, uma percepção dos atos e fatos que estouram perto ou longe dos pontos de referência” (Cerqueira, 2018, p. 79-80). Compartilhamos da crença do autor e, por acreditarmos que o produto audiovisual produzido nacionalmente pelas emissoras de TV em seus telejornais funcione como agente de identificação para seu público, realizamos um estudo do material que foi veiculado pelo Jornal Nacional durante o primeiro mês depois que o primeiro caso de Coronavírus foi confirmado no Brasil.

Como estratégia investigativa, utilizamo-nos do método denominado de Análise da Materialidade Audiovisual, desenvolvido no Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da FACOM-UFJF, coordenado pela Dra. Iluska Coutinho. Ancorados a partir desse preceito, as pesquisas realizadas tomam como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição em toda sua complexidade de códigos, sentidos e símbolos (Coutinho; 2016). Reiteramos que, para o presente trabalho, desenvolvemos uma ficha de análise para buscarmos compreender a cobertura da Covid-19 por parte do telejornalismo nacional a partir de cinco eixos, anteriormente descritos. Além disso, e ainda para cumprirmos com o objetivo do presente trabalho, utilizamos também a Teoria do Enquadramento (Goffman, 2012), um estudo baseado no *frame*, ou recorte, que será aplicado para delimitarmos quais conteúdos serão analisados, já que tomamos como recorte de análise apenas as matérias relacionadas à Covid-19, mas sem desconsiderarmos que elas estão inseridas em um noticiário que aborda também outras pautas e

que possui outras molduras e emoldurações baseadas no valor-notícia que rege o jornalismo brasileiro.

Apenas os acontecimentos extraordinários são notícias, e mesmo estes estão submetidos à violência editorial praticada rotineiramente por redatores afáveis. Nossa compreensão do mundo precede essas histórias, determinando quais delas os repórteres selecionarão e como serão contadas aquelas que foram selecionadas. (Goffman, 2012, p. 38)

Nesse sentido, reforçamos nosso objetivo neste trabalho, que é o de buscar compreender como se deu a cobertura da pandemia da Covid-19 pelo Jornal Nacional desde o primeiro caso notificado no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, até o fim do mês de março.

A COBERTURA DA PANDEMIA DE COVID-19 PELO JORNAL NACIONAL

Consideramos como informação de fundo que o Jornal Nacional se constitui no telejornal de maior audiência do país e o principal da Rede Globo de Televisão, conforme atestam números de audiência constantemente publicizados na mídia brasileira. Observamos, ao longo das edições analisadas, que a cobertura da pandemia foi ganhando destaque à medida em que os casos aumentavam no país.

Como destacamos anteriormente, foi no dia 26 de fevereiro que o Brasil teve a confirmação do primeiro caso de pessoa infectada com Coronavírus. A notícia, destaque na escalada do Jornal Nacional, teve

pouco desdobramento⁴. Nesse sentido, e seguindo os eixos de análise propostos para este trabalho, em que o primeiro deles pretende apresentar uma observação sobre o espaço em que os conteúdos ligados ao tema obtiveram na mídia, percebemos que a cobertura foi se amplificando na proporção em que também havia um aumento de casos no país, mesmo que já houvesse uma cobertura sobre a pandemia a nível mundial no noticiário. Ao final do período de análise, constatamos que em determinadas edições o JN abordou o assunto ao longo de praticamente todo o telejornal, informação que começamos a identificar já a partir da análise do segundo dia, quando o assunto foi tratado pelo JN com mais profundidade. Salientamos, ainda, o papel assumido por cada um dos personagens presentes nas matérias, nosso segundo eixo de análise: a maioria absoluta das reportagens possuem sonora com especialistas no assunto. A nosso ver, entendemos que seja com o objetivo de conscientizar e instruir os telespectadores sobre o tema. Pouquíssimas vezes tivemos povo fala ou intervenções com cidadãos comuns, exceto quando servia como gancho para esclarecer alguma dúvida ou auxiliar a instruir os indivíduos sobre as medidas de prevenção à doença ou, ainda, para humanizar as notícias e aproximá-las de seus telespectadores.

Percebemos que o JN produz repetidamente materiais com caráter didático, informando como as pessoas devem se comportar e utilizando-se da dramaturgia do telejornalismo para se aproximar dos espectadores e educar: apresentam personagens, situações cotidianas e corriqueiras,

4. A reportagem informou que se tratava de um homem de 61 anos, morador de São Paulo, que havia viajado para a Europa. Além disso, destacou que o paciente não apresentava sintomas graves e que havia participado de um churrasco em família, com cerca de 30 pessoas, que também passaram a ser monitoradas. Entendemos que o motivo para não ter tido mais ênfase deve-se ao fato de tratar-se do primeiro caso e também por estarmos em período de carnaval no país.

hábitos frequentes e a necessidade da mudança de postura. Notamos que, quase diariamente, as orientações do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta foram veiculadas, destacando não apenas a importância da prevenção, mas também o reforço para a necessidade de os indivíduos consumirem informação criteriosa e combaterem as *fake news*. Ao longo das reportagens sobre o tema, outros diversos especialistas são ouvidos, muitas vezes vários deles em uma mesma notícia. Há também a informação, algumas vezes repetida, do telefone do Ministério da Saúde – 136 –, a ser utilizado pelos cidadãos para sanar quaisquer dúvidas. Diariamente, depois de informar sobre o avanço da epidemia⁵ no Brasil, o JN também abordava o panorama da doença no mundo.

Os dias subsequentes adotam a mesma estrutura: começam o noticiário informando o número de casos suspeitos (até então menor que o esperado pelo Ministério da Saúde), apresentam onde estão localizados os pacientes suspeitos de haver contraído o vírus, a necessidade de os profissionais de saúde terem os equipamentos adequados para lidar com a doença, como materiais de proteção (dentre eles máscaras, aventais e luvas) e, por fim, assumem postura didática, ensinando o caminho a ser percorrido pelas pessoas que apresentarem sintomas da doença, promovendo um jornalismo educativo para os espectadores, sem causar pânico, e ajudando a população a se prevenir do novo vírus, promovendo o que Coutinho (2012) destaca como o desfecho tendo sempre uma lição moral. Além disso, diversas reportagens dão voz aos cidadãos, com especialistas respondendo a questões simples apresentadas

5. A Covid-19 foi nomeada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia apenas no dia 11 de março, já em nossa segunda semana de análise.

por eles de forma pedagógica, contribuindo para o correto exercício do jornalismo, em cumprimento aos princípios de educar, entreter e informar próprios da TV.

Importa destacar, também, que em algumas edições o JN adota uma postura otimista em relação ao combate à doença. Ainda no dia 28 de fevereiro informa que, em apenas dois dias, cientistas⁶ da Fapesp⁷ conseguiram sequenciar o genoma do vírus, relatando a importância dessa descoberta por ajudar a monitorar o desenvolvimento e a mutação do vírus, contribuindo no desenvolvimento de testes e vacinas. Entretanto, apesar da adoção de postura otimista em relação ao enfrentamento da doença, o JN ressalta inúmeras vezes o grande número de notícias falsas que têm circulado a respeito da Covid-19 nas redes sociais, convidando os telespectadores a conferir o que é verdade ou não no G1, o portal de notícias do Grupo Globo, além de todas as informações sobre o combate e a prevenção da doença, promovendo um jornalismo trans-mídia ao convidar seus telespectadores para também consumirem as informações fornecidas pelo conglomerado de comunicação em outra plataforma, a Internet.

6. A reportagem de abertura do noticiário, no dia 02 de março, ressalta o trabalho feito pelas pesquisadoras vinculadas à USP (universidade pública mantida pelo Estado de São Paulo), debruçadas nos estudos sobre o Coronavírus, que comprovaram que os vírus que infectaram os dois pacientes brasileiros vítimas de Covid-19 eram diferentes. A informação, que abre a escalada e faz parte do primeiro bloco de notícias da edição, é de fundamental importância a nosso ver. Primeiro, porque o estudo desenvolvido chegou à conclusão de que o Coronavírus pode possuir diversos códigos genéticos diferentes porque sofre mutações no período de um mês e, em segundo lugar, porque destaca – e fortalece, na nossa visão – a pesquisa desenvolvida em universidades públicas brasileiras, tão desvalorizada pelo atual governo.

7. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

A quinta-feira, 05 de março⁸, merece destaque: já em sua escalada, o JN declara que o Brasil possuía 8 casos confirmados de Coronavírus, com dois primeiros registros de transmissão ocorridos dentro do país, ambos em São Paulo. Todavia, ressalta que o vírus ainda estava restrito à transmissão local⁹, não se tratando de uma transmissão sustentada¹⁰ ou comunitária que, segundo o Ministério da Saúde, seria mais preocupante. Essa edição também salientou que governos estrangeiros haviam fechado escolas, estádios esportivos e templos, dentre outros, como forma de conter aglomerações e proteger sua população contra a Covid-19. Os dias seguintes seguiram a mesma estrutura, com notícias sobre o avanço da doença no país, o aumento do número de infectados confirmados, assim como de casos suspeitos e as ações adotadas pelo Ministério da Saúde¹¹. Assim como nas demais edições, o Jornal Nacional assume uma pedagogia do telejornalismo, como descrita por Vizeu e Cerqueira (2018), buscando instruir seus telespectadores quanto às novas práticas de comportamento a serem seguidas.

Já a terceira semana analisada, que compreende dos dias 09 a 14 de março, não seguiu a mesma linha adotada anteriormente: as informações sobre a Covid-19 no país não abrem o noticiário. Todavia, diariamente os dados são repassados, algumas edições com mais, outras com menos

8. Dos 44 minutos e 42 segundos de noticiário, quase metade (20 minutos e 38 segundos) foi dedicada à Covid-19. Entretanto, as duas últimas reportagens versaram mais sobre a economia que sobre o avanço da doença.

9. Quando é possível identificar o caso que deu origem à contaminação.

10. Quando não se consegue mais identificar qual foi o caso que originou o contágio de outro paciente.

11. O Ministério da Saúde já considerava a circulação do vírus no Brasil com transmissão local e pretendia ampliar a rede de atendimento: o horário de funcionamento dos postos de saúde seria de 12h, indicando que era para lá que os pacientes que apresentassem os primeiros sintomas deveriam se dirigir, devendo procurar os hospitais apenas se a situação se agravasse..

desdobramentos. Cabe ressaltar, contudo, que a edição do dia 11 de março foi aberta com a informação de que a Organização Mundial de Saúde havia, enfim, classificado a doença causada pelo Coronavírus como pandemia. No dia seguinte, o destaque da edição foi a confirmação da contaminação do Secretário de Comunicação do governo federal, Fábio Wajngarten, por Coronavírus, adquirida em uma viagem aos Estados Unidos no final de semana anterior, junto com a comitiva do Presidente Jair Bolsonaro¹². Em seguida, o noticiário adota os mesmos critérios de construção dos espelhos das edições das semanas anteriormente analisadas: informa o número de casos suspeitos e confirmados, assim como as ações adotadas pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia. Mais uma vez o JN assume uma postura didática ao explicar a falta de necessidade de os indivíduos procurarem os hospitais e reitera que, apesar de todo esforço no combate à doença, a Covid-19 tem baixa letalidade, de apenas 3,4%. Apesar da repetição das informações e de todo o didatismo reforçado à exaustão, uma das notícias veiculadas no

12. A reportagem ressalta que o secretário chegou a posar para fotos com Donald Trump e Mike Pence, presidente e vice dos EUA, em uma dramaturgia do telejornalismo que mais se aproximou de um filme de suspense. Em seguida, destacou que a comissão presidencial havia chegado ao Brasil no início da madrugada de quarta-feira, 11/03, e que o secretário, Fábio Wajngarten, estava com febre e outros sintomas de gripe, ficou de cama e fez o teste do hospital Albert Einstein, que deu positivo para a Covid-19. A notícia também informou que Bolsonaro, e todos que estavam na comitiva, fizeram testes para o novo Coronavírus e destacou – adotando um enquadramento noticioso negativo no que se refere ao comportamento de Jair Bolsonaro – que o fato havia acontecido apenas dois dias depois de o Presidente dizer que, no entender dele, a questão da Covid-19 era muito mais uma fantasia, propagada pela grande mídia no mundo todo.

dia 12 de março agregou, de fato, informações imprescindíveis: a de que os idosos precisavam de atenção especial¹³.

A edição de sexta-feira começa com a informação sobre o número de pessoas infectadas no país e o entendimento do Ministério da Saúde de que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo já tinham transmissão comunitária sustentada do novo Coronavírus – modificando mais uma vez as orientações do órgão, mesmo em cidades onde ainda não existia transmissão sustentada e adotando novamente cunho pedagógico¹⁴, – fornecendo informações das ações tomadas por estados e municípios brasileiros, além de outros dados sobre a doença e seus desdobramentos¹⁵, tanto no Brasil quanto no mundo. Nossa impressão, ao longo de mais uma semana de análise, é a de que as matérias não se renovam, com a repetição demasiada de imagens e artes, muitas vezes tornando o telejornal cansativo, monótono. Contudo, destacamos que, a nosso ver, a estratégia

13. A notícia aborda os cuidados a serem adotados com os idosos, que precisam de atenção redobrada porque o sistema imunológico perde força com o passar dos anos, tornando-se, assim, prioridade. Acrescenta, ainda, os sintomas que podem acometer as pessoas dessa faixa etária, podendo ser diferentes dos já conhecidos, visto que muitas vezes não têm febre, por exemplo. A reportagem refere-se também, além dos idosos, a pessoas com doenças crônicas ou com imunidade baixa, porque são mais vulneráveis.

14. De acordo com a notícia, o objetivo do governo consistia em evitar que o contágio ganhasse velocidade e um número grande de pessoas fossem contaminadas ao mesmo tempo. Repetidamente, há a veiculação dos cuidados a serem tomados, tanto de natureza pessoal, mudanças de hábito e o reforço para que quem tiver viajado para o exterior faça isolamento domiciliar de pelo menos 7 dias, mesmo sem apresentar sintomas. Além disso, o telejornal utiliza-se do recurso das artes para facilitar ainda mais o entendimento.

15. Também nesta edição o noticiário deu visibilidade ao anúncio feito pelo presidente Jair Bolsonaro de que o teste que ele havia feito para o novo Coronavírus tinha dado resultado negativo, apesar de uma rede de TV americana ter afirmado anteriormente o contrário, segundo informações recebidas por ela de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente. A notícia repercutiu e teve vários desdobramentos, nesta e em edições posteriores do JN, sempre adotando um enquadramento noticioso negativo no que diz respeito à figura de Bolsonaro, por não mostrar o resultado dos exames feitos por ele e menosprezar a doença.

adotada pelo Jornal Nacional teve o objetivo de instruir os telespectadores a se acostumarem com o denominado “novo normal”, ou como definido pela pesquisadora do Insper, Maria Aparecida Schirato, o que “seria a proposta de um novo padrão que possa garantir nossa sobrevivência”.

A quarta semana de análise tem início com a recomendação do diretor geral da OMS, Tedros Adhanon, de que os países aumentassem a quantidade de testes nos pacientes com suspeita de Covid-19, por acreditar ser quebrando as correntes de transmissão e contágio a maneira mais eficaz de prevenir infecções e salvar vidas. Após essa reportagem de abertura do Jornal Nacional, Renata Vasconcellos informa, em tom contestatório, que apesar do apelo da OMS, o Ministério da Saúde brasileiro havia afirmado que iria manter o padrão de testes adotado até o momento. O noticiário também deu destaque ao estado do Rio de Janeiro e a outras cidades brasileiras, como São Paulo, Fortaleza, Salvador e Recife, assim como aos estados de Goiás e Minas Gerais, informando os cuidados que cada uma havia tomado para conter o avanço da Covid-19¹⁶. Em seguida, o âncora do noticiário declara que o Brasil se diferenciava dos outros países em gestos e em declarações do presidente da República, veiculando outra reportagem com enquadramento noticioso negativo para o governo federal, mostrando Jair Bolsonaro descumprindo recomendações sanitárias internacionais ao se juntar a manifestantes em Brasília, provocando críticas ao afirmar que “a Covid-19 não deve ser superdimensionada”, indo de encontro ao que atestam especialistas e líderes mundiais.

16. Em mais uma reportagem com enquadramento noticioso desfavorável ao governo federal, há informação de que alguns países sul-americanos haviam decidido restringir a entrada de estrangeiros, inclusive brasileiros. Entretanto, o Brasil não decidiu adotar nenhuma medida restritiva com relação às fronteiras.

A edição da segunda-feira, 16 de março, dedicou 39 minutos e 40 segundos ao Coronavírus, em um total de 59 minutos e 18 segundos e, além de abordar o Coronavírus no Brasil e no mundo, também deu ênfase à primeira vez na história em que o dólar fechou acima de R\$5,00, terminando o dia cotado em R\$5,048. Já a edição da terça-feira, 17 de março, trouxe a informação sobre a primeira morte provocada pela Covid-19 de um paciente que não havia viajado para o exterior¹⁷ e a de que o Brasil havia atingido a marca de 8000 casos suspeitos da doença. A informação sobre a primeira morte trouxe consigo mais uma reportagem de cunho pedagógico, informando que a taxa de letalidade do Coronavírus é maior entre as pessoas com doenças crônicas, mostrando didaticamente a taxa para diferentes enfermidades. Repetidamente, o noticiário assume a postura didática ao instruir as pessoas a tomarem as precauções exaustivamente exibidas: evitem aglomerações, não fazerem visitas às pessoas idosas e a manterem os hábitos de higiene.

A escalada do Jornal Nacional do dia 18 de março informa que o presidente Jair Bolsonaro havia reunido seus ministros¹⁸ no Palácio do Planalto para anunciar medidas contra a crise provocada pela pandemia no país. A edição tem início ressaltando a “drástica mudança de postura” do presidente da República. Isso porque, 48h antes, Bolsonaro havia dito a vários veículos de comunicação que havia histeria e superdimensionamento da pandemia e, ao chegar à coletiva, todos os membros

17. A reportagem informa que se tratava de um paciente de 62 anos, de São Paulo, que tinha diabetes e hipertensão. E acrescenta que, no hospital em que ele estava, pacientes entubados ainda esperavam um resultado do teste do Coronavírus.

18. O Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirma ser preciso que todos os brasileiros colaborem. Já o Ministro da Economia, Paulo Guedes, anuncia um auxílio no valor de R\$200,00 por mês para trabalhadores informais e autônomos de baixa renda durante 3 meses que não recebam outros benefícios sociais.

do governo estavam de máscaras¹⁹. Mais uma vez promovendo um jornalismo didático, Bonner anuncia – em tom irônico – que, durante a entrevista coletiva, Bolsonaro e seus ministros deram aula de como não usar uma máscara, desdobrando a matéria em um comparativo sobre as formas correta e incorreta para o uso do acessório, destacando os erros dos membros do governo: retiravam as máscaras quando falavam, colocavam as mãos sobre elas ou deixavam-nas penduradas nas orelhas, por exemplo. Novamente o noticiário ensina como se deve lavar as mãos de maneira correta, descrevendo todo o processo a ser percorrido durante o ato e mostrando, de forma lúdica, o que acontece quando as mãos são lavadas com água e sabão, fazendo que o vírus não consiga atingir a área. A notícia também questiona como as pessoas devem se comportar em lugares onde há a falta d'água, como na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, por exemplo.

19. Bolsonaro explicou que o uso de máscaras se devia ao contato de diversos ministros com outros integrantes da comitiva que havia viajado com ele para os Estados Unidos e que haviam contraído o Coronavírus. A notícia reforça que o segundo teste feito pelo presidente havia dado negativo, mas que 17 pessoas que viajaram com ele contraíram o vírus. E prossegue destacando outros pontos da coletiva, como o momento em que Bolsonaro relatou ter sido um sucesso a operação de repatriamento dos brasileiros que estavam na China, mas ressalta que essa ação havia sido descartada pelo presidente inicialmente, porque, segundo ele, custava caro e não havia lei de quarentena no país, mais uma vez assumindo um enquadramento noticioso desfavorável aos atos praticados pelo chefe de Estado brasileiro. Novamente assumindo um viés contrário ao presidente, a reportagem veicula um trecho da entrevista em que Bolsonaro diz não ter convocado a manifestação no dia anterior, mas não “abandonaria” o povo brasileiro. Contudo, o JN exhibe em seguida um discurso feito por ele, em Roraima, convidando as pessoas para participar do ato e exhibe imagens do presidente no momento da manifestação, cumprimentando pessoas, apertando mãos e aproximando-se de cidadãos para tirar *selfies* enquanto ainda aguardava a contraprova de seu teste para Coronavírus. Ainda durante a coletiva, Bolsonaro atacou a mídia, afirmando haver um superdimensionamento da doença por parte dos veículos de comunicação. O noticiário destacou que, apesar de defender as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, Bolsonaro reiteradamente desrespeita as regras preconizadas pelos órgãos.

Com o avanço da pandemia no Brasil, o noticiário dá cada vez mais importância ao Coronavírus, inclusive com a informação de que não era mais possível detectar como ocorreu a contaminação de pessoas em diversos estados do país. Como consequência, o JN voltou a frisar os cuidados a serem adotados para se evitar a propagação do novo vírus e informou a adoção de um novo protocolo pelo Ministério da Saúde, assim como o fechamento de fronteiras terrestres do Brasil com países vizinhos. Julgamos ser válido destacar, ainda nessa edição do dia 19 de março, a veiculação de reportagem sobre a crise diplomática entre Brasil e China causada a partir de uma postagem feita pelo deputado federal filiado ao PSL, Eduardo Bolsonaro, insinuando ter sido o país oriental o responsável pela pandemia, assim como a repercussão desta publicação em todo o mundo.

Já a edição da sexta-feira, 20 de março, foi aberta com a informação de que o governo havia declarado estado de transmissão comunitária da Covid-19 em todo o país, adotando regras mais rigorosas em postos de saúde e isolamento nacional – anteriormente válidas apenas para estados com mais casos da doença –, entrando em vigor o estado de calamidade pública. O sábado, 21 de março, teve sua quase totalidade ocupada pela Covid-19. Dos pouco mais de 59 minutos e meio, praticamente 51 foram dedicados ao novo vírus. Ao final desta quarta semana de análise, o Brasil já registrava um total de 1178 pessoas infectadas pelo novo Coronavírus, e 18 mortes.

Nossa quinta semana de análise começa com um editorial do Jornal Nacional pedindo calma. Depois de fazerem a escalada das matérias, os âncoras assumem papel sóbrio, mas acolhedor, ao tratar da pandemia de Coronavírus. Entre troca de câmeras, os apresentadores reconhecem a

gravidade da situação, destacam o trabalho de vários profissionais que não podem se manter em isolamento, como preconizado pelo Ministério da Saúde, exaltam sobretudo o trabalho dos jornalistas, mas reforçam o pedido de serenidade para lidar com a situação. Em seguida, indo na contramão do pedido de calma, é veiculada a primeira reportagem em que a OMS alega que a pandemia de Coronavírus no mundo está em crescimento acelerado para, depois, divulgar que o Brasil já possuía 1941 pessoas infectadas e 34 mortes, com o número de infectados dobrando a cada dois ou três dias no país.

Na terça-feira, dia 24, há a informação do adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão, para 2021. E mais uma vez o anúncio, feito por Willian Bonner – em tom solene e contestatório – de que o presidente, em um pronunciamento feito em Rede Nacional, havia contrariado o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo pregavam como forma de evitar que o novo Coronavírus se espalhasse. Isso porque Bolsonaro criticou o pedido feito para que todos aqueles que pudessem, ficassem em casa, culpando os meios de comunicação por espalhar a sensação de pavor. Além disso, afirmou que, se contrair o vírus, não pegará mais do que uma gripezinha. No dia seguinte, o JN repercutiu, de forma crítica e contrária, mais uma vez o pronunciamento feito por Bolsonaro no dia anterior. Ainda na escalada, o JN assume uma postura negativa em relação às ações do presidente, minimizando o perigo do novo Coronavírus ao dizer que outros mataram mais sem provocar comoção. Por diversas vezes o noticiário volta a criticar o pronunciamento feito por Bolsonaro no dia anterior.

Julgamos ser válido destacar, ainda, que desde o começo desta quarta semana de análise, o JN exhibe imagens de várias cidades ao redor do

mundo vazias ao final de cada bloco, mostrando o cumprimento do isolamento social, com o objetivo de conscientizar seus telespectadores, acreditamos. Dessa forma, e de acordo com as observações feitas tomando por base nosso terceiro eixo de análise, defendemos que o tema tenha sido abordado, ao longo das edições analisadas, de forma didática, pedagógica, com o objetivo de conscientizar e instruir os telespectadores sobre a gravidade da Covid-19, assim como diversas vezes também assumiu uma dramaturgia do telejornalismo, como a descrita por Iluska Coutinho (2012) com o mesmo propósito, e também para promover um telejornalismo mais humanizado, com a presença de personagens, em uma tentativa de aproximar a notícia de seus telespectadores. Já no sábado, 28 de março o noticiário têm início destacando uma coletiva do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assumindo que o isolamento social era a melhor alternativa para conter o avanço da pandemia no Brasil. Após praticamente todo um bloco de notícias abordando a entrevista concedida por Luiz Henrique Mandetta, que reiterou as recomendações já preconizadas por autoridades de saúde por todo o mundo, o JN destacou que o Ministro da Saúde criticou o trabalho da imprensa afirmando que os meios de comunicação eram sórdidos porque, em sua visão, só vendiam se a matéria fosse ruim²⁰.

20. Depois de veicular a afirmação de Mandetta, a jornalista Ana Paula Araújo verbalizou o posicionamento adotado pelo noticiário: Na pandemia de um vírus letal, contra o qual não há medicamento ou vacina, é estarrecedor que ele não reconheça o nosso trabalho, o trabalho de todos os colegas jornalistas daqui da Globo, mas também de todos os veículos. É um remédio poderoso: dar informação pra que o povo possa se proteger. Há muitos trabalhos essenciais, o dos médicos, enfermeiros, em primeiro lugar, mas nós, jornalistas, estamos nas redações e nas ruas, arriscando a nossa saúde pra cumprir a nossa missão. E fazemos isso com orgulho”.

No noticiário da segunda-feira, 30 de março, Bolsonaro volta a criticar o isolamento social, mas Mandetta defende o máximo grau de distanciamento social para conter o avanço da pandemia, retratando-se e pedindo desculpas pelo comentário em que afirmou que os meios de comunicação eram sórdidos. Após abordar o avanço da pandemia no Brasil, o JN divulgou que as redes sociais Facebook e Instagram haviam retirado do ar um vídeo postado no domingo, dia 29 de março, por Jair Bolsonaro, que mostrava o presidente em um passeio, contrariando as recomendações de isolamento social feitas pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde. O telejornal enfatizou a declaração do Facebook de que removia todo conteúdo que causasse desinformação, que pudesse ocasionar danos reais às pessoas. Mais uma vez o JN fez uma crítica contundente às ações de Bolsonaro. Em seguida, exibiu uma reportagem em que o presidente alega não ter se tratado de um passeio por Brasília, mas que foi ouvir o povo. Novamente o noticiário aborda o avanço da pandemia no mundo para dizer que apenas na Nicarágua e no Brasil os presidentes continuam a menosprezar a gravidade do novo Coronavírus, e que Jair Bolsonaro andava no sentido contrário não apenas do que recomenda a OMS, mas também do que sugere o Ministério da Saúde.

A última edição em análise nesse trabalho tem início novamente criticando a postura do presidente da República. Isso porque, para atacar o isolamento recomendado pela OMS, Bolsonaro distorceu o que disse o diretor-geral do órgão. Bolsonaro declarou que Tedros Adhanon havia sugerido que trabalhadores informais teriam que trabalhar. Contudo, não informou que o trecho do discurso retirado por ele deixou de fora uma parte fundamental do pronunciamento, dirigida justamente a

governantes como ele, em que Adhanom explicava caber aos governos garantir assistência aos que ficarem sem renda durante o isolamento social recomendado pela OMS. Finalmente, julgamos que o Jornal Nacional, ao exibir por quase a totalidade de suas edições notícias voltadas ao Coronavírus, buscou assumir sua função de informar, levando esclarecimentos sobre o tema, assim como exibindo matérias de cunho didático para que as pessoas conseguissem se proteger do novo vírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral o JN assume postura didática na cobertura da Covid-19. Em matérias que recorrem a artes, especialistas e personagens ensinam o caminho a ser percorrido pelas pessoas que apresentem sintomas da doença, assim como medidas para reduzir riscos de contágio. Na dramaturgia do telejornalismo (Coutinho, 2012) a lição moral indicada nas edições analisadas é da necessidade do envolvimento de todos no enfrentamento do vírus; até que vacina e/ou remédio estejam disponíveis, cidadãos-telespectadores devem seguir as orientações repassadas pelos especialistas e pela ciência para a prevenção da doença.

Ao apresentar a temática de forma pedagógica, associando o exercício do jornalismo aos princípios de educar, entreter e informar próprios da TV, as edições do Jornal Nacional tomadas como recorte ainda apontam riscos no confronto do problema. O negacionismo e a ausência de uma atuação coordenada pelo Governo Federal são apontados como fontes de tensão e de acirramento do conflito, narrativo e social. A questão da desinformação e da circulação de um grande número de notícias falsas acerca da Covid-19 nas redes sociais é outro aspecto a merecer

destaque. A solução apontada para solucionar o problema tem caráter autorreferente e promocional, com o convite/sugestão de que telespectadores confirmem o que é verdade ou mentira em portal de notícias do Grupo Globo em outra plataforma.

Assim, nas edições analisadas, o Jornal Nacional reafirma seu lugar como ator central no funcionamento da pedagogia do telejornalismo, tal como descrita por Vizeu e Cerqueira (2018, pp. 42-43). Como educadores, os jornalistas que atuam em rede nacional de televisão operam como produtores de conhecimento e tornam-se responsáveis pela produção de sentidos e valores, noticiosos e de orientação quanto ao ser e estar no mundo. Na cobertura da pandemia da Covid-19 atuaram no recorte analisado de modo a orientar, de forma didática ou poética, seus telespectadores quanto às novas práticas de comportamento.

Nas edições do JN tomadas como recorte essa estratégia ganha forma na materialidade audiovisual analisada por meio de espaços; personagens; abordagens; da edição de imagens de diferentes localidades do mundo e do Brasil a cada final de bloco, dando forma e espaço ao isolamento defendido; de diferentes funções que reafirmam a importância e o lugar do (tele)jornalismo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- Coutinho, I. (2012). *Dramaturgia do telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG*. Mauad X.
- Coutinho, I (2016). *O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como*

método possível [Trabalho apresentado em congresso]. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Coutinho, I. (2018). Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In C. Emerim, I. Coutinho, & C. Finger (Orgs.), *Epistemologias do telejornalismo brasileiro* (Coleção Jornalismo Audiovisual). Insular.

Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Vozes.

Marinho, J. R. (2019). *Organização Memória Globo. Jornal Nacional: 50 anos de telejornalismo*. Globo Livros.

Meditsch, E (1997). *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Universidade Federal de Santa Catarina. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>

Porto, M. (2002). *Enquadramentos da Mídia e Política* [Trabalho apresentado em congresso]. Encontro Anual da ANPOCS. <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>

Vizeu, A., & Cerqueira, L. (2018). *Os saberes da Pedagogia da Autonomia no Telejornalismo*. In C. Emerim, I. Coutinho, & C. Finger (Orgs.). *Epistemologias do telejornalismo brasileiro* (Coleção Jornalismo Audiovisual). Insular.

Vizeu, A. (2003). *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. EDIPUCRS.

PANDEMIA, ARTE-EDUCAÇÃO E “ARTIVISMO”: REFLEXÕES A PARTIR DA ESPIRITUALIDADE, AFETO, LIBERDADE E ORALIDADE DE POVOS ORIGINÁRIOS

Maria Letícia Cânovas Borges¹
Rosa Maria Araújo Simões²

INTRODUÇÃO

Com a pandemia da COVID-19 evidenciou-se o desequilíbrio do ser humano com a Mãe Terra. O cenário atual é composto por falta de políticos comprometidos, aumento da pobreza, exploração do meio ambiente, genocídios etc. Com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de se enfrentar a desigualdade social, a marginalidade, o impacto ambiental que acompanham a crise agravada pela pandemia, sobretudo no Brasil, faz-se necessário uma abordagem que indague para onde a tecnologia ocidental têm levado a humanidade e qual a importância de se descolonizar o campo da arte-educação, tornando possível a valorização

-
1. Bacharel em Artes Visuais.
Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC – Reitoria - Universidade Estadual Paulista (UNESP/Bauru)
maria.canovas@unesp.br
 2. Doutora em Ciências Sociais (UFSCar)
Docente do Departamento de Artes e Representação Gráfica - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Unesp/Bauru
rosa.simoese@unesp.br

e o respeito à diversidade étnico-racial e as perspectivas tecnológicas de seus povos originários (indígenas) para se alcançar a justiça social.

Por meio de revisão bibliográfica, partimos do princípio de que a educação e a arte são integradas a outras esferas da vida na sociedade indígena, em que o afeto, a liberdade, a oralidade e a espiritualidade são imprescindíveis para a harmonia e a qualidade de vida. Como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) a valorização da oralidade, da corporeidade (do corpo como mídia primária) e da arte, ao lado da escrita e da leitura são ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, sendo a escola responsável por estimular a formação de valores que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias de forma democrática.

Frisamos que, por meio da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, fica assegurado o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como o igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira e o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

A pandemia da COVID-19 escancarou ainda mais as desigualdades sociais brasileiras. Os povos indígenas são considerados as populações mais vulneráveis nesse contexto tendo em vista o modo de vida de base comunitária, que facilita a disseminação do coronavírus, e a falta de garantia de direitos fundamentais. A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendou à população mundial para que todos “fiquem em

casa” como medida de contenção da pandemia. Porém, em depoimento à Stevanin (2020), Célia Xakriabá do território Xakriabá, localizado no município de São João das Missões no extremo norte de Minas Gerais, afirma que o “fique em casa” tem um significado diferente para seu povo e ganha um sentido mais próximo ao de ficar em casa, sendo a casa o próprio corpo, para que seja possível repensar o comportamento do ser humano no mundo. Para ela, estamos em uma guerra civilizatória e é necessário pensar em um novo modo de vida. A líder indígena Xakriabá ainda aponta que a cura para a COVID-19 está nas pesquisas em laboratório, mas está também em ativar princípios de vida e transformar o modo de vida que trará a cura.

O posicionamento da líder Xakriabá em relação a necessidade de encontrar um novo modo de vida unindo avanços tecnológicos (como nas pesquisas médicas em laboratórios) com o movimento de mudança interna no pensamento e atitude do ser humano, parece se estender, assim como veremos ao longo desse estudo, ao posicionamento de figuras indígenas de outras etnias e de pesquisadores de uma perspectiva de origem na sociedade ocidental.

Esse texto, apesar de estar dividido em três partes, pretende indicar que todas essas partes estão imersas dentro de um todo de forma que uma parte acaba, inevitavelmente, fluindo à outra. Educação, tecnologia e arte, estão interligadas entre si e caminham em conjunto no desenvolvimento do pensamento deste estudo. Partindo da contextualização da perspectiva indígena sobre a educação pautada no pensamento de Daniel Munduruku e de Ailton Krenak, é indicado a necessidade de valorizar as raízes e histórias individuais dos alunos e de que forma a liberdade, a oralidade e o afeto servem como base para uma educação

que gera indivíduos em harmonia com o mundo ao seu redor. Em um segundo momento o conceito de tecnologia é explorado a partir de diferentes perspectivas, assim como alguns impactos dessa tecnologia na sociedade. Por fim, a característica “artista” de alguns trabalhos de arte contemporânea são expostos, bem como algumas relações entre a arte, a espiritualidade, o afeto e a liberdade.

EDUCAÇÃO - LIBERDADE E RESPEITO

A imagem dos povos indígenas que é mostrada nos livros didáticos contribui para a formação de um inconsciente injusto com a realidade da história e cultura desses povos originários. A imagem do “índio” que é passada nos livros didáticos é de que são seres sem nenhum papel relevante na sociedade contemporânea, nos quais foram libertados pelos colonizadores de seus atrasos tecnológicos e foram colocados em um nível elevado de conhecimento. Essa imagem simplista considera os povos da América, uma gente sem história e sem escrita e nega os traços culturais desses povos. Esse cenário contribui para a ocorrência de discriminações, inclusive dentro das salas de aulas.

Segundo Daniel Munduruku (2009) a sociedade indígena é um ponto importante para a compreensão do Brasil como nação e como povo e os educadores têm grande papel na “formação da consciência a favor da vida, da paz no campo e na cidade, da harmonia entre os povos”. No Brasil existem ainda cerca de 250 etnias que falam mais de 150 línguas e dialetos (Krenak, 2019) e que possuem culturas e histórias próprias. Daniel Munduruku (2009) afirma que os povos indígenas têm em comum a “mensagem de amor pela Mãe Terra, de apego às raízes

ancestrais transmitidas pelos rituais”, com respeito e buscando caminhar com a natureza através do conhecimento das propriedades que ela oferece e com as quais sustenta cada povo.

Para Daniel Munduruku, a educação e o ser humano não são entidades independentes e é necessário olhar para as crianças não somente como alunos, mas como seres humanos e enxergar que esses seres têm sentimentos, emoções, afetividades, sonhos, desejos e histórias próprias. A criança está em constante processo de aprendizagem enquanto exerce seu papel na comunidade e aprende a lidar com o mundo a sua volta, sendo que liberdade é essencial nesse processo, pois ela é capaz de conduzir naturalmente ao respeito entre os indivíduos. Quando o aluno tem liberdade para se expressar e tem suas raízes e culturas preservadas, valorizadas e respeitadas, ele corresponde à essa liberdade com o respeito.

A liberdade é um “olhar além”. Esse “olhar” imprime um modo de estar no mundo, um “sentir” além das aparências imediatas. É um enfeitamento da realidade tal qual nós a vemos e um “ir além”. O que está por trás do respeito? É saber que a pessoa que nós respeitamos tem algo além de nós, é um ser que merece nossa reverência. (Munduruku, 2009, p. 71)

Um problema atual apontado por Daniel Munduruku (2009) é a responsabilidade de educar que foi passada para as instituições. A escola sempre foi um lugar responsável por oferecer o conhecimento da tradição ocidental, um conhecimento científico. Enquanto que o papel de educar era designado à família. “Educar é incutir valores nas pessoas. Valores são atributos de pessoas, não de instituições”. Uma solução para esse problema, segundo o autor, está no respeito pela ancestralidade e na

valorização do conhecimento da ancestralidade pelo aluno. “Quando a gente se percebe continuador de uma história, nossa responsabilidade cresce e o respeito pela história do outro também.”

Além disso, o afeto tem grande importância na conquista da confiança de quem se quer educar e a oralidade pode ser uma “arma” a ser usada pelos educadores para essa conquista. Nos momentos sociais em que os jovens se preparam para os rituais, em que a mãe pinta o corpo da filha, ou no ato de contar histórias para a criança dormir, por exemplo, é possível observar como se dá o ato de educar por meio da oralidade na sociedade indígena, sobretudo uma educação que parte do afeto.

Outra perspectiva indígena sobre a educação abordada é a de Ailton Krenak, escritor e ativista socioambiental e dos direitos indígenas. O líder indígena afirma, em conversa no 2º Congresso LIV Virtual em setembro de 2020, que ao invés de formar no sentido de formatar as crianças para um futuro projetado e imaginado, nós deveríamos recepcionar a criança e sua capacidade inventiva de criar um novo mundo. A criança não é uma “embalagem vazia”, mas dela emerge uma capacidade de inventar novos universos. Ailton Krenak critica a inserção da criança em um mundo competitivo pensado para um futuro improvável que forma jogadores e afirma que a liberdade que teve na primeira infância, em uma experiência de sujeito coletivo, foi um presente que proporcionou a ele o conhecimento de “se confundir com a natureza”. E ainda completa: “é uma experiência que implica você sentir a vida nos outros seres”.

Ailton Krenak ainda coloca que a potência de perceber-se em um todo com a capacidade de modificar o mundo pode ser uma ideia de educação, em que se educa não para um outro lugar, não para o futuro - já

que “o futuro é uma ilusão” - mas para o lugar onde se está, para o aqui e agora. O escritor expõe que a constituição de mentalidades sensíveis pode ser uma solução para o medo e um caminho para a criação de um mundo menos suscetível ao terrorismo cultural, em que os jovens se sentem excluídos do mundo. A experiência de fricção com a vida ensina que “sim, nós podemos, mas nem tudo”, ensina os limites e as relações com o mundo e com os seres. Aí está a importância de uma educação que acontece no cotidiano.

Ambientes em que as crianças tem liberdade para aspirar novos mundos, são ambientes em que as crianças valorizam os mais velhos e entendem pessoas antigas como pessoas que ensinam e pessoas que sabem. Ao tomar culturas orientais como exemplo, Ailton Krenak aponta que a observação da mente através da meditação é um recurso de educação em que a criança pode ficar “em segurança vendo seus próprios pensamentos” e ser portadora da ancestralidade. Sendo assim, há a necessidade de “pensar a ancestralidade como um presente que os que chegam aqui trazem pra gente”.

TECNOLOGIA - RUMOS E PODER

Atualmente, o fluxo de informações que o indivíduo na sociedade ocidental recebe é muito intenso e, geralmente, mediado por tecnologias como televisores, celulares e computadores. Essas tecnologias estão constantemente presentes no cotidiano desses indivíduos e propiciam maior acesso à informação, maior facilidade de comunicação e um leque maior de possibilidades inclusive no campo das artes.

A sociedade indígena, como todas as sociedades, também possui relações de poder e busca pelo poder, porém na sociedade indígena o poder pertence acima de tudo à comunidade. O líder, chefe, ou cacique não tem poder absoluto e esse poder é conquistado por ele ao passo que os demais integrantes da comunidade queiram segui-lo. Dessa forma, o chefe precisa estar em sintonia com a comunidade. Daniel Munduruku (2009) afirma que a indústria tecnológica é um aspecto da sociedade brasileira ou ocidental que é mais evoluído que a indígena. Isso se dá pelo fato de que se investe pesado neste tipo de conhecimento, pois acredita-se que é importante valorizá-lo. “Nisso está, também, a busca da felicidade, do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas e o domínio da natureza. Ao dominar a natureza, o homem ocidental pensa que pode chegar à felicidade.” Porém, no contexto da sociedade indígena a felicidade e os esforços são direcionados a outros campos.

A natureza não é objeto para ser simplesmente explorado. Nessa atitude de respeito, as sociedades indígenas chegaram a um equilíbrio perfeito, utilizando uma tecnologia que, comparativamente à do ocidente, é muito simples. Por outro lado, se considerarmos a qualidade de vida alcançada por essas sociedades [...] notaremos que elas são mais desenvolvidas que a não indígena. (Munduruku, 2009, p. 49)

O sociólogo belga Derrick de Kerckhove (2009) que dirigiu por mais de 20 anos o Programa McLuhan em Cultura e Tecnologia da Universidade de Toronto, Canadá, aponta que tecnologias como computadores e televisores, tornam-se uma extensão da psicologia, do sistema nervoso e do corpo humano e tem o poder de criar consciências coletivas por ser um meio de comunicação em massa. O autor afirma que o impacto das telas sobre o indivíduo atinge o sistema nervoso e as emoções,

tendo pouco impacto sobre a mente. Dessa forma, o processamento das informações seria feito pelas telas e não pela mente do indivíduo. Ao estudar o impacto dos televisores no ser humano, o sociólogo apresenta o conceito de “colapso do intervalo”, em que o telespectador é incapaz de absorver conscientemente as informações, já que essas são expostas em velocidade que dificulta sua assimilação.

Com os computadores, o telespectador passa também a produzir e não é mais apenas um receptor do conteúdo. Através de ferramentas de interação, se tornam “prosumidores”, isto é, consumidores e produtores. Kerckhove traz um pensamento importante sobre a arte ao mostrar que essa representação da cultura pode fazer com que o impacto das novas tecnologias no indivíduo seja minimizado, atuando como um escape. O autor ainda prevê uma tecnologia que copia artificialmente a rede neural do cérebro e aponta para uma crescente desintegração da realidade, tendo em vista a decorrência de uma manipulação em que o meio apresenta apenas notícias que lhe servem e adapta aquelas que não servem para que possam usar.

Segundo Kerckhove (2009) as tecnologias causam um desequilíbrio entre cultura e natureza e esse fato cria a necessidade de refletir sobre a Terra e uma nova imagem do Eu, apontando para a ideia de unidade do mundo e de pertença cósmica. Ideia que converge com o pensamento/cosmovisão indígena e à mensagem de amor à Mãe Terra, exposta por Daniel Munduruku e Célia Xakriabá.

A imagem do Eu, que incluirá a Terra, deverá transcender as diferenças locais e as doutrinas individuais de cada um, mas sem extirpá-las. Deverá, em todo caso – mas talvez isso seja outra história - ser baseada em percepções táteis, mais do que visíveis. Não é suficiente olhar a Terra de forma diferente, é necessário também percebê-la

diversamente. Talvez isso não seja nada prazeroso, mas fará parte no negócio: simplesmente para sobreviver. (Kerckhove, 2009, p. 238)

Atualmente, a disseminação de notícias falsas principalmente no ambiente *online* em plataformas digitais, tem levantado discussões sobre os impactos dessa ocorrência na formação da realidade pela sociedade. Um cenário que confirma as indagações de Kerckhove a respeito da crescente desintegração da realidade. Segundo Delmazo e Valente (2018), apesar da fabricação de notícias falsas ser um fenômeno antigo, a cultura de partilha que propicia a desinformação ganha destaque pela capacidade de influenciar em sistemas políticos, processos eleitorais e acentuar a polarização política. Esse pode ser um dos obstáculos ainda longe de ser superado para se alcançar a justiça social, já que com uma verdade distorcida, que foi “maquiada”, ou totalmente contrária daquilo que realmente acontece, a população se perde no que é fato e no que é falso, distanciando-se também de seus próprios direitos.

ARTE – RESISTÊNCIA E ESPÍRITO

Na intenção de manifestar questões e críticas sociais, muitos artistas usam seus trabalhos como suporte para essas indagações. Segundo Centella (2015) o ativismo, se instaura no começo dos anos 70 como um movimento artístico-político que restabelece a função social da arte e permite a criação de novas narrativas capazes de alterar códigos e signos que já estão estabelecidos na sociedade, usando estratégias políticas que se nutrem da linguagem artística como um elemento catalizador.

Denilson Baniwa, do povo indígena Baniwa é natural do Rio Negro, interior do Amazonas, foi vencedor do Prêmio Pipa Online em 2019.

É um artista indígena e, em entrevista à Rkain (2020), afirma que a arte, a vida e a resistência não se diferenciam como no Ocidente, onde a arte é um instrumento de poder em relação a outros seres humanos. Segundo o site do próprio artista: “Seus trabalhos expressam sua vivência enquanto Ser indígena do tempo presente, mesclando referências tradicionais e contemporâneas indígenas e se apropriando de ícones ocidentais para comunicar o pensamento e a luta dos povos originários”. O ativismo é um aspecto que se destaca nas obras de Denilson Baniwa. Em uma série de pinturas, o artista expõe seu pensamento sobre a relação do “índio” com as tecnologias. A pintura “Curumin”, de 2018 acompanha uma descrição textual que deixa explícito esse pensamento.

Releitura de uma famosa capa da Revista Times, em que aparece o Steve Jobs com um novo modelo do MAC: “a capa é icônica por ser um marco do avanço tecnológico e, inclusive, cultural: ele está segurando o computador e ao mesmo tempo em que ostenta outros itens de sua cultura indígena”. Ele consegue ter acesso à tecnologia, ter conhecimento do que é tecnologia e não deixar de ser índio por isso, pois se os índios de hoje não têm acesso à tecnologia e conhecimento irão morrer. Hoje o único jeito de defender suas terras e seus direitos constitucionais, bem como guardar seus conhecimentos, sua memória e, não menos importante, se comunicar entre os povos e a sociedade envolvente é dominar as tecnologias existentes. (Baniwa, 2019)

Denilson Baniwa, também é um exemplo de artista que domina a tecnologia e faz uso de dispositivos eletrônicos para manifestar suas mensagens por meio da arte. Como aponta Quesada (2019) o artista atribui o discurso antropofágico como um pensamento indígena que foi apropriado por Oswald de Andrade e em sua obra “Petroglifos na

selva de pedra” faz uso de projetores a laser para “imprimir” imagens em um contexto urbano.

Figura 1

“Curumim, guardador de memórias”



(Denilson Baniwa, 2018, acrílico sobre tecido, 160cm x 200cm).

Figura 2

“Petroglifos na Selva de Pedra”



(Denilson Baniwa, 2019, projeção à laser na cidade, tamanhos variáveis)

Com frequência, a arte é relacionada com a espiritualidade em diversas sociedades. Na sociedade indígena essa relação também fica visível. O “Manifesto Ecológico dos Índios do Arizona” elaborado por Harvey Lloyd, no qual Munduruku (2009) expõe em “O banquete dos deuses” explicita essa relação: “Em primeiro lugar, somos artistas porque queremos criar. Depois, porque somos índios. Expressamos nossa cultura dessa forma. A arte que vemos nos índios é a espiritualidade, agradecendo ao criador tudo aquilo que ele fez”.

O pajé, ou xamã é um líder espiritual e tem o papel de manter a sociedade equilibrada. Ele é responsável pelos procedimentos de cura dos que desobedecem a esse equilíbrio social e é ele quem “ordena os conhecimentos da comunidade sobre o comportamento que deve assumir perante o sobrenatural”. Essa relação com a espiritualidade também é indissociável dos demais aspectos já citados aqui: educação, liberdade, afeto e oralidade. Todos esses aspectos estão conectados e em constante trabalho para que o indivíduo se constitua na sociedade.

Denilson Baniwa, em seu trabalho “Máscaras para rituais do mundo em crise” - uma série de autorretratos com máscaras produzidas pelo próprio artista, acompanhada por um texto - faz uma analogia entre os rituais de sua tradição que são feitos para que um espírito doente seja liberto pelo “Senhor das Doenças” e os rituais que são necessários serem feitos para a contenção do vírus COVID-19: usar máscaras cirúrgicas ou de tecido costurado da forma correta, lavar as mãos, manter o distanciamento social, entre outras medidas. Em um trecho desse texto, o artista expressa a importância de líderes espirituais como os pajés para o equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

Dizem que o mundo em que vivemos é decorrente das grandes guerras entre os seres humanos e o mundo natural. Tornamos este planeta um contraste do mundo dos Cosmos, por isso precisamos dos pajés, benzedores e todos aqueles que fazem a comunicação com o Universo, tornando assim a nossa vida segura neste planeta. Porém, muitas vezes esquecemos que vivemos num lugar finito e que precisa de cuidados, negamos o bem viver e lidamos por muito tempo com a emancipação de sistemas de poder. Caímos em desventura e chegam até nós os sinais do “Senhor das Doenças”. (Baniwa, 2020)

Figura 3

“Máscaras para rituais do mundo em crise”



(Denilson Baniwa, 2020, autorretrato)

O pesquisador brasileiro Júlio Sekiguchi (2011) propõe a arte como comunicação afetiva e pensa a produção artística como “obra do espírito”, relacionando a experiência criativa e a espiritual através

da sensação de liberdade presente em ambas. A “experiência criativa está relacionada ao corpo espiritual” e a “sensação de liberdade pode ser acessada tanto pela via espiritual como pela criativa”. Segundo o autor, o amor é um ponto importante para se alcançar a plenitude tanto na experiência espiritual como na artística e também ao auxiliar em um nível social a relação do ser humano com a civilização e com o desenvolvimento cultural. Sekiguchi mostra que a arte pode ter sua função social ampliada se for trabalhada com foco voltado não somente para a compreensão do mundo visível, mas também para a compreensão da imaterialidade presente no mundo.

APONTAMENTOS FINAIS

Podemos ver, que o avanço da tecnologia e a necessidade de dominá-la é inevitável ao ser humano, inclusive para a própria sobrevivência. Essas tecnologias já são a extensão do ser humano e o ser humano já está se tornando a extensão dessas tecnologias. Porém, o que vem nesse pacote? As consequências do alto fluxo de informações em uma velocidade que dificulta e até impossibilita a assimilação dessas informações pelo ser humano são muitas. Há o condicionamento a se aceitar a realidade que é passada pelas mídias e essa realidade muitas vezes não condiz com a verdade.

Então, o que fazer a partir dessa realidade? A resposta requer uma pesquisa ainda mais aprofundada sobre esse tema, porém a partir dos dados levantados aqui podemos apontar a necessidade de voltar o olhar na busca em encontrar os papéis individuais nessa grande teia coletiva. Cada indivíduo é um fio nessa teia e cada fio é importante para que essa

teia se mantenha firme. Quando um fio é descontextualizado, injustiçado, tem sua origem e ancestralidade apagadas, esse fio se rompe prejudicando toda a teia.

Vimos que o ativismo e uma educação ativa no combate às discriminações de minorias e injustiças sociais pode ser uma chave para mudar essa realidade. Essa resistência, assim como a arte e a educação, se dilui por todos os aspectos da vida e é um dever de todos acender essa resistência e deixá-la passar por todos os fios da teia. A arte parece servir como elemento catalizador para a resistência que permite acessar universos que a linguagem não artística é incapaz de alcançar no mesmo nível. É como se, assim como os pajés conseguem ser a ponte entre a Terra e o Universo, a arte é o ponto de encontro entre a linguagem humana individual, a coletiva e a Universal.

A espiritualidade, a liberdade que permite o respeito, o afeto e a oralidade são ferramentas que possibilitam que a resistência, o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, o bem estar, harmonia, qualidade de vida e justiça social aconteçam. Essas ferramentas são tecnologias ancestrais, que assim como as novas tecnologias, são inevitáveis para a sobrevivência do ser humano e do planeta, são elementos de um ativismo afetuoso pautado numa sensibilidade e cosmovisão indígena: um “ativismo” capaz de reduzir os danos causados pela pandemia e pela necropolítica neoliberal. Um “ativismo” que visa engendrar um novo mundo.

A tendência por separar os aspectos citados aqui em “caixas” independentes e que não se conectam umas às outras é um pensamento que tende fortemente a prevalecer a quem teve uma educação ocidental. Porém, a desconstrução desse mecanismo de pensamento se torna ainda

mais necessária diante da crise civilizatória que estamos passando. Dessa forma, vemos a urgência para que a sociedade ocidental aprenda e desenvolva pensamentos que se integrem, que sejam coletivos cooperativos e que estejam em harmonia com a natureza.

REFERÊNCIAS

- Baniwa, D. (2020). *Máscaras para rituais do mundo em crise*. IMS. <https://ims.com.br/convida/denilson-baniwa/>
- Baniwa, D. (2019). *Prêmio PIPA*. <https://www.premiopipa.com/denilson-baniwa/>
- Baniwa, D. (s.d.). *Behance*. Site pessoal. <https://www.behance.net/denilsonbaniwa>
- Brasil (2004) *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC. <http://portal.inep.gov.br/>
- Brasil (1996). *Diretrizes e bases da educação nacional*. <https://www2.camara.leg.br/>
- Centella, V. (2015). El Artivismo como acción estratégica de nuevas narrativas artístico-políticas. *Calle14: revista de investigación en el campo del arte*, 10(15), 100-111
- Delmazo, C., & Valente, J. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo, Imprensa da Universidade de Coimbra*, 32 (18).

Kerckhove, D. (2009). *A pele da cultura*. Anablume.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.

Munduruku, D. (2009). *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. Global Editora.

Quesada, L. R. A. (1990). *Artivismo indígena e indigenista*. UNESP.

Rkain, J. (2020). *A arte não se desliga da vida*. ARTE!Brasileiros. <https://artebrasileiros.com.br/arte/a-arte-nao-se-desliga-da-vida-baniwa/>

Sekiguchi, J. F. (2011). *A arte como comunicação afetiva: A experiência espiritual e a produção artística*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Stevanin, L. F. (2020). Vulnerabilidades que aproximam. *Radis*, 212, 10-17.

A PANDEMIA, O PESSOAL E O POLÍTICO – OS IMPACTOS DO CONFINAMENTO NA AGENDA DE UM GRUPO DE FORMAÇÃO PARA OS FEMINISMOS

Larissa Pelúcio¹

Bem-vindas de novo,
no ano passado fortalecemos o Fridas e esse ano vamos buscar fortalecer o nosso enfrentamento a essa sociedade tão patriarcal. Convidamos vocês, nossas grandes chefas, a se juntar a nós quarta-feira (12/02) para discutir o nosso futuro. E para o próximo encontro o tema é: COMO VIVO O FEMINISMO E COMO QUERO IMPACTAR A SOCIEDADE. Esse tema é para pensarmos como estamos e refletir como vamos encarar esse novo ano e estabelecer os nossos objetivos pessoais e de grupo. (Mensagem de umas das organizadoras do grupo *Fridas e a Resistência*, no WhatsApp do grupo, em 06 de fevereiro de 2020).

Em novembro de 2019, o grupo feminista *Fridas e a Resistência* (nome modificado a fim de preservar o anonimato das integrantes), composto por brasileiras residentes em Paris completara um ano. Ao invés da feijoada que estavam planejando para celebrar a ocasião elas se engajaram em uma marcha contra o assédio sexual, se somando a outros coletivos para comporem uma ala de mulheres brasileiras.

1. Doutora em Ciências Sociais, professora de Antropologia – UNESP – FAAC. Pesquisadora Produtividade 2 – CNPq.
larissa.pelucio@gmail.com

Naquele momento, o grupo contava com pouco mais de 60 mulheres no *WhatsApp* e mais de 300 no Facebook. De acordo com uma das lideranças do coletivo, o *Fridas* caracteriza-se por ser um

grupo majoritariamente composto por mulheres de esquerda. Porque tudo na nossa vida é político. Viver é um ato político. Os assuntos sobre os quais falamos são diretamente ligados com política. Nosso objetivo enquanto grupo é resistir em um mundo misógino dominado pelo *capitalis fmo* (Em mensagem pelo *WhatsApp*, em 08/11/2019).

O grupo *Fridas e a Resistência* aglutinou por meios digitais mulheres brasileiras que estavam na França pela mobilidade acadêmica², fazendo estudos de pós-graduação, se articularam a fim de enfrentarem o “discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos” (Balllestrin, 2018, p. 149) que formavam a plataforma política de Jair Bolsonaro, naquele momento disputando as eleições presidenciais de 2018. A mobilização dessas estrangeiras passava pela percepção que, mesmo distantes do Brasil podiam se valer das redes sociais digitais e de aplicativos móveis de conversas para se organizarem em torno do rechaço à plataforma conservadora de Bolsonaro. Apostaram para isso no vocabulário político dos feminismos³.

2. Pode-se definir a mobilidade científica como o deslocamento geográfico de curta ou longa duração de acadêmicos/as e cientistas por instituições internacionais com o objetivo de desempenhar atividade de pesquisa ou docência, inserido em algum programa formal ou realizado de maneira independente. (França, 2016, p. 203).
3. Termos como sororidade, patriarcado, sexismo, interseccionalidade formam um léxico que se soma às *hashtags* que compuseram demandas feministas na última década deste século. Algumas teóricas (Perez & Ricoldi, 2020; Rocha, 2017; Silva, 2019) tem chamado este momento de quarta onda feminista, quando o feminismo chega à internet mobilizando seus recursos discursivos como compartilhamentos, “likes”/“deslikes”, *hashtags* e *memes*.

Formados por mulheres que só muito recentemente passaram a se reconhecerem como feministas, as *Fridas* assumiram uma linguagem política em suas interações on-line e off-line. “Nesse sentido”, neste artigo, procuramos “pensar em sujeitos que utilizam a internet”, mas também consideramos “estratégico conceber sujeitos produzidos por esses usos” (Ferreira, 2015, p. 207).

A difusão e compartilhamento de conteúdo pela internet tem proporcionado a “formação de comunidades feministas nas mídias digitais que elaboram formas de subjetividade” (Gonzaga, 2018, p. 114), nas quais a tendência ao relato pessoal aproxima e sensibiliza um número considerável de jovens mulheres às temáticas relativas as experiências femininas de mulheres cisgêrnas e/ou trans, em um mundo atravessado por estruturas que perpetuam as desigualdades de gênero, tem também contribuído para uma ideia de “emponderamento” um tanto problemática. “O percurso no qual o conceito de empoderamento feminino passa de uma acepção francamente “coletivista” a uma versão individualizada pode ser situado naquela dinâmica mais ampla do capitalismo tardio”, (Hamlin & Peters, 2018, p. 170), nas quais a mídias digitais e as redes sociais digitais cumprem flagrante papel político.

Problematizar suas próprias produções sempre foi a marca dos estudos feministas. De forma que pensar criticamente o que tem sido produzido (inclusive como subjetividades têm-se constituído) e qual é o papel das comunicações digitais e dos feminismos para a democracia, é um exercício reflexivo do qual pensadoras feministas não têm se furtado. Considerando-se que

[a] internet causou uma revolução em relação à comunicação, e o feminismo não demorou a chegar com força na internet. Nunca antes

no mundo se experimentou a comunicação global e rápida como experimentamos hoje e, devido às peculiaridades da explosão do feminismo dentro desse contexto, já possível afirmar com segurança que estamos vivendo um momento de quarta onda do feminismo. (Silva, 2019, posição 369 de 719, Kindle).

Feminismo e tecnologias de comunicação cultivam um flerte histórico que conhece seu ponto de inflexão nos anos de 1990, quando os termos ciberfeminismo foi cunhado por Sadie Plant, diretora do *Centre for Research into Cybernetic Culture*, da Universidade de Warwick, para descever a convergência entre mulheres e tecnologia. Relação esta que Plant caracterizava como íntima e subversiva (Ureta, 2005, p. 383). Essa relação já vinha insinuada no mote “o pessoal é político”, cunhado no final da década de 1960. Com a midiaticização dos feminismos e da política de gênero e sexualidade, a palavra de ordem cunhada por Carol Hanisch⁴, há mais de 50 anos, ganha também sua versão invertida: o político se torna altamente pessoal.

Nesse contexto, surge a literatura feminista da quarta onda, com escritoras engajadas em movimentos online em forma de blogs e páginas destinadas ao feminismo. O relato pessoal em forma de texto é a nova tendência da produção literária dentro do feminismo contemporâneo. (Oliveira, 2019, p. 67).

4. Carol Hanisch cunhou o slogan “o pessoal é político”, em 1969. Considerada radical por alguns/algumas críticos/as. Jornalista engajada na luta pelos direitos civis de negros e outras minorias políticas, esteve à frente de protestos como pelo fim dos concursos de miss, engajou-se em diferentes lutas, como pelo fim do apartheid na África do Sul. Ainda viva, Hanisch defende o ativismo presencial, ainda que reconheça os efeitos mobilizadores das mídias sociais digitais. Para uma entrevista com Hanisch ver: <https://medium.com/@feminismoclasse/entrevista-com-carol-hanisch-b9016b1d5375> (última consulta em 16/02/2020).

Rebecca Solnit (2017) oferece um bom exemplo desse gênero de narrativa na qual a experiência pessoal dialoga com textos clássicos dos estudos feministas. Se por um lado, essas referências são inspiradoras e podem suscitar curiosidade nas leitoras em aprofundar sua formação nesse campo, tenderam também (evidentemente, não atribuímos isso a Solnit), a serem sintetizadas em linguagem verbo-visual expressa em memes e frases curtas extraídas de textos clássico, como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, “viralizando”, sem que a leitura da obra seja de fato realizada.

As mulheres que compõe o grupo de formação de consciência⁵ aqui estudado, não tinham vinculações político-partidárias ou ativismos significativos antes de partirem para o exterior, mas já vinham travando algum contato com a temática de gênero por meio das redes sociais digitais, onde depoimentos e textos intimistas traziam, muitas vezes, referências a autoras dos estudos feministas. O que caracteriza o Grupo *Fridas e a Resistência* como fruto da chamada “quarta onda” feminista, aquela que se avoluma a partir dos ambientes digitais. “A quarta onda no Brasil tem sido caracterizada a partir de três traços principais: a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade a atuação por meio de coletivos” (Perez & Ricoldi, 2018).

5. “Aquilo que os chamados “grupos de consciência” passaram a compor a partir de meados dos anos 1970, nos Estados Unidos, foi a noção do que era uma “Mulher”, separada da noção de “Homem” universal. Por meio da constituição de grupos de consciência, mulheres — muitas donas-de-casa de classe média urbana, já com filhos crescidos, personagens focalizadas, muitas delas, no livro de Betty Friedan — passaram a discutir a própria vida. Nessas discussões, essas mulheres não somente se deram conta de que o que viviam individualmente era vivido também por todas as demais — portanto, como questão coletiva, como parte da cultura, como relação política —, mas também passaram a constituir uma noção de “irmandade””. (Pedro & Wolff, 2007, pp. 57-58).

Desde sua formação, em novembro de 2018, o grupo realizou mais de 30 encontros, além de participações em eventos feministas como o Oito de Março e aqueles que reuniram personalidades políticas brasileiras alinhadas às pautas da esquerda. Passado um ano desde aquele momento de formação, as organizadoras do grupo Fridas e a Resistência anunciaram o recesso de fim de ano, prometendo a retomada das atividades para o mês de fevereiro de 2020. Em uma das primeiras mensagens do mês de retorno uma das fundadoras do grupo retoma algumas das conclamas que ela já havia lançado no ano anterior e que foram reproduzidas como epígrafe deste capítulo. Para ela, vocalizando o pensamento de outras lideranças do coletivo, o grupo havia alcançado maturidade. Era chegado o momento de “estabelecer os nossos objetivos pessoais e de grupo” a partir do questionamento “como vivo o feminismo e como quero impactar a sociedade”. Agenda que não chegou a se estabelecer devido à chegada da pandemia e pelos efeitos emocionais que o confinamento rigoroso adotado na França provocou nas integrantes do grupo.

No fim do inverno europeu de 2020, o governo francês instituiu a quarentena (*L’interdiction de déplacement*) no país como medida sanitária contra a pandemia de Covid-19. Mas, se os dois prolongamentos do confinamento (de 17 de março a 15 de abril; e depois a 11 de maio) contribuíram para abalar o ânimo político do grupo. Estas medidas foram também decisivas para que as administradoras do coletivo repensassem a agenda e retomassem as reuniões por meios digitais.

Assim, em meio a tensões internas, desligamentos de lideranças e fragilidades emocionais, as Fridas buscaram recursos dentro e fora do grupo para reelaborar a pauta dos debates e retomarem as reuniões no

modo remoto. As reuniões colocaram na agenda questões emocionais e íntimas, que para algumas das participantes não se configurava de fato como tema político e desviava o grupo da proposta lançada em fevereiro daquele mesmo ano. Essas fricções levaram à saída de lideranças do Grupo, desestabilizando o coletivo.

Nesta comunicação procura-se compreender o potencial de novas formas de se fazer política trazidas pelas mídias digitais, concentrando a análise no cenário disruptivo da pandemia. Para tanto tomamos como unidades coletivas de análise o grupo Fridas e a Resistência, nascido na/da articulação mediada pelas redes sociais digitais. Discutimos o que se passou com o coletivo Fridas como um estudo de caso que pode ser estendido a outros grupos que tiveram de repensar estratégias de mobilização diante da crise que afetou a todas e todos, ainda que de forma distinta e desigual. Foi interessante perceber como durante os 55 dias de confinamento a agenda de luta do grupo foi se reorganizando no sentido de reavivar temas clássicos dos debates feministas como a violência doméstica; a naturalização do cuidado como tarefa feminina; o direito ao prazer sexual, agora realocados no cenário da pandemia. Priorizamos aqui a discussão sobre o cuidado, retomando brevemente sua importância teórica para o momento presente. Aproximamo-nos também das críticas lançadas por muitas pensadoras feministas sobre as armadilhas neoliberais que podem capturar agendas dos feminismos mais libertários, sobretudo os que vem encontrando nas redes sociais digitais um campo importante de articulação política.

Pretendemos discutir como nesse momento de crise sanitária, política e econômica os coletivos de resistência, sobretudo os feministas, estão respondendo ao cenário de isolamento social que, ao mesmo tempo em

que represa agendas de luta e ameaça conquistas, obriga a pensar em outras estratégias de mobilização. No caso do sujeito desta pesquisa, tem sido interessante notar como os temas históricos do movimento feminista voltam a ser acionados como conceitos-chave para a articulação destas estratégias, somando-se à desinformação como uma questão contemporânea para o ativismo feminista.

Esta pesquisa tem exigido imersão nas redes digitais, a partir de pesquisa conectiva. Seguindo Christiane Hine aposta-se aqui em uma etnografia que se espraie “para além da internet, explorando como as atividades on-line passam a existir e adquirem significado em esferas da vida social mais amplas e imprevisíveis” (2015, p. 11). A proposta inicial envolveu pesquisa etnográfica no fluxo on-line/off-line. Ou seja, assumindo que ninguém vive uma vida apenas on-line, as vivências fora dos espaços digitais são importantes e completam o campo investigativo. É importante se olhar para o miúdo e para o artesanal, como classicamente a antropologia fez em suas pesquisas, mas considerar os cenários macrossociais onde as vidas cotidianas de nossas sujeitas e nossos sujeitos de pesquisa transcorre. Esse é nosso esforço metodológico e analítico.

A etnografia de fluxo envolve relações face a face em momentos nos quais quem pesquisa participa de atividades cotidianas das colaboradoras, realizem-se entrevistas semiestruturadas, ocorrem conversas espontâneas e que estes contatos ajudem a manter aqueles já iniciados por meios de comunicação digital, seja pelo aplicativos de conversas WhatsApp e Messenger e/ou acompanhando as atividades sociais,

culturais e acadêmicas das colaboradoras por meio de suas páginas no Facebook e/ou outras plataformas das quais façam uso⁶.

Devido à pandemia da Covid-19, a agenda desta pesquisa, assim como a do grupo que protagoniza esse texto, foi alterada. Adiando para um momento imprevisto as interações corpo a corpo (Baym, 2010). Até lá, acompanhamos cotidianamente a dinâmica do grupo por meios digitais.

CUIDADO, DESINFORMAÇÃO E COVID

Porque eu te amo, vou cuidar de nós.

Se hipoteticamente 2 mil pessoas se contaminarem em minha cidade e, dessas 2 mil, 100 precisarem de atendimento hospitalar ao mesmo tempo, vão faltar leitos.

Vai atingir pessoas frágeis nas filas de atendimento médico. Vai virar um caos.

Pelos outros, eu vou me cuidar. Pelos outros eu vou procurar o sistema de saúde somente se apresentar sintomas e ter circulado por áreas de risco. Pelos outros eu vou ficar em casa, isolada se eu for um caso suspeito.

Pelos outros eu vou me privar de sair pelas ruas, onde houver livre circulação do vírus.

Vou evitar festas e grandes eventos.

Vou lavar minhas mãos, vou evitar compartilhar o chimarrão, vou evitar abraços e até mesmo os apertos de mão.

Pelos outros eu vou fazer minha parte.

E quando cada um faz sua parte, todos ganham.

O coronavírus é um exercício real de empatia.

E empatia é igual leito de UTI. Não é em todo o lugar que a gente encontra. (Texto anônimo compartilhado por uma das Fridas no grupo de WhatsApp do coletivo, em 16/03/2020)

6. Eticamente é preciso que qualquer interação nesses ambientes seja previamente autorizada pelas colaboradoras e o uso de informações ali disponibilizadas deve ser consultado antes de qualquer publicização dos mesmos pela pesquisadora, quem deve assegurar o sigilo e o anonimato das colaboradoras.

Na primeira semana de março de 2020, o tema de conversação no grupo de WhatsApp das Fridas esteve voltado para temas associados à pandemia da Covid-19. As pautas diárias sobre política brasileira e internacional, assim como a divulgação de cursos e eventos afinados com temáticas feministas deram lugar a memes, notícias, dúvidas e expressão de preocupação em relação à, então, desconhecida doença. Notícias que chegavam pelas mídias massivas e pós-massivas eram discutidas sob dois crivos: o da desinformação e do cuidado. Começamos por este último.

A categoria “cuidado” compõe o léxico de temas clássicos dos feminismos. Já na década de 1970 ela era discutida a partir da divisão sexual do trabalho (Bruschini, 2006; Fraser, 2016; Hirata, 2016). Feminista socialista e marxistas mostravam que as funções associadas ao cuidado eram vitais para a reprodução da força de trabalho, mas eram invisibilizadas, não remuneradas e exercidas na grande maioria dos casos (e das casas) por mulheres.

Invisível e desvalorizado, o cuidado ganhou um lugar teórico para além dos círculos marxistas, no início dos anos de 1980, quando Carol Gilligan, publicou *Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* (1982). Gilligan contestou as teses tradicionais sobre a conduta moral e ética baseadas em universais que colocavam o pensamento lógico dedutivo como expressão de maturidade cognitiva. Para ela este apregoadado universalismo seria, de fato, centrado em valores masculinistas que inferiorizavam outras racionalidades e moralidades, entre estas, o que ela denominou de ética do cuidado, associada às mulheres.

É certo que há discussões sobre a proposição de Gilligan sobre a ética do cuidado, a qual estaria, de acordo com essas críticas, pensada a partir de uma perspectiva essencialista. Pois, em sua construção argumentativa, Gilligan a opunha à ética masculina baseada na justiça e na vida pública à ética do cuidado, associada a disposições femininas. O que autoras como Joan Tronto (2013) vão mostrar é que a ética do cuidado não é feminina, mas precisava ser feminista.

Seguimos aqui as derivações e reconsiderações feitas a partir destas críticas que levam muitas autoras que, depois de Gilligan, a pensar o cuidado não só na chave da filosofia da moral, mas a partir de uma perspectiva política. “Para uma teoria político-feminista, relações de cuidado e relações de poder estão intimamente relacionadas” (Zirbel citada por Natansohn, 2018, s/p). A politização do cuidado desloca a discussão, da chave essencialista, associada a suposta moral feminina, para pensa-lo a partir de uma moral feminista. De forma que o cuidado deixa de ser tratado como disposição de gênero para ser encarado a partir das relações de poder em sociedades sexistas e racistas (Tronto, 2005).

O “cuidado” apareceu nas interações das Fridas associado à sororidade como aliança feminista entre mulheres. Em muitos momentos de interações por meio digitais as participantes do grupo asseveraram que sororidade não é “passar pano pra mulher”. Quer dizer, não se trata de limpar, metaforicamente, a sujeira de outra ou de ser condescendente frente a preconceitos e ilegalidades apenas porque a agente da ação é uma mulher. Por isso, a associação da irmandade entre mulheres se estabeleceria pelo feminismo, não pelo feminino.

A professora e pensadora norte-americana bell hooks relembra que “quando o slogan ‘A sororidade é poderosa’ foi usado pela primeira

vez, foi sensacional”. (2015, p. 33), pois ajudou as feministas da década de 1970 a enfrentarem afirmações reiteradas de que mulheres eram naturalmente competitivas entre si e tendiam a serem inimigas mais do que companheiras. A inferioridade moral de mulheres, determinada por, quem sabe, algum elemento biológico/fisiológico, as impediria de construírem fraternidades como os homens o faziam.

“Entendíamos que solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade”, reitera hooks, “vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum” (hooks, op. cit., p.35). A sororidade faria parte da ética do cuidado (ainda que hooks não esteja dialogando com Gilligan) como um compromisso político com a alteridade, considerando questões simbólicas e emocionais como dimensões tão poderosas quanto as materiais quando se trata de sofrimento. Na perspectiva de hooks, a sororidade é poderosa justamente porque politiza as parcerias e ajuda a questionar estruturas sexistas que mantêm mulheres como exploradoras de outras mulheres.

O grupo abraçou a ideia de fazer da solidariedade uma ação concreta, tornando-se um espaço de formação para os feminismos, de difusão de conhecimentos e das pesquisas que cada uma das integrantes realiza em suas pós-graduações na França. Serviu, ainda, para trocarem dicas sobre emprego, shows, eventos artísticos e acadêmicos e de suporte emocional e material incluindo, por vezes mulheres que não integram o

coletivo como beneficiárias dos cuidados que a rede tecida pelas *Fridas* procura oferecer⁷.

As interações on-line costumam ser diárias, mas se intensificaram no período do confinamento. Já as reuniões presenciais, são quinzenais e foram suspensas durante o confinamento e nos meses subsequentes devido ao verão europeu, mas também pelas instabilidades vividas pelo coletivo nos meses de isolamento social.

Sem os encontros presenciais, os quais tendem a ser momentos de estreitamento de laços e também quando algumas das participantes se encontram face a face pela primeira vez, as novatas não chegaram a aderir consistentemente à dinâmica on-line. Dinâmica esta muitas vezes robustecida pelo contato presencial durante as reuniões. Não é incomum que após os encontros, que geralmente acontecem na casa de alguma voluntária, as conversas no WhatsApp girem em torno dos efeitos das discussões sobre quem dela participou. Muitas vezes se salienta a dimensão terapêutica dos eventos.

Uma das últimas reuniões presenciais das *Fridas* aconteceu no dia 26/02/2020, com o tema “Sobrecarga e exaustão feminina”. Uma das participantes mais atuantes nos meios digitais escreveu a mensagem abaixo, na qual procurava sintetizar aquele momento:

Naquela pequena célula de pensamento, mulheres de diversas partes do Brasil sentadas em volta de um ideal de utopia concreta - o feminismo. Tema da noite - Sobrecarga. Nada mais coerente quando lembramos de nossas irmãs de olhares cansados. Nossas mães, avós, babás, nossas exploradas do patriarcado capitalista. O fardo das

7. Estas ajudas são, geralmente, solicitadas por meio do grupo no WhatsApp, enquanto as demais trocas podem acontecer também por meio da página do grupo no Facebook.

tarefas de interdição sexual e de afazeres domésticos intermináveis, torna-se sina de nosso ser de luz que precisa de liberdade para se emancipar. O envenenamento brutal dessa sobrecarga das escravas do signifiante – mulher - é a própria tecnologia biopolítica que é a misoginia. Silenciando nossas dores com uma naturalização da violência contra nossos corpos e espíritos. Não estarei presente pois estou sendo devorada pela sobrecarga nesse momento. Mas nada como a união do feminino para nos relembrar da nossa resistência transgressiva! Excelente reunião, manas 🥰

Nas primeiras semanas de março entre discussões sobre psicanálise, críticas sobre literatura de autoajuda, combinações para idas a cinema e programação da próxima reunião, começaram a aparecer no grupo memes e os primeiros comentários sobre a o novo coronavírus. Com esse conteúdo chegaram também os alertas com pedidos de cautela em relação às notícias que vinham circulando por diferentes meios, mas que acabavam quase todas se avolumando via WhatsApp.

Aqui passamos a discutir a desinformação como um elemento que desestabilizou não apenas a agenda política do Grupo em questão, mas também seus desdobramentos quanto ao cuidado na perspectiva que viemos explorando até aqui.

A desinformação tem sido discutida a partir dos aportes das ciências sociais e ciências sociais aplicadas como um problema contemporâneo relacionado a predominância de dispositivos móveis nos processos midiáticos. O que implica em tensões que atravessam a esfera íntima e a pública, comprometendo o debate democrático em arenas micro e macropolíticas.

O problema da desinformação na mídia social tem sido frequentemente abordado pela literatura, sob a temática das “desordens informativas” (Derakhshan & Wardle, 2017). A desordem informativa é

referente ao espalhamento de informações falsas, enganos e boatos, potencializados pelas características da mídia social. (Soares et. al. 2019, p. 5).

O compartilhamento rápido, a portabilidade e a conectividade permanente são algumas das características dessas mídias. Características que trouxeram mais tensões que esclarecimentos naquele momento de muitas incertezas sobre a Covid-19. Havia, portanto, uma grande disposição para a absorção de notícias sobre a pandemia e tudo que a ela se relacionava. De forma que a agenda do Grupo Fridas e a Resistência não resistiu às primeiras semanas da pandemia.

No WhatsApp do Grupo havia um frenesi de mensagens, tornando difícil seguir os caminhos da comunicação entre as participantes. A comunicação ágil e que permite anexar outros conteúdos à janela de mensagens tornou o WhatsApp o mais significativo meio para a disseminação de notícias fraudulentas (Galhardi et. al., 2020). Além dessas facilidades, o aplicativo se tornou um meio de comunicação eficiente durante o isolamento social, posto que em países como o Brasil a maior parte dos planos de telefonia celular não cobram por seu uso. Assim, mesmo se o pacote de dados móveis se esgota, ainda é possível utilizá-lo.

Na França, as Fridas utilizam largamente o WhatsApp para falar com familiares que estão no Brasil. O teor dessas conversas surge em muitos momentos como tema nas mensagens do Grupo, pois muitas das participantes do coletivo têm encontrado dificuldades de dialogar sobre temas políticos com a família dada suas posições ideológicas polarizadas.

No Grupo, as participantes pedem desde conselhos até material para subsidiar argumentos que possam demover seus parentes de posições

que, segundo elas estão sedimentadas em notícias falsas. O espaço de trocas de mensagens serve ainda de ambiente para desabafos que oscilam entre a raiva e a tristeza frente aos conteúdos que recebem de seus parentes via grupo de WhatsApp.

Com o novo coronavírus se tornando a pauta principal da grande imprensa, foi inevitável que este também se torna-se um tema quente nas mídias pós-massivas. No cenário brasileiro altamente polarizado politicamente, a Covid-19 se tornou um tema ideológico e não apenas sanitário. Pesquisa realizada por, Cláudia Pereira Galhardi e colaboradoras (2020), mostra que muitas notícias fraudulentas associavam o novo coronavírus com fatos políticos⁸. Esses efeitos foram experimentados no Grupo das *Fridas*, obrigando as moderadoras a pedirem constantemente cautela em relação aos conteúdos postados ali e atenção àqueles recebidos por elas por meios diversos, incluindo os ditos oficiais.

A maior parte das mulheres que participa do grupo de WhatsApp das *Fridas* tende a ser seletiva e cuidadosa com a difusão de conteúdo naquele canal, mas as incertezas trazidas pela Covid -19, uma doença desconhecida cujos boatos se propagaram mais rápido que o próprio vírus, as deixou menos vigilantes em relação às mensagens e conteúdos

8. Pronunciamentos presidências ou simples declarações, como fez o presidente do Brasil muitas vezes, por exemplo, afirmando que determinado medicamento curava ou amenizava os efeitos da doença ou conclamando a população a deixar o isolamento que seu próprio ministro da saúde havia instituído. Nos Estados Unidos, após a declaração de Trump sobre a ingestão de detergentes como forma de se prevenir a doença, o jornal NY Daily News registou si aumento de internações por intoxicação por ingestão de produtos como água sanitária, quando comparado ao mesmo período de 2019. A equipe analisou denúncias de *fake news* enviadas por meio do aplicativo *Eu Fiscalizo* entre 17 de março a 10 de abril de 2020. “A pesquisa apontou que 10,5% das notícias falsas foram publicadas no Instagram, 15,8% no Facebook e 73,7% circularam via WhatsApp” (Galhardi et. al., 2020, p. 4204)

relativos a medidas sanitárias, formas de contágio, sintomas, enfim, tudo que se relacionasse à pandemia.

Segundo levantaram Galhardi e colaboradoras, a disseminação de notícias falsas⁹ foi um fenômeno mundial. Houve

uma crescente circulação de boatos acerca do contágio produziu uma segunda mazela pandêmica: a propagação de notícias falsas relacionadas à Covid-19 cujas fontes principais eram as redes sociais. Esse movimento atingiu o mundo inteiro, a ponto de a Organização Mundial da Saúde (OMS) denominá-lo como “infodemia”. (Galhardi et al., 2020, p. 4202).

Entre as *Fridas*, os pronunciamentos oficiais franceses, incluindo o do presidente Emmanuel Macron, foram recebidos com apreensão e certa contradição de sentimentos. Ao mesmo tempo em que seu discurso do dia 12/03/2020¹⁰ foi avaliado como “top”, a mesma participante o taxou de “neoliberal de merda”, avaliando que Macron “enganava bem”. Em outros momentos durante o isolamento estes sentimentos contraditórios em relação ao presidente francês foram expressos, sobretudo em contraste com os pronunciamentos de Bolsonaro.

A repercussão do pronunciamento do presidente francês, no grupo aqui analisado, mesclou angústias pessoais a especulações e análises conjunturais. Mesmo entre mulheres politizadas a desordem informativa “organizou” o debate. Os efeitos da pandemia contaminaram o discurso

9. As chamadas *fake news* podem ser categorizadas em desinformação não intencional (*misinformation*); desinformação intencional (*disinformation*) e “a *mal-information*, que ocorre quando um sujeito é atacado com informações privadas (Derakhshan & Wardle, 2017). Nos dois primeiros casos, portanto, temos informações públicas e no terceiro, privadas” (Soares et al, 2019, p. 05). Neste texto priorizamos as duas primeiras categorias.

10. O pronunciamento de Macron aos franceses pode ser visto na íntegra em : <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2020/03/12/adresse-aux-francais>

político. Vamos a alguns diálogos que apareceram no Grupo entre o dia 12 e 13/03¹¹:

“Olha o vírus é fato, ouvi hoje dois pesquisadores do instituto Pasteur na emissão da France Culture¹². É bom prevenir” (Frida 1).

“Agora existe por traz questões geopolíticas, econômicas etc.”. (Frida 2).

“Eu não sou nada nada noiada, tô vivendo normalmente, mas eu só tomo precauções como evitar ficar colada fungando nas pessoas e lavar as mais frequentemente (coisa q eu sempre fiz)... Essa história de quem vai morrer não sou eu então tô pouco me fudendo, eh barril!” (Frida 3).

“O tempo de fechamento de creche e de estabelecimentos comerciais foi calculado pela intensidade do rombo que o mercado tomaria ... Eu acho que eles que criaram esse vírus”. (Frida 4).

“Quando eu era mais nova sempre ouvi isso, essas doenças são criadas pelo capitalismo, por indústrias que em seguida aparecem com a cura como mágica e isso fortalece o poder deles” (Frida 5).

“Segundo uma amiga ter medo baixa a imunidade, tomar vitamina C em excesso não ajuda o combate o vírus! Então, vamos respirar profundo e soltar lentamente como se tivesse um canudinho na boca lentamente... (Frida 1).

“Então, já viram a notícia q Cuba desenvolveu a vacina contra o coronavírus q tá sendo usada na China?” (Frida 6).

“Desenvolveram, mas não eh vacina, eh tratamento e tá sendo usado na China. Pelo que vi ate agora...mas ontem tb tava sendo divulgado que era vacina e não eh. Tá bem claro que estamos sendo submersos de informações sobre essa doença e toda mínima informação nova faz o tour do mundo. Tem muita gente entrando em desespero e estamos na beira do caos, mas acredito que as consequências econômicas serão piores que a doença em si”. (Frida 7).

11. Foram selecionadas as mensagens que giravam em torno de especulações sobre a Covid-19, omitindo-se outra que compuseram as conversas no período abrangido.

12. A *France Culture* forma um conglomerado de comunicação que engloba a cadeia de rádio cultural francesa e site de notícias, pertencente ao grupo Radio France.

Como mostram algumas pesquisas, “a disseminação de informações falsas e a cultura da desinformação na área de saúde não é novidade” (...) A saúde é um bom meio de cultura para boatos e rápida circulação de notícias”. (Galhardi et. al., 2020, p. 4202). Diante de um fenômeno sanitário novo e dada a intensidade e velocidade de circulação de pessoas e notícias pelo mundo, houve grande ansiedade social, que repercutiu no Grupo de forma aguda. Não só houve mudanças na agenda política como o desligamento de lideranças que deixaram o coletivo por discordarem dos novos rumos que pareciam estar se impondo de forma mais sensível. Insatisfações antigas tomaram uma dimensão maior durante o isolamento social, abalando a continuidade das Fridas.

O PESSOAL É POLÍTICO E AS ARMADILHAS DO NEOLIBERALISMO

...a saída pra se proteger de um possível adoecimento psíquico, ligado a hiperindividualização, a angústia e ao medo nesse momento, que geram um exagero da concentração de energia libidinal para si mesmo. Esse adoecimento que todos corremos risco, de saída com o sistema neoliberal que inflou o tempo presente e transformou o sujeito em indivíduo que consome ou que empreende, adicionado ao confinamento e a angústia que isso causa. A única saída para não adoecermos psiquicamente é se voltar para o Outro. É o Outro que transforma o indivíduo em sujeito. Ser sujeito é ser nutrido de alteridade, de amor pela diferença. Vamos cuidar do Outro, amar o Outro. Seja esse outro um livro, um amigo, uma música, o outro acima de tudo é uma instância simbólica que nos retira da dimensão imaginária do medo e da paralisia. É a única saída para não mergulharmos no reflexo da nossa própria imagem, como fez Narciso o seu destino mortal. Beijo em todas. Bon courage (Uma das integrantes do Fridas, citando o psicanalista Christian Dunker, via WhatsApp, em 20/03/2020)

Confinadas por 56 dias as *Fridas* passaram pela ansiedade gerada pela desordem da informação acerca da Covid-19 e das medidas sanitárias adotadas na França, onde a maior parte delas reside. Às incertezas sobre a continuidade de seus estudos e trabalhos a alteração radical de rotina e os temores em relação à condução da pandemia do coronavírus no Brasil. Muitas expressaram os temores relativos à saúde de familiares e a indignação com declarações vindas do então presidente da República, Jair Bolsonaro. Esses sentimentos foram acompanhados de outros como a raiva e a decepção em relação a posicionamentos de pessoas queridas e próximas que reverberavam notícias fraudulentas e/ou defendiam falas de Bolsonaro sobre os efeitos do vírus no Brasil.

Na primeira semana do confinamento francês o grupo do WhatsApp teve um volume incomum de mensagens. As incertezas suscitadas pela situação inédita que viviam provocaram ansiedade, mas também muitas trocas de dicas para aliviar tensão, links para acessar livros e filmes gratuitamente, divulgação de lives com temas afins às propostas do grupo, piadas e desabafos. Estabeleceu-se uma espécie de rede informal de apoio iniciada pelas administradoras do *Fridas*: “somos um grupo de suporte e sempre vamos ajudar umas as outras. estamos aqui manas! Não passem sozinha pelos problemas”.

A primeira semana do confinamento foi marcada pela formação desta rede, mas também por esgotamento emocional de muitas participantes diante da possibilidade daquele quadro se prolongar para além dos 15 dias decretados pelo governo Macron. O que de fato ocorreu. As lideranças canalizaram as angústias do Grupo articulando a primeira reunião on-line, propondo como tema “Paternidade Participativa no Brasil”, objeto de mestrado de uma das integrantes do coletivo. A reunião

contou com uma dezena de participantes¹³ que ao fim do encontro, de mais de 3 horas, agradeceram reiteradamente às organizadoras por terem se empenhado em organizar a reunião.

Após aquele primeiro encontro on-line, as pautas foram se voltando para questões mais intimistas, associadas a ansiedade, medo gerados pelo confinamento, mas também para à sexualidade, prazer, tabus sobre o corpo feminino. É interessante notar que esses temas passaram a ocupar as conversações na sequência de quatro dias de intensa troca de mensagens e conteúdos em torno do avanço do novo coronavírus no Brasil e as resposta do governo federal frente à crise sanitária. As preocupações com familiares eram seguidas de mensagens de indignação relativas às falas do presidente. Não foi incomum dizerem que a situação do Brasil as angustiava mais do que o estado de confinamento em que viviam.

Talvez, não por acaso, aquela também tenha sido a semana na qual muitas começaram a apresentar sintomas como falta de ar, dor de cabeça e febre. As respostas a essas manifestações vieram em forma de compartilhamento de informações oficiais como números telefônicos disponibilizados pelo governo francês para o atendimento de casos suspeitos de Covid-19. Ofertou-se e demandou-se “ombro amigo”, chamadas em “privado”, conselhos sobre chás e medicamentos alopáticos como ibuprofeno.

13. Este número não foi muito diferente daquele contabilizado em encontros presenciais. As reuniões presenciais costumam ser realizadas nas casas de mulheres que se voluntariam para sediá-los, havendo mesmo limitação de espaço físico para acomodar mais de 20 pessoas. Porém, naquelas reuniões há um antes e um depois da pauta que ajuda a construir intimidade e alianças entre as participantes. Esses contatos costumam fidelizar algumas neófitas e animam as conversas on-line no dia seguinte da reunião.

Porém, mesmo com o clima de acolhimento, na semana que se seguiu ao boom das indignações e trocas de notícias sobre o Brasil, algumas mulheres anunciaram que iriam sair do grupo. Algumas disseram que seria temporário, mas que naquele momento precisavam se distanciar, pois não estavam conseguindo lidar com as notícias sobre o Brasil. Pouco depois três importantes lideranças do grupo também se desligariam, mas por outros motivos.

A pandemia não apenas interviu na agenda política do grupo para 2020, mas aguçou sensibilidades ideológicas entre participantes mais contumazes. A própria temática mais intimista, que para algumas serviu de apoio e de espaço de expressão, para outras pareceu um desvio de objetivos políticos.

Sem a interface off-line que as engajava em movimentos transnacionais como o *8 de Março*, o movimento *#elenão*¹⁴ ou em grandes mobilizações nacionais como os protestos em Paris contra a violência doméstica¹⁵, os temas do grupo pareciam ter se provincializado e se tornado demasiadamente pessoais.

Ao examinar a política feminista resultante da conjunção de plataformas digitais e ativismo, Hester Baer (2016) atenta para a simultaneidade dessa confluência com o momento neoliberal do capitalismo. Mostrando sua preocupação com a despolitização do pessoal e dos assuntos privados que o cenário contemporâneo tem provocado. Palavras de ordem como “meu corpo, minhas regras”, podem ser capturadas por vertentes que individualizam a luta por simetria de gênero, desassociando-a de

14. Para uma discussão sobre o movimento *#elenão* na França ver Pelúcio, Paz (2020).

15. *Marche contre les violences faites aux femmes*, reuniu cerca de 49 mil pessoas em Paris, em novembro de 2019.

perspectivas revolucionárias que visam transformações sociais e não apenas individuais.

Como Mohanty argumenta, os discursos de privatização e individualização que prevalecem no neoliberalismo transformam “Projetos sistêmicos de resistência a atos privados de rebelião comoditizados” (2013, 968), desfazendo conhecimento feminista insurgente e a política feminista contra-hegemônica. (Baer, 2016, p.20, tradução livre da autora deste artigo).

Os mais de 50 dias de confinamento, somado às incertezas sobre como os governos francês e, sobretudo o brasileiro, iriam responder às consequências econômicas provocadas pela pandemia, abalaram emocionalmente e estruturalmente as *Fridas*. A sensação endêmica de insegurança no neoliberalismo se potencializou com a pandemia. Mas como atenta Baer (2016, p. 21), “essa insegurança pode gerar um potencial de mudança”.

Durante o silêncio longo de se abateu no grupo entre o fim do confinamento e o as férias do verão europeu, as conversas se tornaram escassas e o clima de luto deixado pela saída de pessoas centrais para a causa sugeria que o Grupo se extinguiria. Em agosto, uma das *Fridas* mais ativas apareceu com a proposta de reunirem em publicação o vasto acervo que tinham composto em dois anos de intensas trocas de mensagens por WhatsApp. A resposta àquele convite veio de imediato:

Ouvi sua proposta agora e queria reagir rapidinho só pra dizer que acho mto boa a ideia de produzirmos algo enquanto coletivo. A meu ver isso daria mais sentido pras nossas trocas e viria alimentar novas pautas tbm. Esse espaço do *Fridas* foi (e continua sendo) MUITO importante para mim, e acredito que para outras manas tbm. Essas contradições e embates que aconteceram me fizeram refletir nesse

verão sobre como canalizar isso pra construir algo que alimente a sede de resistência em nós mesmas e também em mulheres de fora. Antes da crise Covid a gente já tava nessa dinâmica de pensar em novos rumos pro grupo. Acho que agora é um bom momento pra amadurecer isso e pensar juntas nos frutos concretos que podemos criar a partir do “acervo”. (Uma das integrantes do Grupo, em 15/09/2020, via WhatsApp).

Entre o dia 11 de maio de 2020, quando se deu o fim do confinamento, e o dia 30 de outubro, quando a segunda onda da Covid-19 levou a grande parte da França a uma nova quarentena, as *Fridas* se rearticularam. Outro comitê de organizadoras foi montado e duas reuniões foram realizadas. Uma delas novamente presencial, com o tema ainda centrado em experiências individuais envolvendo geração, corpo e feminismo. O segundo, já on-line, participantes do grupo trouxeram discussão sobre sociedades matriarcais, a partir de pesquisas de campo realizadas por ambas em lugares e com enfoques de áreas de conhecimento distintas. Apesar de serem apenas 09 naquela reunião, as *Fridas* pareciam resistir.

REFERÊNCIAS

- Baer, H. (2016). Redoing feminism: Digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist media studies*, 16(1), 17-34.
- Ballestrin, L. (2018). O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 4, 149-164.
- Baym, N. K. (2010). *Personal Connections in the Digital Age*. Polity Press,

- Bruschini, C. (2006.). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Bras. Est. Pop.*, 23(2), .331-353.
- Ferreira, C. B. de C. (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, (44), 199-228
- França, T. (2016). Mulheres, Imigrantes e Acadêmicas: Teorias da Interseccionalidade para Pensar a Mobilidade Científica. *Revista TOMO*.
- Fraser, N. (2016). Contradictions of capital and care. *New Left Review*, (100), .99-117.
- Galhardi, C. P. et al. (2020). Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 4201-4210.
- Georges, I. (2017). O ‘cuidado’ como ‘quase conceito’: porque está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente”. In G. G. Debert, & M. Marques (Orgs.), *Textos didáticos*. IFCH/Unicamp.
- Gonzaga, J. (2018). Novo feminismo: acontecimento e insurreição de saberes nas mídias digitais [Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras –UNESP].
- Hamlin, C., & Peters, G. (2018). Consumindo como uma Garota: Subjetivação e Empoderamento na Publicidade Voltada para Mulheres. *Lua Nova*, (103), 167-2021.

- Hine, C. (2016). Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In B. Campanella, & C. Barros (Orgs.), *Etnografia e Consumo Midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. E-Papers.
- Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado. *Revista SUR*, 13(24), 53-64.
- Oliveira, B. N., & Silva, F. J. G. (2016). *Feminismo nas Mídias Sociais: Atualidades e Potencialidades* [Trabalho apresentado em congresso]. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 27 a 29 de abril.
- Pedro, J. & Wolff, C. S.(2007). Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*, 9(14), 55-69.
- Pelúcio, L., & Paz, D. (2020) #Elenão em francês é #paslui: capacidade de agir politicamente com brasileiras no hexágono europeu. *Revista de Estudos Feministas*, 29(1).
- Perez, O., & Ricoldi, A. (2018). *A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos* [Trabalho apresentado em congresso]. Anais 42º Encontro Anual da ANPOCS.
- Perez, O., & Ricoldi, A. (2020). *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*.
- Rocha, F. de M. (2017). *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital*.

- Silva, J. M. (2019). *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Publicação Independente.
- Soares, F. B. et al. (2019). Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 21(3), 2-14.
- Solnit, R. (2017). *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. Cia. das Letras. Versão Kobo.
- Tronto, J. C. (2005). *Cuando la ciudadanía se cuida: una paradoja neoliberal del bienestar y la desigualdad* [Trabalho apresentado em congresso]. Congreso Internacional ¿ Hacia que modelo de ciudadanía?
- Tronto, J. C. (2013). *Caring democracy: Markets, equality, and justice*. NYU Press, .
- Ureta, A. (2005). La Red al servicio de las mujeres. Aproximación a la relación mujer y medios de comunicación en Internet. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, (11), 375-392.

Índice Remissivo

A

ativismo 5, 270, 271
Amazonia 260, 261, 262, 277, 285, 286
Amazônia 51, 53, 54, 58, 61, 314, 317, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 331
ativismo 2, 4, 5, 10, 11, 19, 20, 21, 22, 24, 39, 40, 41, 45, 99, 180, 371
Ativismo 4, 14, 15, 19, 43
ativismo midiático 4, 5, 10, 11
Ativismo midiático 4
audiovisual 124, 126, 142, 143, 227, 228, 270, 271, 334, 335, 338, 354, 355
Audiovisual 333, 334, 338, 355

C

comunicação 7, 20, 21, 42, 45, 47, 59, 61, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 95, 97, 106, 107, 109, 120, 122, 134, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 190, 194, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 218, 222, 228, 231, 234, 242, 249, 250, 251, 253, 254, 289, 290, 293, 295, 296, 307, 319, 320, 321, 323, 326, 328, 336, 337, 342, 347, 348, 350, 351, 352, 362, 363, 369, 373
Comunicação 4, 10, 15, 45, 61, 62, 83, 86, 98, 99, 100, 101, 124, 126, 147, 157, 159, 160, 161, 163, 185, 187, 206, 210, 211, 212, 213, 217, 226, 235, 236, 250, 257, 314, 333, 344, 355, 356
consumo de informação 162, 167, 174
coronavirus 215, 216, 235, 257, 259, 269, 281
Coronavirus 347

coronavírus 23, 35, 197, 198, 199, 207, 230, 235, 236, 241, 242, 247, 249,
252, 257, 294, 297, 298, 311, 357
Coronavírus 11, 158, 216, 248, 249, 252, 310, 333, 334, 335, 336, 337, 338,
339, 342, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 352, 353
covid-19 23, 42, 61, 199, 201, 214, 217, 242, 256, 285, 287, 310
Covid-19 23, 42, 57, 58, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199,
200, 203, 207, 212, 213, 247, 256, 261, 286, 294, 310, 333, 334, 335,
338, 339, 341, 342, 343, 344, 346, 347, 349, 351, 353, 354

D

democracia 2, 4, 5, 10, 11, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 73, 75, 78, 84, 87, 152,
159, 162, 163, 173, 178, 184, 234, 250, 264, 279, 284, 291, 296, 300,
301, 306, 307, 308, 312, 314, 330
Democracia 4, 81, 99, 163, 186, 288, 291, 292, 301, 302, 304, 306, 307,
308, 309
desinformação 106, 288, 289, 295, 296, 299, 309, 311, 316, 317, 318, 320,
321, 322, 328, 352, 353, 365
Desinformação 294, 314

E

Estruturas Complexas 4

I

incêndios florestais 317, 323, 326, 328
Incêndios florestais 322
indígena 259, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 277, 281, 283, 284, 285, 286,
357, 358, 359, 361, 363, 364, 365, 366, 368, 371, 373
indígenas 58, 61, 103, 111, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267,
269, 270, 271, 274, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 323, 357,
358, 359, 361, 363, 366
Indígenas 271, 277, 280

J

JN 334, 335, 336, 337, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354

jornalismo 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 188, 199, 217, 218, 220, 221, 228, 229, 231, 233, 234, 242, 243, 254, 302, 305, 309, 310, 311, 312, 318, 319, 330, 336, 339, 341, 342, 348, 353, 354, 355

Jornalismo 9, 15, 16, 41, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 99, 161, 217, 235, 333, 338, 355, 372

Jornal Nacional 203, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 343, 346, 347, 349, 353, 354, 355

L

LGBT 124, 125, 130, 137, 138, 142, 143

liberdade de imprensa 288, 289, 290, 292, 293, 306, 307

M

mídia 20, 21, 25, 33, 35, 37, 38, 70, 72, 74, 78, 79, 84, 119, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 149, 157, 162, 166, 167, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 185, 197, 199, 213, 312, 325, 326, 328, 329, 330, 339, 340, 344, 348, 357

Mídia 42, 82, 99, 101, 146, 147, 161, 163, 174, 185, 186, 314, 355

mulher 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 102, 105, 110, 112, 114, 115, 117, 122, 124

Mulher 15, 23, 24, 57, 117

mulheres 19, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33, 36, 37, 40, 101, 104, 111, 114, 116, 117, 131

Mulheres 41, 122, 212

N

Narrativa Transmídia 4

P

pandemia 7, 9, 11, 12, 23, 34, 42, 147, 152, 153, 158, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 198, 200, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 230, 241, 244, 248, 249, 259, 263, 269, 270, 272, 274, 275, 277, 280, 288, 289, 296, 298, 299, 307, 311, 333, 334, 335, 337, 339, 340, 341, 344, 347, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 371
Pandemia 153, 155, 156, 157, 159, 213, 288, 294, 335, 339, 356
podosfera 217, 224, 225, 227, 228, 229, 233
Podosfera 229
povos originários 356, 357, 359, 366

R

redes sociais 19, 20, 26, 28, 36, 40, 44, 45, 59, 86, 87, 91, 95, 98, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 187, 189, 190, 199, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 212, 226, 227, 228, 294, 295, 297, 300, 301, 311, 312, 315, 316, 321, 325, 327, 328, 329, 342, 352, 353, 372
Redes Sociais 160
redes sociales 259, 265, 276, 282, 284

S

saúde 51, 134, 146, 156, 169, 188, 192, 196, 207, 208, 226, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 257, 297, 299, 341, 343, 349, 351
Saúde 31, 40, 41, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 203, 207, 216, 223, 241, 242, 243, 244, 246, 248, 251, 254, 255, 256, 296, 335, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 357
sociedade 11, 15, 19, 21, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 45, 51, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 87, 94, 96, 97, 106, 109, 110, 120, 122, 124, 126, 130, 132, 133, 138, 142, 143, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 180, 181, 183, 190, 195, 199, 208, 211, 212, 217, 234, 239,

249, 251, 254, 290, 291, 292, 304, 309, 337, 357, 358, 359, 361, 362,
363, 365, 366, 368, 372
Sociedade 2, 4, 5, 10, 11, 51, 99, 255

T

televisão 17, 18, 27, 29, 179, 225, 228, 231, 232, 318, 334, 335, 338, 354
TV 17, 18, 143, 179, 207, 226, 260, 262, 266, 271, 274, 275, 276, 278, 283,
287, 333, 335, 336, 337, 338, 342, 345, 353

V

Vênus Negra 101, 102, 105, 110, 112, 121, 122
videosfera 227, 229
violência 16, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 44,
63, 67, 68, 69, 71, 72, 77, 79, 81, 102, 108, 117, 119, 120, 124, 125,
142, 339
Violência 15, 22, 23, 42, 71, 115

